

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E CULTURA

**FEMINICÍDIO NO TELEJORNALISMO:**  
matriz melodramática e novos ideais femininos

Júlia Cavalcanti Versiani dos Anjos  
Tese de Doutorado

RIO DE JANEIRO  
2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E CULTURA

FEMINICÍDIO NO TELEJORNALISMO:  
matriz melodramática e novos ideais femininos

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutora em Comunicação e Cultura.

Júlia Cavalcanti Versiani dos Anjos

Orientador: Prof. Dr. João Freire Filho

RIO DE JANEIRO

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A599 Anjos, Júlia Cavalcanti Versiani dos.  
Feminicídio no telejornalismo: matriz melodramática e novos ideais femininos / Júlia Cavalcanti Versiani dos Anjos. Rio de Janeiro: UFRJ, 2023.  
317 f. : il.

Orientador: João Freire Filho.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, 2023.

1. Feminicídio. 2. Violência contra a mulher. 3. Telejornalismo - Brasil. I. Freire Filho, João. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Escola de Comunicação.

CDD: 791.45

**FEMINICÍDIO NO TELEJORNALISMO:  
matriz melodramática e novos ideais femininos**

Júlia Cavalcanti Versiani dos Anjos

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, avalia o Material para Defesa de Doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutora em Comunicação e Cultura.

Rio de Janeiro, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

Comissão Examinadora:

---

Prof. Dr. João Batista de Macedo Freire Filho – Orientador  
Doutor em Literatura Brasileira – PUC-RJ  
Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura – ECO-UFRJ

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Paula Goulart Ribeiro  
Doutora em Comunicação – ECO-UFRJ  
Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura – ECO-UFRJ

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Leticia Cantarela Matheus  
Doutora em Comunicação – UFF  
Programa de Pós-Graduação em Comunicação – UERJ

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Suzy dos Santos  
Doutora em Comunicação e Cultura Contemporânea – UFBA  
Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura – ECO-UFRJ

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Tatiana Oliveira Siciliano  
Doutora em Antropologia Social – UFRJ  
Programa de Pós-Graduação em Comunicação – PUC Rio

**ATA DA QUINGENTÉSIMA TRIGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO PÚBLICA DE  
EXAME DE TESE DE DOUTORADO DEFENDIDA POR JÚLIA  
CAVALCANTI VERSIANI DOS ANJOS NA ESCOLA DE COMUNICAÇÃO  
DA UFRJ**

Aos treze dias do mês de março de dois mil e vinte e três, às quinze horas e trinta minutos, na sala 140 da Escola de Comunicação da UFRJ, foi realizada a defesa de tese de doutorado de **Júlia Cavalcanti Versiani dos Anjos**, intitulada: "**Feminicídio no Telejornalismo: matriz melodramática e novos ideais femininos**", perante a banca examinadora composta por: **João Batista de Macedo Freire Filho** [orientador(a) e presidente], **Ana Paula Goulart Ribeiro**, **Suzy dos Santos**, **Leticia Cantarela Matheus** e **Tatiana Oliveira Siciliano**. Tendo o(a) candidato(a) respondido a contento todas as perguntas, foi sua tese:

aprovada     reprovada     aprovada mediante alterações

*A banca destaca a qualidade do texto, da pesquisa empírica e das reflexões teóricas desenvolvidas e indica a tese para publicação e para prêmios da área.*

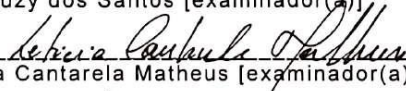
E, para constar, eu, Thiago Couto, lavrei a presente, que segue datada e assinada pelos membros da banca examinadora e pelo(a) candidato(a) ao título de Doutor(a) em Comunicação e Cultura.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2023

  
João Batista de Macedo Freire Filho [orientador(a) e presidente]

  
Ana Paula Goulart Ribeiro [examinador(a)]

-----  
Suzy dos Santos [examinador(a)]

  
Leticia Cantarela Matheus [examinador(a)]

  
Tatiana Oliveira Siciliano [examinador(a)]

-----  
Júlia Cavalcanti Versiani dos Anjos [candidato(a)]

## DEDICATÓRIA

*Dedico este trabalho às mulheres que foram vítimas da misoginia e às pessoas que as amam e que lutam por sua memória.*

## AGRADECIMENTOS

O desafio de escrever uma tese, sobretudo tratando de um tema tão delicado e desalentador, não seria possível de se cumprir sem que eu tivesse ao meu lado pessoas e instituições que me apoiaram e que me fazem acreditar que não é loucura ter fé em dias melhores. Apesar de ser este um trabalho sobre morte e sobre ódio, também não deixa de ser uma homenagem à importância e à beleza da vida, do amor, da comunhão, que devem ser valorizados e protegidos. Por isso, não posso deixar de agradecer àquelas e àqueles que foram tão importantes na minha vida, especialmente nos últimos quatro anos.

Os agradecimentos ao meu orientador, Professor João Freire Filho, vão desde a sugestão inicial para o tema de pesquisa, vinda ainda durante o Mestrado, e passam por uma multiplicidade de oportunidades, conselhos e ensinamentos ao longo de todos estes anos, que tornaram minha experiência no Doutorado a melhor e mais plena de potencial que eu poderia imaginar. Mesmo diante de acontecimentos inesperados e um cenário social aterrador, ele continuou a oferecer valiosos subsídios para que eu e os demais alunos seguíssemos nos instigando a pensar e viver a academia.

Às Professoras Ana Paula Goulart Ribeiro, Cristiane Freitas Gutfreind e Leticia Cantarela Matheus, agradeço pela leitura atenciosa e os comentários no momento do exame de qualificação desta pesquisa, que foram tão importantes para a continuidade da reflexão. Sinto-me muito honrada, ainda, pelo aceite das Professoras Ana Paula Goulart Ribeiro, Leticia Cantarela Matheus, Suzy dos Santos e Tatiana Oliveira Siciliano para compor a banca de defesa da tese.

Agradeço, ainda, aos Professores da Escola de Comunicação da UFRJ, que me presentearam com tantos questionamentos, aprendizados e novas formas de pensar, e aos funcionários, responsáveis por sustentar essa instituição tão importante para mim e para muitas outras pessoas. Sou muito grata por ter tido nosso lindo e potente espaço de volta após o fim do isolamento social provocado pela pandemia de COVID-19. É curioso pensar que o meu primeiro dia de aula do segundo ano do Doutorado correspondeu ao único momento em que pisei na ECO entre 2020 e 2021. Felizmente, e graças ao esforço e trabalho de muitas pessoas, pude ter, ainda, muitas vivências especiais neste lugar antes do fim do meu Doutorado.

Sou grata, também, ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, pela concessão da bolsa de estudos que possibilitou a minha dedicação ao

Doutorado e a esta tese. Estendo esse agradecimento a todas aquelas e todos aqueles que batalham pela continuidade e valorização da ciência no Brasil.

Aos colegas do Núcleo de Estudos de Mídia, Emoções e Sociabilidade (NEMES), pelas trocas e pelo companheirismo ao longo desses anos. Obrigada, especialmente, à Francine Tavares, à Isabela Borsani e ao Augusto Bozz, que foram maravilhosos companheiros de estágio docente e muito me ensinaram nestes momentos com sua inteligência e profissionalismo. Devo, também, uma menção especial à Amanda Rezende Lopes, que conheci em um dos meus primeiros dias no Doutorado e logo se tornou uma querida amiga, companhia indispensável em madrugadas de trabalho.

À Amanda Medeiros e à Tatiane Leal, minha gratidão é sem tamanho, mas ainda assim ficarei feliz em seguir diariamente tentando expressá-la. Obrigada por estarem ao meu lado em todos os momentos nestes últimos anos, para acolher e indicar caminhos nos momentos de dúvida, para ajudar a respirar e partilhar trabalhos e ideias, para sonhar juntas e dividir a realização desses sonhos, e para me inspirar pelas profissionais excepcionais e pessoas maravilhosas que são. Agradeço, ainda, pela imensa ajuda na revisão deste trabalho, pelos comentários que me incentivaram e inclusive por terem me impedido (com carinho) de apresentar um capítulo de 120 páginas.

Aos meus irmãos, Leandro, Raquel e Gabriel, e cunhados, Valeska e Francisco, que estiveram ao meu lado em todas as etapas da minha vida, e sempre fazem com que eu me sinta amada e muito sortuda por ter uma família grande, barulhenta, unida, cheia de histórias para contar e muito amor. Aos meus sobrinhos, Tiago e Camila, que nesses últimos quatro anos passaram da infância à adolescência. Obrigada por terem deixado que eu fosse a “tia Felícia” quando vocês eram pequenos e agora seguirem me enchendo de alegria, ao ver os jovens sensíveis, inteligentes e amáveis que são.

Aos meus pais, Maria Eugênia e Tito, agradeço pela vida, pelos valores, por sempre abraçarem os meus sonhos. Obrigada por comemorarem até mesmo as pequenas conquistas, valorizando cada passo da jornada. À minha mãe, sou grata especialmente por me mostrar desde pequena o que é ser uma mulher forte, assertiva, de personalidade, e também amorosa, generosa, que doa tanto de si e mesmo assim permanece ainda mais forte. Ao meu pai, agradeço por ser, verdadeiramente, o melhor modelo daquilo que muitos clamam ser, mas pouquíssimos de fato cumprem: um homem bom, íntegro, carinhoso, que pensa no outro, que cuida, e que deixou o padrão extremamente elevado para o meu companheiro de vida.



Ao Rodrigo, que aceitou esse desafio, e com quem iniciei uma nova jornada ao mesmo tempo em que começava o Doutorado. Logo mais comemoraremos quatro anos de casados, cada um com sua tese escrita. Com ele, encontrei em todos os momentos apoio incondicional, que me emociona a cada dia e me mostra que amor e companheirismo são reais e possíveis. Juntos passamos pelas dores e delícias de um Doutorado e por estes quatro anos caóticos para o Brasil e para o mundo. Agora, mal posso esperar por tudo mais o que sonharemos, viveremos e conquistaremos juntos.

## RESUMO

ANJOS, Júlia dos. **Feminicídio no telejornalismo**: matriz melodramática e novos ideais femininos. Rio de Janeiro, 2023. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura). Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

Este trabalho tem como objetivo examinar os efeitos de sentidos produzidos pelos discursos jornalísticos a respeito do feminicídio. O *corpus* da pesquisa inclui notícias e reportagens de telejornais da Rede Globo que apresentem o termo “feminicídio” e que tenham sido disponibilizadas na ferramenta *Globoplay*, entre 2018 e 2020. O telejornalismo foi privilegiado como objeto, porque suas narrativas – compostas por texto, imagem, vídeo, som, estatísticas e lágrimas – abrem possibilidades de análise da dramatização e a emotividade construídas diante de casos de mortes violentas de mulheres motivadas pelo ódio. O feminicídio costuma aparecer como “triste estatística”; agressores são descritos como “monstros” e “trastes” e, para o público, emerge um imperativo: “vá até uma delegacia, denuncie”. O que este tipo de enunciado significa para as mulheres vítimas de violência (em sua maioria, são negras e de baixa renda)? E para aquelas e aqueles que observam o sofrimento das outras? De que maneira os telejornais delimitam como o espectador deve sentir-se perante os episódios de feminicídio e quais as consequências políticas deste enquadramento? Que subjetividades estas narrativas colaboram para construir e reconfigurar? A principal questão do trabalho, então, é: como o modo de narrar o feminicídio por parte dos telejornais, caracterizado por um apelo emocional, delinea o objeto feminicídio e transmite regras sociais à coletividade feminina? A hipótese é que a *dramaticidade despotencializada* característica das narrativas telejornalísticas sobre feminicídio acaba por construir uma nova subjetividade de vítima feminina ideal: aquela que salva a si mesma, com ajuda do aparato jurídico-policial. Como consequência, as produções midiáticas televisivas separam “mulheres boas” – as vítimas que se comportam do modo esperado – das “mulheres más” – aquelas que não denunciaram seu agressor ou que voltaram atrás na denúncia. Além disso, informam aos sujeitos femininos que a segunda categoria deve ser desprezada. Realiza-se, assim, um apagamento simbólico destas mulheres, o que colabora para o ciclo de comunicação da misoginia. A partir de uma compreensão do jornalismo como um lócus privilegiado de produção de saber e articulação de poder, a Análise do Discurso de inspiração foucaultiana foi a metodologia selecionada para guiar o trabalho. O arcabouço teórico da discussão, por sua vez, contempla a concepção do feminicídio como fenômeno social e político, o entendimento de Segato (2003, 2018) sobre crimes contra a mulher como atos enunciativos e a consideração do papel micropolítico exercido pelas emoções, em especial o ódio, aqui compreendido como veículo de comunicação de regras sociais que reforçam papéis de gênero. A mídia exerce importante papel neste ciclo de enunciação da aversão às mulheres, não apenas quando divulga materiais evidentemente ofensivos e sexistas, mas também quando falha em garantir às vítimas o direito de se verem livres da violência simbólica.

**Palavras-chave:** Feminicídio; Misoginia; Telejornalismo; Discurso; Vitimização.

## ABSTRACT

ANJOS, Júlia dos. **Femicide in News TV**: melodramatic imagination and new feminine ideals. Rio de Janeiro, 2023. Thesis (Doctorate in Communications and Culture). School of Communication, Federal University of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

This work aims to examine the production of meaning by journalistic discourses about femicide. The *corpus* of the research includes news and reports from Rede Globo television programs that feature the term “femicide” and that have been made available at the *Globoplay* application, between 2018 and 2020. Television journalism was privileged as an object, because its narratives – composed of text, image, video, sound, statistics and tears – open up possibilities for analyzing the dramatization and emotion built in the face of cases of violent deaths of women motivated by hate. Femicide is often seen as a “sad statistic”; aggressors are described as “monsters” and “trash” and, for the public, an imperative emerges: “go to a police station, report it”. What does this type of enunciation mean for women victims of violence (the majority are black and low-income)? And for those who observe the suffering of others? How do television news outline how the viewer should feel in the face of episodes of femicide and what are the political consequences of this framing? What subjectivities do these narratives collaborate to build and reconfigure? The main question of the work, then, is: how does the way of narrating femicide by television news, characterized by an emotional appeal, delineate femicide as an object and convey social rules to the female collectivity? The hypothesis is that the *disenfranchised drama* (a dramatic tone robbed of its potential) characteristic of TV news narratives about femicide ends up building a new subjectivity of the ideal female victim: the one who saves herself, with the help of the legal apparatus and the police force. As a consequence, television media productions separate “good women” – victims who behave in the expected way – from “bad women” – those who did not denounce their aggressor or who retracted the complaint. In addition, they advise the female subjects that the second category should be disregarded. Thus, a symbolic erasure of these women takes place, which contributes to a communication cycle of misogyny. Based on an understanding of journalism as a privileged locus of knowledge production and power articulation, Foucauldian Discourse Analysis was the methodology selected to guide the work. The theoretical framework of the discussion includes the conception of femicide as a social and political phenomenon, Segato's (2003, 2018) understanding of crimes against women as enunciative acts and the consideration of the micropolitical role played by emotions, in particular hate, understood here as a vehicle for communicating social rules that reinforce gender roles. The media plays an important role in this cycle of enunciation of aversion to women, not only when it disseminates evidently offensive and sexist material, but also when it fails to guarantee victims the right to be free from symbolic violence.

**Keywords:** Femicide; Misogyny; News TV; Speech; Victimization.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>FIGURA 1: Gráfico mostrando evolução nas pesquisas por “Feminicídio” no Google.....</b>	<b>22</b>
<b>FIGURA 2: Expressão corporal da jornalista na reportagem “Polícia divulga detalhes bizarros de caso de feminicídio em Miracema”.....</b>	<b>49</b>
<b>FIGURA 3: Apresentadora da reportagem “Polícia divulga detalhes bizarros de caso de feminicídio em Miracema” mostra o suspeito do crime. ....</b>	<b>49</b>
<b>FIGURA 4: Apresentadora da reportagem “Polícia divulga detalhes bizarros de caso de feminicídio em Miracema” expressa o próprio horror diante do caso. ....</b>	<b>50</b>
<b>FIGURA 5: Apresentadora da reportagem “Polícia divulga detalhes bizarros de caso de feminicídio em Miracema” explica particularidades do caso.....</b>	<b>51</b>
<b>FIGURA 6: Apresentadora da reportagem “Polícia divulga detalhes bizarros de caso de feminicídio em Miracema” fala sobre tatuagem da vítima. ....</b>	<b>52</b>
<b>FIGURA 7: Entrevista com vítima hospitalizada, na reportagem “Tentativa de feminicídio: vítima fala com exclusividade ao RJ2 sobre o crime”.....</b>	<b>64</b>
<b>FIGURA 8: Câmera focaliza parede da cena do crime onde se vê marcas de sangue, na reportagem “Tentativa de feminicídio: vítima fala com exclusividade ao RJ2 sobre o crime”.....</b>	<b>64</b>
<b>FIGURA 9: Imagem da vítima ensanguentada após ser agredida, exibida na reportagem “Tentativa de feminicídio: vítima fala com exclusividade ao RJ2 sobre o crime”. ....</b>	<b>65</b>
<b>FIGURA 10: Fotografia da vítima feliz ao lado de seu então companheiro, presente na reportagem “Tentativa de feminicídio: vítima fala com exclusividade ao RJ2 sobre o crime”.....</b>	<b>66</b>
<b>FIGURA 11: Repórter vai até cena do crime e indica com as mãos os locais por onde vítima e agressor passaram na notícia “Mulher relata agressões de PM suspeito de estupro e tentativa de feminicídio em São Manuel”.....</b>	<b>67</b>
<b>FIGURA 12: Vítima dá entrevista na reportagem “Mulher relata agressões de PM suspeito de estupro e tentativa de feminicídio em São Manuel”. À direita, close em suas mãos, à contraluz.....</b>	<b>68</b>
<b>FIGURA 13: Apresentador anuncia a notícia e vemos a vítima ser perseguida pelo agressor na reportagem “Câmera de segurança flagra feminicídio no Paraná”.....</b>	<b>69</b>
<b>FIGURA 14: Imagem de câmera de segurança exibida na reportagem “Famílias sofrem após mulheres serem vítimas de feminicídio no AM”. ....</b>	<b>70</b>
<b>FIGURA 15: Gravação improvisada de entrevista da vítima, exibida “com exclusividade” na reportagem “Exclusivo: RPC tem acesso a vídeo com depoimento de vítima de feminicídio”. ....</b>	<b>71</b>
<b>FIGURA 16: Vídeo mostrando momento de agressão com intervenção dos policiais, exibido na reportagem “Vídeo: policiais impedem feminicídio em Paçandu”. ....</b>	<b>73</b>

<b>FIGURA 17: Vídeo mostrando queda de agressor no momento da violência e intervenção dos policiais, exibido na reportagem “Vídeo: policiais impedem feminicídio em Paçandu”.</b>	<b>73</b>
<b>FIGURA 18: Imagem dos policiais que impediram feminicídio, entrevistados na reportagem “Vídeo: policiais impedem feminicídio em Paçandu. Meio Dia Paraná – Maringá”.</b>	<b>75</b>
<b>FIGURA 19: Camisa em homenagem à vítima utilizada por seus familiares na reportagem “Um crime de feminicídio chocou os moradores da cidade de Itaquitinga”.</b>	<b>83</b>
<b>FIGURA 20: Fotos da vítima na reportagem “Um crime de feminicídio chocou os moradores da cidade de Itaquitinga”.</b>	<b>84</b>
<b>FIGURA 21: Imagens de câmera de segurança mostrando momento do crime, exibidas na reportagem “Agressão contra transexual em Taguatinga é registrada como tentativa de feminicídio”.</b>	<b>85</b>
<b>FIGURA 22: Cena de entrevista da vítima, exibida sem o som original, com voice-over do apresentador, na reportagem “Agressão contra transexual em Taguatinga é registrada como tentativa de feminicídio”.</b>	<b>86</b>
<b>FIGURA 23: Cenas de flores sendo esmagadas, exibidas como metáfora sobre a violência contra a mulher, na abertura da reportagem “RJ1 mostra a história de duas mulheres que sobreviveram a tentativas de feminicídio”.</b>	<b>88</b>
<b>FIGURA 24: Cicatrizes de sobrevivente a feminicídio, exibidas na reportagem “RJ1 mostra a história de duas mulheres que sobreviveram a tentativas de feminicídio”.</b>	<b>89</b>
<b>FIGURA 25: Dramatizações do passo a passo dos crimes narrados, conforme relato das entrevistadas, na reportagem “RJ1 mostra a história de duas mulheres que sobreviveram a tentativas de feminicídio”.</b>	<b>89</b>
<b>FIGURA 26: Vítima retira máscara, levanta blusa e gira o corpo para mostrar cicatrizes na reportagem “RJ1 mostra a história de duas mulheres que sobreviveram a tentativas de feminicídio”.</b>	<b>90</b>
<b>FIGURA 27: Vítimas apontam para cicatrizes na reportagem “RJ1 mostra a história de duas mulheres que sobreviveram a tentativas de feminicídio”.</b>	<b>91</b>
<b>FIGURA 28: Fotografias representando a dita “história de amor que chegou ao fim”, na reportagem “RJ1 mostra a história de duas mulheres que sobreviveram a tentativas de feminicídio”.</b>	<b>91</b>
<b>FIGURA 29: Fotografias representando o “antes” e o “depois” do crime: primeiro, foi exibida imagem da vítima sorridente; em seguida, foto da cena do crime, na reportagem “RJ1 mostra a história de duas mulheres que sobreviveram a tentativas de feminicídio”.</b>	<b>92</b>
<b>FIGURA 30: Imagem panorâmica feita pelo cinegrafista da reportagem “Vítima de tentativa de feminicídio conta como era o comportamento do ex companheiro”, para mostrar o prédio onde ocorreu o crime e o matagal, do outro lado da rua, onde o agressor se escondeu.</b>	<b>94</b>

<b>FIGURA 31: Cenas da entrevista da vítima na reportagem “Vítima de tentativa de feminicídio conta como era o comportamento do ex companheiro”.....</b>	<b>94</b>
<b>FIGURA 32: Vítima se emociona ao dizer que quer uma vida nova e, em seguida, apresentadora comenta “Tem que ter fé”, na reportagem “Vítima de tentativa de feminicídio conta como era o comportamento do ex companheiro”.....</b>	<b>96</b>
<b>FIGURA 33: Apresentador anuncia a reportagem “Mulher fala sobre tentativa de feminicídio que sofreu pelo ex-companheiro na Serra de SC” e cerra os punhos ao dizer que a vítima se mostrou forte.....</b>	<b>97</b>
<b>FIGURA 34: Entrevista da vítima na reportagem “Mulher fala sobre tentativa de feminicídio que sofreu pelo ex-companheiro na Serra de SC”.....</b>	<b>98</b>
<b>FIGURA 35: Comentarista fala sobre a importância de se denunciar e manter a denúncia, fazendo novamente gesto com os punhos, na reportagem “Mulher fala sobre tentativa de feminicídio que sofreu pelo ex-companheiro na Serra de SC”.....</b>	<b>99</b>
<b>FIGURA 36: Fotos de “antes” e “depois” na reportagem “Feminicídio: mulher morre após ser espancada pelo ex-companheiro”. .....</b>	<b>102</b>
<b>FIGURA 37: Discurso da apresentadora na reportagem “Feminicídio: mulher morre após ser espancada pelo ex-companheiro”. .....</b>	<b>103</b>
<b>FIGURA 38: Apresentadora da reportagem “Feminicídio: mulher morre após ser espancada pelo ex-companheiro” faz revelação pessoal.....</b>	<b>104</b>
<b>FIGURA 39: Mãe de vítima de feminicídio é seguida por fotógrafos ao chegar à delegacia na reportagem “Mãe de jovem vítima de feminicídio em Ponta Grossa presta depoimento”. .....</b>	<b>111</b>
<b>FIGURA 40: Mãe de vítima de feminicídio para em frente a parede e fotógrafos fazem imagens de sua cicatriz na reportagem “Mãe de jovem vítima de feminicídio em Ponta Grossa presta depoimento”. .....</b>	<b>112</b>
<b>FIGURA 41: Mãe de vítima de feminicídio é pressionada a dar entrevista e tenta se esquivar na reportagem “Mãe de jovem vítima de feminicídio em Ponta Grossa presta depoimento”. .....</b>	<b>112</b>
<b>FIGURA 42: Mãe e avó de vítimas de feminicídio se encontram na reportagem “Avó e mãe compartilham a dor de viver com o feminicídio”. .....</b>	<b>115</b>
<b>FIGURA 43: Mãe e avó de vítimas de feminicídio sentam-se em estúdio, segurando foto da filha e da neta mortas, na reportagem “Avó e mãe compartilham a dor de viver com o feminicídio”.....</b>	<b>115</b>
<b>FIGURA 44: Close-up na mãe e na avó de vítimas de feminicídio, segurando a foto da filha e da neta, na reportagem “Avó e mãe compartilham a dor de viver com o feminicídio”. .....</b>	<b>116</b>
<b>FIGURA 45: Comentário de mãe de vítima de feminicídio recebe destaque na faixa na parte inferior da tela, e a câmera dá um close na cicatriz de seu corpo, na reportagem “Avó e mãe compartilham a dor de viver com o feminicídio”. .....</b>	<b>117</b>
<b>FIGURA 46: Mãe e avó de vítimas de feminicídio se abraçam ao final da reportagem “Avó e mãe compartilham a dor de viver com o feminicídio”. .....</b>	<b>119</b>

<b>FIGURA 47: Avó de vítima de feminicídio consola e beija a testa de mãe de outra jovem morta, na reportagem “Avó e mãe compartilham a dor de viver com o feminicídio”.</b>	119
<b>FIGURA 48: Para abordar o caso da primeira vítima de feminicídio do MS, mãe da jovem é entrevistada e se emociona, na reportagem “Conheça história de 1ª vítima de feminicídio de MS”.</b>	121
<b>FIGURA 49: Reportagem “Enterro de vítima de feminicídio em Milagres é marcado por pedido de justiça” mostra cortejo em protesto ao assassinato de mulheres após sepultamento de uma vítima.</b>	132
<b>FIGURA 50: Em filmagem na frente do Tribunal de Justiça do Estado, reportagem “Demora no julgamento de casos de feminicídio causa indignação no Tocantins” inclui fotos de vítimas com processos em aberto.</b>	133
<b>FIGURA 51: Entrevista de irmão da vítima, em que ele age como voz para expressar o luto da mãe, na reportagem “Demora no julgamento de casos de feminicídio causa indignação no Tocantins”.</b>	134
<b>FIGURA 52: Imagens de passeata em protesto pela colocação de réu em liberdade, exibidas na reportagem “Familiares de vítima de feminicídio pedem justiça”.</b>	136
<b>FIGURA 53: Cenas de entrevistas com Juíza, Defensora Pública, mãe da vítima e fotografia de vítima de feminicídio na reportagem “Famílias reclamam da demora nos julgamentos de feminicídios”.</b>	138
<b>FIGURA 54: Protesto e choro de mãe de vítima exibidos na reportagem “Mulheres se mobilizam no Dia de Combate ao Feminicídio em Pernambuco”.</b>	140
<b>FIGURA 55: Cena do protesto contra feminicídio exibido na reportagem “Famílias e amigos de vítimas de feminicídio protestam por justiça”.</b>	144
<b>FIGURA 56: Transcrição de áudio de vítima de feminicídio para seu advogado, exibido na reportagem “Famílias e amigos de vítimas de feminicídio protestam por justiça”.</b>	145
<b>FIGURA 57: Repórter faz comentário em tom reprovador sobre o fato de vítimas não procurarem ajuda, na reportagem “Famílias e amigos de vítimas de feminicídio protestam por justiça”.</b>	145
<b>FIGURA 58: Choro de parentes de vítima de feminicídio em sepultamento é exibido na reportagem “Quarta vítima de feminicídio é enterrada no Rio”.</b>	146
<b>FIGURA 59: Imagem da carta escrita por agressor à vítima, exibida na reportagem “Suspeito de tentativa de feminicídio escreve carta para vítima”.</b>	155
<b>FIGURA 60: Cena de depoimento do agressor, exibido na reportagem “O Meio-dia Paraná teve acesso ao depoimento de acusado de tentativa de feminicídio”.</b>	156
<b>FIGURA 61: Cena de depoimento do agressor, exibido na reportagem “Alan Borges depõe sobre feminicídio de ex-mulher e fala que a matou com facadas”.</b>	157
<b>FIGURA 62: Transcrição de áudio enviado por suspeito de feminicídio a familiares da vítima, exibida na reportagem “Suspeito de feminicídio em Cianorte grava áudios falando sobre o crime”.</b>	159

<b>FIGURA 63: Representação de áudio com ameaças enviado por agressor à vítima, exibido na reportagem “Rio registra 48 casos de feminicídio em 7 meses”.....</b>	<b>161</b>
<b>FIGURA 64: Cenas da reportagem “Feminicídio: as consequências da desigualdade de gêneros”, em que se introduz a figura do agressor entrevistado.....</b>	<b>162</b>
<b>FIGURA 65: Agressor condenado é entrevistado na prisão para a reportagem “Feminicídio: as consequências da desigualdade de gêneros”.....</b>	<b>163</b>
<b>FIGURA 66: Transcrição de áudio com ameaças a vítima, exibida na reportagem “Feminicídio: as consequências da desigualdade de gêneros”.....</b>	<b>164</b>
<b>FIGURA 67: Cena final do VT da reportagem “Feminicídio: as consequências da desigualdade de gêneros”, em que se fala de educação mas mostra agressor sendo levado de volta a cela.....</b>	<b>167</b>
<b>FIGURA 68: Foto usada para ilustrar reportagem “Filha salva a mãe de tentativa de feminicídio de namorado”. Na imagem, a moça dá um beijo na mãe.....</b>	<b>168</b>
<b>FIGURA 69: Foto do agressor após ser espancado pelos vizinhos, exibida na reportagem “Filha salva a mãe de tentativa de feminicídio de namorado”.....</b>	<b>169</b>
<b>FIGURA 70: Mãe de vítima segura atestado de óbito da filha. Foto de tela retirada da reportagem “Pará registra ao menos 39 casos de feminicídio este ano”.....</b>	<b>175</b>
<b>FIGURA 71: Fotos de vítimas e comoção. Imagens iniciais da reportagem “Piauí tem 17 feminicídios esse ano e mulher ainda tem medo de denunciar”.....</b>	<b>178</b>
<b>FIGURA 72: Cena do crime e corpos deformados. Mais imagens da reportagem “Piauí tem 17 feminicídios esse ano e mulher ainda tem medo de denunciar”.....</b>	<b>178</b>
<b>FIGURA 73: Expressão corporal da jornalista na reportagem “Piauí tem 17 feminicídios esse ano e mulher ainda tem medo de denunciar”.....</b>	<b>179</b>
<b>FIGURA 74: Repórter manifesta, por gestos e expressão facial, seu pesar diante dos números relativos à violência contra a mulher, na reportagem “Rio de Janeiro registra seis vítimas de feminicídio por mês”.....</b>	<b>185</b>
<b>FIGURA 75: Dados sobre perfil das vítimas de feminicídios. Foto de tela retirada da reportagem “Vidas Contadas - Feminicídios: região tem 53 casos de feminicídio desde mudança em lei”.....</b>	<b>188</b>
<b>FIGURA 76: Repórter entrevista vítima sobrevivente e a induz a responder que as vítimas devem denunciar, na reportagem “Rio de Janeiro registra seis vítimas de feminicídio por mês”.....</b>	<b>229</b>
<b>FIGURA 77: Repórter opina sobre a conduta de vítima de violência, na reportagem “Defensoria Pública divulga relatório sobre feminicídios no Rio”.....</b>	<b>247</b>
<b>FIGURA 78: Repórter diz que vítima de violência era frágil e agora “tem força de sobra” na reportagem “Defensoria Pública divulga relatório sobre feminicídios no Rio”.....</b>	<b>249</b>
<b>FIGURA 79: Apresentadora opina sobre suposta falta de coragem das vítimas na reportagem “Defensoria Pública divulga relatório sobre feminicídios no Rio”.....</b>	<b>250</b>
<b>FIGURA 80: Repórter faz expressão de desaprovação na notícia “Em todos os casos de feminicídio em São Luís, a mulher não procurou a polícia”.....</b>	<b>251</b>



<b>FIGURA 81: Reportagem “Casos de feminicídio alertam para importância da denúncia” busca incentivar ligações ao disque-denúncia. ....</b>	<b>252</b>
<b>FIGURA 82: Mulher que sobreviveu ao feminicídio mostra sua casa destruída, na companhia da repórter, no material “‘Vidas Contadas - Feminicídios' traz mensagem de esperança com relato de uma sobrevivente”.....</b>	<b>262</b>
<b>FIGURA 83: Mulher que sobreviveu ao feminicídio abre a janela de sua casa, em uma metáfora sobre reconstrução, na reportagem “‘Vidas Contadas - Feminicídios' traz mensagem de esperança com relato de uma sobrevivente”.....</b>	<b>263</b>
<b>FIGURA 84: Repórter discursa enquanto vítima observa, de dentro de casa, na reportagem “‘Vidas Contadas - Feminicídios' traz mensagem de esperança com relato de uma sobrevivente”.....</b>	<b>263</b>

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>19</b>
<b><u>1. “VOCÊ VAI SE SURPREENDER E SE EMOCIONAR COMIGO”: O FEMINICÍDIO TELEVISIONADO E A IMAGINAÇÃO MELODRAMÁTICA</u></b>	<b>47</b>
1.1. IMAGENS DO FEMINICÍDIO E A IMAGINAÇÃO MELODRAMÁTICA	54
1.2. EXCLUSIVO! VÍDEOS E FOTOS DA TRAGÉDIA! “SANGUE PARA TODO LADO”! AS IMAGENS DE SOFRIMENTO COMO PROTAGONISTAS	62
1.3. ENTRE DESCONFIANÇA, REVOLTA E LÁGRIMAS: COMO DAMOS SENTIDO AO SOFRIMENTO ALHEIO	76
1.4. “UMA LINDA MOÇA SORRIDENTE”: QUEM É A PROTAGONISTA DAS “TRAGÉDIAS” CONTEMPORÂNEAS?	82
1.5. “EU TIVE UMA AMIGA ASSASSINADA”: O SOFRIMENTO DOS OUTROS (E DAS OUTRAS)	105
<b><u>2. O SOFRIMENTO DAS OUTRAS E COMUNICAÇÃO DOS OUTROS</u></b>	<b>108</b>
2.1. AS CICATRIZES “DE FORA” E AS “DO CORAÇÃO”: O SOFRIMENTO DAS OUTRAS	110
2.2. “EXAGERADAS”, “HISTÉRICAS”, “DRAMÁTICAS”, “BRIGUENTAS”, “ENSANDECIDAS”: A POTENTE INTERSEÇÃO ENTRE GÊNERO, LUTO E POLÍTICA	123
2.3. “MINHA MÃE PASSA O DIA TODO CHORANDO”: PARA ONDE VAI O LUTO DA FAMÍLIA DE HEIDY?	131
2.4. “VAMOS OUVIR O QUE ELE DIZ”: O “MONSTRO” E O “TRASTE” TAMBÉM PODEM FALAR	148
2.5. “TEVE MORTE NO PLANO TAMBÉM!”: QUAL É O FINAL DOS MELODRAMAS CONTEMPORÂNEOS?	168
<b><u>3. “UMA ONDA DE MACHISMO”: FEMINICÍDIO, UM FENÔMENO CRESCENTE?</u></b>	<b>174</b>
3.1. “OS NÚMEROS COMPROVAM”: A CONSTRUÇÃO DO FEMINICÍDIO COMO UMA NOVIDADE	181
3.2. BREVE GENEALOGIA DA MISOGINIA	194
3.2.1. ELES GOVERNAM, ELAS SÃO GOVERNADAS: A IDEIA DE INFERIORIDADE DA MULHER	197
3.2.2. AMALDIÇOADAS POR DEUS: A MULHER COMO O MAL	202
3.2.3. DE AGENTES DO DEMÔNIO A ANJOS DO LAR	206
3.2.4. ÓDIO: SUBSTRATO DE CONSTRUÇÃO DO BRASIL	209
3.2.5. “EXPLOÇÃO DE INSANIDADE” QUE DURA SÉCULOS: DOS CRIMES PASSIONAIS AO FEMINICÍDIO	216
3.3. AS CONTINUIDADES DA MISOGINIA: “OS NÚMEROS MOSTRAM” DE QUEM É A CULPA?	227

<b><u>4. “A SAÍDA ESTÁ NA MÃO DAS MULHERES”? O IDEAL DA VÍTIMA QUE SALVA A SI MESMA</u></b>	<b><u>230</u></b>
<b>4.1. “SE NÃO, A GENTE TAMBÉM NÃO PODE AJUDAR”: CONFIANÇA NO APARATO JURÍDICO-POLICIAL</b>	<b>231</b>
<b>4.2. UMA PROMESSA TÃO SEDUTORA QUANTO FALSA: O PROTETOR SE REVELA COMO FARSA</b>	<b>243</b>
<b>4.3. “UM ERRO <i>GRAVE</i> QUE AS MULHERES <i>NÃO</i> PODEM FAZER”: A CONDUTA DA MULHER SOB ESCRUTÍNIO</b>	<b>246</b>
<b>4.4. PODER PASTORAL, PEDAGOGIA MIDIÁTICA E A CRIAÇÃO DE SUBJETIVIDADES FEMININAS</b>	<b>255</b>
<b>4.5. “BASTA ELA TAMBÉM QUERER, NÉ!”: MÍDIA E A SUBJETIVIDADE DA “VÍTIMA CORAJOSA”</b>	<b>261</b>
<b>4.6. NOVA VÍTIMA IDEAL E O FANTASMA DA “MULHER HONESTA”: SEPARAR, CULPABILIZAR E DISCIPLINAR</b>	<b>268</b>
<b>4.7. “O PRIMEIRO PASSO É PERDER O MEDO”: O ITINERÁRIO DA SALVAÇÃO DA MULHER-CORAGEM</b>	<b>283</b>
<b><u>CONCLUSÃO</u></b>	<b><u>286</u></b>
<b><u>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</u></b>	<b><u>302</u></b>
<b><u>ANEXO I – LISTA DE MATÉRIAS ANALISADAS</u></b>	<b><u>312</u></b>

## Introdução

“Eu te beijei, depois te matei” (SHAKESPEARE, 2017 [1604], p. 260). Essa foi a última frase dita por Otelo na peça que leva seu nome. O protagonista convenceu-se de que sua esposa, Desdêmona, o havia traído e, por isso, tinha que morrer. Ao tomar conhecimento de que ela era inocente e de que tudo não passava de um plano do vilão Iago, Otelo tira, também, a própria vida.

A história costuma ser intrinsicamente associada ao ciúme, sendo vista como uma advertência sobre os perigos do “monstro de olho verde que vive a escarnecer da carne que o nutriu” (*ibid.*, p. 196). Também é possível discutir a produção sob outros vieses, como a questão de raça e classe – Otelo era um mouro que empreendeu uma escalada social na comunidade veneziana, mas sofria preconceito – e de gênero – a representação feminina das personagens Emília e Desdêmona.

De fato, a narrativa deixa bastante evidente a misoginia que imperava na época: “Ora, vocês são lindos retratos no lar, matracas no salão; na cozinha, gatos loucos, quando ferem, são umas santas, se ofendidas são o Cão (...)” (*ibid.*, p. 165), satiriza Iago; “Ah, tu, mulher, que ocupas o posto inverso ao de São Pedro e guardas as portas do inferno” (*ibid.*, p. 239), pragueja Otelo. Ainda que Desdêmona seja defendida por outros homens, sobretudo quando Otelo lhe agride em público, o motivo dessa intervenção passa longe de uma crença sobre o respeito devido a toda mulher, mas simplesmente por uma convicção de que a jovem, oriunda de uma alta classe e admirada como esposa bela e obediente, não mereceria tal tratamento.

Independentemente de seus dotes e de suas atitudes, Desdêmona, contudo, estava fadada a um triste fim, de acordo com os parâmetros narrativos da história em questão. É o que Shakespeare indicou ao batizar a personagem: em seu nome pouco usual, existe um jogo com a palavra grega *daimon*, que significava algo como divindade, espírito. *Eudaimonia*, termo utilizado na Grécia Antiga para descrever a felicidade, fazia alusão à ideia de que o sujeito tinha um bom espírito a seu lado, guiando sua vida em uma direção afortunada. Já *dysdaimon* designava a infelicidade, entendida como falta de sorte determinada pela ascendência de um mal espírito ou por uma maldição dos deuses (MCMAHON, 2008).

A tragédia de Desdêmona continua extremamente contemporânea, em pleno século XXI. Hoje, podemos considerar que Desdêmona foi vítima de um feminicídio. É interessante notar que a expressão *femicide* desenvolvida pela escritora e teórica feminista

sul-africana Diana Russell para designar “o assassinato de mulheres por homens pelo fato de serem mulheres” (RUSSELL, 2006, p. 76), também traz certa noção de fatalidade, porém há uma grande virada em relação ao pensamento pré-moderno, que gera uma mudança significativa no modo de enxergar o fenômeno. Agora, o sofrimento não é determinado por um anátema divino, mas sim pelo fato de ser mulher em um mundo que odeia mulheres. Esse fardo, além disso, não é mais aceito como destino imutável. O assassinato de mulheres em um contexto de ódio se tornou uma questão política, uma realidade social contra a qual se pode e se deve lutar.

Especialmente na América Latina, o debate sobre feminicídio como preocupação coletiva frutificou. A antropóloga mexicana Marcela Lagarde (2004), importante nome tanto na academia quanto na militância, propõe que essas ocorrências sejam encaradas como crimes de Estado, já que a negligência e o silêncio das autoridades costuma exercer um importante papel para esse resultado fatal. Por isso, a morte de mulheres em contexto de violência misógina passa a ser vista como um tipo de crime evitável, isto é, passível de prevenção com políticas públicas adequadas.

Deriva de visões como essa a reivindicação de que o debate sobre o tema adentre o âmbito do Direito, como ocorreu no Brasil, em 2015, com a promulgação da Lei do Feminicídio<sup>1</sup>. Embora tenha texto exíguo e se restrinja ao campo penal<sup>2</sup> – perdendo a oportunidade de legislar sobre outros quesitos que seriam importantes<sup>3</sup> –, o dispositivo trouxe visibilidade à questão e foi, inclusive, o caminho pelo qual eu comecei a me inteirar sobre o assunto.

Em agosto de 2017, compareci a um evento realizado pela Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, cujo tema era “Discurso do ódio e a segurança pública no Brasil”. A proposta estava diretamente relacionada ao projeto de Dissertação de Mestrado

---

<sup>1</sup> Na legislação, o feminicídio é definido como homicídio “contra a mulher por razões da condição de sexo feminino” e essas condições, ainda segundo o texto da lei, englobam duas possibilidades: um contexto de violência doméstica e familiar ou “menosprezo ou discriminação à condição de mulher”. Fonte: BRASIL, Lei n. 13.104, de 9 de março de 2015. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 10 mar. 2015. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2015/lei-13104-9-marco-2015-780225-publicacaooriginal-146279-pl.html>. Acesso em: 24/06/2021.

<sup>2</sup> A Lei do Feminicídio alterou o Código Penal para incluir o Feminicídio como circunstância qualificadora do homicídio, resultando em uma adesão de apenas algumas linhas. A diferença entre homicídio simples e qualificado reside, sobretudo, na majoração da penalidade: enquanto um homicídio simples prevê a reclusão de 6 a 12 anos, os qualificados apresentam pena de 12 a 30 anos. Note-se que existem outras circunstâncias qualificadoras, como crime cometido mediante paga ou promessa de recompensa, por motivo fútil, com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio cruel etc.

<sup>3</sup> Como o fornecimento de parâmetros para compreensão da violência misógina para além daquela atrelada a relações amorosas e familiares, a previsão de medidas de auxílio e indenização a mulheres sobreviventes de uma tentativa de feminicídio, o apoio aos familiares das vítimas fatais, ou ainda a promoção de diferenciações no processo de investigação e julgamento desses crimes, entre diversas possibilidades.

que eu desenvolvia na época e, portanto, fiquei muito interessada em estar presente no seminário. Lá, assisti a palestras sobre o ódio na história, o ódio e a crise da democracia, o racismo, a homofobia e, ao final, vieram contribuições especificamente sobre a violência de gênero. A Dra. Adriana Ramos de Mello abordou o desafio colocado à segurança pública pela cultura do ódio contra mulheres. Juíza e autora de uma tese de Doutorado sobre feminicídio (MELLO, 2017), ela apresentou o fenômeno como ponto culminante de um processo de violência contínua.

Apesar de já me interessar pelas questões relativas ao gênero e à misoginia, na época, eu não imaginei que o feminicídio se converteria em meu tema de estudo. Aquela tarde, porém, deixou em mim uma forte impressão. Lembro-me, especialmente, de um relato da dirigente da Delegacia de Atendimento à Mulher do Centro do Rio de Janeiro, Dra. Gabriela Von Beauvais da Silva. Ela contou sobre uma ocorrência em que uma mulher havia sido assassinada pelo marido de forma extremamente violenta. Seu rosto foi desfigurado – sendo essa, inclusive, uma das marcas do feminicídio: o objetivo não é apenas matar, mas também humilhar, atingir a identidade e a feminilidade da vítima, ferir sua imagem. Ao percorrer o local do crime, os investigadores encontraram mais um detalhe sombrio: no espelho do banheiro do casal, havia uma declaração de amor, escrita dias antes do crime, pelo punho da vítima, direcionada a seu algoz – que já a agredia anteriormente.

A delegada lançou mão desta narrativa não com o objetivo de recriminar a vítima – ao contrário, sabendo que essa seria a reação de muitos, ela se dirigiu àqueles que a ouviam demandando um olhar diferenciado para os crimes de violência de gênero. A profissional alertou para a necessidade de um cuidado especial para não proferir julgamentos morais contra essas mulheres, não deixando de apoiá-las ainda que elas não se comportem do modo considerado ideal pelo observador.

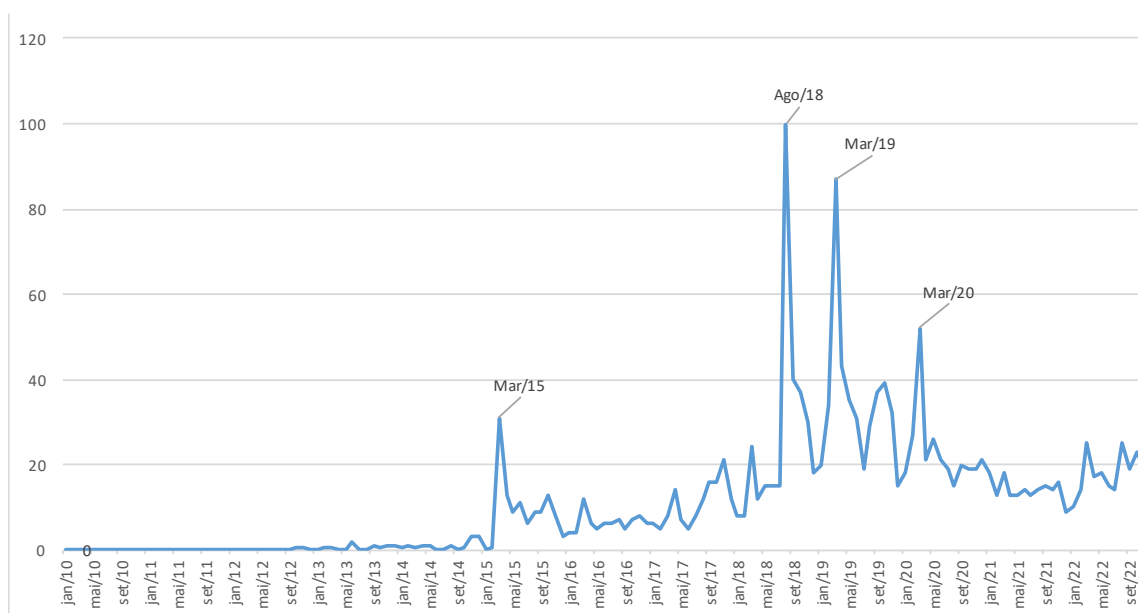
Os esquemas interpretativos que estruturam minha comoção, moldados por uma sensibilidade feminista, fazem com que seja muito difícil para mim conceber o pensamento de culpabilização da vítima ao entrar em contato com casos de violência de gênero. Ouvir um relato como aquele apenas me emocionou e instigou ainda mais a minha vontade de engajamento em torno da causa. Com o tempo, porém, eu viria a compreender melhor a importância daquela observação da delegada.

No contexto da presente pesquisa, passei a analisar mais detidamente as notícias sobre feminicídios, e percebi que, para muitos indivíduos, a sensibilização diante destes casos convive com aquilo que enxergo como um esvaziamento da questão do feminicídio,

na medida em que há um deslocamento de responsabilidade em direção à vítima. Na ocasião, a profissional do Direito tinha em vista as atitudes de seus colegas do poder judiciário, e eu, por minha vez, passei a direcionar o olhar para a misoginia comunicada por meio de notícias jornalísticas sobre o feminicídio.

O interesse pelo tema incitado pelo campo jurídico e modulado pelo olhar midiático não é uma exclusividade minha. A evolução da quantidade de pesquisas no *Google* sobre o termo “feminicídio” no Brasil demonstra uma trajetória semelhante para os internautas brasileiros, como ilustra o gráfico a seguir (FIG. 1), confeccionado com informações obtidas na ferramenta *Google Trends*<sup>4</sup>. Primeiramente, observa-se o substancial incremento na quantidade de pesquisas após março de 2015, mês em que foi sancionada a Lei do Feminicídio. Após esse ponto, a quantidade de buscas continuou em um nível maior do que no período anterior, o que indica que, de fato, o debate sobre o tema foi instigado.

**FIGURA 1:**  
**Gráfico mostrando evolução nas pesquisas por “Feminicídio” no Google entre jan/2010 e jan/2023**



Fonte: Gráfico construído pela autora com dados da ferramenta *Google Trends*.

<sup>4</sup> *Google Trends* é uma ferramenta do *Google* que mostra a popularidade de termos de busca em determinado período de tempo.

Em 2018, ocorreu um novo pico de buscas, em quantidade muito superior do que o ápice de maio de 2015, e ainda não superado posteriormente. Essa alta no interesse pelo tema do feminicídio, especificamente em agosto de 2018, pode estar relacionada a dois fatores. Primeiro, o feminicídio de Tatiane Spitzner, em 22 de julho de 2018. Luis Felipe Manvailer, seu marido, a arremessou da janela do apartamento em Guarapuava, no interior do Paraná. O caso ganhou ampla cobertura midiática e, em agosto, ainda estavam sendo divulgadas informações sobre ele, como a denúncia do Ministério Público do Paraná contra Manvailer.<sup>5</sup> O segundo fator que pode ter influenciado a alta é o aniversário da Lei Maria da Penha, sancionada em 7 de agosto de 2006.<sup>6</sup> Nessa data e nos dias seguintes, diversos veículos divulgaram reportagens sobre o tema da violência contra a mulher, mencionando os 12 anos da Lei Maria da Penha e publicizando dados acerca do aumento de feminicídios e histórias de vítimas.<sup>7</sup>

Em março de 2019 e 2020, novos pontos altos de buscas surgiram, associados ao Dia Internacional da Mulher. Reportagens como *Mulheres conquistaram seu espaço, mas números de feminicídios e violência preocupam*<sup>8</sup> e *Bem Estar fala de feminicídio no dia internacional da Mulher*<sup>9</sup> demonstram que o Feminicídio passou a fazer parte da pauta definida, por diversos telejornais, para a data de oito de março, de modo a trazer atenção para a ideia de que não se trata de um momento para simples celebração.

Na academia, o debate sobre o feminicídio também se intensifica a cada ano, desde 2015. Antes da promulgação da Lei sobre o tema, o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) registrava apenas quatro materiais relativos à palavra-chave “Feminicídio”.<sup>10</sup> Em 2015,

---

<sup>5</sup> MINISTÉRIO Público do Paraná vai denunciar o marido da advogada morta por feminicídio. **Jornal Hoje**, 06/08/2018. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6925184/>. Acesso em: 26/06/2021.

<sup>6</sup> BRASIL, Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 8 ago. 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm). Acesso em: 24/07/2018.

<sup>7</sup> Alguns exemplos: NO AMAPÁ, três tentativas de feminicídio foram registradas em 2018; denúncias aumentaram. **Jornal do Amapá 2ª Edição**, 07/08/18. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6928947/>. Acesso em: 26/06/2021; NÚMERO de de feminicídios aumenta 15% em 2018 em Goiás. **JA 1ª Edição**, 07/08/18. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6927549/>. Acesso em: 26/06/2021; MARANHÃO registra 25 casos de feminicídio em 2018. **JMTV 2ª Edição**, 09/08/2018. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6934296/>. Acesso em: 26/06/2021.

<sup>8</sup> MULHERES conquistaram seu espaço, mas números de feminicídios e violência preocupam. **PITV 1ª Edição**, 08/03/19. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5708799/?s=0s>. Acesso em: 26/06/2021.

<sup>9</sup> BEM Estar fala de feminicídio no dia internacional da Mulher. **Bem Estar**, 08/03/19. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7439532/?s=0s>. Acesso em: 26/06/2021.

<sup>10</sup> GOMES, Izabel Solyszko. **Morreram porque mataram**: Tensões e paradoxos na compreensão do feminicídio. 28/03/2014, 202 f. Doutorado em Serviço social. Universidade Federal Do Rio De Janeiro, Rio de Janeiro; DUTRA, Thiago de Medeiros. **Feminicídio doméstico e familiar**: um estudo sobre o “caso Marcia”. 01/03/2012, 150 f. Mestrado em Ciências jurídicas. Universidade Federal Da Paraíba, João



um trabalho<sup>11</sup> foi defendido sobre o tema, já mencionando a Lei do Feminicídio; no ano seguinte, nove pesquisadores concluíram Teses ou Dissertações sobre o assunto, número que saltou para 16 em 2017, depois 14 em 2018, 22 em 2019, 41 em 2020 e 51 em 2021, totalizando, portanto, 158 estudos até 2021. Oitenta e dois por cento destas pesquisas foram apresentadas para obtenção de título de Mestre, e a área do Direito é a mais presente, com 23%, seguida por Ciências Sociais/Sociologia (11%), Letras/Linguística/Estudos Literários (11%), Saúde (8%) e Comunicação/Jornalismo/Mídia e Cotidiano (6%).

Além de ser um dos campos de conhecimento que mais produz Teses e Dissertações sobre Feminicídio, a Comunicação também se faz presente em pesquisas de outras disciplinas. Trabalhos de Educação, Psicologia, Enfermagem/Saúde, Ciências Sociais e Letras lançaram mão de notícias jornalísticas como objeto de análise, por entender a mídia como importante *locus* de construção de saber. Foram identificados dezessete trabalhos com essas características, que perscrutaram materiais de veículos variados, como *Folha de São Paulo*, *O Globo*, *GI*, *Uol*, *A Gazeta*, *JPB*, *O Popular*, *Tribuna do Norte*, entre outros.

Apesar da diversidade de objetos de pesquisa, as observações convergem em um ponto: a tendência da mídia a abordar o feminicídio por um viés policialesco e/ou punitivista, isto é, conferindo grande foco a questões como a cena do crime, o modo como a vítima foi atingida e a extensão da pena criminal prevista para o réu, além de considerar a prisão do agressor como o ápice, a resolução do caso, de modo a reduzir a complexidade da questão e das ações necessárias. Associada a essa percepção, os pesquisadores também notaram uma destacada prevalência (na verdade, quase exclusividade) da escuta de fontes pertencentes ao campo jurídico, geralmente delegados ou promotores de justiça à frente do caso em questão, que se limitam a dar informações sobre o andamento das investigações. Não costuma haver consulta a fontes que possam trazer explicações sobre o contexto de violência de gênero.

---

Pessoa; SILVA, Elisângela Conceição Pereira da. **O silenciamento da violência conjugal contra a mulher**: um estudo de caso na cidade de Cachoeira, Bahia. 01/05/2009. 131 f. Mestrado em Família na sociedade contemporânea. Universidade Católica Do Salvador, Salvador; DINIZ, Marinete Rodrigues De Farias. **Femicídio e violência de gênero**: um estudo exploratório sob o olhar da educação. 01/04/2014, 139 f. Mestrado em Educação. Universidade Católica de Brasília, Brasília.

<sup>11</sup> MARQUES, Clarice Gonçalves Pires. **Direito e Feminilidades**: o discurso jurídico colonial e decolonial em face da Lei do Feminicídio. 15/12/2015. 122 f. Mestrado em Direito e Justiça Social. Universidade Federal Do Rio Grande, Rio Grande.

Além disso, nos mais diferentes canais de comunicação, a maioria das matérias não apresenta aprofundamento crítico ou informações que contextualizem as ocorrências em questão como parte de um fenômeno social da violência de gênero e expliquem as particularidades deste tipo de crime. Tal prática acaba por resultar em um esvaziamento na abordagem do feminicídio, visto como mera tragédia isolada, o que não colabora para a informação da população sobre o tema (BEZERRA, 2020; DELAVI, 2019; MARIANO, 2019; PETRUCCI, 2019; SAAD, 2018; SANTOS, 2020). Mesmo quando são mencionadas campanhas de conscientização contra a violência, os efeitos de sentido dos discursos veiculados acabam por funcionar, muitas vezes, de maneira oposta, na medida em que culpabilizam vítimas (MAASS, 2020).

Alguns trabalhos abordaram, ainda, o pendor de muitas reportagens para intensa dramatização dos eventos, visando a chamar a atenção do espectador por meio do choque (DELAVI, 2019) e de um desejo *voyeurista* por acompanhar o desenrolar dos casos como quem assiste a um romance policial (MARIANO, 2019). Somado ao foco na crueldade dos crimes, uma das estratégias para intensificar a carga dramática das reportagens é a personalização, ou seja, tratar os eventos como estando exclusivamente relacionados às pessoas envolvidas, ao invés de descrevê-los como fenômenos sociais mais amplos (PETRUCCI, 2019).

Uma das dissertações apresentou, em adição à análise de notícias, uma etnografia com profissionais do telejornal JPB (PAZ, 2018) que se mostrou bastante significativa para melhor compreender os resultados encontrados nos demais trabalhos sobre o tema. Os próprios jornalistas informaram que a violência do crime era um dos principais critérios de seleção dos feminicídios a serem publicizados, afirmando que a divulgação de detalhes sórdidos dessas ocorrências não era de seu interesse pessoal, mas “é o que o público quer”. Assim, o foco policialesco é justificado como um suposto desejo da audiência, o qual, alegadamente, vai contra a vontade dos autores das notícias. Ainda segundo os profissionais, a ausência de aprofundamento sobre a questão da violência de gênero seria causada pela escassez de recursos disponíveis para produzir as reportagens e também pelo ritmo acelerado dos telejornais, que precisam dividir o tempo disponível entre muitas notícias.

Ao longo das entrevistas, contudo, fica claro que o principal obstáculo para a superficialidade no tratamento do feminicídio não era simples falta de tempo ou preocupação com os desejos do público, mas sim a ausência de interesse e de informação sobre o tema por parte dos profissionais em questão: eles mesmos afirmavam não

conhecer o termo feminicídio e não acreditar que seria papel do jornalismo debater sobre a questão. A editora geral do programa opina, ainda, que a noção de que crimes possam ser motivados por ódio a mulheres, a negros ou à população LGBTQIA+ seria um fruto do “politicamente correto” (PAZ, 2018, p. 59).

Outro repórter entrevistado, por sua vez, diz ter consciência de que há muitas mortes de mulheres por causa do machismo, mas considera que o jornalista precisa “fazer uma avaliação isenta”, o que inclui “observar o comportamento de risco que a vítima levava”, se são “usuárias de drogas, prostitutas ou mulheres que se relacionam com criminosos” (PAZ, 2018, p. 61), inclusive entrevistando conhecidos da vítima para saber sobre seu comportamento. Percebe-se, portanto, que, apesar de defender uma “avaliação isenta”, o profissional não se furta a assumir os papéis de investigador e de juiz – quem está no banco de réus, porém, é a vítima. O jornalista concede a si mesmo o direito de determinar se a mulher causou ou não a própria morte, por meio de seu “comportamento de risco”.

Tanto a editora-chefe quanto o jornalista entrevistados por Paz (2018) utilizam a ideia de neutralidade jornalística como escudo para questionamentos sobre o não-uso do termo feminicídio nas matérias, ao mesmo tempo em que não se furtam a realizar julgamentos sobre questões sociais complexas munidos apenas de suas opiniões pessoais, às quais adquirem o *status* de juízo imparcial e sensato. Vale notar que as entrevistas foram concedidas em 2017, dois anos após a promulgação da Lei do Feminicídio.

Tais resultados de pesquisas anteriores demonstram a relevância de seguir estudando a interseção entre feminicídio e jornalismo, propósito ao qual o presente trabalho se dedica. Nos últimos anos, teria a abordagem midiática sobre a violência feminicida se modificado? O crescimento do interesse no tema desde 2018, demonstrado pela ferramenta *Google Trends*, encontra algum tipo de reflexo na prática jornalística? Teria a qualidade dessas matérias sido incrementada, contendo maior potencial para informar sobre o problema? Houve uma diversificação de fontes consultadas, contemplando movimentos pelos direitos das mulheres ou especialistas em violência de gênero? Mantêm-se o viés policialesco, concentrando a questão em torno dos agressores e considerando sua prisão como “resolução” do caso? Manifesta-se a compreensão do feminicídio como um fenômeno social que demanda ação coletiva, ou ainda outro modo de enquadrar o fenômeno? As vítimas ainda são colocadas no banco de réus, ou desenvolvem-se formas alternativas de abordá-las?

Diante de tantos questionamentos, escrevo essa tese com o objetivo de investigar os efeitos de sentidos produzidos pelo discurso jornalístico sobre o tema do feminicídio. Para analisar essa questão, debruço-me, neste trabalho, sobre notícias, entrevistas e reportagens da Rede Globo, entre 2018 e 2020, que contenham o termo “femicídio”. O acesso a estes materiais se deu pela plataforma *Globoplay*, que disponibiliza, na íntegra, todos os conteúdos visuais da TV Globo e afiliadas.

A seguir, destaco alguns pontos relevantes sobre o arcabouço teórico que servirá como base para a discussão e para a conformação da tese defendida neste trabalho. A primeira observação se refere ao significado político de feminicídio aqui adotado, a segunda diz respeito à incorporação do entendimento de Segato (2003, 2018) sobre crimes contra mulher como atos enunciativos e a terceira demarca a filiação a uma perspectiva teórica que privilegia o papel exercido pelas emoções na construção de sentido do objeto aqui considerado.

Procederei, então, a detalhar qual é o conceito de feminicídio adotado nesta tese e o porquê da relevância dessa escolha. Femicídio pode ser entendido como uma forma extrema de violência de gênero, isto é, “violência misógina contra mulheres por serem mulheres situadas em relações marcadas por desigualdade de gênero” (LAGARDE, 2010, p. xxii, tradução livre)<sup>12</sup>. Deste modo, o fenômeno não deve ser separado de seu contexto social. Vale notar, ainda, que o conceito de feminicídio utilizado comumente pelos estudos feministas na América Latina não é mera tradução daquele desenvolvido por Russell (2006) – como dito anteriormente: “o assassinato de mulheres por homens pelo fato de serem mulheres” –, mas sim representa uma continuidade na discussão sobre o tema, adaptando-o à realidade latina e gerando novas formas de compreendê-lo. Nesse sentido, Fregoso e Bejarano (2010) alertam sobre a necessidade de ir além da ideia de que o feminicídio seja o “assassinato de uma mulher por ser mulher”, para deixar ainda mais evidente o caráter sistêmico e político. As autoras definem o termo, então, como assassinato de uma mulher fundado em uma estrutura de poder marcada pelo gênero. Também é preciso levar em conta questões de interseccionalidade, ou seja, jamais perder de vista a compreensão de que mulheres negras e indígenas são atingidas de maneira diferenciada pela misoginia.

As autoras ressaltam que essa compreensão do feminicídio desafia as tradicionais barreiras entre o público e o privado, uma vez que é um fenômeno sistêmico, social e

---

<sup>12</sup> No original: “Gender violence is misogynist violence against women for being women situated in relationships marked by gender inequality”.

relacionado a políticas públicas e, ao mesmo tempo, privado, íntimo, interpessoal. Entende-se, então, que a tentativa de separar violências que ocorrem em contexto de violência doméstica ou familiar daquelas perpetradas por desconhecidos da vítima ou por agentes do Estado seria pouco frutífera. Mais interessante é justamente considerar como o particular e o universal estão interligados, quando se fala em feminicídio.

Outro aspecto importante a se considerar é que, no desenvolvimento do conceito na América Latina, houve uma interseção com o campo jurídico, porém não necessariamente concentrando-se em um viés punitivista, isto é, que enxerga o campo penal como a única resolução para o problema. O caso do México é emblemático nesse sentido: naquele país, a teórica feminista Marcela Lagarde, ao exercer um mandato legislativo, contribuiu para a criação da *Ley General de Acceso de las Mujeres a una Vida Libre de Violencia*<sup>13</sup> (em tradução livre: Lei Geral de Acesso das Mulheres a uma Vida Livre de Violência). O marco normativo que entrou em vigor em 2007, não funciona apenas como dispositivo penal, fixando uma pena de reclusão contra feminicidas, mas sim procura defender os direitos humanos das mulheres de modo amplo, abordando quesitos como a violência institucional, a importância da educação livre de estereótipos, explicações sobre o que se considera como misoginia e como perspectiva de gênero, além de apresentar uma definição abrangente de violência contra a mulher, que engloba qualquer ação ou omissão causadora de dano ou sofrimento.

Com essas informações, pretendo reforçar que o viés punitivista e concentrado em soluções individuais não é uma manifestação necessária ou natural ao se falar sobre feminicídio. Ao contrário, o termo emergiu de uma discussão feminista sobre as consequências nefastas da misoginia e a necessidade de proteção e valorização da vida das mulheres. Além de não fazer jus ao modo de emergência do conceito, o apagamento do ponto de vista feminista no debate sobre o fenômeno é parte do problema. Para melhor demonstrar por que o estreitamento do conceito de feminicídio não é mera coincidência, mas sim elemento essencial da questão, recorri às contribuições teóricas de Rita Segato e também ao entendimento do papel exercido pela misoginia, pontos a serem detalhados a seguir.

Segato (2018) denuncia que a mídia, a polícia e o campo judiciário comumente baseiam suas práticas em uma forma superficial de compreender a violência contra

---

<sup>13</sup> Texto integral da lei disponível em: [https://www.gob.mx/cms/uploads/attachment/file/209278/Ley\\_General\\_de\\_Acceso\\_de\\_las\\_Mujeres\\_a\\_u\\_na\\_Vida\\_Libre\\_de\\_Violencia.pdf](https://www.gob.mx/cms/uploads/attachment/file/209278/Ley_General_de_Acceso_de_las_Mujeres_a_u_na_Vida_Libre_de_Violencia.pdf) . Acesso em: 22/09/2021.

mulheres: tratando-a como problema individual, típico de homens desviantes da sociedade. Falando mais especificamente sobre a violência sexual, a autora critica a visão do senso comum, de que estes crimes são instrumentais, isto é, cometidos como meio para alcançar um objetivo determinado – no caso, a satisfação sexual. Para ela, porém, não apenas as violações como nenhum outro delito se esgota na finalidade instrumental: “Todo crime é maior do que seu objetivo: é uma forma de fala, parte de um discurso que teve que continuar pelos caminhos da ação” (SEGATO, 2003, p. 44, tradução livre)<sup>14</sup>.

Nessa perspectiva, a violência de gênero não seria nem uma patologia, nem um estado natural da sociedade, mas sim um mandato, um imperativo, ao qual atendem homens comprometidos com a construção de uma masculinidade tradicional, que necessita do contínuo rebaixamento do feminino para se estabelecer. Essas atitudes violentas são condição necessária para a produção e reprodução do gênero, isto é, de uma economia simbólica de poder delineada por um diferencial hierárquico entre posições demarcadas.

Além de serem ferramentas para a construção da realidade de opressão feminina, há outro motivo que torna estes delitos um fenômeno eminentemente coletivo: como ressalta Segato (2003), mesmo quando o agressor age sozinho, sem o conhecimento de outras pessoas, podemos descrevê-lo como estando acompanhado, de alguma maneira. Em sua consciência, ele se encontra “íntimamente ligado ao mandato de interlocutores presentes em seu horizonte mental” (SEGATO, 2003, p. 35, tradução livre)<sup>15</sup>. Assim, o modelo da autora para compreender este tipo de crime propõe uma estrutura dialógica, no sentido bakhtiniano, entre o agressor e outros genéricos, que povoam seu imaginário e dão sentido a seu ato.

De acordo com Bakhtin (1997 [1979]), os enunciados são elos de uma cadeia de comunicação, composta por uma alternância de sujeitos falantes. Um elemento de enunciação, portanto, jamais opera de maneira isolada ou autossuficiente – em lugar disso, está “repleto dos ecos e lembranças de outros enunciados” (BAKHTIN, 1997 [1979], p. 316). O autor ressalta, ainda, que cada ato de significação tem sempre um destinatário de quem o autor da produção verbal espera uma compreensão responsiva e que pode ser mais ou menos próximo e percebido com maior ou menor consciência.

---

<sup>14</sup> No original: “Todo delito es más grande que su objetivo: es una forma de habla, parte de un discurso que tuvo que proseguir por las vías del hecho”.

<sup>15</sup> No original: “íntimamente ligado al mandato de interlocutores presentes en el horizonte mental”.

Segato (2003, p. 36) se utiliza desta ideia para propor a noção de uma “galeria de ‘acompanhantes’ ou interlocutores na sombra”<sup>16</sup> que participam do ato de agressão a uma mulher. Segundo a autora, estas companhias silenciosas, imaginadas, se incorporam à vida do sujeito desde os primeiros momentos e têm sua presença confirmada ao longo dos anos, tornando-se cada vez mais parte dele e pressionando-o a agir de acordo com certo modelo de masculinidade. A razão de ocorrência do crime não se esgota, deste modo, no indivíduo, mas sim procede de um campo intersubjetivo. Seu sentido está justamente em agir como um ato expressivo, com uma intenção comunicativa, não apenas direcionada a vítima, mas principalmente a outros homens.

Nesta tese, pretendo associar esta proposição teórica de Segato (2003) – que trata a violência contra a mulher como um fenômeno caracterizado por uma forte dimensão enunciativa – a um arcabouço teórico dos estudos das emoções acerca do papel do ódio na comunicação de regras sociais. A própria Segato (2018), contudo, se mostra resistente ao uso do termo “crimes de ódio” por considerar que a retórica das emoções vincula a questão ao íntimo de cada indivíduo, ao campo de seus sentimentos e motivações pessoais. Além disso, em seu ponto de vista, privilegiar a discussão sobre misoginia significaria concentrar-se no eixo de interlocução entre agressor e vítima, esquecendo-se de atentar para a comunicação entre os membros da comunidade masculina da qual o agressor faz parte – dimensão que a autora acredita ser essencial para assimilar este tipo de crime.

O modo tradicional de compreender as emoções de fato torna difícil, ou até mesmo impossível, falar do ódio como fenômeno social. Por vezes, as emoções são vistas como realidades biológicas que estão arraigadas na natureza humana e manifestam-se quase instintivamente. Em paralelo, também existe a crença de que as emoções são fenômenos subjetivos, individuais e particulares, assunto da psicologia.

Esses modos de enxergar as experiências emocionais realmente não são compatíveis com uma compreensão da violência contra a mulher como fenômeno social, visto que ambos afastam as emoções do reino da cultura e da sociedade. Tanto a noção biologizante quanto o entendimento psicologizante das manifestações afetivas permitem aos agressores argumentar que foram dominados pelas paixões e momentaneamente perderão o juízo. Tornaram-se momentaneamente animais, num impulso incontrolável

---

<sup>16</sup> No original: “galería de "acompañantes" o interlocutores en la sombra”.

vindo da própria natureza masculina, ou converteram-se em loucos por alguns minutos, movidos por delírios de suas psiquês individuais.

O fato de que o recurso à emocionalidade foi historicamente utilizado nos tribunais para desculpar agressores não quer dizer, contudo, que uma abordagem das emoções relacionada aos crimes contra mulher não seja mais possível ou desejável – basta que se adote outra forma de assimilar as expressões afetivas. Esta outra maneira de enxergar o fenômeno se afilia a concepções teóricas que estudam discursos emocionais como práticas estreitamente ligadas a paradigmas sociais e culturais, contextos políticos e relações de poder (AHMED, 2014; COELHO & REZENDE, 2010; FREIRE FILHO, 2014, 2017; MILLER, 1997; NUSSBAUM, 2004; ROSALDO, 1984). Minha participação, desde o Mestrado, no Núcleo de Estudos de Mídia, Emoções e Sociabilidade (NEMES), coordenado por João Freire Filho, aguçou meu interesse por investigar o papel das emoções nos fluxos comunicacionais, abrindo um novo horizonte de compreensão para fenômenos que poderiam acabar passando despercebidos.

Em minha pesquisa de Mestrado, me propus a analisar o discurso de ódio antifeminista. Inicialmente, eu utilizava o termo *discurso de ódio* muito por força de uma convenção social sobre como se nomear o fenômeno de ataques e agressões verbais direcionados a minorias. Com o prosseguimento da pesquisa e as contribuições teóricas dos autores estudados no âmbito do NEMES, porém, passei a entender que a palavra ódio apresentava muito mais potencial do que meramente um papel figurativo. Depreender o que, exatamente, pode ser assimilado como aversão colaborou para que eu captasse a real complexidade daquilo que estava analisando e, então, percebesse por que a denominação *discurso de ódio*, de fato, faz mais sentido do que se imagina.

Percebi, por exemplo, que não poderia tratar meu objeto como composto exclusivamente por indivíduos descontrolados, irracionais, antissociais, e nem mesmo por *bots* programados para divulgar impropérios. Existiam ali pessoas reais, com família, amigos, valores e crenças. O que acontece é que essas crenças tornam imperativo que elas odeiem determinado tipo de pessoas. O ódio opera por meio da mobilização de narrativas em que o outro é retratado como inerentemente mal, verdadeiro vilão que representa um perigo e que, portanto, deve ser controlado. Assim, o ódio cria seu próprio objeto, atribuindo a ele características sob medida para que seja visto como aversivo. Esse discurso se torna especialmente perigoso porque demanda reações, ao mesmo tempo, explosivas e contínuas: seu público é enfaticamente incentivado a se manter em uma atenta e perpétua caça pela mulher que se afasta do caminho visto como ideal. O discurso



de ódio, deste modo, atende a necessidades do grupo no qual é produzido - nesse caso, agredir e excluir mulheres que não se encaixem no modelo ideal (ANJOS, 2019).

Ao iniciar o Doutorado e escolher pesquisar sobre feminicídio, eu imaginei, a princípio, que me afastaria das reflexões sobre a retórica de aversão. Afinal, a palavra ódio não figura na lei do feminicídio existente no Brasil. Porém, em leituras iniciais e exploratórias sobre o tema, o termo misoginia se fazia presente. A teórica Jill Radford define feminicídio como a “matança misógina de mulheres por homens” (RADFORD, 1992, p. 3, tradução livre)<sup>17</sup>. Marcela Lagarde, como vimos, também define o feminicídio como uma “violência misógina” (LAGARDE, 2010, p. xxii). Carcedo e Sagot (2000, p. 60), autoras da Costa Rica que privilegiam o termo “femicídio” e desenvolveram a categorização entre femicídio íntimo (cometidos por homens com quem as vítimas tinham relação íntima ou familiar) e não-íntimo (causados por desconhecidos), opinam que, tanto em um tipo de crime quanto no outro, são manifestos “altos níveis de ódio”, aqui entendido como crueldade, perfídia, aumento surpreendente e deliberado do sofrimento da vítima durante o ato de violência.

Após aprofundar os estudos sobre a aversão e, em específico sobre a misoginia, percebi que, assim como havia acontecido em meu trajeto no Mestrado, na pesquisa de Doutorado o ódio exerceria um papel mais importante do que apenas uma força de expressão, para designar atitudes impensadas de indivíduos violentos. Relembrei-me do fato de que manifestar uma emoção, mais do que uma expressão da interioridade, é uma performance comunicativa, “uma forma de ação social que cria efeitos no mundo” (ABU-LUGHOD & LUTZ, 2009, p. 106-107, tradução livre)<sup>18</sup>. Além disso, o ódio, em específico, possui características particulares que o destacam entre as demais emoções como um poderoso mediador de regras sociais, reforço de relações estabelecidas e mobilização de pessoas em torno de objetivos. Deste modo, acredito que uma perspectiva teórica que confira destaque ao papel dessa experiência emocional dentro do fenômeno do feminicídio dialoga, de maneira muito propícia, com a visão de Segato sobre o caráter enunciativo dos crimes contra a mulher.

Além de estudos de caráter filosófico, sociológico e histórico sobre a aversão que demonstram a atuação micropolítica dessa experiência emocional (AHMED, 2014; KOLNAI, 2003, 1998; BRUDHOLM, 2010; BRUDHOLM, JOHANSEN, 2018;

---

<sup>17</sup> No original: “Femicide, the misogynous killing of women by men”.

<sup>18</sup> No original: “Rather, we should view emotional discourse as a form of social action that creates effects in the world, effects that are read in a culturally informed way by the audience for emotion talk”.

CHAKRABOTI, GARLAND, 2009; CHAUVAUD, GAUSSOT, 2008; PERRY, 2001), têm um importante papel na reflexão aqui proposta contribuições sobre as particularidades do direcionamento dessa emoção às mulheres, isto é, a misoginia. A principal referência nesta empreitada é a autora Kate Manne (2018), para quem a misoginia deve ser entendida como propriedade do ambiente social, uma manifestação central da ideologia patriarcal que cumpre uma função política de conformação à ordem. Uma vez que a manutenção do *status quo* necessita que mulheres sigam determinadas regras, o ódio misógino agirá especialmente como punição àquelas que violam, de alguma forma, as expectativas patriarcais.

Com base nesse arcabouço teórico, portanto, nesta tese parto do princípio de que a violência feminicida não é um fenômeno residual, que diz respeito apenas a indivíduos claramente violentos. Considero, então, que o feminicídio é componente necessário do funcionamento de uma sociedade que deseja que mulheres permaneçam em posição subordinada, e é conivente com o fato de que aquelas que descumpram as regras sejam punidas. Assim, a violência contra a mulher serve como um veículo de comunicação de regras sobre a posição feminina na sociedade.

Uma vez que está em jogo uma questão discursiva, a mídia desempenha aqui importante papel. Não é necessário que um veículo midiático divulgue um material ofensivo e sexista para que se considere como parte do ciclo de comunicação da misoginia. Caso assim fosse, a questão seria de solução mais simples. A situação se torna complexa porque, a despeito das mudanças nos últimos tempos no que concerne à construção de discursos midiáticos sobre crimes misóginos, problemas ainda persistem. A misoginia não se extingue, apenas se manifesta em formas mais sutis. O modo como o feminicídio é enquadrado pode significar uma continuidade desse ciclo de enunciação misógino. Quando um agressor ganha oportunidade de contar seu “ponto de vista”, quando a vida da vítima é perscrutada revelando dados que possam colaborar para sua culpabilização, ou quando o tema é abordado de forma esvaziada como uma tragédia individual, o ciclo de comunicação do ódio ganhará mais um elo.

Resta observar, então, como se dá a construção discursiva sobre feminicídio no objeto escolhido. Para a realização da pesquisa, optei por estruturar o *corpus* a partir de notícias, entrevistas e reportagens dos programas televisivos da Rede Globo, coletadas por meio da plataforma *Globoplay*, que tenham sido veiculados entre 2018 e 2020 e contenham o termo “feminicídio”. A seguir, detalharei o trajeto dessa decisão metodológica e os motivos de escolha de cada um dos elementos deste *corpus*.

A opção pela *Rede Globo* se deu por serem parte do maior grupo de mídia do Brasil e um dos maiores do mundo<sup>19</sup>, que detém 9 dos 50 veículos de comunicação com maior audiência do país<sup>20</sup>. A emissora tem ampla cobertura geográfica, estando presente em 98,37% dos municípios brasileiros e em 99,52% dos domicílios com TV<sup>21</sup>. Com 5 emissoras próprias e 118 afiliadas espalhadas pelo território nacional, produz cerca de 3.000 horas de jornalismo por ano<sup>22</sup>. A *Globoplay* é a maior ferramenta de streaming do Brasil, com 20 milhões de usuários únicos ativos, incluindo assinantes e aqueles que usufruem dos conteúdos gratuitos<sup>23</sup>. Em relação ao número de assinantes, este aumentou 145% somente no primeiro semestre de 2020<sup>24</sup>. Ainda que as séries sejam os conteúdos mais assistidos, o jornalismo da *Globo* bateu recordes de audiência em 2020, especialmente junto ao público jovem, em decorrência da cobertura sobre a pandemia de coronavírus. Segundo dados divulgados pela emissora, entre meados de março e fim de junho do ano passado, 90% dos brasileiros entre 15 e 29 anos procuraram o jornalismo da *Globo* para se informar. Foram 8,9 milhões de jovens por semana, 450 mil a mais em relação ao período que antecedeu o início da pandemia<sup>25</sup>.

Por tais motivos, a seleção dos programas da *Rede Globo* possibilita uma análise do discurso hegemônico que atinge, diariamente, uma grande quantidade de pessoas. Além de ter uma abrangência ampla e nacional, a amostra também apresenta capilaridade em editorias regionais, o que permite identificar particularidades locais.

A escolha da ferramenta *Globoplay* também apresenta vantagens práticas para o desenvolvimento da pesquisa, se comparada a outros repositórios de conteúdos do *Grupo Globo*, como o portal *Globo.com* e o arquivo do jornal *O Globo*. O acervo da publicação impressa permite o acesso a um longo histórico do jornal, porém, após uma observação exploratória do conteúdo, percebi que o feminicídio não é um tema intensamente explorado pelo veículo. No primeiro semestre de 2020, por exemplo, constam 38 páginas do jornal com a palavra “feminicídio”; destas, porém, 24 são meras menções em

---

<sup>19</sup> Fonte: <https://propmark.com.br/midia/ranking-da-zenith-revela-30-maiores-grupos-de-midia/> . Acesso em: 13/08/2021.

<sup>20</sup> Fonte: <https://apufpr.org.br/cinco-grupos-controlam-50-dos-principais-veiculos-de-midia-do-pais-diz-relatorio/> . Acesso em: 13/08/2021.

<sup>21</sup> Fonte: <https://midadados2020.com.br/midia-dados-2020.pdf> . Acesso em: 13/08/2021.

<sup>22</sup> Fonte: <http://brazil.mom-rsf.org/br/midia/detail/outlet/rede-globo/> . Acesso em: 13/08/2021.

<sup>23</sup> Fonte: <https://canaltech.com.br/entretenimento/globoplay-ja-tem-20-milhoes-de-usuarios-e-e-lider-nacional-de-streaming-172792/> . Acesso em: 13/08/2021.

<sup>24</sup> Fonte: <https://www.techtudo.com.br/noticias/2020/12/globoplay-cresce-durante-a-pandemia-veja-os-contenudos-mais-assistidos.ghtml> . Acesso em: 13/08/2021.

<sup>25</sup> Fonte: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2021/07/30/pandemia-atraiu-publico-jovem-para-jornalismo-profissional-e-faz-jn-bater-recorde-sembarreira.ghtml> . Acesso em: 13/08/2021.

conteúdos sobre outros temas (como notícias sobre carnaval e entrevistas com celebridades), e apenas 14 abordam mais diretamente o feminicídio. Destas 14, vale notar que uma delas é uma chamada indicando a leitura do conteúdo na versão *web* da publicação, duas são menções em reportagens cujo foco é a ocorrência de homicídios em geral, e quatro são pequenas notas na coluna de Ancelmo Gois.

Sendo assim, caso esta tese seguisse por esse caminho, além da quantidade enxuta da amostra, o material de análise também seria qualitativamente limitado, considerando o objetivo da pesquisa aqui colocado, isto é, entender como o feminicídio é construído discursivamente. É certo que essa escolha poderia ser interessante para pesquisas com outros focos, como averiguar que critérios de noticiabilidade são utilizados e em quais partes do jornal o feminicídio aparece. Para essa investigação, contudo, eu buscava um repositório em que pudesse avaliar a narrativa dos crimes em si e, de preferência, em uma variedade de ocorrências, de modo a captar tendências gerais e também especificidades de casos atípicos que possam surgir.

O portal *GI*, a princípio, parecia o local adequado para encontrar material que atendesse a tais critérios, por ter abrangência nacional mas também editorias dedicadas a regiões por todo o Brasil. Além disso, sendo um veículo *online*, naturalmente apresenta maior quantidade de publicações do que um jornal impresso em qualquer tema, e com o feminicídio não seria diferente. Entretanto, um outro tipo de problema prático surgiu: o *GI* não possui um acervo organizado de conteúdos já publicados. A ferramenta de busca do portal permite chegar muito longe em termos temporais. Nesta opção, então, havia quantidade e variedade, mas o acesso era dificultado.

Esses obstáculos acabaram sendo úteis para me levar a uma fonte na qual eu não havia pensado inicialmente: o *Globoplay*. Os contratemplos, contudo, não foram os responsáveis por me fazer escolher, de fato, essa alternativa, mas sim os resultados que encontrei ao digitar “feminicídio” na ferramenta de busca. Minha tela foi inundada com uma enorme quantidade de notícias e reportagens dos mais variados telejornais do Brasil. Encontrar um repositório tão amplo e diverso de material me pareceu, então, um caminho instigante para o prosseguimento da pesquisa.

Ao iniciar uma análise prévia dos vídeos, o recorte pelo telejornalismo se mostrou uma escolha acertada, pois solucionou uma questão que me incomodava em relação ao material impresso, ainda que eu não tivesse absoluta consciência disso até ser colocada diante de outra opção: a exiguidade da maioria das matérias da amostra. Isto é, embora o *GI* – ou outros portais online – tivessem, também, grande quantidade de matérias sobre

feminicídio, a maioria delas contém poucas linhas, restringindo-se a responder às perguntas “o quê?”, “quem?”, “quando?”, “onde?” e “como?”. Até mesmo a sexta interrogação do lide – “por quê?” – costuma ficar de fora, ou ser respondida com uma breve referência aos ciúmes. É verdade que, nos telejornais, essa estrutura também se manifesta, e muitas das notícias têm apenas alguns segundos, mas, ainda assim, um novo campo de investigação se abre: imagens da vítima e do agressor, gráficos com dados estatísticos, filmagem da delegacia de polícia e do local de moradia da vítima, o olhar de desolação de parentes e amigos e até mesmo a revolta de uma mãe ou o pranto de uma avó.

Este último tipo de cena chamou a minha atenção – como, aliás, é a sua razão de ser. Até mesmo os apresentadores não se mantêm impassíveis diante das desoladas manifestações: eles demonstram sua compaixão, tristeza ou indignação, praguejam contra o agressor – “monstro, traste!” –, compartilham desejos sobre a resolução do caso, se dirigem às vítimas de violência – “denuncie!”, “não se cale!” – e, por vezes, avisam antes da reportagem começar que se trata de um conteúdo sensível. Percebi, então, que o telejornalismo estava me fornecendo, como pesquisadora, muito mais do que uma nova gama de elementos a serem analisados quantitativamente – em quantas notícias os jornalistas se manifestam, a quem se dirige em cada uma delas, etc. Passei a me interessar em averiguar a relação entre jornalismo, violência de gênero e emotividade – mais especificamente, como a comoção diante das notícias de feminicídio é construída dentro da narração dos telejornais e quais são suas consequências político-sociais.

A decisão pelo *Globoplay* como fonte de materiais empíricos apresenta, certamente, algumas limitações. A principal delas é que a ferramenta de busca apenas contempla o título e o subtítulo das matérias. Deste modo, as reportagens que não contiverem o termo “feminicídio” em um desses espaços não farão parte da amostra. Ainda assim, trata-se de um *corpus* de grande quantidade e qualidade, portanto essa limitação não chega a constituir um entrave – apenas é um fato do qual se deve estar ciente. Os resultados discutidos nesta tese, então, não poderão ser estendidos a *todo e qualquer* conteúdo sobre feminicídio da Rede Globo. Em vez disso, dizem respeito a uma amostra selecionada de acordo com os critérios aqui detalhados. Essa análise, portanto, não entrará no mérito de avaliar os conteúdos que não contêm o termo feminicídio mas *deveriam* ou *poderiam* apresentar – o foco será em observar as matérias que, de fato, utilizam o termo com destaque, e como o fazem.

Além da limitação de palavras-chave, foi necessário realizar um recorte temporal, até mesmo por questões de exequibilidade da pesquisa, diante do vasto material disponível. Optei, então, por selecionar conteúdos entre 2018 e 2020, que totalizaram 1.816 notícias. Para essa escolha, considerei que 2018, como mostra a ferramenta *Google Trends* (FIGURA 1), foi o ano em que o interesse pelo termo “feminicídio” cresceu substancialmente. Em 2019, houve outro pico de buscas pela palavra. Em 2020, o interesse parece ter diminuído, mas a inclusão deste ano será propícia a título de comparação com os anteriores, e também por ter sido o ano de início da pandemia de COVID-19, que assolou (e, no momento de escrita deste texto, ainda assola) todo o mundo, causando mortes, angústias e um incremento na vulnerabilidade de grupos já oprimidos, inclusive mulheres em situação de violência que, para tentar se proteger do vírus, se viram isoladas em quarentena com seus agressores<sup>26</sup>. Será interessante avaliar se e como a pandemia afetou a cobertura de imprensa dos casos de feminicídio.

Dentre as 1.816 notícias coletadas, foi necessário fazer um recorte, de modo a propiciar uma análise mais aprofundada do material. Após exame inicial dos elementos como um todo, optei por dividir as matérias em categorias de interesse para a pesquisa. Essa observação preliminar foi realizada com base no título das matérias, parâmetro escolhido por representar uma opção da própria equipe jornalística sobre o modo de enquadrar o conteúdo produzido, de acordo com a característica julgada como mais preponderante. Considero que esta foi uma forma de deixar o objeto falar por si, demonstrando quais seriam os caminhos relevantes de aprofundamento da análise.

Foram identificados, então, alguns elementos que se reiteram, e podem ser divididos entre critérios subjetivos e objetivos, ou seja, de acordo com posições de sujeito que aparecem constantemente, ou em relação a temas e modos de narrar comuns. Os elementos subjetivos dizem respeito às figuras das vítimas e dos agressores, bem como os familiares das mulheres mortas e os especialistas consultados. Já os objetivos se referem a temas e tipos de reportagem, que inicialmente dividi em três grandes grupos e chamei de notícias estilo “boletim de ocorrência”, notícias com fator considerado surpreendente e reportagens especiais.

Os conteúdos “boletim de ocorrência” seriam aqueles materiais, geralmente de curta duração, que se limitam a declarar a ocorrência do fato. No espectro oposto, temos matérias informativas ou reportagens especiais (conteúdos mais aprofundados que,

---

<sup>26</sup> Mais informações em: <https://mulheresnapandemia.sof.org.br/> . Acesso em: 17/10/2021.

embora costumem mencionar um ou mais casos específicos, não estão ligados diretamente a estes). Na categoria “fator surpresa”, englobei notícias que anunciassem, em seu título, um elemento de alguma forma diferenciado do restante, seja por meio de números estatísticos, questões relacionadas aos sujeitos envolvidos (classe, cargo, posição social) ou outra particularidade que, de acordo com a própria reportagem, trouxesse destaque ao caso.

Para fornecer alguns exemplos do tipo de material que se enquadrou em cada categoria, podemos citar: “Mulher fala sobre tentativa de feminicídio que sofreu pelo ex-companheiro na Serra de SC” (foco na vítima), “Suspeito de feminicídio em Cianorte grava áudios falando sobre o crime” (destaque para o agressor), “Famílias e amigos de vítimas de feminicídio protestam por justiça” (ênfase no sofrimento da família), “Delegada fala sobre feminicídio e como agir em caso de violência doméstica” (relevância dada à entrevista com especialista), “Polícia Civil investiga morte de jovem vítima de feminicídio em Martinópolis” (matéria estilo “boletim de ocorrência”), “Bem Estar fala de feminicídio no dia internacional da Mulher” (reportagem especial), “Câmera de segurança flagra feminicídio no Paraná” e “Filha salva a mãe de tentativa de feminicídio de namorado” (matérias contendo “fator surpresa”), “A cada 4 dias uma mulher é vítima de feminicídio no estado de SP, aponta SSP” (valor-notícia centrado nos dados estatísticos).

A análise quantitativa de quais categorias são mais preponderantes numericamente seria bastante interessante para uma continuidade da pesquisa, porém neste momento não dei prosseguimento a essa linha de investigação, pois a categorização foi feita como meio para um fim de obter uma visão geral sobre o objeto e melhor selecionar os conteúdos que seriam objeto de análise qualitativa.

É importante notar que tais categorias não são unidades estanques; ao contrário, elas não podem ser vistas separadamente, já que uma mesma matéria comumente se enquadra em dois ou mais conjuntos, sobretudo conforme passei a ir além da análise superficial com base nos títulos e assistir às reportagens completas.

Em prosseguimento da investigação, primeiramente, decidi desconsiderar as notícias que se apresentavam no título como “Boletim de ocorrência”, ou seja, uma descrição do ocorrido. Essa escolha não quer dizer que essas notícias sejam irrelevantes em si – apenas considere que, diante da necessidade de um recorte da amostra, outros materiais poderiam ser mais adequados ao exame do problema de pesquisa, isto é, centrado na relação entre jornalismo, violência de gênero e emotividade.

Para as demais categoriais, o recorte do *corpus* seguiu por uma mistura de seleção aleatória com triagem de acordo com a pertinência à análise. Ou seja, diante da lista ainda longa de matérias mesmo após a exclusão daquelas que se apresentavam como descrição direta dos fatos, optei pela separação aleatória. Para refinar ainda mais os resultados, considerei relevante fazer uma última etapa de escolha consciente, assistindo por completo as matérias selecionadas até então, descartando as que se mostrassem menos expressivas e privilegiando as que contivessem mais substância para reflexão, seja por meio de entrevistas, relatos, imagens, opiniões enunciadas, etc.

É evidente que, neste processo, estive em jogo minha subjetividade, em oposição a outros métodos que poderiam ser mais objetivos (como delimitar uma quantidade para cada categoria ou elementos específicos que atrairiam necessariamente a inclusão das matérias na análise). Entretanto, a pesquisa não tem o condão de generalizar os resultados ou considerá-los como universalidades, e sim de descrever e analisar o que está posto no discurso e as relações de poder e saber envolvidas. Por este motivo, acredito que os critérios da aleatoriedade e da relevância não são melhores nem piores que outros, visto que qualquer um poderia trazer vieses.

Após este processo, a amostra final foi composta por 96 notícias, listadas no ANEXO I deste trabalho. Elas englobam telejornais de diferentes portes, distribuídos por todo o Brasil, sendo 28% referentes à região Sul, 23% ao Nordeste, 19% ao Sudeste, 16% ao Centro-Oeste, 6% ao Norte e 8% são matérias de jornais de amplitude nacional. Quanto ao ano, 30% das matérias foram ao ar em 2018, 42% remontam a 2019 e 28% foram exibidas originalmente em 2020.

Delimitado o *corpus* a ser estudado, passei a buscar uma metodologia de análise que se adequasse ao material e aos objetivos da pesquisa. A partir de uma compreensão do jornalismo como um lócus privilegiado de produção de sentidos sobre feminicídio, em que saber e poder se articulam, a Análise do Discurso de inspiração foucaultiana pareceu uma metodologia adequada. O discurso jornalístico, apesar de enfrentar questionamentos na era da pós-verdade, ainda é dotado de credibilidade e reconhecimento institucional, além de constantemente criar narrativas sobre si mesmo que o posicionam como instância que acessa a Realidade e veicula a Verdade de modo neutro, isto é, supostamente não marcada por ideologias ou pela história. Esse cenário se relaciona diretamente à premissa foucaultiana de que o discurso que se coloca como verdadeiro e veicula saber institucional é, também, gerador de poder. Dito de outra forma, as relações de poder não podem se estabelecer nem funcionar sem a produção e a circulação do discurso: “não há



possibilidade de exercício do poder sem uma certa economia dos discursos de verdade” (FOUCAULT, 1998, p. 179).

Nesta metodologia, portanto, os discursos não são tratados como meros conjuntos de signos, isto é, elementos significantes que representam o real de forma neutra e que servem apenas como instrumento de comunicação ou suporte de pensamento do sujeito. Em vez disso, a linguagem enquanto discurso é lugar de disputa, de exercício de poder, um modo de produção social – inclusive produção subjetiva –, isto é, são “práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam” (FOUCAULT, 2008, p. 55). Deste modo, o liame que amarra o texto a suas condições sócio-históricas não é de maneira alguma secundário; na verdade, é constitutivo das próprias significações, sendo o nível do discurso justamente o ponto de articulação entre poder e linguagem (BRANDÃO, 2004).

A análise das formações discursivas segundo Foucault (2008) segue, ainda, dois direcionamentos: conceber os discursos como dispersão e buscar estabelecer uma lei de raridade. Isto quer dizer que “o objeto não espera nos limbos a ordem que vai liberá-lo e permitir-lhe que se encarne em uma visível e loquaz objetividade; ele não preexiste a si mesmo, (...) mas existe sob as condições positivas de um feixe complexo de relações” (FOUCAULT, 2008, p. 50). Assim, o exame dos enunciados quer determinar o princípio segundo o qual puderam aparecer aqueles conjuntos significantes, e não outros. Além disso, compreende-se que os elementos não estão ligados entre si por algum princípio intrínseco de unidade. Logo, as categorias eventualmente destacadas na análise não são as únicas possíveis e não devem ter a pretensão de desvelar uma Verdade oculta sobre o objeto. Em lugar disso, procuram descrever essa dispersão de elementos, buscando encontrar uma regularidade entre modalidades de enunciação, posições subjetivas, objetos, conceitos e/ou escolhas temáticas, que apontem, então, para uma singularidade de determinada formação discursiva.

Embora a metodologia foucaultiana não tenha sido desenvolvida para tratar dos fenômenos midiáticos, a proposta é perfeitamente aplicável para se pensar a comunicação em geral e também o telejornalismo em específico, sobretudo no que diz respeito à produção de subjetividade e à construção de verdade desempenhada por esse tipo de discurso (COUTINHO & MATA, 2010, p. 138).

Reconheço, porém, que o exame de um material audiovisual possui particularidades em relação à investigação que abarque apenas a linguagem verbal. Shohat e Stam (2014) lembram que, na análise fílmica, é comum que se concentre no

modo como certo grupo ou personagem é retratado pelo roteiro, desconsiderando-se a dimensão cinematográfica da produção como um todo, o que faz com que os estudos em questão pareçam ter como objeto um livro. Para não incorrer em uma prática limitante similar a esta, ao tratar de um material audiovisual é necessário prestar atenção ao que os autores chamam de *mediações*: a estrutura narrativa, convenções do gênero em questão, estilo cinematográfico, iluminação, enquadramento da câmera, música, *mise-en-scène* (disposição dos objetos em cena), etc.

Além de estar atento a esse processo, é preciso questionar: a favor de quem esse mecanismo opera? Que sons e vozes estão ausentes ou são distorcidos ou reprimidos pelos presentes? Os autores alertam contra o discurso pseudopolifônico, que finge dialogar com entidades marginalizadas mas, de fato, as utiliza como fantoches para propagação de um mesmo ideário dominante. A polifonia, portanto, é mais do que a aparência de representatividade, é a multivocalidade, isto é, a “promoção de um ambiente textual onde a voz desse grupo pode ser ouvida com toda a sua força e ressonância” (SHOHAT & STAM, 2014, P. 215, tradução livre<sup>27</sup>). Diante disso, ainda segundo Shohat e Stam (2014), o trabalho do crítico deve ser análogo ao de uma mixagem de som: realizar uma espécie de operação compensatória, intensificando e aprofundando certos sons para trazer à tona aqueles que foram abafados e poderiam passar despercebidos.

Com efeito, o ato de seleção faz parte integrante do trabalho de criação, e no meio audiovisual não é diferente: “contar em imagens e em sons supõe, em primeiro lugar, selecionar algumas peripécias de preferência a outras, depois as mostrar em certa ordem e em certo grau de clareza, (...) propondo ao público um posicionamento ético e estético” (JULLIER, MARIE, 2009, p. 60). Pensando nisso, passei a me interessar especialmente em examinar o que Jullier e Marie (2009) identificam como *distribuição do saber*: que tipo de informações são transmitidas, como se apresentam, em que ordem. Segundo os autores, a arte da narrativa consiste justamente em dominar essa distribuição.

No presente trabalho, não tenho como objetivo avaliar se o conteúdo dos telejornais atende a parâmetros técnicos ou estéticos de narrativa. Em vez disso, pretendo investigar como está posta essa distribuição do saber, que elementos ganham proeminência e que efeitos de sentido essas escolhas (re)produzem.

---

<sup>27</sup> No original: “Polyphony does not consist in the mere appearance of a representative of a given group but rather in the fostering of a textual setting where that group's voice can be heard with its full force and resonance”.

Em relação à unidade de observação, optei por priorizar uma análise ao nível de sequências. Como definem Jullier e Marie (2009), sequências são combinações de planos que compõem uma unidade espacial, temporal, narrativa ou técnica. A análise de sequências, portanto, se encontra entre a observação de planos (interrupção do fluxo visual para examinar uma parte situada entre dois pontos de corte) e a consideração do filme como um todo (no caso da presente tese, cada reportagem como um todo). O foco nessas unidades não prescinde, porém, de uma observação das reportagens completas – caso contrário, o entendimento das partes seria prejudicado se não acompanhasse a compreensão do contexto no qual estão inseridas. Ainda assim, priorizei o exame de sequências por entender que esse caminho propiciaria um olhar mais aprofundado a momentos-chave dentro de diversas reportagens, que sejam mais significativos à investigação do problema de pesquisa.

Nesse processo, também não está em jogo a exigência de que os meios de comunicação realizem uma suposta representação absolutamente fiel da realidade do feminicídio – isso não seria possível, já que toda representação é feita de algum lugar, necessariamente parcial. Deste modo, esta tese não tem o objetivo de apontar *erros* no tratamento do feminicídio em relação à presumida realidade do fenômeno, mas sim identificar de onde fala este discurso e que verdades sobre feminicídio ele constrói, eventualmente contrapondo-as a outros modos de entender o tema, a serem avaliados de acordo com suas consequências políticas e sociais.

Assim como não se pode exigir uma representação fiel da realidade por parte da mídia, a pesquisa também não pode coletar, transcrever ou decodificar um conjunto de dados que seja completamente “verdadeiro” com referência ao texto original. Esse desafio de pesquisa se intensifica diante de objetos audiovisuais, já que é virtualmente impossível traduzir um meio multissensorial exclusivamente para o suporte verbal. Diante dessa impossibilidade, e da necessidade de seleção que daí decorre, é interessante que esse recorte seja orientado pela teoria e pelas questões de pesquisa (ROSE, 2008).

O presente trabalho, como já mencionado, apresenta três grandes premissas teóricas: 1) a concepção do *feminicídio* como fenômeno social e político; 2) o entendimento dos crimes contra a mulher como atos enunciativos; 3) a consideração do papel micropolítico exercido pelas emoções, em especial o ódio, aqui compreendido como veículo de comunicação de regras sociais que reforçam papéis de gênero. Após uma análise inicial do objeto, foi possível perceber que, para além da discussão sobre misoginia, o olhar para a emotividade será uma constante na pesquisa, diante da tendência

das matérias analisadas a abordar o feminicídio pelo viés da dramaticidade, construindo narrativas que buscam despertar sensações e gerar comoção nos espectadores.

Esses interesses levantam, portanto, as seguintes questões de pesquisa: de que maneira os telejornais delimitam como o espectador deve se sentir perante os episódios de feminicídio? Em outras palavras, que elementos – entre texto, tom de voz dos repórteres, escolha dos entrevistados, imagens e enquadramento das cenas – são utilizados para construir a comoção diante destes acontecimentos? Que efeitos de sentido este tipo de enunciação pode criar? Que tipo de especialistas são chamados a opinar? Quais são os saberes legitimados e quais são invisibilizados? Que condutas aponta-se como sendo reprováveis ou exemplares? A quem é atribuída responsabilidade e que ligações causais são estabelecidas? Que lugar a audiência é convidada a ocupar, em especial as mulheres? Que sentimentos essas narrativas buscam mobilizar entre a coletividade feminina? E, finalmente, que subjetividades colaboram para construir e reconfigurar?

A principal questão do trabalho, então, é: como o modo de narrar o feminicídio por parte dos telejornais, caracterizado pelo apelo emocional, delinea o objeto feminicídio e comunica regras sociais à coletividade feminina? A hipótese da tese é que as narrativas telejornalísticas sobre feminicídio se caracterizam por uma dramaticidade despotencializada, que acaba por construir uma nova subjetividade de vítima feminina ideal: aquela que salva a si mesma, com ajuda do aparato jurídico-policial. Como consequência, as produções midiáticas televisivas apagam outras possibilidades de se lidar com o fenômeno e separam “mulheres boas” – as vítimas que se comportam do modo esperado – das “mulheres más” – aquelas que não denunciaram seu agressor ou que voltaram atrás na denúncia. Além disso, o discurso dos telejornais comunica aos sujeitos femininos que a segunda categoria de mulheres deve ser desprezada e responsabilizada pela violência sofrida. Realiza-se, assim, um apagamento simbólico destas mulheres, o que colabora para o ciclo de comunicação da misoginia.

Importante observar que o apelo às emoções por parte da narrativa jornalística, em si, não é problema, mas sim o que chamei de uma dramaticidade despotencializada, isto é, o enquadramento do feminicídio como tragédia que funciona de forma a chamar a atenção do espectador sem construir efetivamente um incremento informativo, mas sim esvaziando o potencial político do debate sobre feminicídio como problema coletivo. É verdade que há um esforço, por parte de muitas reportagens, em situar os casos em um contexto mais amplo e indicar possíveis remédios para o problema, mas é preciso

averiguar *como* se dá essa empreitada e *que* soluções são essas. Quando atrelada a uma retórica policialesca, a abordagem do feminicídio, por mais que eventualmente bem-intencionada, passa a ter consequências problemáticas, que serão detalhadas ao longo do trabalho.

A discussão está dividida em quatro capítulos. Os dois primeiros versam sobre a tendência das matérias analisadas a abordar o feminicídio pelo viés da dramaticidade, construindo narrativas que buscam despertar sensações e gerar comoção nos espectadores. Nesse sentido, os telejornais concedem especial foco às sensações de uma tríade: a vítima, seus familiares e o agressor. Impôs-se, ainda, análise, a observação de mais um “personagem”, que apareceu de forma quase onipresente: as imagens de sangue, dor, sofrimento e violência. Em muitos casos, o protagonista não é o agressor, nem a vítima, nem a mãe: ganham a dianteira da reportagem os vídeos de câmera de segurança, as fotos da cena do crime, as filmagens de cinegrafista amador.

O capítulo 1 aborda como este novo “personagem” se manifesta e quais as implicações de sua presença, cumprindo diversas funções, segundo os próprios jornalistas que as apresentam. Nesta discussão, introduzo, ainda, uma das figuras mais tradicionais das histórias dramáticas: a vítima sofredora. Observo, mais especificamente, como se apresenta, no objeto analisado, o regime de compaixão às vítimas? Quem são aquelas que ganham exaltação nas reportagens? Em que contexto elas são apresentadas? Quais são as soluções apontadas para elas? E quais são aquelas vítimas que não são consideradas dignas de piedade da mesma forma?

O capítulo 2, por sua vez, se concentra em mais dois atores muito presentes nas narrativas telejornalísticas de feminicídio: os familiares das vítimas, com destaque para suas mães, e os agressores. Na primeira parte, averiguo que os telejornais cobrem amplamente enterros de vítimas de feminicídio, protestos populares contra a violência de gênero e até mesmo discursos indignados contra a demora no julgamento desses crimes. Resta avaliar em que relações de poder e saber este tipo de discurso está inserido e pode se fazer visível. Seria o caso de falarmos de uma homenagem que ainda é, em alguns sentidos, violenta? Ou uma exibição que também promove apagamentos? Em seguida, considero as oportunidades dadas aos agressores para enunciar seu ponto de vista. Os telejornais não hesitam em conceder a estes homens um palanque de fala, ainda que os chamem de “monstros” e “trastes”. Analiso, então, em que contextos esses enunciados aparecem nas reportagens, que finalidades a equipe jornalística atribui a eles, mas, sobretudo, discuto, seguindo o pensamento iniciado por Segato (2003), como o discurso

dos agressores é um elo de uma cadeia de enunciação muito mais ampla, não imaginada inicialmente pelos repórteres.

No capítulo seguinte, examino outro aspecto de como é construído o fenômeno do feminicídio – neste caso, uma sensação de urgência que é atribuída a ele, por parte de um grande número de matérias. Assim como ocorre com a narração emotiva, a noção de emergência, em si, não é problemática, mas sim a linha de argumentação utilizada para justificá-la: um suposto caráter de novidade, explosão, exponencialidade, atrelado a um apelo à autoridade das estatísticas. Esta formação discursiva, além de subordinar o debate a dados numéricos, acaba por desvincular o feminicídio de todo um histórico de violência misógina que pauta as sociedades humanas, criando um cenário em que os crimes de ódio contra a mulher emergem como uma grande surpresa. Com o fim de contestar a formação discursiva identificada, proponho uma breve genealogia da misoginia, demonstrando como o ódio à figura feminina teve, em diversos momentos na história ocidental, um papel político fundamental para a conformação da mulher a uma posição social subordinada.

Em seguida, o quarto capítulo investiga sobre qual seria, de acordo com os textos analisados, o modo de resolução ou atenuação do problema. Neste ponto, aprofundo a análise dos enunciados que, falando sobre as mulheres vítimas de violência, dirigem-se à coletividade feminina com uma função eminentemente pedagógica. Busca-se que a vítima *supere* o medo da violência, munida da pura força de seu *self* “empoderado” e da fé no aparato jurídico-policial, sendo o ato de denúncia o sinal dessa superação. As dificuldades existentes para que se consiga interromper o ciclo de violência e as adversidades que se colocam no processo de denúncia são pouco mencionadas e, portanto, virtualmente não existem na narrativa criada. Mais do que um encorajamento, a denúncia se torna uma *exigência*, ao ponto de que os feminicídios passam a ser atribuídos não à misoginia, mas sobretudo ao silêncio das mulheres.

Argumento que se estabelece a imagem de uma nova vítima ideal, a qual reproduz a antiga figura da “mulher honesta”, expressão empregada na legislação brasileira, desde as Ordenações Filipinas até 2009, para restringir a penalidade pelos crimes de violência sexual apenas aos atos cometidos contra certos tipos de mulheres, consideradas idôneas. Ainda hoje, o fantasma da “mulher honesta” se faz presente, porém ela seria, agora, a mulher que consegue *vencer o medo* e que confia na polícia: ela *faz por merecer* a proteção da lei e da sociedade. Já aquela que não denunciou seu agressor ou que voltou atrás na denúncia é desprezada e responsabilizada pela violência sofrida. Por meio da

insistência no ato da denúncia, coloca-se mais uma forma de separação entre mulheres, que pune as que não correspondem aos padrões sociais desejados.

Ao longo deste percurso, ressalto que, embora haja um claro esforço por parte do jornalismo no sentido de noticiar o feminicídio como um problema e opor-se veementemente a tal ato, a potencialidade dessa empreitada sofre uma séria limitação a partir do momento em que é engolfada por uma retórica policialesca e individualista. Esse tipo de ponto de vista é problemático porque coloca na denúncia o ponto final da luta feminina e deposita sobre a mulher a responsabilidade de acabar com a violência de que é vítima pela própria iniciativa.

Deste modo, com esta tese espero contribuir com o debate sobre o modo mais propício de se abordar o feminicídio, que atue em consonância com o propósito inicial da emergência do termo: a preocupação em garantir às mulheres um dos mais primordiais direitos humanos, a vida livre de violência, tanto física quanto simbólica. Desejo que este trabalho possa evidenciar que não basta chamar o agressor de monstro e encorajar a vítima a “vencer o medo”, é preciso mais. Quando não conseguimos, como sociedade, salvar uma mulher da aniquilação de seu corpo, o mínimo que temos a fazer é esforçar-nos para não funcionar como mais um elo em uma cadeia misógina de agressão à sua imagem e à sua memória.

## 1. “Você vai se surpreender e se emocionar comigo”: o feminicídio televisionado e a imaginação melodramática

“Abandone toda a esperança aquele que por aqui entrar”, é a inscrição nada animadora que consta nos portais do inferno de Dante. Muitas das notícias sobre feminicídio aqui analisadas se iniciam com um prenúncio semelhante. Já se informa ao público desde o início que veremos histórias “tristes”, “pesadas”, “trágicas”, “chocantes”, “devastadoras”. Não está em jogo, contudo, um banimento de qualquer perspectiva – mas sim uma breve suspensão: ao final de grande parte dos conteúdos, reacende-se a possibilidade de justiça, de redenção dos humilhados, de restauração da ordem do mundo.

Contando este drama, os telejornais, então, concedem especial foco às sensações de uma tríade: a vítima, seus familiares e o agressor. Este capítulo de análise, assim como o próximo, abordará como se percorre cada um desses trajetos emotivos. Não importa o quanto a mocinha sofra; o quanto sua mãe, de acordo com os desígnios da figura da *mater dolorosa*, chore; o quanto o vilão (e apenas ele) expresse sua misoginia – existe esperança. Há até mesmo heróis nessas histórias – e a vítima pode, inclusive, ser a própria heroína.

Antes de abordar essa trindade do sofrimento e da redenção, porém, abriremos espaço para observar a participação de mais um personagem que se impôs na análise, por sua onipresença e intensidade: as imagens. Por um lado, poderia parecer óbvio que as imagens cumpririam um papel importante na pesquisa, já que estamos falando de telejornalismo. Porém, o que emergiu como uma manifestação inesperada foram ocorrências em que a própria imagem se torna protagonista. Nem o agressor, nem a vítima, nem a mãe: ganham a dianteira da reportagem os vídeos de câmera de segurança, as fotos da cena do crime, as filmagens de cinegrafista amador.

Discutirei, então, como esse personagem se manifesta e quais as implicações de sua presença. Observarei como a utilização dessas imagens é justificada pelos profissionais de jornalismo, e cumpre diversas funções, como a efetivação de um compromisso de informação perante o espectador e uma suposta valorização do tema do feminicídio.

Essas não são, contudo, imagens quaisquer – são imagens de tragédia, como as próprias notícias ressaltam. O uso persistente desse vocábulo trouxe a necessidade de busca por uma depuração conceitual do termo. Deste modo, essa etapa de análise



trabalhará com o arcabouço teórico de Eagleton (2003), entendendo a tragédia como um conceito itinerante, que diz respeito, sobretudo, a um olhar para o que é perecível, constricto, frágil sobre nós. A partir daí, iniciaremos uma discussão sobre diferentes formas de dar sentido ao sofrimento que emergiram a partir do período moderno, pensando junto com a reflexão de Brooks (1995) sobre imaginação melodramática e de Boltanski (2004) sobre possibilidades de engajamento do espectador de um sofrimento distante.

Como a presente pesquisa não tem em seu escopo um estudo de recepção, não podemos avaliar se o uso de imagens de dor e de sangue realmente colabora para gerar engajamento ético do público com o tema, como argumentam os responsáveis pelas matérias analisadas. Interessa analisar, em vez disso, a produção de sentidos em si, em que direções ele aponta, quais são as continuidades e descontinuidades em relação a ideias antigas sobre violência contra a mulher. Como se apresenta, hoje, no objeto analisado, o regime de compaixão às vítimas? Quem são aquelas que ganham exaltação nas reportagens? Em que contexto elas são apresentadas? Quais são as soluções apontadas para elas? Qual é a estética presente? E quais são aquelas vítimas que não são consideradas dignas de piedade da mesma forma?

A reportagem “Polícia divulga detalhes bizarros de caso de feminicídio em Miracema”, divulgada no telejornal *RJ Inter TV 1ª Edição* do dia 29 de outubro de 2019<sup>28</sup>, ilustra de maneira contundente alguns dos pontos que veremos neste capítulo. Como mencionado, o material começa, tal qual outros, com uma espécie de aviso de gatilho: “Infelizmente, nós vamos começar com um assunto muito pesado”, alerta a apresentadora Ana Paula Mendes. Ela prossegue informando que o caso que irá narrar “chocou” os moradores locais: “Miracema *em peso* está *perplexa* com isso. Você vai ver”, ela nos assegura (FIG. 2).

---

<sup>28</sup> POLÍCIA divulga detalhes bizarros de caso de feminicídio em Miracema. *RJ Inter TV 1ª Edição*, 29/10/2019. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8042979/?s=0s>. Acesso em: 29/10/2019.

**FIGURA 2:**  
**Expressão corporal da jornalista na reportagem “Polícia divulga detalhes bizarros de caso de feminicídio em Miracema”.**



Fonte: Fotos de tela registradas pela autora a partir da reportagem do RJ Inter TV 1ª Edição (POLÍCIA..., 2019). Legenda acrescentada pela autora, registrando a fala da repórter.

A jornalista vai conduzindo o público por imagens que contam a história do caso. Além disso, ela muda a entonação das palavras e suas expressões faciais para enfatizar certos elementos. Primeiro, ela pede que a produção coloque a imagem da vítima, e afirma: “Essa é a Franciane, pessoal. Linda jovem”. Em seguida, ela conta informações cedidas pela polícia sobre todos os detalhes de onde e quando o corpo foi encontrado, o estado em que se encontrava, e qual o prosseguimento da investigação – momento em que introduz o personagem do agressor: “Sabe quem é o principal suspeito? O companheiro dela”. Ela aponta para a foto do homem, se aproxima do telão e apoia a mão sobre a imagem (FIG. 3).

**FIGURA 3:**  
**Apresentadora da reportagem “Polícia divulga detalhes bizarros de caso de feminicídio em Miracema” mostra o suspeito do crime.**



Fonte: Fotos de tela registradas pela autora a partir da reportagem do RJ Inter TV 1ª Edição (POLÍCIA..., 2019). Legenda acrescentada pela autora, registrando a fala da repórter.

Apresentados os dois principais personagens da história, procede-se à intensificação do conflito. A jornalista chama a atenção do público para o fato de que o horror se exacerbará (“Agora o mais terrível dessa história são os *relatos* da polícia de *como* este homem que você tá vendo na sua tela tentou esconder o corpo da Franciane”), e também expressa o próprio horror (“Chega a dar um *nó*<sup>29</sup> aqui na garganta de tanta covardia”) (FIG. 4).

**FIGURA 4:**  
**Apresentadora da reportagem “Polícia divulga detalhes bizarros de caso de feminicídio em Miracema” expressa o próprio horror diante do caso.**



Fonte: Fotos de tela registradas pela autora a partir da reportagem do RJ Inter TV 1ª Edição (POLÍCIA..., 2019). Legenda acrescentada pela autora, registrando a fala da repórter.

Apesar da repulsa gerada pelos fatos, o espectador é assegurado de que verá tudo em primeira mão, e a repórter conta cada detalhe, didaticamente (FIG. 5):

Você vai entender. Nesse vídeo que a gente tá colocando aqui no nosso telão são policiais que estão escavando uma área no quintal onde o casal morava, em Miracema, no noroeste. Esta parte, pessoal, era uma parte toda encimentada [sic]. Os policiais *desconfiaram* que o corpo estaria enterrado ali. Nesse local, a polícia encontrou um pano manchado de sangue e um fio de cabelo de aplique. A Franciane inclusive ela tinha aplique. Segundo a polícia, o corpo chegou a ser enterrado *neste* ponto aqui, só que ele foi *retirado* dali. Sabe o que ele teria feito com esse corpo? Ele esquartejou e *queimou* o corpo. A polícia descobriu ainda que as partes do corpo da dona de casa, da Franciane, foram colocadas em cinco sacolas. E aí a gente tá vendo agora esse vídeo que tá aparecendo aqui no telão. Nessa outra imagem que eu vou explicar aqui

<sup>29</sup> Texto em itálico para destacar ênfase dada pela jornalista na enunciação da palavra.

pra vocês, são imagens de câmeras de segurança, foram divulgadas pela polícia essas imagens. A gente tá vendo o Gutemberg aqui ó, entrou... Se puder repetir, a gente volta e eu vou mostrar direitinho quem é. Nessa outra imagem aqui o Gutemberg aparece nessa imagem com este outro rapaz aqui (...). (POLÍCIA..., 2019, grifos da autora).

**FIGURA 5:**  
**Apresentadora da reportagem “Polícia divulga detalhes bizarros de caso de feminicídio em Miracema” explica particularidades do caso.**



*Fonte: Fotos de tela registradas pela autora a partir da reportagem do RJ Inter TV 1ª Edição (POLÍCIA..., 2019). Legenda acrescentada pela autora, registrando a fala da repórter.*

Antes de encerrar a reportagem, a apresentadora informa um último detalhe, não sem emitir sua opinião sobre a questão: “O corpo da mulher foi reconhecido, *olha isso*, porque havia uma *tatuagem* onde estava escrito ‘Gutemberg, eu te amo’. Olha a tatuagem que a Franciane fez. ‘Gutemberg eu te amo’.” (FIG. 6). Interessante notar que a jornalista parte do princípio de que a tatuagem foi feita por livre e espontânea vontade – o que, como veremos, não corresponde aos fatos.

**FIGURA 6:**  
**Apresentadora da reportagem “Polícia divulga detalhes bizarros de caso de feminicídio em Miracema” fala sobre tatuagem da vítima.**



Fonte: Fotos de tela registradas pela autora a partir da reportagem do RJ Inter TV 1ª Edição (POLÍCIA..., 2019). Legenda acrescentada pela autora, registrando a fala da repórter.

Após informar o número pelo qual os populares podem dar informações sobre o paradeiro do agressor e reforçar o incentivo para denúncia, Ana Paula Mendes faz seu comentário final, demonstrando indignação e horror diante do caso, sempre estabelecendo um diálogo direto com o espectador: “É difícil, não é? Não falei que era uma história para dar um nó na garganta? Como que uma pessoa tem *coragem* de fazer isso com um ser humano? Isso é *monstruoso*. Não dá pra entender, não é?”.

A história de Franciane causa, de fato, grande impacto. Com efeito, este foi um dos casos presentes na pesquisa que mais me tocaram, como pessoa. Na verdade, eu entrei em contato com ele, em um primeiro momento, por meio de uma notícia que não se encontra na amostra de pesquisa, do portal *GI*<sup>30</sup>, de uma data posterior à veiculação da reportagem acima narrada. O foco aqui, diferentemente do conteúdo do *RJ Inter TV 1ª Edição*, era a violência que o agressor havia impingido à vítima antes mesmo da ofensiva fatal. Afinal, alguns dias depois da descoberta do crime, em 8 de novembro de 2019, a polícia já havia tido a oportunidade de entrevistar parentes e amigos da vítima, e revelou-se que a rotina da mulher era pautada por torturas e humilhações de especial crueldade – algumas das quais estamparam o título da notícia do *GI*. O fato que parece ter passado

<sup>30</sup> VÍTIMA de feminicídio era obrigada a comer fezes e ver vídeos do companheiro com HIV fazendo sexo com outras, diz polícia. *G1*, 08/11/2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/norte-fluminense/noticia/2019/11/08/vitima-de-feminicidio-era-obrigada-a-ver-videos-de-companheiro-com-hiv-fazendo-sexo-com-outras-e-a-comer-fezes-diz-policia.ghtml>

quase despercebido pela notícia, contudo, foi o que mais chamou a minha atenção: como Franciane estava morta e o réu estava foragido, as únicas fontes através das quais a polícia pôde descobrir os detalhes sórdidos do martírio da mulher foi por meio dos amigos da vítima: “A polícia disse que ela também chegou a contar a amigos que foi até mesmo obrigada a comer fezes, vivendo sob constantes ameaças”, “a vítima relatou para parentes e amigos que o companheiro chegou a obrigá-la também a fazer uma tatuagem com a frase: ‘Gutenberg, eu te amo’”.

Mais especificamente, foram 20 pessoas ouvidas, de acordo com a reportagem do *GI*. Esse dado me apavorou e continuou comigo por muito tempo. Eventualmente, volta à minha lembrança: cerca de duas dezenas de pessoas, ditas *amigas* da vítima, sabiam que ela era obrigada a comer fezes, que ela vivia sob constantes ameaças e que ela havia sido obrigada a gravar em seu corpo o nome do agressor – e nada fizeram. O caso me lembrou outro, ocorrido na Espanha, em que os vizinhos de uma mulher mantida em cárcere privado colocaram cortiça nas paredes como uma forma caseira de isolamento acústico para não ouvir os gritos da vítima<sup>31</sup>. Com Franciane, porém, estamos falando de parentes e amigos, que sabiam que, além de agressões, o marido a submetia a torturas e humilhações. O silêncio destes “amigos” me pareceu tão ou mais terrível que as ações do agressor e foi o que, para mim, tornou essa história especialmente horripilante.

Sabemos que nem todas as ocorrências de violência contra a mulher são pautadas por tamanho descaso por parte daqueles que cercam a vítima; ainda assim, a história de Franciane traz uma lição valiosa: o foco nos elementos mais evidentemente sensacionais, “chocantes” e, sobretudo, nas ações terríveis do agressor, embora não seja um mal em si mesmo, pode deixar de fora questões que seriam da maior relevância para se abordar o fenômeno do feminicídio. Os detalhes sórdidos, contudo, geralmente ganham grande destaque nas matérias. Quando há imagens, então, elas reinam absolutas, como aconteceu no caso de Franciane. A seguir, analisaremos matérias que exploram ideias como “crueldade”, “tragédia”, “horror”, e observaremos como se dá a dramatização do fenômeno, com forte apelo imagético.

---

<sup>31</sup> VECINOS de la mujer encerrada dos años: "Puse corcho en la pared por el ruido". **La información**, 06/04/2021. Disponível em: <https://www.lainformacion.com/asuntos-sociales/vecino-mujer-encerrada-dos-anos-marido-corcho-pared-ruídos/2834398/>

## 1.1. Imagens do feminicídio e a imaginação melodramática

“Era o dia do aniversário *de-la!*”, disse Bruna Mendes, a apresentadora do *MSTV 1ª Edição - Campo Grande*, incrédula ao comentar um caso de feminicídio ocorrido na cidade de Costa Rica (MS)<sup>32</sup>. Ganhou proeminência na matéria o fato de que o autor do assassinato, “um jovem, que tem toda a vida pela frente”, não demonstrava remorso “por um crime tão brutal e covarde”. Vale notar que essa observação parte do princípio de que haveria uma atitude natural de arrependimento por parte de um agressor. Faz-se presente, também, a noção de que um jovem estaria mais propenso a essa regeneração de caráter após um crime e, portanto, um pesar ao ver que não há sinais de que isso esteja ocorrendo. Mais do que o crime, portanto, a reação emocional do agressor é o que está em pauta e o que impressiona.

Esse homem corresponderia, aqui, à figura do monstro moral, aquele que não age de acordo com a premissa mais básica do que se acredita ser humanidade. Esse tipo de pensamento remete à tradição filosófica erigida no século XVIII, segundo a qual a benevolência seria parte inerente da psique humana, e a crueldade seria uma aberração (STEINTRAGER, 2004). Nessa atualização da monstruosidade moral presente na matéria, cometer um crime cruel parece ainda ser humano: não se arrepender seria o verdadeiro absurdo.

Além da reprodução de ideais sobre a suposta natureza benévola da humanidade, também é digno de nota a surpresa expressa pela ocorrência do crime no dia do aniversário da vítima. Esse fato não é apenas um detalhe curioso e muito menos um golpe do destino. Em realidade, está diretamente relacionado a algumas das características primordiais do feminicídio. Primeiro, podemos dizer que este caso diz respeito a um feminicídio de tipo íntimo, categoria introduzida por Carcedo e Sargot (2000) para designar aqueles assassinatos de mulheres cometidos por homens com quem a vítima tinha algum tipo de relação, seja familiar, amorosa, sexual ou de convivência. Assim, o agressor conhece a vítima, sua rotina, seu endereço, até mesmo a organização dos móveis na casa e onde ela guarda as facas. Além disso, ele apresenta um destacado sentimento de posse, e sua aversão pode resvalar para outros membros da família, especialmente mulheres, situação que Carcedo e Sargot (2000) chamam de feminicídio por conexão. As

---

<sup>32</sup> COSTA Rica: Suspeito de feminicídio diz que ficou “aliviado” com morte. *MSTV 1ª Edição - Campo Grande*, 24/06/2019. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7715012/>

autoras lembram, ainda, que comumente os meios empregados no ato em muito superam o necessário para matar, logo, podemos dizer que não se trata meramente de tirar a vida da mulher, mas de obter controle.

Nesse ponto, é útil recordar o que diz Segato sobre a violência feminicida como forma de reforço nas relações de poder (2018, p. 48, tradução livre): “o corpo da mulher é uma espécie de quadro sobre o qual o poder escreve”<sup>33</sup>. A espetacularização é funcional e indispensável à produção do resultado desejado. Embora a preocupação de Segato seja mais precisamente com os feminicídios de tipo não-íntimo<sup>34</sup>, podemos trazer sua teoria para pensar outras formas de agressão a mulher. Sob esta ótica, a escolha do aniversário da vítima para atacá-la é mais uma forma de enunciação e espetacularização por parte do agressor, uma violência simbólica: ele ganha controle sobre a data, transformando para sempre um dia de festa familiar em uma data de pesar. Outros momentos comemorativos como natal e ano-novo também podem ser escolhidas para ataques pelo mesmo motivo<sup>35</sup>.

O foco da reportagem foi, porém, o fato de que o homem não demonstrava remorso diante do ocorrido, sendo inclusive o depoimento do delegado consultado bastante dirigido a este ponto, contando sobre o tom frio do agressor ao ser interrogado. Podemos questionar qual o valor informativo desse dado, além de alimentar a mencionada ideia de que uma *performance* de arrependimento por parte do acusado restauraria nossa confiança na humanidade.

Em alguns casos, contudo, o feminicida ainda está foragido, e o foco se torna, então, qualquer tipo de informação que se possa encontrar sobre ele neste momento. Os espectadores são colocados a par das investigações da polícia, como se estivessem acompanhando o desenrolar de uma trama. Na reportagem “Dois casos de feminicídio são registrados no fim de semana na região de Jundiá”, o apresentador do *TEM Notícias 1ª Edição*, Thiago Ariosi, pergunta ao repórter Sandro Zeppi: “conta pra gente, a polícia tem alguma pista desse rapaz, desse traste, podemos falar assim?”. A única informação que se tem é de que o homem atualizou as redes sociais, e isso pode ajudar a força policial a localizá-lo. Em seguida, a reportagem relembra detalhes do caso, mostrando imagens da rua onde se deu o crime, e entrevistando o delegado à frente da ocorrência. Ao

---

<sup>33</sup> No original: “el cuerpo de la mujer es una especie de pizarra sobre el cual el poder escribe”.

<sup>34</sup> A autora tem sua reflexão inspirada pelas mortes brutais de mulheres na cidade mexicana de Juárez desde os anos 1990, que a autora enxerga como consequência da disputa territorial de um “segundo estado” formado por máfias ligadas ao narcotráfico.

<sup>35</sup> Como exemplo, ver: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2019/12/02/por-que-ha-tantos-casos-de-feminicidio-no-natal-e-no-ano-novo.htm>.



mencionar o histórico de violências, informa-se que a vítima já havia denunciado o ex-marido por agressão e “uma medida protetiva chegou a ser concedida, *mas* ela solicitou a retirada do BO”<sup>36</sup>, diz a voz em off do repórter Rafael Fachim, em tom de reprovação. Não se julgou importante abordar por que ela poderia ter feito isso.

Enredo semelhante teve uma reportagem do *Bom Dia Rio*, que afirma que a vítima tinha medida protetiva contra o agressor, “mas depois disso tudo, o casal decidiu reatar o relacionamento, que terminou em tragédia”<sup>37</sup>. A frase coloca como se houvesse sido uma decisão em comum acordo do casal, e não um fruto de um processo de violência psicológica e um passo extremamente comum e esperado dentro de uma relação pautada por violência.

Para não incorrer em um equívoco como este, é de grande valia o conceito de Ciclo da Violência, uma construção teórica desenvolvida pela pesquisadora Lenore Walker (1979), que demonstra que a violência doméstica não se resume ao momento da agressão física e colabora para compreender por que as mulheres têm dificuldade em deixar a relação violenta. O ciclo é constituído por três fases: primeiro um aumento de tensão, depois a agressão física e, então, um período em que o agressor se desculpa, demonstra gentileza e remorso e faz promessas de mudança. Por vezes, esta terceira fase é composta apenas por um momento de não-violência, mas ainda assim serve para reforçar a ideia de que o relacionamento pode melhorar, até o momento em que a tensão volta a aparecer e o ciclo se inicia novamente<sup>38</sup>. O modelo de Walker para pensar a

---

<sup>36</sup> DOIS casos de feminicídio são registrado no fim de semana na região de Jundiaí. **TEM Notícias 1ª Edição – Sorocaba/Jundiaí**, 07/01/2019. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7281431/?s=0s>.

<sup>37</sup> QUARTA vítima de feminicídio é enterrada no Rio. **Bom Dia Rio**, 07/01/2019. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7280690/?s=0s>.

<sup>38</sup> Vale notar que o modelo de Walker (1979) não é imune a críticas, as quais costumam girar em torno da noção de que as ideias de ciclo da violência e de desamparo aprendido aplicado a casos de violência, conforme introduzidas pela autora, reduzem a diversidade de modos de funcionamento de relações agressivas e de respostas possíveis de mulheres vítimas de violência, bem como negam a agência destas vítimas. Também argumenta-se que o pensamento de Walker não explica por que algumas mulheres levam menos tempo para deixar relações violentas ou até recorrem a retaliações em relação ao agressor, ao invés de adotarem uma posição submissa. Ainda assim, optei por utilizar a autora como um dos marcos teóricos, primeiramente, por entender que uma teoria, sobretudo relativa ao comportamento humano, comumente não terá o condão de destrinchar todas as possibilidades e cenários existentes, e não há problema em se realizar um recorte dentro de um fenômeno amplo e complexo. Além disso, julguei que esta teoria se relaciona de maneira muito propícia às questões que se apresentaram no objeto analisado: por que algumas mulheres demonstram grande dificuldade para deixar uma relação violenta ou até mesmo para enxergá-la como tal? Ainda que o ciclo de violência não se dê de acordo com as três etapas descritas pela autora, a própria ideia de um ciclo é útil para pensar. Identifico, portanto, que as explicações de Walker, ainda que não sejam absolutas para destrinchar a totalidade de casos e realidades, têm como mérito elucidar uma parte do fenômeno que ainda permanece obscura para um grande segmento do público em geral.

violência doméstica se tornou base para o estabelecimento de políticas públicas no enfrentamento a estes casos<sup>39</sup>. Não figurou, porém, na reportagem do *Bom Dia Rio*.

Neste material, ainda mais um elemento chama a atenção: a morte da mulher, então, aparece como uma “tragédia” – vocábulo muito comum no texto das matérias analisadas por esta tese. Como afirma Eagleton (2003), a palavra “tragédia”, no uso do dia a dia, costuma funcionar, nos dias de hoje, como sinônimo de “muito triste”, acrescido de uma qualidade terrível, algo que choca e atordoa. Portanto, além de triste e doloroso, o trágico é traumático. No caminho para uma depuração conceitual da ideia de “tragédia”, porém, o autor afirma que, na realidade, seria algo bastante diferente de “tristeza intensa”. Ainda assim, provoca ele, nenhuma outra definição para a palavra “trágico” de fato funciona tão bem quanto “muito triste”. Afinal, outros fatores comumente associados à palavra – como o choque, o medo, a catástrofe, o fatalismo, que parecem fazer parte do campo semântico imaginado pelos jornalistas ao fazer uso do termo – não são aspectos necessários da tragédia.

Eagleton (2003) lembra, ainda, que, no período medieval, a tragédia era vista como uma forma séria de contar os infortúnios dos poderosos. Esse aspecto era um fator constante, mais do que noções como destino, ruína, transgressão, danos irreparáveis, etc. Havia, também, uma conotação parcialmente pejorativa, relacionando a tragédia a uma representação afetada, de vocabulário empolado. De fato, Dante definia a tragédia em relação à forma, considerada elevada, de fraseamento nobre, excelência vocabular, além da profunda substância.

A tragédia no sentido medieval era, então, uma espécie de *exposé* da corrupção moral da classe dominante. A desgraça, aqui, era merecida, e a punição dos culpados por seus pecados edificaria a audiência, ensinando que a vingança divina para os imorais é garantida. A boa sorte de um indivíduo, portanto, pode mudar, caso ele não siga as regras

---

<sup>39</sup> Alguns exemplos: PEREIRA, Eduardo. Mulher pode levar mais de 10 anos para denunciar violência, diz pesquisa. **G1**, 10/07/2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/07/mulheres-podem-levar-dez-anos-para-denunciar-violencia-diz-pesquisa.html>. Acesso em: 24/01/2021; FERNANDES, Tainah. O que é, como enfrentar e como sair do ciclo da violência. **Agência Patrícia Galvão**, 10/12/2018. Disponível em: <https://agenciapatriciagalvao.org.br/destaques/o-que-e-como-enfrentar-e-como-sair-do-ciclo-da-violencia/>. Acesso em: 24/01/2021; MANSUIDO, Mariane. Ciclo da violência doméstica: saiba como identificar as fases de um relacionamento abusivo. **Câmara Municipal de São Paulo – CPI da Mulher**, 06/08/2020. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.leg.br/mulheres/ciclo-da-violencia-domestica-saiba-como-identificar-as-fases-de-um-relacionamento-abusivo/>. Acesso em: 24/01/2021; CICLO da Violência Doméstica. **Ministério Público do Estado de São Paulo**. Disponível em: [http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Violencia\\_Domestica/O\\_que\\_voce\\_precisa\\_saber/Mulheres\\_adultas/vd\\_mais/ciclo\\_violencia\\_domestica](http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Violencia_Domestica/O_que_voce_precisa_saber/Mulheres_adultas/vd_mais/ciclo_violencia_domestica). Acesso em: 24/01/2021; CICLO da Violência. **Instituto Maria da Penha**. Disponível em: <https://www.institutomariadapenha.org.br/violencia-domestica/ciclo-da-violencia.html>. Acesso em: 24/01/2023.

sociais. Não existe aqui a ideia de um destino traçado, de um herói virtuoso, com o qual o público se identifica, e que sofre excessivamente.

A partir dessa observação, pode-se perceber que a palavra “tragédia” sofreu um deslocamento semântico: partindo do âmbito artístico, descrevendo um tipo de material literário ou teatral, passou a denotar um relato de uma adversidade, para então designar adversidades em si – ao ponto de que a maioria das pessoas atualmente nem desconfie do sentido artístico da palavra.

Outro movimento bastante relevante de modificação do que se entende por tragédia foi a sua democratização. Na tragédia grega, a alta estatura social dos personagens aparecia como um elemento importante. Como exemplifica Eagleton, na comédia *As rãs*, Aristófanes representa um suposto diálogo entre os dramaturgos Eurípedes e Aeschylus, o segundo considerado o pai da tragédia. Aeschylus diz que apenas retratava “heróis reais”, jamais vigaristas e mercadores, muito menos mulheres eróticas: “Eu não entulho meu palco com prostitutas como Phaedra ou Stheneboea”. Com a modernidade, entretanto, a tragédia se democratiza – algo que, para os antigos teóricos, seria um oxímoro.

Ainda assim, com a formação do Estado moderno, a angústia causada pela pobreza passou a chamar a atenção como possível material de inspiração para tragédias. Com o projeto iluminista de igualdade, qualquer pessoa pode ser uma figura trágica. O destino de cada indivíduo se torna, em princípio, tão precioso quanto o de qualquer outro. Alguns poderiam dizer que essa transformação significou a morte da tragédia; entretanto, mais interessante seria pensar que esta se multiplicou, para além da imaginação clássica.

Um outro ponto de vista, contudo, entende que a tragédia como forma artística, de fato, viu um ocaso com a Modernidade, época em que passou a predominar outro tipo de imaginação relacionada ao sofrimento. É sintomática a frase de Evita Perón em sua autobiografia: “Quando lerem estas páginas, vão comentar sobre elas sorrindo presunçosamente, pensando que ‘isso é muito melodramático’. Eu queria gritar a eles: — Sim, claro que é ‘melodrama’! Tudo na vida dos humildes é melodrama” (PERÓN, 1951, p. 130-131)<sup>40</sup>. Se a ideia de um herói trágico de classe trabalhadora pode fazer alguns

---

<sup>40</sup> No original: “Cuando lean estas páginas las comentarán sonriendo con suficiencia, pensando que “esto es demasiado melodramático”. Yo quisiera gritarles: —¡Sí, claro que es “melodrama”! Todo en la vida de los humildes es melodrama”.

teóricos torcerem o nariz, certamente um mocinho sem recursos mas de coração puro é ingrediente primordial de um bom melodrama.

Ao tematizar o melodrama, Brooks (1995) argumenta que suas origens podem ser localizadas no contexto da Revolução Francesa, em que se dissolvia a rígida hierarquia social que imperava até então e, com ela, as formas literárias que a acompanhavam, como a tragédia. Assim, para o autor, a emergência do melodrama não apenas representa a “queda” da tragédia mas, sobretudo, uma resposta à perda de uma visão de mundo trágica.

Vale lembrar que o conceito de drama remonta à Antiguidade. É em Aristóteles que surge a primeira e mais citada referência a uma pela definição do termo, tema do qual o filósofo se ocupa na obra que ficou conhecida como *Poética* (335 a 322 a.C.). Aristóteles propõe um modo de diferenciação das artes, que divergiriam entre si em três pontos: por meio, por objeto ou por maneira. Os meios de imitação utilizados pelas artes seriam os recursos visuais (cores e traços), sonoros (melodia, palavra), etc. As diferenças de objeto dizem respeito à imitação de pessoas ou personagens virtuosos ou viciosos. É a partir dessa perspectiva que as obras teatrais são divididas entre comédia e tragédia. A terceira diferença entre as artes estaria na maneira como elas representam os objetos. Na opção por retratá-los em ação estaria o motivo do nome “drama”. Em outras palavras: drama, aqui, aparece como a imitação por meio da representação direta da ação dos personagens.

Já o termo “melodrama” significaria, literalmente, drama acompanhado de música. Porém, segundo Brooks (1995), melodrama é menos um gênero e mais um modo imaginativo, intimamente relacionado ao pensamento moderno e sua tentativa de significar o mundo. Não deve ser considerado, portanto, uma constante na imaginação humana, detectável em diversas épocas. A particularidade deste conceito vem justamente do fato de que é uma forma singularmente moderna.

Como exemplo da nova imaginação melodramática aplicada à política e visão de mundo da época revolucionária, o autor faz referência a uma exclamação do pensador francês Louis Antoine Léon de Saint-Just: “um governo republicano tem a virtude como princípio; se não, o terror” – estão presentes na frase termos maniqueístas (virtude ou terror), excluindo-se o meio e imaginando um cenário de imposição de uma nova ordem. Percebe-se, aqui, aspectos centrais deste modo de ver o mundo: mais do que o excesso e a emoções fortes, devemos observar a presença da ideia de luta entre o bem e o mal. O conflito das narrativas melodramáticas se traduz na necessidade de reconhecer, confrontar e expurgar o mal da ordem social.

Outra marca notável do melodrama é o moralismo – ou, mais especificamente, um drama da moralidade, segundo Brooks (1995), na medida em que se tenta encontrar, demonstrar e comprovar a existência de um universo moral que, embora ameaçado pelo vilão, existe e poderá ser explicitado em toda sua força ao fim da história. Não à toa é comum que os personagens digam, direta e explicitamente, seus julgamentos morais sobre o mundo. Isso é particularmente presente no papel do vilão, que em algum ponto da narrativa desata a falar sobre sua natureza e suas intenções (aspecto que, como veremos no próximo capítulo, não deixa de se fazer presente nas matérias analisadas). Ainda que o Mal personificado ganhe espaço, é apenas como uma medida para ressaltar a glória da virtude: “O confronto e a peripécia são geridos de modo a tornar possível uma homenagem notável, pública e espetacular à virtude, uma demonstração de seu poder e efeito” (*ibidem*, p. 25, tradução livre)<sup>41</sup>.

Além do pensamento maniqueísta e moralista que divide o mundo em uma cruzada entre Bem e Mal, mais uma característica saliente da imaginação melodramática, como indicada por Brooks (1995) e que terá papel importante neste estudo, é a centralidade do ego individual, como a medida de todas as coisas. Afinal, com o colapso do pensamento teocêntrico, são os valores do indivíduo que adquirem caráter primordial. A primeira página das “Confissões” de Rousseau funciona como um documento histórico que deixa evidente o florescimento desta forma de pensamento, com sua insistência na singularidade de seu ser interior individual, sua diferença de todos os outros homens, e sua necessidade de expressar esse ser em sua totalidade (ROUSSEAU, 1964 [1782]).

Unindo-se, então, estes atributos – maniqueísmo, moralismo e a centralidade do eu – tem-se um Bem e um Mal altamente pessoalizados. Ou seja, o Vício e a Virtude sempre habitarão pessoas. Assim, o Mal não é um conceito abstrato: “o mal é a vilania; é um homem de compleição escura<sup>42</sup>, envolto em capa, com uma voz profunda” (BROOKS, 1995, p. 17, tradução livre)<sup>43</sup>. Já a virtude, por sua vez, costuma assumir a forma de uma jovem mulher. Nessa disputa, é primordial observar que o vilão é a força ativa que move o enredo – não à toa, este tipo de papel costuma ser considerado bastante interessante para atores demonstrarem seu talento, e geralmente eram escalados os profissionais mais experientes, observa Brooks (1995). Seria este, também, um dos fatores que colabora para

---

<sup>41</sup> No original: “O confronto e a peripécia são geridos de modo a tornar possível uma homenagem notável, pública e espetacular à virtude, uma demonstração de seu poder e efeito”.

<sup>42</sup> Esta associação entre vilania e pele escura demonstra a influência do racismo na imaginação social.

<sup>43</sup> No original: “evil is villainy; it is a swarthy, cape-enveloped man with a deep voice”.

explicar o tempo de tela concedido aos agressores e seus discursos, nas reportagens de feminicídio?

Esta seria uma diferença notável em relação à visão trágica, ao menos segundo a entende Eagleton (2003). Ele afirma que, embora as tragédias gregas clássicas apresentem protagonistas, não necessariamente a ação trágica se concentra em torno deles; eles não são, portanto, o elemento central. No mundo duro e violento das tragédias, nem mesmo a virtude é garantia para o bem-estar: a tragédia escancara a impossibilidade humana de assegurar sua felicidade. A responsabilidade é, portanto, desviada do indivíduo.

Neste sentido, a arte trágica ressalta o que é perecível, constrito, frágil sobre nós. Ela lembra o quanto somos movidos pelas circunstâncias, passivos, ao invés de agentes. Reforça o quão estreito é o espaço disponível para manobra. O que alguns veem como fatalismo ou pessimismo pode significar, porém, um ponto de partida para um projeto político. De acordo com Eagleton (2003), apenas compreendendo nossos limites podemos agir construtivamente, e o olhar para a fragilidade e vulnerabilidade humanas que está em jogo na tragédia permite justamente este entendimento, única fundação possível para uma efetiva ética ou política. O autor defende, ainda, que o sofrimento é uma linguagem extremamente poderosa, especialmente quando é compartilhada, pois pode levar pessoas diferentes ao diálogo e à comunhão.

Recuber (2012) vai em direção semelhante ao defender que o engajamento moral com o sofrimento do outro é um componente vital no campo político. Entretanto, o autor aborda a questão de um ponto de partida diferente ao de Eagleton – a preocupação de Recuber é um questionamento da noção, defendida por muitos, de que atenção midiática em demasia é devotada a desastres e outras tragédias humanas. O incômodo de parte do público e da academia é tamanho que se tornou comum falar em “pornografia do desastre”, sendo o termo “pornografia” utilizado para denotar um foco excessivo nas imagens de dor do outro, além de uma estetização deste sofrimento, considerada de mau gosto. Em um primeiro momento, nota Recuber, a crítica a este tipo de filmes, documentários, fotografias e reportagens se dirigia preferencialmente à retratação do sofrimento de países em desenvolvimento, que tendia a simplificar realidades geopolíticas complexas e encorajar incursões militares e humanitárias precipitadas e irresponsáveis por parte do Ocidente. Com o tempo, porém, a preocupação em torno da pornografia do desastre se modificou, passando a estar concentrada em um receio acerca de uma suposta *fadiga de compaixão*. Ou seja, as imagens de sofrimento alheio estariam

tão proeminentes que passariam a ter o efeito contrário do desejado: ao invés de inflamar a reação do público, teriam tornado a audiência inerte. Bombardeados com imagens de sofrimento, não sabemos mais como reagir. O autor, porém, contesta essa ideia, apresentando evidências de que o engajamento humanitário direcionado a vítimas de tragédias tem aumentado nos últimos tempos.

Ainda que não seja apropriado falar em uma fadiga de compaixão nem de uma negação a tematizar o sofrimento do outro em si, porém, ainda se pode discutir em que medida este conteúdo tem de fato contribuído para um olhar em direção à vulnerabilidade social, e que função ele tem exercido. Binik (2017), por exemplo, opta por utilizar o termo “pornografia dos sentimentos”, ao tematizar conteúdos midiáticos relacionados ao tema da criminalidade e da violência, os quais atendem a uma demanda do público por emoções intensas, que coloquem o espectador “no limite”, enriqueçam seu dia a dia, aumentem seu escopo de experiências, porém de maneira segura e fugaz. Para satisfazer e, também, fomentar este desejo, a mídia transforma eventos trágicos em *commodities* empolgantes, um “carnaval explosivo e pronto para consumo” (BINIK, 2017, p. 138, tradução livre). Neste processo, emoções complexas são purificadas e têm sua ambiguidade apagada, para que possam se transformar em bens de consumo padronizados, que agradarão ao maior número possível de pessoas.

O problema, então, não é meramente a representação exagerada ou excessiva do sofrimento alheio, mas sim o modo como ela é feita. A seguir, então, começamos a destrinchar como é explorado o recurso narrativo e imagético nas notícias de feminicídio, de um modo que poderia ser considerado como uma “pornografia dos sentimentos”. A discussão teórica anterior incorpora à análise a importante noção de que não é a mera apresentação destas imagens o problema, uma vez que o olhar ao sofrimento do outro é necessário e pode ser politicamente relevante. Entretanto, não é isso o que parece estar acontecendo nas notícias aqui analisadas – muito embora os próprios repórteres e apresentadores ressaltem a importância da visibilidade conferida ao assunto por seus programas como uma forma de modificar o estado das coisas.

## **1.2. Exclusivo! Vídeos e fotos da tragédia! “Sangue para todo lado”! As imagens de sofrimento como protagonistas**

Uma reportagem do telejornal *RJ2* decide começar pelo clamor da vítima, que

sobreviveu a uma tentativa de feminicídio: “Justiça. Esse é o pedido de Deidiane de Paula Monteiro, vítima de uma tentativa de feminicídio em Angra dos Reis”, diz o apresentador Diego Gavazzi, em tom sério<sup>44</sup>. Antes mesmo do lide, então, já temos a apresentação não apenas de uma das personagens principais da trama em questão, como também sua declaração de intenções, em defesa do restabelecimento da ordem do mundo. A notícia já se inicia, portanto, fazendo forte alusão ao registro que Brooks (1995) considera melodramático, como foi visto. O apresentador, a seguir, dá informações básicas sobre o caso e chama o repórter para contar mais sobre o “crime que chocou toda a região”. Esta frase denota a ideia de uma interrupção da normalidade, como se houvesse um estado natural de paz, ordem e tranquilidade que foi bruscamente interrompido – mais uma noção típica do melodrama.

Vale notar, também, a ideia de que a ocorrência causa impacto igualmente em relação a todos os indivíduos. Este ponto de vista desconsidera o fato de que um feminicídio não ocorre sem antes haver um histórico de violência, que pode ser mais ou menos longo, e que muitas vezes já é conhecido por outras pessoas. Muitas delas, inclusive, podem não se comover igualmente pelo caso, na medida em que culpam a mulher pelo ocorrido, como comumente ocorre (CAPUTI, RUSSELL, 1992; CARCEDO, SARGOT, 2000).

Com o início do VT, temos imagens da entrevista com a vítima Deidiane, ainda hospitalizada, contando como está emocionalmente abalada e sente medo mesmo estando dentro do hospital (FIG. 7). Em seguida, emerge a voz em *off* da repórter Maria Mariana Ferreira: “ainda tem sangue na parede do quarto”. Simultaneamente, a câmera focaliza a parede do ambiente mencionado e dá zoom para mostrar o que a locução indica (FIG. 8).

---

<sup>44</sup> TENTATIVA de feminicídio: vítima fala com exclusividade ao RJ2 sobre o crime. **RJ2 – TV Rio Sul**, 07/03/2019. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7438318/?s=0s>.



**FIGURA 7:**  
**Entrevista com vítima hospitalizada, na reportagem “Tentativa de feminicídio: vítima fala com exclusividade ao RJ2 sobre o crime”.**



*Fonte: Foto de tela registrada pela autora a partir da reportagem do RJ2 (TENTATIVA..., 2019).*

**FIGURA 8:**  
**Câmera focaliza parede da cena do crime onde se vê marcas de sangue, na reportagem “Tentativa de feminicídio: vítima fala com exclusividade ao RJ2 sobre o crime”.**



*Fonte: Foto de tela registrada pela autora a partir da reportagem do RJ2 (TENTATIVA..., 2019).*

Enquanto a jornalista informa detalhes do caso, a imagem muda para uma foto de Deidiane ensanguentada, com expressão de dor (FIG. 9), depois para foto do agressor, com expressão sorridente. Logo após, há um breve relato da irmã da vítima, que se inicia com as palavras: “Sangue. Para tudo quanto é lado, na parede, na cama, no chão, no guarda-roupa”. Conforme prossegue sua fala, contando como foi chegar ao local e ver

que sua irmã havia sido violentada, a reportagem novamente exhibe a foto da mulher ensanguentada, como expressão de dor, que havia sido veiculada segundos antes.

**FIGURA 9:**  
**Imagem da vítima ensanguentada após ser agredida, exibida na reportagem “Tentativa de feminicídio: vítima fala com exclusividade ao RJ2 sobre o crime”.**



*Fonte: Fotos de tela registradas pela autora a partir da reportagem do RJ2 (TENTATIVA..., 2019).*

A voz em *off* da repórter retorna, informando que o relacionamento de Deidiane com o agressor foi marcado por agressões e ameaças. Enquanto isso, se exhibe uma imagem do casal, sorridente (FIG. 10). Aqui, é interessante notar a contraposição direta entre o que se diz e o que se vê, que provavelmente foi uma escolha deliberada da reportagem, para ressaltar o choque diante do caso.

Contudo, a partir do já citado conceito de ciclo da violência doméstica (WALKER, 1979), podemos observar que não há contradição real entre uma foto representando um momento de felicidade do casal e a existência de violência no núcleo familiar. A teoria e a prática nos mostram que nestes relacionamentos há momentos de relativa paz, e é esse um dos fatores que, muitas vezes, dificulta que a mulher identifique o problema e saia da situação.

**FIGURA 10:**  
**Fotografia da vítima feliz ao lado de seu então companheiro, presente na reportagem**  
**“Tentativa de feminicídio: vítima fala com exclusividade ao RJ2 sobre o crime”.**



*Fonte: Fotos de tela registradas pela autora a partir da reportagem do RJ2 (TENTATIVA..., 2019).*

O material prossegue com uma entrevista com a irmã do agressor, que também sofreu ameaças, e a veiculação de um áudio contendo um exemplo destas intimidações, ocorrência que será analisada mais detidamente em uma seção do próximo capítulo, dedicada em específico ao espaço dado ao agressor nas reportagens. Aqui, basta notar que a referência a este fato serviu para reforçar a periculosidade do agressor e, por isso, demonstrar o quão importante seria a participação do público para dar pistas de seu paradeiro, que era desconhecido. Novamente se exhibe a imagem da vítima ensanguentada e do agressor sorridente, acompanhadas do número do disque-denúncia. Com o fim do VT, retornamos ao apresentador, que finaliza o comentário com a mesma tônica do início: a necessidade de se obter justiça. Aqui, “justiça” significa a prisão do agressor. Embora a repórter Maria Mariana abra espaço para que a vítima fale sobre as marcas psicológicas da agressão e como estas são mais difíceis de curar, ao final da reportagem está implícito que a prisão do agressor seria o final esperado, aquilo que iria encerrar essa história e restabelecer a ordem do mundo.

Chama a atenção, também, o uso de imagens explícitas de sofrimento. Embora este conteúdo se destaque em relação a referências especificamente direcionadas ao sangue, a utilização de signos de violência é bastante comum nas notícias analisadas. Como padrão, há quase sempre imagens da cena do crime, como uma tentativa de tornar

concreto o relato, ilustrando em imagens aquilo que está sendo mencionado pela narração. Porém, mais do que uma objetividade, em muitos casos, a exibição destes ambientes se torna uma ferramenta para inserir emocionalmente o espectador nos acontecimentos. Apresenta-se a sequência de fatos conforme ocorreram, de maneira minuciosa, e ainda destacando detalhes sórdidos que eventualmente se façam presentes e possam provocar reações emocionais.

Na reportagem “Mulher relata agressões de PM suspeito de estupro e tentativa de feminicídio em São Manuel”, do jornal TEM Notícias 2ª Edição, o repórter Murilo Rincon vai até a cena do crime e descreve como este aconteceu, passo a passo, indicando com as mãos os locais por onde vítima e agressor passaram (FIG. 11). Após dizer que ela foi estuprada, reforça, ainda, que ela fugiu sem roupas e pediu ajuda a pessoas que passavam. Nenhum detalhe é poupado. Oferecem-nos todos os pormenores para que possamos nos imaginar na situação e sentir o pavor que a vítima sentiu.

**FIGURA 11:**  
**Repórter vai até cena do crime e indica com as mãos os locais por onde vítima e agressor passaram na notícia “Mulher relata agressões de PM suspeito de estupro e tentativa de feminicídio em São Manuel”.**



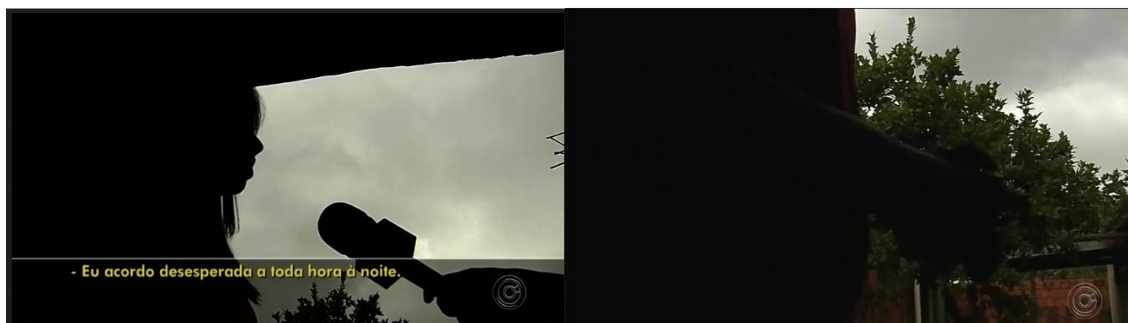
*Fonte: Fotos de tela registradas pela autora a partir da reportagem do TEM Notícias 2ª Edição (MULHER..., 2019).*

Essa imagem do jornalista *in loco* é alternada com cenas da entrevista conduzida com a vítima sobrevivente, em que ela conta o ocorrido em primeira pessoa. Ela, contudo, não fala sozinha – a voz de Rincon destaca, *em off*, partes de seu relato ou detalhes de seu comportamento considerados relevantes: “As mãos inquietas denunciam o quanto ela se sente incomodada só de lembrar dos momentos de terror que viveu naquele dia (...) ela

contou à nossa equipe que ainda não consegue dormir direito”<sup>45</sup> (FIG. 12).

**FIGURA 12:**

**Vítima dá entrevista na reportagem “Mulher relata agressões de PM suspeito de estupro e tentativa de feminicídio em São Manuel”. À direita, close em suas mãos, à contraluz.**



*Fonte: Fotos de tela registradas pela autora a partir da reportagem do TEM Notícias 2ª Edição (MULHER..., 2019).*

Relatos de vítimas sobreviventes dão conta de uma situação de medo e abalo emocional que se prolonga para além do ocorrido. Aqui, por exemplo, a mulher, que prefere não se identificar, conta que não consegue ficar sozinha e que se assusta com barulhos mais altos. Ainda assim, a reportagem se encerra com um apelo para “que a justiça seja feita” e informações sobre a prisão do agressor. Todo o sofrimento da vítima que é exibido obedece ao propósito de se buscar uma punição para o agressor, pois se entende que este é o único desfecho possível. Ou seja, os sentimentos da vítima em si servem a um propósito fora dela.

O ponto de vista do jornalismo não se encontra isolado do ambiente social – ao contrário, é produzido e colabora para produzir uma estrutura social em que o feminicídio apenas pode aparecer dentro de determinados esquemas de inteligibilidade, relacionado ao modo como se compreendem outros crimes, como homicídio comum, roubo, tráfico de drogas etc. Nesse modelo de apreensão, o papel do Estado está circunscrito a determinados limites: fortemente relacionado ao aparato jurídico-policial, enquanto outras formas de amparo à vítima e sua família são empurradas para fora da arena discursiva. Mesmo quando as entrevistas conduzidas com essas pessoas dão um eloquente testemunho sobre a urgência de medidas como essas, elas raramente despontam no discurso.

---

<sup>45</sup> MULHER relata agressões de PM suspeito de estupro e tentativa de feminicídio em São Manuel. **TEM Notícias 2ª Edição** – Bauru/Marília, 07/02/2019. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7364101/?s=0s>



Já nos casos em que o feminicídio foi consumado, evidentemente não há possibilidade de entrevista com a vítima. Mas, em algumas ocorrências, um recurso emerge para dar dimensão da carga emocional do crime e apresentá-lo mais objetivamente do que qualquer descrição: imagens de câmeras de segurança ou testemunhas. Não à toa, quando este tipo de elemento se faz presente, ganha a dianteira da reportagem. Não o agressor, nem a vítima: a protagonista se torna a imagem.

Na notícia “O Meio-Dia Paraná teve acesso ao depoimento de acusado de tentativa de feminicídio”, por exemplo, o repórter Eduardo Lhamas afirma que o crime em questão “acabou chocando bastante a cidade tanto pela violência (...) como também porque (...) câmeras de segurança registraram esse momento”<sup>46</sup>. Vale notar que o fato de que o crime foi registrado se torna um fator de noticiabilidade, uma razão pela qual o ocorrido chama atenção e se torna notícia.

Em “Câmera de segurança flagra feminicídio no Paraná”, vemos que a câmera é o sujeito ativo do título. Não apenas isso: as primeiras palavras da reportagem fazem referência às gravações, de maneira bastante apelativa. O apresentador se dirige diretamente ao público, apontando o dedo, e diz: “Você vai ver agora as imagens que antecedem um assassinato”<sup>47</sup>. Ele, então, descreve, em *off*, as imagens exibidas e relata informações sobre o crime, de forma breve, enquanto vemos Franciely Aparecida Tavares ser perseguida por seu agressor, que empunha uma arma (FIG. 13).

**FIGURA 13:**  
**Apresentador anuncia a notícia e vemos a vítima ser perseguida pelo agressor na reportagem “Câmera de segurança flagra feminicídio no Paraná”.**



*Fonte: Fotos de tela registradas pela autora a partir da reportagem do Boa Noite Paraná – Londrina (CÂMERA..., 2019).*

<sup>46</sup> O MEIO-DIA Paraná teve acesso ao depoimento de acusado de tentativa de feminicídio. *Meio Dia Paraná – Londrina*, 12/09/2019. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7917846/?s=0s>

<sup>47</sup> CÂMERA de segurança flagra feminicídio no Paraná. *Boa Noite Paraná – Londrina*, 22/10/2019. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8025575/?s=0s>

A falta de qualidade gráfica de muitas dessas imagens não se configura como um problema. Ao contrário, essa característica pode até aumentar o valor-notícia, na medida em que atesta que se trata da “realidade nua e crua”, conforme teria ocorrido. Na reportagem “Famílias sofrem após mulheres serem vítimas de feminicídio no AM”, do Jornal do Amazonas, afirma-se que “o vídeo não tem muita qualidade, mas mostra o momento em que uma explosão acontece”<sup>48</sup> (FIG. ). Já em “Polícia Civil investiga morte de jovem vítima de feminicídio em Martinópolis”, da *Fronteira Notícias*, a jornalista Carla Moreno opina: “difícil acreditar numa história como essa, mas como a gente viu aí, aconteceu”<sup>49</sup>.

**FIGURA 14:**  
**Imagem de câmera de segurança exibida na reportagem “Famílias sofrem após mulheres serem vítimas de feminicídio no AM”.**



*Fonte: Foto de tela registrada pela autora a partir da reportagem do JAM 2ª edição (FAMÍLIAS..., 2020).*

Mais do que um adicional interessante, exibir um vídeo que demonstre *a realidade* é visto como um “compromisso” do jornalismo e como algo que diferencia um telejornal perante outros. Uma reportagem do *Meio Dia Paraná* não apenas torna o vídeo o protagonista da matéria, como também exalta a exclusividade do conteúdo. No título, se lê: “Exclusivo: RPC tem acesso a vídeo com depoimento de vítima de feminicídio”<sup>50</sup>. Ao iniciar o conteúdo, a âncora Anelize Camargo deixa entrever a curiosidade construída

---

<sup>48</sup> FAMÍLIAS sofrem após mulheres serem vítimas de feminicídio no AM. **JAM 2ª edição**, 10/08/2020. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8766387/?s=0s>

<sup>49</sup> POLÍCIA Civil investiga morte de jovem vítima de feminicídio em Martinópolis. **Fronteira Notícias 1ª Edição**, 31/03/2020. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8445908/?s=0s>

<sup>50</sup> EXCLUSIVO: RPC tem acesso a vídeo com depoimento de vítima de feminicídio. **Meio Dia Paraná – Maringá**, 13/02/2019. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7379054/>

acerca do material ao longo do telejornal, anunciando que “chegou a hora do nosso assunto exclusivo”.

Neste caso, além do vídeo da “vida real” e da exclusividade, existe, ainda, um terceiro fator de interesse: a gravação em questão foi feita momentos antes da morte da vítima. Camargo explica esse fato e passa a palavra para a repórter Juliane Guzzoni, que, por sua vez, conta ao público toda a cronologia do caso e, então, anuncia novamente a exibição da gravação da vítima, reforçando o mérito do jornal em obtê-la: “Esse vídeo nós conseguimos com exclusividade e vamos passar aí em primeira mão os detalhes dessa história”.

O enquadramento do material é precário, tendo sido feito bastante próximo ao rosto da vítima, de modo que parte de sua face fica para fora do quadro. Percebe-se que o vídeo provavelmente não foi gravado com o objetivo de ser amplamente divulgado – ou pelo menos não seguiu nenhum tipo de parâmetro profissional. A vítima está deitada em uma maca, com tubo de oxigênio no nariz, e descreve em detalhes, de seu ponto de vista, tudo o que a repórter havia mencionado (FIG. 15). Ou seja, temos uma repetição do conteúdo antes apresentado, porém agora com as palavras e a imagem da própria vítima.

**FIGURA 15:**  
**Gravação improvisada de entrevista da vítima, exibida “com exclusividade” na reportagem “Exclusivo: RPC tem acesso a vídeo com depoimento de vítima de feminicídio”.**



*Fonte: Foto de tela registrada pela autora a partir da reportagem do Meio Dia Paraná – Maringá (EXCLUSIVO..., 2019).*

Ao final, Anelize Camargo novamente reforça que “esse foi um vídeo conseguido com exclusividade, do depoimento da Emili, porque esse é o nosso trabalho, gente,



conseguir as informações em primeira mão, com muito respeito a você telespectador, de forma ética, esse é o nosso compromisso”. Existe, então, uma argumentação no sentido de que exibir este tipo de imagem faz parte da ética do jornalismo, de seu compromisso de informação perante o espectador.

Além de fazer parte do suposto papel do jornal, outro motivo apontado pelos veículos para a exibição de imagens deste tipo é um desejo pela valorização do tema e uma demonstração de sua importância. Em outra notícia do mesmo telejornal<sup>51</sup>, mais de um ano depois da anterior, o jornalista William Souza afirma que o caso chamou a atenção justamente devido às imagens da ação, gravadas por um policial que estava atendendo a ocorrência. Além disso, o delegado do caso, Mateus Ganzer, ao ser entrevistado, opina que “as pessoas só dão importância ou só dão valor aos fatos que acontecem quando elas veem as imagens”.

Se a exibição de cenas de violência contra a mulher de fato for uma aliada, então, o telejornal realmente não economiza neste quesito. O vídeo em questão é exibido seis vezes, só na primeira parte da reportagem. As imagens mostram um homem mantendo uma mulher como refém e a ameaçando com uma faca (FIG. 16). Ele chega a desferir algumas facadas mas, em determinado momento, se desequilibra e cai no chão. Aí, os policiais aproveitam a oportunidade para detê-lo (FIG. 17). Como a câmera estava acoplada ao uniforme de um dos policiais, conforme o profissional se movimenta, a imagem treme, fica borrada e mal enquadrada.

---

<sup>51</sup> VÍDEO: policiais impedem feminicídio em Paiçandu. **Meio Dia Paraná – Maringá**, 18/09/2020. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8868028/?s=0s>

**FIGURA 16:**  
Vídeo mostrando momento de agressão com intervenção dos policiais, exibido na reportagem “Vídeo: policiais impedem feminicídio em Paicandu”.



*Fonte: Fotos de tela registradas pela autora a partir da reportagem do Meio Dia Paraná – Maringá (VÍDEO..., 2020).*

**FIGURA 17:**  
Vídeo mostrando queda de agressor no momento da violência e intervenção dos policiais, exibido na reportagem “Vídeo: policiais impedem feminicídio em Paicandu”.



*Fonte: Fotos de tela registradas pela autora a partir da reportagem do Meio Dia Paraná – Maringá (VÍDEO..., 2020).*

Inicialmente, as imagens se desenrolam com a voz do repórter em *off*, narrando o ocorrido; em seguida, o material é mostrado na íntegra, com som original. Logo depois, Souza continua falando sobre o vídeo, agora para exaltar a atuação policial, ressaltando o fato de que os policiais agiram rápido ao se aproveitar do momento em que o homem

perde o equilíbrio – enquanto ele narra este momento (que os espectadores acabaram de ver com seus próprios olhos duas vezes), a filmagem é exibida uma terceira vez. Após isso, o jornalista lê um depoimento dado por um dos soldados que atendeu à ocorrência e, ao mesmo tempo, as imagens do crime aparecem na tela pela quarta vez em menos de cinco minutos de reportagem. Posteriormente, a palavra retorna à âncora Anelize Camargo, que diz que este caso mostra como é importante a denúncia, visto que os policiais conseguiram salvar a vida da mulher graças ao chamamento dos vizinhos. Simultaneamente a essas palavras, pela quinta vez o vídeo da agressão aparece na tela.

Quando voltamos a enxergar Anelize Camargo, ela faz um discurso vigoroso sobre o abalo psicológico da vítima, sua dependência financeira, e exorta que “é preciso sim que as pessoas ajudem essa pessoa que é uma *vítima*”. Neste ponto, podemos perceber um interlocutor implícito no discurso da jornalista: ela parece se dirigir a pessoas que minimizam a seriedade do assunto da violência contra a mulher, ou que culpabilizam a vítima. Camargo, então, aparentemente deseja ressaltar que estas mulheres são legítimas vítimas, no sentido de que merecem e necessitam de apoio e ajuda. Mais adiante neste capítulo, abordarei mais especificamente o estatuto da vítima nas reportagens. Aqui, o foco é observar como essa construção de um olhar compassivo diante dessas mulheres passa fortemente por um apelo a imagens de dor e sofrimento, repetidas incansavelmente. Vale notar que a reportagem retorna, ainda, com “mais informações” e, nessa continuação, embora William Souza avise ao espectador possivelmente desavisado que “as imagens são fortes”, o vídeo da violência é repetido mais quatro vezes – totalizando, portanto, dez exibições nos quase 12 minutos de reportagem.

Podemos depreender, então, que os vídeos explícitos de violência são vistas pelos próprios profissionais como ferramentas para supostamente colaborar na conquista de compaixão e piedade do público em direção às vítimas. Como um estudo de recepção não está no escopo deste trabalho, não se pode avaliar até que ponto esse intento se realiza ou não. Entretanto, é interessante observar a fé depositada na pura e simples exibição e repetição de imagens, como único insumo para engajar eticamente o espectador. Elas são mostradas várias vezes seguidas, cada momento ressaltando um ponto, mas sem acrescentar muito em relação ao *take* anterior.

Também é digno de nota que o conteúdo abre espaço para entrevistar os policiais que presenciaram o ocorrido (FIG. 18) e, neste ponto, assim como em outras reportagens, aparece uma referência ao termo “tragédia”. Aqui, porém, diz-se que os policiais conseguiram evitar “um desfecho que poderia ser trágico”. Nota-se, portanto, que o

caráter de tragédia parece estar associado, neste ponto de vista, especificamente à morte. De fato, no caso em questão, impera uma visão de mundo melodramática. Temos heróis que conseguiram restabelecer a paz e a ordem, derrotando o vilão. Neste cenário, se, nós, como comunidade, sempre fizermos o nosso papel – entendido como chamar a polícia –, tudo dará certo. As imagens de sofrimento exibidas atendem o desígnio de nos mobilizar para este fim. O abalo psicológico das mulheres que viveram pessoalmente estas imagens é parte da história, mas logo superado. Afinal, o que importa é que o bem venceu.

**FIGURA 18:**  
**Imagem dos policiais que impediram feminicídio, entrevistados na reportagem “Vídeo: policiais impedem feminicídio em Paçandu. Meio Dia Paraná – Maringá”.**



*Fonte: Fotos de tela registradas pela autora a partir da reportagem do Meio Dia Paraná – Maringá (VÍDEO..., 2020).*

Mesmo quando a “tragédia” (neste discurso amalgamada à morte) se consuma, pode-se dizer que as imagens de dor exibidas não deixam de cumprir certo papel pedagógico em relação ao público. Seria o que Eagleton (2003) chama de visão consequentialista ou instrumental do sofrimento, à qual o autor é bastante crítico. Ele lembra que, embora seja possível que a aflição possa trazer algum tipo de incremento em força ou sabedoria, no duro mundo das tragédias, a virtude não é garantia de bem-estar e não há nada que possa nos proteger completamente de nossa vulnerabilidade. A ideia de que, ao ver o sofrimento das mulheres vítimas de violência, estaríamos aprendendo algo e poderíamos, a partir daí, esperar que a virtude ainda se concretize, é uma noção bastante moderna, influenciada pela imaginação melodramática.

Evidentemente, a vontade de engajar-se afetiva e moralmente com essas imagens de sofrimento para defender a importância do assunto da violência contra a mulher não é algo negativo em si. Mas o próprio fato de que as imagens se tornem as protagonistas das reportagens já começa a indicar o problema do caminho tomado pelos materiais analisados. O dever jornalístico, segundo dito pelos próprios repórteres, seria justamente

o de mostrar essas imagens. Elas costumam vir acompanhadas de discursos, admoestações e recomendações. E o engajamento ético termina aí, com a sensação de que a virtude está em vias de se restaurar, pelo menos – afinal, a polícia está buscando o criminoso, ou, melhor, ele já foi preso! – e de que a ordem natural das coisas é a paz e o bem.

Observo que, apesar de exibir conteúdo pautado por tristeza, violência e morte, as matérias geralmente se empenham em demonstrar um “lado positivo” da história, uma “luz no fim do túnel”. Nem que seja a constatação do belo trabalho dos policiais que atenderam ao caso, ou mesmo dos próprios jornalistas que o narram, trazendo as imagens da *realidade*. Essa *realidade* é dura, triste, e a violência está aumentando a cada dia (como falaremos mais no terceiro capítulo), mas nem tudo está perdido. Por pior que seja o caso tratado, as reportagens não costumam se entregar ao pessimismo.

Atribuo este fato à influência da imaginação melodramática, em sua crença na restauração da virtude e, é claro, a uma falta de informação por parte da população em geral (e, portanto, dos profissionais de jornalismo) sobre a questão da violência contra a mulher. Recordo, mais uma vez, que o melodrama não necessariamente é uma tendência problemática mas, nas matérias analisadas, unidos a uma falta de informação adequada, identifico que acaba por colaborar no sentido de um esvaziamento do conteúdo.

No próximo tópico, veremos mais sobre como ocorre esse esvaziamento, simultaneamente à exploração de um outro tipo de imagem e texto muito comuns nas notícias analisadas: os relatos sobre as vítimas e suas famílias. Contestaremos a ideia de que quanto mais nos aprofundamos na história pessoal dessas mulheres, mais envolvimento do público é conquistado em relação ao tema do feminicídio. Na verdade, muitas vezes parece acontecer o contrário: mergulhamos em narrativas de luto e tristeza mas, ao final, esses sentimentos se esvaem, e ficamos sem saber o que fazer com eles.

### **1.3. Entre desconfiança, revolta e lágrimas: como damos sentido ao sofrimento alheio**

Embora o sofrimento seja uma realidade presente em diversos momentos históricos, devemos estar atentos para não reificar categorias como vítima, comoção e catástrofe, como se elas existissem de maneira fixa e universal, sendo a nossa reação a eventos extraordinários sempre a mesma ao longo de diferentes eras. Como ressalta

Labbé (2018), esses são conceitos itinerantes, ou seja, se alteraram sobremaneira com o tempo. O autor pretende chamar atenção para a historicização e construção da sensibilidade ocidental, com um papel crescente do sofrimento na interpretação do mundo. De fato, nossa economia moral se torna centrada na compaixão e na razão humanitária – o que não foi sempre assim. Porém, isso também não quer dizer que não houvesse compaixão. Não podemos adotar a visão teleológica e anacrônica de que em tempos antigos os humanos eram absolutamente cruéis e, com os séculos, evoluímos emocionalmente, refinando nossos estados de alma. A questão aqui não é a emergência de um sentimento, mas sim sua modulação histórica.

A gestão medieval dos desastres estava preocupada em interpretar o evento como uma advertência divina, não como drama humano. Assim, o foco era responder ao ocorrido com atitudes moralizantes e repressivas, promovendo-se o que Labbé (2018) chama de *gestão espiritual da catástrofe*. Essa maneira de lidar com o extraordinário foi paulatinamente substituída por uma gestão humanitária, uma nova sensibilidade pautada por uma obrigação moral para com os atingidos.

Ocorre, portanto, uma inversão no modo de enxergar vítimas. A perspectiva bíblica sobre o sofrimento exclui a ideia de uma inocência dos sofredores, na maioria dos casos. Este é um modelo ético inverso ao esquema moderno: nossa avaliação da dor alheia repousa sobre a premissa de que as vítimas são inocentes, não tendo dado causa à situação em que se encontram. A vítima, então adquire um *status* diferenciado. No modelo interpretativo bíblico, ao contrário, a catástrofe é infame: acreditava-se que as vítimas eram moralmente responsáveis e haviam recebido um castigo justo. A consolação dos sofredores existia, mas não passava pelo registro de lamentação. Afinal, questionar a tragédia seria questionar a vontade divina e a justiça celestial. A dimensão passional da consolação, portanto, seria estruturada pela paciência e pela resignação. No máximo, a catástrofe poderia ser lida como uma provação que, embora difícil de suportar, ainda era um sinal da misericórdia divina.

Quando se fala em olhar para o sofrimento na sociedade contemporânea, se impõe a questão da espetacularização da dor, uma vez que vivemos em uma sociedade midiaticizada e pautada pela hiperexposição. O trabalho de Jervis (2015a) colabora para que possamos contestar a ideia de que o sensacionalismo é meramente uma prática negativa de manipulação ideológica, que distorce nossa habilidade de compreensão. Para ele, o sensacional pode ser melhor compreendido como uma visão e experiência de

mundo distintamente moderna. Desde o século XVIII, a sociedade ocidental está imbricada em uma cultura do espetáculo e da sensação, que é concomitante a fenômenos como a literatura em massa e os meios de comunicação de massa, e evoluiu com eles. Não é inerentemente boa ou má, mas é uma realidade inescapável.

É importante ressaltar que as narrativas carregadas de emoções não estão contidas exclusivamente no ramo conhecido como “jornalismo sensacionalista” ou “imprensa marrom” – estão presentes, também, nos veículos que costumam adotar a ideia de objetividade em seu fazer jornalístico. Na verdade, o próprio conceito de “sensacionalismo” pode ser questionado. A princípio, todo processo de comunicação seria, em alguma medida, sensacionalista, uma vez que o emissor costuma organizar seu discurso de modo a captar a atenção do leitor e seduzi-lo (DINES, 1971). É comum, entretanto, que esta prática seja associada ao segmento popular da grande imprensa, que privilegia a superexposição da violência, divulgando imagens chocantes e empregando linguagem composta por gírias e palavras de baixo calão. Porém, como lembra Amaral (2005), provocar sensações e emoções no leitor é uma prática generalizada na atualidade. É preciso ter em mente, então, que a narrativa guiada por um ideal iluminista de racionalidade e objetividade – no qual se baseia o *habitus* profissional do jornalista – coexiste com a matriz de caráter dramático e emotivo, muitas vezes no mesmo veículo.

Dentre as sensações e emoções produzidas nos circuitos midiáticos, se encontra a possibilidade de incentivo da compaixão ou da simpatia pelo sofrimento do outro. Nessa discussão, novamente recorreremos a Jervis (2015b). O autor enxerga a simpatia de maneira distinta das demais sensações produzidas nos circuitos midiáticos: segundo ele, as sensações envolveriam uma resposta mais imediata e um lado mais físico do sentir, enquanto o que ele chama de espetáculo da simpatia envolveria um engajamento pela imaginação e julgamento do outro. Ainda que possamos apresentar alguma reserva em relação a essa dicotomia entre simpatia como refletida e demais sensações como mais instintivas, alguns pontos levantados por Jervis (2015b) se mostram bastante interessantes para a presente análise. Ele afirma que a simpatia implica uma semiótica: o corpo é tratado como um sistema de signos, a serem “lidos”. Para isso, é preciso uma observação do corpo, e que este corpo esteja visível. Por isso, Jervis defende que essa cultura se desenvolve a partir do que ele identifica como “espetáculo de simpatia”. Em um espetáculo, observador e observado, audiência e ator são entes separados. Existe, portanto, inerente ao espetáculo, um elemento de distância. Deste modo, o autor se afasta

de visões sobre a simpatia que a enxergam como sinônimo de identificação. Há, também, um distanciamento, o qual inclusive abre espaço para o voyeurismo e mesmo para o prazer de ver o outro sofrer. Esse modo de funcionamento estaria imbricado na cultura popular, pressuposto na própria ideia de entretenimento.

O autor também questiona, porém, a noção de que a estética anestesia o senso moral. O espetáculo contemporâneo pode engajar o espectador encontrando um equilíbrio entre distância e proximidade para com o sofrimento do outro. De acordo com esse ponto de vista, a não-resposta moral do público diante de determinado estímulo está menos ligada a um processo linear de intensificação do sensacionalismo e mais ao produto de um ciclo específico, em que um conteúdo em particular tem sido explorado à exaustão.

Boltanski (2004) é mais uma voz que defende que o espetáculo do sofrimento presente na sociedade contemporânea não é uma mera consequência dos meios de comunicação, mas sim característica das modificações sociais que emergem na Modernidade. Ao refletir sobre diferentes possibilidades de engajamento do espectador de um sofrimento distante, o autor ressalta três grandes formas que essa resposta assumiu, pela configuração de diferentes gêneros literários entre os séculos XVIII e XIX: o tópico da denúncia, o tópico do sentimento e o tópico da estética. O campo da estética, segundo o autor, corresponderia à contemplação da cena de sofrimento nu, sem esperança de remissão. Embora, nas notícias analisadas, as imagens de dor sejam exibidas e repetidas incansavelmente, ao ponto de podermos debater sobre uma pornografia, elas também são moralizadas e atreladas aos sentimentos, o que, do ponto de vista da produção do conteúdo, nos afasta do tópico da estética como o entende Boltanski e nos aproxima das outras duas formas de se relacionar com a dor alheia.

No tópico da denúncia, consentâneo com os panfletos políticos emergentes na época, a piedade em relação ao sofredor toma a forma de indignação e reprovação do responsável pela dor. À vítima é permitido expressar ressentimento direcionado ao seu algoz, e o terceiro simpatiza com esse estado de ânimo. O espectador se torna, então, um acusador, ao ponto de que o foco da questão se torna o agressor, mais do que a vítima. As críticas feitas a esta forma de envolvimento com a dor alheia afirmam que, nestes casos, o observador estaria apenas dando vazão aos próprios sentimentos de agressividade e destruição, em vez de efetivamente conectar-se com os problemas alheios.

Já no tópico sentimental, que se manifesta especialmente com a emergência do romance como expressão literária, a reação do outro ao sofrimento aparece como um



enternecimento em relação ao sofredor. Este desafortunado, diferente daquele que figura no tópico da denúncia, é resignado: não se revolta nem se ressentido. Outro ponto importante que este discurso, ao contrário do que poderia parecer, é menos pessoal do que aquele presente no tópico da indignação, uma vez que existe a ideia de que *qualquer um que tenha a mínima sensibilidade* nutriria os mesmos sentimentos diante da dor alheia. Assim, o observador não precisa se implicar tanto.

Pode parecer que este tópico concederia mais destaque à vítima em si, entretanto não costuma ser este o caso, segundo Boltanski. Ganha destaque nessas narrativas a atuação de algum tipo de benfeitor que vem ao resgate do infeliz. Além disso, as críticas a esta forma de expressão dão conta de que também há um desvio do sofredor em si, assim como no tópico da denúncia, contudo, aqui, o problema seria uma suposta busca de prazer do observador no espetáculo do sofrimento alheio e um interesse em demonstrar-se como compassivo e elevado moralmente.

É preciso lembrar o pano de fundo filosófico em que estava localizado o romance sentimental. Pensadores da filosofia moral escocesa como Anthony Ashley-Cooper, Conde de Shaftesbury, Adam Smith, David Hume e Francis Hutcheson reagem a opiniões pessimistas sobre a natureza humana, como a de Thomas Hobbes. Segundo esta outra forma de pensar, a benevolência seria uma faculdade da mente humana e até mesmo a mais primordial expressão de humanidade. Em outras palavras, a qualidade de ser humano se manifesta plenamente na presença do sofrimento, por meio da piedade – o espetáculo do sofrimento é justamente o teste que provaria a humanidade.

Ainda segundo Boltanski (2004), Rousseau foi outro filósofo que muito se interessava por esse suposto caráter benevolente do humano. Ele menciona um estado de alma que seria a emoção simpática por excelência, a *tender-heartedness*, uma expressão para a qual não há tradução exata na língua portuguesa, mas podemos observar que faz referência ao coração, como locus de uma resposta ao sofrimento do outro, e essa reação é marcada por sentimentos ternos. A *tender-heartedness* seria uma expressão gentil, que contrasta, portanto, com a indignação. Para Rousseau, esse estado consiste, sobretudo, no ato de reconhecer-se no próximo; reconhecer, num gesto de humanidade, o comum interesse que liga o eu ao outro.

A consequência prática desse tipo de relação com o sofrimento é que, para provocar essa emoção terna, a narrativa deve inserir a figura do perseguidor, mas logo abandonar a perseguição, de modo a não alimentar a indignação. Um exemplo eloquente

é o romance “Pamela”, publicado em 1740 por Samuel Richardson. A protagonista da história sofre inúmeras provações e assédios por parte do vilão, Sr. B., e nunca mostra qualquer ressentimento ou desejo de vingança. A narrativa não busca incitar o leitor a esperar a punição do perseguidor como desfecho favorável do romance. Ao contrário: no fim da história, a recompensa da virtude da mocinha é receber um pedido de casamento por parte de seu agressor, agora moralmente reformado.

Além de um distanciamento da perseguição ao vilão, um elemento importante do tópico do sentimento é a identidade dos sofredores. Primeiramente, observamos que a condição de pobreza prevalece. E mais: sofrem porque são pobres. A falta de recursos está diretamente relacionada ao sofrimento. Em conjunto ou não com a questão econômica, se apresenta fortemente o recorte de gênero e idade: é muito comum que as protagonistas dos romances sentimentais sejam jovens mulheres. A anteriormente mencionada Pamela cumpre as três características, sendo uma servente de quinze anos. Podemos citar, também, “Julie”, de Rousseau, e “Clarissa”, também de Richardson.

Mas não basta ser desfavorecida, jovem e donzela: há um forte caráter moral nessas histórias. É preciso que a mocinha seja merecedora do olhar compassivo, e para isso deve apresentar um inabalável conjunto de virtudes. Essas protagonistas são ingênuas, benevolentes, gratas ao menor sinal de ajuda – a gratidão aos benfeitores é ressaltada como um elemento-chave do tópico sentimental, e um dos sentimentos que geraria maior identificação por parte do público. Gostamos daqueles personagens que ajudam a mocinha até mais do que da própria donzela sofredora.

Para abrir espaço para toda essa gratidão, as protagonistas jamais alimentam ressentimento. No máximo, elas sofrem em lágrimas. Aliás, vale lembrar que as lágrimas têm um papel importante no mecanismo do sentimento. Elas se configuram como a forma pela qual a interioridade aparece para o mundo externo. São vistas como uma manifestação autêntica e, por isso, admirável. O ideal, porém, como aponta Boltanski sobre o modo de pensamento de Rousseau, grande influenciador deste gênero, seria que essas lágrimas não fossem expressão de amargura ou raiva represada, mas sim como um momento de catarse, uma transição entre diferentes estados de ânimo. O choro cumpriria, desse modo, um papel restaurativo, retirando o protagonista do desespero e recompondo sua confiança.

Nas matérias a seguir, veremos como esses elementos se fazem presentes: o gênero, a juventude, a virtude e as lágrimas. Como se apresenta, hoje, no objeto analisado,

o regime de compaixão? Embora não tenhamos mais o mesmo olhar para o sofrimento que na época medieval, isso não quer dizer que o status de vítima seja algo absoluto, vivido da mesma forma para diferentes indivíduos.

#### **1.4. “Uma linda moça sorridente”: quem é a protagonista das “tragédias” contemporâneas?**

A já mencionada notícia “Polícia divulga detalhes bizarros de caso de feminicídio em Miracema”<sup>52</sup> mostra em minúcias o local onde foi cometido o crime e encontrado o corpo da vítima, e não deixa de exibir, é claro, uma fotografia da mulher, enquanto apresenta o caso: “Vamos colocar a imagem aqui por favor da dona de casa Franciane Moisés Pedro, de 27 anos. Essa é a Franciane, pessoal. Linda jovem”, diz a apresentadora Ana Paula Mendes. O ato de exibir a foto da vítima não é isoladamente um problema, afinal, colabora para dar concretude ao caso e criar identificação entre o público, demonstrando que não é apenas mais um número, é uma pessoa, com rosto, nome e história. Porém, alguns elementos começam a se demonstrar problemáticos, como a exaltação da beleza e da juventude, como algo que torna o caso ainda mais triste. Notamos, além disso, que comentários como este aproximam as notícias, mais uma vez, de um registro melodramático, como caracteriza Brooks (1995), ou sentimental, como apontado por Boltanski (2004). A vítima ideal das histórias que despertarão sentimentos no público é a mulher jovem e bela.

Por vezes, a aparência especificamente não é ressaltada, mas a juventude insiste em comparecer, geralmente acompanhada de atributos que indiquem virtuosidade, uma “beleza interior”, isto é, um comportamento considerado louvável e digno de uma boa moça. É o caso da reportagem “Um crime de feminicídio chocou os moradores da cidade de Itaquitinga”, da GRTV<sup>53</sup>. Durante as filmagens, os familiares da vítima, Thaislane, trajavam blusas com uma foto da mulher, acompanhada de alguns dizeres em homenagem a ela (FIG. 19). É interessante observar o que estava escrito na camiseta: “Ela mistura malícia com sorriso encantador. Forte como uma rocha, com a beleza de uma flor”. A

---

<sup>52</sup> POLÍCIA divulga detalhes bizarros de caso de feminicídio em Miracema. **RJ Inter TV 1ª Edição**, 29/10/2019. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8042979/?s=0s>. Acesso em: 29/10/2019.

<sup>53</sup> UM CRIME de feminicídio chocou os moradores da cidade de Itaquitinga. **GRTV 2ª Edição**, 29/01/2020. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8277248/?s=0s>.

frase escolhida pelos familiares, portanto, não deixava de ressaltar a beleza de Thaislane, bem como atributos historicamente associados à feminilidade tradicional, como sorrisos e flores – porém, também destacava sua fortaleza. A mensagem até mesmo incluía a palavra “malícia”, que se refere a arдил, astúcia e até mesmo pode se referir a uma inclinação para o mal – que não é, evidentemente, o objetivo da família. Podemos conjecturar que essa frase foi escolhida com o fim de retratar que Thaislane era uma mulher de personalidade marcante e opiniões fortes, distanciando-a da imagem de uma donzela ingênua e incapaz. A repórter do *GRTV*, Bianca Carvalho, porém, prefere simplificar a informação, e descrevê-la como “uma moça sorridente, cheia de vida”.

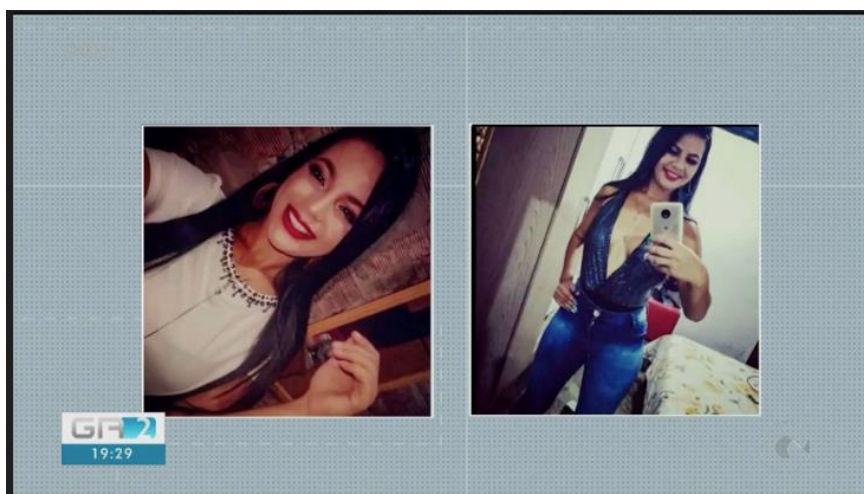
**FIGURA 19:**  
**Camisa em homenagem à vítima utilizada por seus familiares na reportagem “Um crime de feminicídio chocou os moradores da cidade de Itaquitinga”.**



*Fonte: Foto de tela registrada pela autora a partir da reportagem do GRTV 2ª Edição (UM CRIME..., 2020).*

Vale notar, ainda, que a notícia apresenta outras fotografias de Thaislane, no formato *selfie* (autorretrato). Ela está usando maquiagem, com destaque para os olhos e batom vermelho. Em uma delas, veste uma blusa com decote profundo (FIG. 20). Para uma mentalidade conservadora, infelizmente, essas fotografias, por si só, abrem margem para um julgamento das atitudes da vítima. O texto jornalístico não tece comentários específicos sobre as fotos, mas é interessante notar que se apresenta um olhar compassivo à vítima, mesmo que, em uma das fotos, ela não se enquadre na vestimenta tradicional esperada dentro de valores conservadores.

**FIGURA 20:**  
**Fotos da vítima na reportagem “Um crime de feminicídio chocou os moradores da cidade de Itaquitinga”.**



*Fonte: Foto de tela registrada pela autora a partir da reportagem do GRTV 2ª Edição (UM CRIME..., 2020).*

Neste momento, talvez a leitora ou o leitor possam se questionar: “mas se as vítimas de feminicídio são, de fato, jovens, bonitas, sorridentes e vaidosas, qual é o problema de o jornalismo mostrar isso?”. O problema, a meu ver, é reduzir figuras humanas complexas a estereótipos de gênero (“lindas jovens sorridentes”) com o objetivo de basear aí uma compaixão por parte do público. Primeiro, porque esse projeto de compaixão pode facilmente obter o resultado oposto do esperado, já que, para conceder esse olhar piedoso baseado na figura da donzela indefesa, o espectador precisa se colocar no lugar de juiz e averiguar se está, de fato, diante de uma donzela. Na maioria dos casos, não estará, simplesmente devido ao fato de que estamos falando de seres humanos, não de ideais. Segundo, porque, deste modo, se colabora para invisibilizar outros tipos de vítimas, como idosas, trabalhadoras sexuais, mulheres em situação de rua, pessoas com deficiência, mulheres trans ou travestis.

Sobre estas últimas duas hipóteses, aliás, é importante fazer um aparte. Um caso que trata de violência contra uma travesti chamou a atenção pelo modo como foi noticiado. Primeiramente, a ocorrência aparece retratada em uma reportagem de abril de 2018<sup>54</sup> e, nesta ocasião, tem lugar uma verdadeira violência secundária contra a vítima

<sup>54</sup> AGRESSÃO contra transexual em Taguatinga é registrada como tentativa de feminicídio. **DF1**, 11/04/2018. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6653851/>.

por parte da equipe de reportagem do *DF1*, que demonstra total inabilidade para lidar com o tema tão delicado.

Primeiro, observemos o tom empregado: há uma incredulidade na voz de Fábio William, o âncora do jornal, ao anunciar que “a agressão a um transexual [sic] numa lanchonete de Tanguatinga no início do mês foi registrada como tentativa de... *feminicídio!*”. Ele faz uma breve pausa antes de dizer “feminicídio”, e resalta a palavra em sua emissão. Observe-se, ainda, que ele diz “um transexual” e continua se referindo à vítima no masculino ao longo da notícia. Ainda que o jornalista não soubesse que travestis devem ser mencionadas no feminino, se destaca a questão do inconformismo adotado ao falar da abertura do inquérito como tentativa de feminicídio.

Toda a reportagem é feita por meio de *voice over* do apresentador, enquanto imagens são exibidas: filmagens de uma câmera de segurança em que podemos ver o crime acontecendo de forma evidente (FIG. 21) e vídeo da entrevista com a vítima (FIG. 22).

#### FIGURA 21:

**Imagens de câmera de segurança mostrando momento do crime, exibidas na reportagem “Agressão contra transexual em Tanguatinga é registrada como tentativa de feminicídio”.**



*Fonte: Foto de tela registrada pela autora a partir da reportagem do DF1 (AGRESSÃO..., 2018).*

## FIGURA 22:

Cena de entrevista da vítima, exibida sem o som original, com voice-over do apresentador, na reportagem “Agressão contra transexual em Taguatinga é registrada como tentativa de feminicídio”.



Fonte: Foto de tela registrada pela autora a partir da reportagem do DF1 (AGRESSÃO..., 2018).

Ao contrário das outras entrevistadas, não temos a chance de ouvir como ela está abalada com o ocorrido, como a violência afetou sua vida. Na verdade, nem ao menos ouvimos sua voz dizer qualquer coisa que seja, pois as imagens da entrevista são exibidas com *voice over* da voz do repórter, chamando-a por pronomes masculinos e questionando a validade da atenção dada à agressão como tentativa de feminicídio. Também não sabemos o nome da travesti, e muito menos ouvimos elogios sobre sua natureza “sorridente” ou “cheia de vida”.

Um ano depois, outra reportagem, agora no *Bom Dia DF* em parceria com o *G1*<sup>55</sup>, volta ao mesmo caso, conferindo atualizações. Dessa vez, porém, o tom é outro. Ficamos sabendo que a vítima se chama Jéssica Oliveira, e a repórter Luiza Garonce diz que a defesa dos suspeitos tentou argumentar que o caso deveria ser tratado como uma tentativa de homicídio, não feminicídio, devido ao fato de que a vítima “biologicamente tem órgãos sexuais masculinos”. A jornalista, contudo, demonstra de maneira evidente a discordância com este argumento, dizendo que eles tentaram fazer com que “a mulher que eles viram dentro da lanchonete” não fosse “interpretada como tal”. Ela, então, posiciona a vítima como uma *mulher* e defende que ela foi agredida justamente nesta condição. Garonce também cita que, no caso das mulheres trans e travestis, existe uma dupla vulnerabilidade,

---

<sup>55</sup> G1 NO BDDF: Caso de mulher trans agredida é julgado como tentativa de feminicídio. *Bom Dia DF*, 09/08/2019. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7830082/?s=0s>.

e lembra que o Brasil é o país que mais mata pessoas trans no mundo. Enquanto a jornalista fala, exibem-se as imagens do crime, o que, como argumentamos e continuaremos a argumentar, consideramos problemático, porém ao menos este é o mesmo tratamento dado às mulheres cisgênero. Aqui, há o mínimo respeito à dignidade de Jéssica, mas ainda não temos entrevistas mostrando seu ponto de vista, nem exaltações a seus modos ou sua aparência. A persistente escolha em ressaltar a beleza e feminilidade tradicional das vítimas indica que os critérios para o que é considerado uma vítima digna de compaixão permanecem bastante semelhantes a de outros momentos históricos.

Além de excluir mulheres transgênero, estes critérios também não contemplam mulheres que têm o corpo diferente do padrão de normalidade. Isso é especialmente problemático por dois motivos: primeiro, porque mulheres com deficiência são justamente mais vulneráveis à violência doméstica<sup>56</sup>; segundo porque a própria Maria da Penha, que deu nome à legislação sobre o tema no Brasil, foi um exemplo de mulher que se tornou uma pessoa com deficiência devido à agressão sofrida pelo marido<sup>57</sup> (que, de acordo com a legislação atual, seria uma tentativa de feminicídio). Cadeirante, ela se tornou referência e uma voz ativa na luta pelos direitos das mulheres. Logo, a relação entre violência de gênero e deficiência é uma questão da maior importância.

Deficiências ou marcas no corpo só costumam aparecer, nas reportagens analisadas, como o momento posterior, em uma narrativa pautada pela dinâmica “antes e depois”. Ou seja: antes de agressão, a mulher era bela e feliz. Depois, se tornou uma pessoa com deficiência, triste e que precisa de auxílio dos demais para sobreviver. Portanto, a deficiência e as marcas na pele são associadas à decadência, à tristeza, à incapacidade. O corpo dessa mulher é exibido, filmado em close, em cada detalhe, como forma de intensificar o argumento e gerar horror ao ato de violência.

Pensando do ponto de vista de uma disputa pelos direitos das pessoas com deficiência e de como gostariam de ser representadas, é importante lembrar que um corpo com marcas ou sem determinadas funcionalidades, que torna a pessoa dependente de ajuda, não é o horror. Há pessoas que nascem dessa forma e vivem com estes corpos, não sendo eles, em si, a razão de suas dificuldades, mas sim a exclusão social. O horror, então,

---

<sup>56</sup> Mais informações em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/comum/mulheres-com-deficiencia-sao-mais-vulneraveis-a-violencia-domestica>.

<sup>57</sup> Em 1983, o então marido de Maria da Penha deu um tiro em suas costas enquanto ela dormia. Como resultado, ela ficou paraplégica. Mais informações em: <https://www.institutomariadapenha.org.br/quem-e-maria-da-penha.html>



é a violência que causou este resultado e a falta de inclusão social das pessoas com algum tipo de deficiência.

É evidente que nascer com uma deficiência é uma experiência muito distinta de se tornar uma pessoa com deficiência devido a uma violência. É absolutamente esperado que as mulheres que se veem nessa situação tenham dificuldade em processar esse fato e adaptar-se a esta realidade, especialmente em uma sociedade marcada pelo capacitismo<sup>58</sup>. Esse poderia, justamente, ser um dos motes das reportagens: já que estão tematizando mulheres que passaram a ter desafios corporais em suas vidas, poderiam abordar a dificuldade dessas pessoas em conseguir trabalho e conviver socialmente sem preconceito. Não é isso o que costuma acontecer, contudo. A situação é narrada meramente como algo lamentável, em parte sem solução, e em parte algo que as vítimas precisam superar com sua força de vontade individual.

Esta é a tônica do material *RJ1 mostra a história de duas mulheres que sobreviveram a tentativas de feminicídio*<sup>59</sup>. O VT se inicia de modo poético, literalmente: a repórter Lilia Teles recita, em *off*, o poema “Lembranças”, escrito por ela mesma. Enquanto isso, exibem-se imagens de flores sobre um fundo preto, que são esmagadas por um pé (FIG. 23). Uma metáfora visual nada sutil, que compara mulheres a flores, aludindo, portanto, a uma idealização da mulher como delicada.

#### FIGURA 23:

**Cenas de flores sendo esmagadas, exibidas como metáfora sobre a violência contra a mulher, na abertura da reportagem “RJ1 mostra a história de duas mulheres que sobreviveram a tentativas de feminicídio”.**



*Fonte: Fotos de tela registradas pela autora a partir da reportagem do RJ1 (RJ1..., 2020).*

<sup>58</sup> Discriminação e preconceito social contra pessoas com alguma deficiência.

<sup>59</sup> RJ1 mostra a história de duas mulheres que sobreviveram a tentativas de feminicídio. **RJ1**, 29/10/2020. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8979917/?s=0s>.

A seguir, enquanto Teles termina sua reflexão, a reportagem exhibe cicatrizes no corpo da vítima (FIG. 24) a ser entrevistada a seguir, Ely Areas Silva. Ou seja, conhecemos primeiro as cicatrizes da mulher, e depois seu nome e sua história. Na verdade, ainda não ficamos sabendo sobre sua história, e sim sobre o momento do crime. Voltamos, então, ao fundo preto onde antes apareceram flores – agora, vemos uma representação do que Ely contou: um copo se espatifando no chão. A transição para a próxima história se dá por este fundo preto, no qual é introduzida a imagem de um fósforo sendo aceso (FIG. 25).

**FIGURA 24:**  
**Cicatrizes de sobrevivente a feminicídio, exibidas na reportagem “RJ1 mostra a história de duas mulheres que sobreviveram a tentativas de feminicídio”.**



*Fonte: Fotos de tela registradas pela autora a partir da reportagem do RJ1 (RJ1..., 2020).*

**FIGURA 25:**  
**Dramatizações do passo a passo dos crimes narrados, conforme relato das entrevistadas, na reportagem “RJ1 mostra a história de duas mulheres que sobreviveram a tentativas de feminicídio”.**



*Fonte: Fotos de tela registradas pela autora a partir da reportagem do RJ1 (RJ1..., 2020).*

Então, Rosângela Maria conta detalhes sobre a violência que sofreu. Mais à frente no material, vemos diversas imagens dos corpos marcados de Ely e Rosângela. Rosângela levanta a blusa e gira o corpo para fornecer uma boa visão dos machucados. Ela também retira a máscara de proteção facial que usava (as gravações ocorreram durante a pandemia de coronavírus) e, então, podemos ver que as queimaduras atingiram seu rosto (FIG. 26).

**FIGURA 26:**  
**Vítima retira máscara, levanta blusa e gira o corpo para mostrar cicatrizes na reportagem “RJ1 mostra a história de duas mulheres que sobreviveram a tentativas de feminicídio”.**



*Fonte: Fotos de tela registradas pela autora a partir da reportagem do RJ1 (RJ1..., 2020).*

Tanto Rosângela quanto Ely, separadamente, apontam com o dedo o caminho das cicatrizes (FIG 27). Enquanto isso, a voz em *off* de Lilia Teles informa as consequências dessas agressões: perda de emprego, dificuldade para trabalhar. Ely conta que não consegue mais costurar, prática que era o seu ganha-pão. Deste modo, as lesões corporais causadas nas mulheres foram de caráter considerado “gravíssimo”, o que, de acordo com a legislação, são aquelas que resultam em incapacidade para trabalho ou perda ou inutilização de membro, sentido ou função<sup>60</sup>.

<sup>60</sup> Mais informações em: <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/edicao-semanal/tipos-de-lesao-corporal>.

**FIGURA 27:**

**Vítimas apontam para cicatrizes na reportagem “RJ1 mostra a história de duas mulheres que sobreviveram a tentativas de feminicídio”.**



*Fonte: Fotos de tela registradas pela autora a partir da reportagem do RJ1 (RJ1..., 2020).*

Logo após, Teles emenda: “Essas são brutalidades como resposta a uma história de amor que chegou ao fim”. Enquanto isso, vemos a foto de Ely e seu agressor abraçados, sorrindo (FIG. 28). “Às vezes a violência brota de onde não se espera. Em 21 anos juntos, a Rosangela não percebeu sinais. Jogar gasolina e pôr fogo no corpo da mulher foi a primeira agressão do marido”, continua a repórter, em *off*, enquanto somos introduzidos a uma imagem de Rosangela feliz, seguida de fotos da cena do crime (FIG. 29). Então, voltamos à entrevista com a vítima, e Lilia Teles pergunta a Rosangela se o homem já havia lhe agredido fisicamente antes, ao que ela responde: “Fisicamente, não, porque ele era uma pessoa calada. Ele conseguia de alguma forma te manipular sem falar nada”.

**FIGURA 28:**

**Fotografias representando a dita “história de amor que chegou ao fim”, na reportagem “RJ1 mostra a história de duas mulheres que sobreviveram a tentativas de feminicídio”.**



*Fonte: Fotos de tela registradas pela autora a partir da reportagem do RJ1 (RJ1..., 2020).  
Legenda acrescentada pela autora, registrando a fala da repórter.*



### FIGURA 29:

**Fotografias representando o “antes” e o “depois” do crime: primeiro, foi exibida imagem da vítima sorridente; em seguida, foto da cena do crime, na reportagem “RJ1 mostra a história de duas mulheres que sobreviveram a tentativas de feminicídio”.**



*Fonte: Fotos de tela registradas pela autora a partir da reportagem do RJ1 (RJ1..., 2020).*

Esses trechos, então, são extremamente problemáticos, começando por associar a agressão a uma “resposta”, e pior, uma resposta a uma “história de amor que chegou ao fim”. Temos três elementos absolutamente inadequados para se falar de violência doméstica. Primeiro, que a violência seria uma reação a algo. Ainda que não tenha sido a intenção da repórter culpabilizar a vítima, é exatamente este tipo de construção argumentativa que cumpre esse propósito. Segundo a descrição do relacionamento como uma “história de amor que chegou ao fim”. É verdade que poderia haver um tipo de afeto nesta relação, mas caracterizá-la como uma “história de amor” pinta um quadro de belezas e alegrias que de nenhuma maneira corresponde à realidade de um relacionamento marcado por violência. A dualidade de um relacionamento abusivo – amor, mas também ódio – parece ser algo bastante difícil de se compreender. Deste modo, se transmite a imagem de um amor pacífico que, de repente, se transforma em ódio. E o terceiro elemento problemático desse trecho da reportagem é a associação entre os dois anteriores, como se a violência fosse uma resposta natural e esperada de um término de relacionamento.

Podemos conjecturar que, talvez, a repórter, com essas palavras, quisesse representar qual seria a racionalidade do agressor. Entretanto, além de essa distinção entre o ponto de vista do homem e o da repórter não ter ficado evidente, é uma mensagem de consequências bastante problemáticas.

O próprio relato das entrevistadas vai em sentido contrário a essa “teoria” de que estaríamos falando de uma “história de amor” e que “a violência brota de onde não se

espera”. Ely conta ter sido agredida por anos, e Rosangela, ao ser perguntada sobre agressões anteriores, diz “Fisicamente, não” e ressalta que o homem a manipulava facilmente. A repórter, contudo, ignora solenemente essa fala da entrevistada, como se a intimidação psicológica não fosse uma forma de opressão, inclusive presente na Lei Maria da Penha<sup>61</sup>. Como dizer que a agressividade “brotou” inesperadamente se a entrevistada deixa evidente que se sentia manipulada pelo agressor? Essa visão desconsidera o abuso de caráter emocional e o comportamento controlador do homem como pontos problemáticos – naturaliza-os e invisibiliza-os.

Apesar de tratar de ataques que “ultrapassam o limite da crueldade, da desumanidade”, o material termina de maneira positiva: “essas mulheres sobreviveram, não perderam a força, nem desistiram da vida”. Dinâmica semelhante aparece na reportagem “Vítima de tentativa de feminicídio conta como era o comportamento do ex companheiro”, do telejornal *Bom Dia Rio Grande*<sup>62</sup>. Aqui, o objetivo do conteúdo, segundo anunciado pela apresentadora Daniela Ungaretti, é mostrar o desfecho do caso, exibido há uma semana no telejornal, contar como a vítima se salvou e o que ela deseja para seu futuro.

Primeiro, um VT relembra o caso, exibindo diversas imagens: o local onde o agressor se escondeu (FIG. 30), a portaria do prédio onde a vítima trabalhava e onde foi encontrada por ele, a cena do crime e os curativos da mulher. Em seguida, mostra cenas da entrevista de Lisete Maria Heissler (FIG. 31), que conta todos os detalhes do ocorrido, repete as agressões verbais que ouviu do homem e cada comando que o agressor lhe direcionou no momento do crime.

---

<sup>61</sup> O art. 7º da Lei Maria da Penha enuncia as formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre as quais se encontra, no inciso II, a violência psicológica, entendida como “qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação”. Mais informações em: BRASIL, Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 8 ago. 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm). Acesso em: 24/07/2022.

<sup>62</sup> VÍTIMA de tentativa de feminicídio conta como era o comportamento do ex companheiro. **Bom Dia Rio Grande**, 12/02/2020. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8314918/?s=0s>.

**FIGURA 30:**

**Imagem panorâmica feita pelo cinegrafista da reportagem “Vítima de tentativa de feminicídio conta como era o comportamento do ex companheiro”, para mostrar o prédio onde ocorreu o crime e o matagal, do outro lado da rua, onde o agressor se escondeu.**



*Fonte: Fotos de tela registradas pela autora a partir da reportagem do Bom Dia Rio Grande (VÍTIMA..., 2020).*

**FIGURA 31:**

**Cenas da entrevista da vítima na reportagem “Vítima de tentativa de feminicídio conta como era o comportamento do ex companheiro”.**



*Fonte: Fotos de tela registradas pela autora a partir da reportagem do Bom Dia Rio Grande (VÍTIMA..., 2020).*

Ela diz, também, que viveu com o homem 24 anos e jamais imaginava que ele fosse tomar uma atitude como essa. Esse comentário é retomado pela apresentadora do telejornal ao final: ela opina que o que mais a impressionou neste caso foi que “não era um relacionamento de 1 ano ou 2, eram 24 anos, uma vida junto (...) e termina dessa forma”. Ela continua, afirmando que esta situação não é exclusiva do caso de Lizete, mas sim acontece com muitas mulheres e que “as coisas vão se transformando e acaba nessa tragédia”. Desta forma, está presente uma noção de transformação ao longo do tempo, mas ainda assim percebe-se a dificuldade, presente em outras reportagens, de conceber que um relacionamento pode ser afetuoso e também violento. Então, não há uma “transformação” de um estado pacífico para “acabar em tragédia”.

Segundo a reportagem, provavelmente baseada no relato da vítima, “as coisas mudaram” no relacionamento dos dois a partir do ano de 2018. No fim de 2019, ele começou a ameaçá-la e, em 2020, utilizou uma faca para tal. Nesse dia, ela fez um registro de ocorrência e conseguiu medida protetiva. Menciona-se, de passagem, que aquela não era a primeira vez que Lizete procurava a delegacia mas, anteriormente, uma medida protetiva não havia sido concedida a ela. Deste modo, percebe-se que ao menos os profissionais que a atenderam também estabeleceram uma hierarquia de violências: enquanto as ameaças não envolveram de alguma forma uma atitude física, não foram vistas como relevantes. A reportagem, ao invés de problematizar essa questão, acaba reproduzindo esta hierarquia, ao reforçar a narrativa de uma “transformação” no relacionamento.

Mesmo que a vítima conte a história dessa maneira, por ser essa sua percepção pessoal, não necessariamente os repórteres precisam incorporar este ponto de vista. Caso tivessem procurado um especialista em violência doméstica, talvez pudessem ter o vislumbre de que o comportamento controlador e possessivo do homem geralmente se manifesta desde o início do relacionamento, porém é ressignificado pela vítima como amor e cuidado. Além disso, não é incomum que a vítima, inserida em um ciclo de violência do qual não vê saída, nutra a esperança de que pode haver uma melhoria ao relembrar de momentos bons do casal, ou mesmo que a mera continuidade da violência em nível semelhante ao anterior (em vez de uma piora) já seja vista como um sinal positivo. Por isso, ela tem a impressão de que a mudança para algo mais intenso aconteceu “de uma hora para a outra” e não imagina que uma violência mais expressiva fosse possível.

No fim da reportagem, Lizete se emociona (afinal, acabara de relembrar todos os detalhes da agressão da qual ainda se recupera fisicamente) e diz que, agora, quer uma vida nova. Quando a imagem retorna Daniela Ungaretti, ela comenta: “Tem que ter fé, Lizete” (FIG. 32). Políticas públicas, apoio social, tratamento médico, informação, nem mesmo ajuda psicológica: tem que ter fé.



**FIGURA 32:**

**Vítima se emociona ao dizer que quer uma vida nova e, em seguida, apresentadora comenta “Tem que ter fé”, na reportagem “Vítima de tentativa de feminicídio conta como era o comportamento do ex companheiro”.**



*Fonte: Fotos de tela registradas pela autora a partir da reportagem do Bom Dia Rio Grande (VÍTIMA..., 2020). Legenda acrescentada pela autora, registrando a fala da apresentadora.*

Já para os apresentadores do *Bom Dia Santa Catarina*, tem que ter “coragem”. Na reportagem “Mulher fala sobre tentativa de feminicídio que sofreu pelo ex-companheiro na Serra de SC”<sup>63</sup>, é interessante observar que não apenas há o relato de uma vítima “com exclusividade”, mas se vai além: os repórteres a exaltam pela sua bravura, colocando-a como um modelo para outras mulheres. “A vítima falou com exclusividade ao Bom Dia Santa Catarina, explicou o que aconteceu naquele momento, se mostrou *forte*, e ainda incentivou outras mulheres a denunciarem mesmo, como ela está fazendo agora”, diz o apresentador Raphael Faraco, fazendo um gesto com os punhos cerrados quando enuncia a palavra “forte” (FIG. 33).

<sup>63</sup> MULHER fala sobre tentativa de feminicídio que sofreu pelo ex-companheiro na Serra de SC. **Bom Dia Santa Catarina**, 29/08/2019. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7880317/?s=0s>

**FIGURA 33:**  
**Apresentador anuncia a reportagem “Mulher fala sobre tentativa de feminicídio que sofreu pelo ex-companheiro na Serra de SC” e cerra os punhos ao dizer que a vítima se mostrou forte.**



*Fonte: Foto de tela registrada pela autora a partir da reportagem do Bom Dia Santa Catarina (MULHER..., 2019). Legenda e destaque acrescentados pela autora, registrando a fala do jornalista e sua expressão corporal no momento.*

Diferente de outras notícias, aqui o depoimento foi gravado em um vídeo com aparência amadora: a câmera treme levemente; a vítima se direciona a ela frontalmente, sem mudar de posição; o enquadramento é próximo ao rosto, deixando de fora do quadro uma parte da cabeça da retratada; e o cenário – uma repartição pública, com prateleiras e uma pilha de papéis – parece ter sido escolhido ao acaso, sem muita consideração à estética (FIG. 34). Taciana Hemckmeir diz que está aliviada, sabendo que o agressor foi detido, e, semelhante a outras vítimas, afirma que jamais esperava essa atitude da parte dele (embora tivesse medida protetiva contra o ex-marido). Em seguida, ela diz as palavras que foram motivo de sua exaltação por parte dos repórteres:

Todas as mulheres deveriam denunciar. Todas. Não deveriam ter medo, porque a gente não precisa ser alvo deles. A gente é humano. Eu acho que a gente tem que cada um que passar por uma situação dessas, deve denunciar, e antes de ser ameaçado, qualquer coisa pior, a prioridade é denunciar (MULHER..., 2019)

**FIGURA 34:**  
**Entrevista da vítima na reportagem “Mulher fala sobre tentativa de feminicídio que sofreu pelo ex-companheiro na Serra de SC”.**



*Fonte: Foto de tela registrada pela autora a partir da reportagem do Bom Dia Santa Catarina (MULHER..., 2019).*

Em seguida, o delegado à frente do caso, Dr. Ricardo Guedes da Cunha, convidado a comentar o ocorrido, afirma: “o mais importante de tudo isso foi a celeridade da polícia civil e a coragem da vítima de denunciar esse fato tão grave que abala o país”. Voltando ao estúdio, o jornalista Renato Igor tece alguns comentários. Primeiro, ele novamente ressalta a “a coragem dela de expor o seu drama”. Ele diz que a fala da vítima é importante, também, para conscientizar outras mulheres sobre a importância de fazer a denúncia e *mantê-la*, fazendo o mesmo gesto de punhos cerrados que seu colega realizou anteriormente, no início da reportagem (FIG. 35). Em seguida, ele tenta aparentemente tenta explicar como se dá o ciclo de violência doméstica, embora não nomeie o conceito de Walker (1979):

(...) acontece uma ameaça, acontece uma agressão, a mulher vai lá e denuncia. Como tem muitas vezes, às vezes, uma relação de afeto, o companheiro, o ex-companheiro diz que bebeu, que estava nervoso, que foi só aquela vez e que jamais vai se repetir. Aí tem uma audiência depois na justiça, ela diz que, acontece também, não era bem assim, ah, ele estava nervoso, ah, eu tropecei, eu bati a cabeça, não foi isso, eu interpretei mal, enfim. E depois, uma segunda oportunidade, vai lá e ocorre o feminicídio (MULHER..., 2019).

**FIGURA 35:**  
**Comentarista fala sobre a importância de se denunciar e manter a denúncia, fazendo novamente gesto com os punhos, na reportagem “Mulher fala sobre tentativa de feminicídio que sofreu pelo ex-companheiro na Serra de SC”.**



*Fonte: Foto de tela registrada pela autora a partir da reportagem do Bom Dia Santa Catarina (MULHER..., 2019).*

Aqui, ao contrário de outros trechos analisados, se reconhece que, junto à violência, existe uma relação de afeto. Ou seja, não temos a presença da ideia de que o relacionamento “se transformou” inesperadamente, sendo antes uma “história de amor” e depois pura violência. Porém, a descrição dessa relação acaba por fornecer, mais uma vez, embora de maneira diferente, uma imagem distorcida de como funciona o ciclo de violência doméstica, como o descreveu Walker (1979). Primeiro, a ideia de afeto é utilizada a partir de uma compreensão das emoções como opostas à razão: a mulher, um ser emocional, se deixa levar pelo coração, sendo facilmente enganada pelo homem e até mesmo mente para as autoridades.

Nada se menciona sobre os papéis sociais que fazem com que a mulher veja como normal a ocupação de lugares de subserviência e sinta que seu valor pessoal e social está intrinsecamente relacionado à manutenção de seu casamento. Como aponta Tavares (2021), naturalizamos a figura feminina como um ser amoroso e, ao mesmo tempo, a enxergamos como fraca e descontrolada por seguir este roteiro que lhe foi ensinado:

Ao responsabilizar a mulher por suas ações compreendidas de modo não saudáveis e pela adesão e permanência em relações nas quais o parceiro é quem age de modo doentio, tóxico ou patológico, o amor saudável colabora para o redesenho da figura feminina como ser

emocional em oposição ao racional, guiado pelas forças da natureza, incapaz de tomar decisões isentas da interferência da emoção, como se isso fosse possível para qualquer pessoa (TAVARES, 2021, p. 145).

Além de estar centrado em uma ideia problemática sobre a natureza feminina e a natureza das emoções, este ponto de vista deixa de fora um fato muito importante: a dificuldade em sair do ciclo de violência não deriva de uma suposta fraqueza moral da mulher, mas sim é um efeito comum e esperado da própria situação de violência. Walker (1979) introduz o conceito de *learned helplessness* (pode ser traduzido como “impotência aprendida”) para descrever o processo pelo qual a vítima se sente desmotivada a reagir às agressões, por ter sido convencida, ao longo do tempo, de que é incapaz de escapar da situação não importa o que faça. Ou seja, conforme as agressões se sucedem e se acumulam sem que a mulher consiga impedi-las, ela se convence de que não haverá saída, então o melhor a se fazer é buscar minimizar a situação. Ela desenvolve, então, um conjunto de técnicas de sobrevivência neste sentido, e a retirada de uma denúncia, por exemplo, pode vir a ser uma delas. Ainda que, na realidade, essas atitudes a coloquem em perigo, não é correto dizer que sua aparente inércia é meramente um arroubo emocional de uma mulher apaixonada ou uma ausência de racionalidade, visto que se tratam de um mecanismo de defesa, uma decisão tomada dentro de um estado de emergência, de acordo com o cenário que se coloca a ela. Este comportamento, ressalta Walker (1979), também é influenciado por papéis de gênero que encorajam a passividade e a dependência femininas, desde que são crianças.

O jornalista Renato Igor, contudo, não leva em conta o peso da pressão psicológica submetida à vítima pelo agressor, e direciona toda a responsabilidade do resultado morte para a mulher. Ele também menciona a necessidade de uma “revolução cultural” em torno do tema, e diz que o assunto deveria estar na sala de aula, o que identificamos como um interessante sinal de ampliação do debate acerca da violência de gênero e de outros modos de tratar a questão que envolvam um esforço social, não apenas o aparato jurídico-policial.

Entretanto, é bastante sintomática a ideia da vítima considerada ideal, de acordo com a reportagem: uma mulher “forte” e “corajosa”, sendo fortaleza e coragem aqui entendidas como confiança no aparelho estatal e, mais especificamente, na polícia. Além de denunciar, ela deve manter a denúncia. Nada se menciona sobre outro tipo de apoio, inclusive estatal, que ela possa receber. Como veremos no capítulo três, existem exemplos

em que este argumento é levado ao extremo, e autoridades dizem com todas as palavras que, se a mulher não denunciar, não se pode fazer nada, e ela estará causando a própria morte. Aqui, começamos a destacar essa flutuação no papel da vítima ideal. Ela não é mais apenas uma donzela frágil e chorosa, ela é uma mulher que salva a si mesma. Esse deslocamento poderia significar, é certo, uma transformação interessante no modo de retratar as mulheres. O problema é que se torna mais uma exigência colocada em relação a elas.

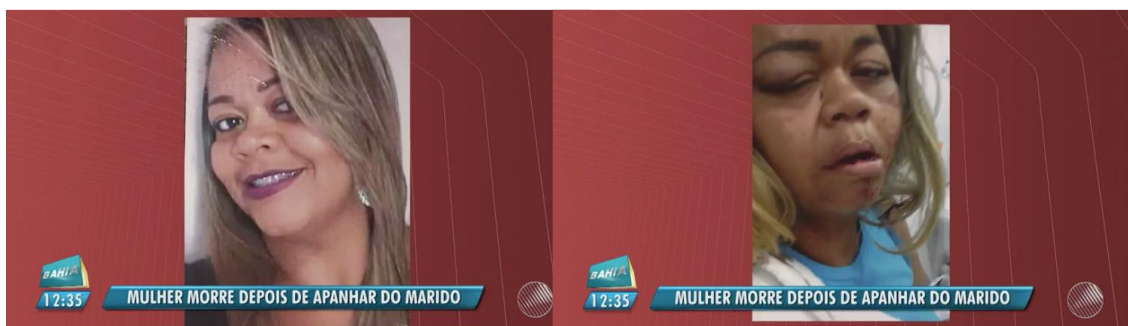
A imagem da mulher que salva a si mesma, porém, convive com a outra, mais tradicional. Afinal, quando tratamos de um feminicídio consumado, estamos necessariamente falando de uma mulher que não foi salva – nem por si mesma, nem por qualquer pessoa que seja. É o caso da reportagem “Feminicídio: mulher morre após ser espancada pelo ex-companheiro”, do jornal *Bahia Meio Dia*, onde voltamos a encontrar uma moça “linda”, “uma jovem vaidosa, manicure, muito querida”<sup>64</sup>. O telejornal, porém, não desiste de estabelecer uma lição pedagógica direcionada a outras mulheres, e aqui o faz por meio de algumas táticas.

Primeiro, o apelo à já mencionada formulação “antes e depois”: “A fotografia foi tirada há alguns meses. Sorridente, Ana Amélia quis mostrar a mudança na cor dos cabelos. Ela era vaidosa. Mas a última recordação que ficou com a família é essa outra foto dela, já no hospital”, diz a voz da repórter Andréa Silva, em *off*, enquanto a reportagem exhibe uma imagem da vítima arrumada, anteriormente ao crime, e, logo em seguida, uma fotografia da mulher no hospital, com o rosto inchado e tomado por hematomas (FIG. 36). Ao final do material, a apresentadora Jessica Senra reforça essa ideia: “Você viu o rosto de Ana Amélia? Você viu como ela era linda e o estado que ela ficou depois das agressões?”.

---

<sup>64</sup> FEMINICÍDIO: mulher morre após ser espancada pelo ex-companheiro. **Bahia Meio Dia – Salvador**, 04/06/2018. Disponível: <https://globoplay.globo.com/v/6784449/?s=0s>.

**FIGURA 36:**  
**Fotos de “antes” e “depois” na reportagem “Feminicídio: mulher morre após ser espancada pelo ex-companheiro”.**



*Fonte: Fotos de tela registradas pela autora a partir da reportagem do Bahia Meio Dia – Salvador (FEMINICÍDIO..., 2018).*

Aqui, não se faz presente a ideia de que “faltou coragem” à vítima, sendo a responsabilidade direcionada ao agressor e àqueles que estão em seu entorno. O material informa que a família da vítima e até mesmo do agressor aconselhavam o casal a se separar, mas não imaginavam que as agressões chegariam a este ponto. Senra, então, reforça que a família deve, sim, “se meter” nessas situações. Ela também diz, exasperada, que os agressores são um tipo de homem “covarde”, “(...) mal resolvido com a vida que pensa que é o dono, que é o senhor da vida da mulher” (FIG. 37). E a apresentadora não deixa de se direcionar às mulheres assistindo, com um discurso veemente sobre a necessidade de não aceitar ciúmes. Ela diz que nada justifica a agressão e afirma: “Ciúme não é amor, controle não é proteção”. De maneira semelhante ao que fez o jornalista Renato Igor na reportagem anterior, aqui Jessica Senra tenta descrever, com suas palavras, como se daria a dinâmica de um relacionamento abusivo:

A mulher no momento está ali apaixonada, envolvida, vai cedendo, vai cedendo, vai mandando foto de onde está, vai dizendo com quem está, vai... se fechando. Vai, ali ó, se sufocando para agradar aquele homem por quem ela está apaixonada. E quando vê, meu amigo, está sendo oprimida, porque para esses homens, nada é demais, nada que a gente faça é suficiente. Então quanto mais você faz, mais ele critica, mais ele reclama, porque ele faz isso ó, para minar nossa autoestima. Autoestima é a palavra, mulherada, autoestima é a palavra (FEMINICÍDIO..., 2018) (FIG. 37).



**FIGURA 37:**  
**Discurso da apresentadora na reportagem “Feminicídio: mulher morre após ser espancada pelo ex-companheiro”.**



*Fonte: Fotos de tela registradas pela autora a partir da reportagem do Bahia Meio Dia – Salvador (FEMINICÍDIO..., 2018). Legendas acrescentadas pela autora, registrando a fala da apresentadora.*

Aqui, novamente encontramos a figura da mulher apaixonada, cega de amor. Porém, diferentemente do discurso da matéria anterior, neste caso vemos um maior foco para a responsabilização do agressor neste cenário e a menção ao fato de que as agressões não ocorrem subitamente, mas sim em um prolongamento temporal. A narrativa apresentada por Jessica Senra angustia, pois nos leva a acompanhar diversas etapas que se sucedem: “vai cedendo, vai cedendo”, “vai mandando”, “vai dizendo”, “vai se fechando”, “vai se sufocando”. Por um momento, podemos perceber a sensação de estar sem saída: “nada que a gente faça é suficiente”. Transmite-se, ainda, a ideia de que o objetivo desse comportamento do homem é justamente manter a mulher nesse ciclo. Porém, para passar sua mensagem de encorajamento, a jornalista se utiliza de uma palavra significativa: autoestima.

Como lembra Freire Filho (2011), a autoestima costuma ser enaltecida como uma inabalável força interior, facilmente acessível e manipulável, que permite que logremos nossos objetivos, independentemente de quaisquer dificuldades. Dito de maneira mais direta: a autoestima seria a chave para o sucesso, e estaria ao nosso alcance, bastando encontrar o especialista certo para desbloquear essa habilidade quase mágica. A noção de autoestima deixou de ser parte do jargão de psicólogos e se tornou ferramenta alardeada por movimentos sociais, grupos de autoajuda e pela grande mídia. Esse fenômeno foi correspondente a um processo de privatização de problemas e soluções, consagrado pelo individualismo neoliberal.

Então, é bastante significativo de nossos tempos que o discurso da apresentadora Jessica Senra, que apresentou alguns pontos interessantes no sentido de enunciação da



violência contra a mulher, termine com a fórmula pronta: “Autoestima é a palavra, mulherada, autoestima é a palavra”. Como se bastasse a mulher se apossar dessa mágica ferramenta em seu eu interior para que seus problemas sejam resolvidos. Tudo nos direciona ao nosso eu, e a nossos sentimentos. Seres emocionais, devemos transferir nosso objeto de amor – parando de amar o agressor e começando a amar a nós mesmas.

A reportagem, em si, é marcada por um tom emocional do início ao fim. “Você vai se surpreender e vai se emocionar comigo”, avisa a apresentadora Jessica Senra, nos primeiros minutos do material. Ela, como foi dito, se exalta falando da covardia dos agressores, se surpreende com a transformação no rosto da vítima, ergue a voz, gesticula e olha fixamente para o público ao discursar sobre os meandros de um relacionamento abusivo. E, nos últimos segundos da exibição, ela termina com uma revelação: “Eu tive uma amiga assassinada por um ex-companheiro”, anuncia a apresentadora (FIG. 38).

**FIGURA 38:**  
**Apresentadora da reportagem “Feminicídio: mulher morre após ser espancada pelo ex-companheiro” faz revelação pessoal.**



*Fonte: Foto de tela registrada pela autora a partir da reportagem do Bahia Meio Dia – Salvador (FEMINICÍDIO..., 2018). Legenda acrescentada pela autora, registrando a fala da apresentadora.*

A declaração da apresentadora Jessica Senra encerra a reportagem “Feminicídio: mulher morre após ser espancada pelo ex-companheiro”, do jornal *Bahia Meio Dia*: logo depois de enunciar essas palavras, ela afirma que percebeu que precisamos, sim, nos meter e, ato contínuo, passa a outro assunto. Embora nada mais seja dito, essa informação nos faz pôr em uma perspectiva diferente o tom de toda a reportagem exibida até então.

Como observamos em outros exemplos, é muito comum que os jornalistas expressem pesar diante das notícias de feminicídio, mas geralmente no registro que Boltanski (2004) categoriza como sentimental: como se qualquer ser humano dotado de sensibilidade fosse manifestar esse tipo de reação diante da mesma ocorrência, uma vez que as emoções são vistas como espontâneas, involuntárias. Entretanto, nesta fala, a apresentadora expressa uma história pessoal, que faz com que ela sinta de maneira diferente.

O sofrimento daqueles que eram próximos a uma vítima de feminicídio é temática bastante frequente nas matérias, fazendo dos familiares um importante elemento desses conteúdos. No próximo capítulo, analisaremos, então, outros personagens das narrativas sobre feminicídio, com destaque para a figura da mãe sofredora.

### **1.5. “Eu tive uma amiga assassinada”: o sofrimento dos outros (e das outras)**

O relato tão direto de uma experiência pessoal por parte do próprio jornalista, como fez a apresentadora Jessica Senra, não é comum, mas é fato que os profissionais se preocupam em manifestar uma retórica e estética da comoção, muito se utilizando da realidade de sofrimento dos outros (e, sobretudo, das outras) envolvidos, como ilustração do caráter triste do evento retratado.

Este foi mais um fator não esperado por mim, mas que emergiu na análise. Os telejornais analisados cobrem amplamente enterros de vítimas de feminicídio, protestos populares contra a violência de gênero e até mesmo discursos indignados contra a demora no julgamento desses crimes. Resta avaliar em que relações de poder e saber este tipo de discurso está inserido e pode se fazer visível. Seria o caso de falarmos de uma homenagem que ainda é, em alguns sentidos, violenta? Ou uma exibição que também promove apagamentos? O próximo capítulo se dedicará a essas questões, em um primeiro momento.

Em seguida, avaliarei outro personagem essencial da imaginação melodramática: os vilões. Mais especificamente, me concentrarei nas oportunidades dadas a eles para enunciar seu ponto de vista, examinando estes enunciados como um elo de uma cadeia de comunicação mais ampla.

Assim como as próximas páginas tratarão de um personagem já esperado (os vilões) e outro inesperado (os familiares das vítimas), o presente capítulo dessa tese

também destrinchou como se apresenta a protagonista já pressuposta nas notícias de feminicídio, a vítima, além de uma outra agente, inusitada: a imagem.

Primeiramente, discuti como as fotografias e vídeos do local do crime, dos ferimentos e da ação ganham a dianteira de diversas reportagens. Eu e o restante do público assistimos enquanto vítimas fogem desesperadas de seu agressor, vimos onde o homem se escondeu antes de atacar, o repórter nos indicou exatamente por onde ele passou, tivemos acesso à cena do crime, e o zoom da câmera nos concedeu visão privilegiada das manchas de sangue espalhadas pelo local. Presenciamos entrevistas com a vítima e com o agressor, filmadas de maneira improvisada, que não eram destinadas a nós, e sim às autoridades – mas nós somos admitidos nesse espaço, partilhamos do frenesi da investigação.

Algumas justificativas para a onipresença do apelo imagético são expressas pelos próprios jornalistas: essa exibição é vista como um *compromisso* de informar desses profissionais e também como parte de um movimento de *valorização* do tema e demonstração de sua importância. Percebi, então, uma crença em um poder das imagens para informar e engajar o espectador.

Como argumentei ao longo da discussão, não sou partidária da ideia de que o uso de imagens de sofrimento destinadas a despertar sensações no observador seria, em si, algo ruim e condenável. Acredito que podemos e precisamos encontrar maneiras de nos engajar eticamente com a dor das outras e dos outros. Também acredito, porém, que quando não é oferecido um incremento informativo e um caminho para ação, resta, de fato, algo parecido a uma pornografia dos sentimentos, como apontado por Binik (2017).

Além disso, pensando com Boltanski (2004) e extrapolando sua reflexão para trazê-la à realidade das mocinhas sofredoras do século XXI, percebemos semelhanças com o que o autor aponta como tópico do sentimento, ou seja, uma forma de se relacionar com o sofrimento do outro pautada por um enternecimento em relação ao sofredor. Um elemento importante é a identidade desse sofredor: geralmente mulheres, jovens e de poucos recursos financeiros. Nas matérias analisadas, a juventude e a beleza aparecem com insistência, ressaltadas como forma de granjear a compaixão do público.

Identifiquei como um problema o fato de que o olhar piedoso se baseie na aderência dessa figura a estereótipos de gênero e comportamento, não na violência em si. Primeiro, porque se relega à invisibilidade outros tipos de vítimas, como idosas, trabalhadoras sexuais, mulheres em situação de rua, pessoas com deficiência, mulheres trans ou travestis. Segundo, porque, embora essa forma de entender o sofrimento parta do

princípio de que *qualquer um que tenha a mínima sensibilidade* nutriria os mesmos sentimentos diante da dor alheia, em realidade, é possível observar que a compaixão está intimamente relacionada ao cumprimento de certos padrões do que se considera uma vítima ideal. Para conceder esse olhar piedoso, o espectador precisa se colocar no lugar de juiz e averiguar se está, de fato, diante de uma donzela.

Além disso, apesar de parecer haver, nessas narrativas do tópico do sentimento, um foco na vítima, costuma ganhar destaque a atuação de algum tipo de benfeitor que vem ao resgate do infeliz. Trazendo essa observação de Boltanski (2004) para o objeto analisado, identificamos que o “herói”, aqui, é o sistema judicial. As boas vítimas são, acima de tudo, aquelas que têm “coragem”, entendida, nesse contexto, como o ato de procurar a polícia. A mera resistência a uma realidade de vulnerabilidade e à vida em uma sociedade que odeia mulheres não é ato de bravura suficiente para ser exaltado, neste ponto de vista.

Nas reportagens, há também a presença de elementos do tópico de denúncia, em que a piedade em relação ao sofredor toma a forma de indignação e reprovação do responsável pela dor (BOLTANSKI, 2004). Observei como, muitas vezes, os relatos de vítimas sobreviventes servem a um propósito fora delas: incentivar a punição do agressor e a denúncia por parte de outras mulheres.

O tom pautado pela indignação se faz ainda mais assíduo quando as reportagens concedem espaço aos familiares das vítimas. A revolta, porém, logo se esvai, seja pelo investimento na ideia de esperança e crença no sistema, seja por uma falta de perspectivas de mudança e ação política. Ou então, acaba funcionando como uma porta de entrada para perscrutar os “motivos” do agressor. Sobre isso falarei a seguir.

## 2. O sofrimento das outras e comunicação dos outros

O feminicídio é um crime com profundas consequências sociais. Todo crime contra a vida de um indivíduo significa uma interferência na vida das pessoas à sua volta, mas no feminicídio isso costuma se manifestar de maneira ainda mais acentuada. Primeiro porque, como muitas vezes ocorre no ambiente doméstico, não é incomum que familiares, inclusive crianças presenciem o crime<sup>65</sup>. Além disso, os mesmos papéis de gênero que colocam as mulheres em risco de perderem sua vida por serem mulheres também costumam fazer com que o impacto social da perda dessa vida seja alto. Mulheres geralmente estão à frente dos cuidados com a família<sup>66</sup>, seja com crianças ou idosos. A tão alardeada janela reprodutiva da mulher corresponde justamente à faixa etária em que ela tem mais chance de ser morta. Isso significa que, no caso da morte dessa mulher que cumpriu seu desígnio social de maternidade e ainda se encontra em idade fértil, estamos falando de crianças pequenas que ficam órfãs<sup>67</sup>. E, ao contrário do pensamento do senso comum, a ocupação da mulher não se restringe à reprodução – a maioria das mulheres sempre trabalhou, e elas cada vez mais são chefes de família<sup>68</sup>, tanto no sentido financeiro quanto emocional.

Ainda os mesmos papéis atribuídos ao gênero feminino dão às mães dessas vítimas centralidade na questão. Na pirâmide social do sofrimento, as mães enlutadas são colocadas na posição de detentoras da “dor maior do mundo”. Entretanto, até mesmo o apoio dado às *mater dolorosas* não é incondicional – ele pode ter vida curta, e está sujeito a conflitos.

---

<sup>65</sup> O Dossiê Mulher, preparado pelo Instituto de Segurança Pública, demonstrou que em quase 20% dos casos de feminicídio de 2020, filhos presenciaram o assassinato de suas mães. Mais informações em: <https://oglobo.globo.com/rio/femicidio-em-quase-20-dos-casos-de-2020-filhos-presenciaram-assassinato-de-suas-maes-25240765>

<sup>66</sup> Pnad mostra que mulheres dedicam 10 horas mais a cuidados domésticos que homens. Mais informações em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/acervo/economia/audio/2020-06/pnad-continua-mostra-que-mulheres-dedicam-10-horas-mais-afazeres-e-cuidados/>

<sup>67</sup> Estudo do Fórum Brasileiro de Segurança Pública dá conta de que o feminicídio deixou cerca de 2.300 órfãos no Brasil, só em 2021, relativos a mais de 1.300 mulheres assassinadas. A pesquisa mostra, ainda, que mais de 70% das mulheres mortas tinham entre 18 e 44 anos, ou seja, idade reprodutiva. Mais informações em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2022/04/10/so-em-2021-mais-de-2300-pessoas-se-tornaram-orfas-de-vitimas-de-femicidio-no-brasil-aponta-estudo.ghtml>

<sup>68</sup> Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o percentual de domicílios brasileiros comandados por mulheres saltou de 25%, em 1995, para 45% em 2018. Mais informações em: [https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2020/02/16/internas\\_economia,1122167/quase-metade-dos-lares-brasileiros-sao-sustentados-por-mulheres.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2020/02/16/internas_economia,1122167/quase-metade-dos-lares-brasileiros-sao-sustentados-por-mulheres.shtml)

Com efeito, a luta levada a cabo pelos familiares das vítimas de feminicídio no México – com destaque para as mães – está intimamente articulada à própria história da visibilidade do fenômeno e da tipificação do crime em outros países da América Latina, como o Brasil. Os exemplos de politização das mães enlutadas, porém, não terminam aí. Neste capítulo, abordarei como o luto não necessariamente é um sentimento apolítico.

Começarei a discussão examinando, primeiramente, como a dor das famílias de vítimas de feminicídio aparece nas matérias consideradas. Os parentes dessas mulheres se impuseram como parte da análise, visto que são personagens muito frequentes dessas narrativas jornalísticas. Os telejornais observamos cobrem amplamente enterros de vítimas de feminicídio, protestos populares contra a violência de gênero e até mesmo discursos indignados contra a demora no julgamento desses crimes. Resta avaliar em que relações de poder e saber este tipo de discurso está inserido e pode se fazer visível. Seria o caso de falarmos de uma homenagem que ainda é, em alguns sentidos, violenta? Ou uma exibição que também promove apagamentos?

Após essa discussão, volto a me referir à imposição de papéis de gênero. Como argumentei, as mesmas regras sociais que tornam mulheres mais propícias a serem assassinadas, dão centralidade às mães na hierarquia de sofrimento. Há, ainda, um outro ponto a se considerar nessa questão: na economia simbólica de poder que marca as relações tradicionais de gênero, mais do que uma diferença entre homem e mulher, se coloca uma hierarquia. E, como lembra Segato (2003), a violência exerce um papel necessário na reprodução desse regime – as agressões são dotadas de um “caráter ‘normal’ e ‘normativo’”, ou seja, “não é visto como um mecanismo espúrio, muito menos dispensável ou erradicável da ordem de gênero - ou de qualquer ordem de status -, mas sim como inerente e essencial” (2003, p. 17, tradução livre)<sup>69</sup>. Deste modo, precisamos olhar para os agressores, enxergando-os não como “monstros”, mas como agentes que fazem parte da reprodução das relações de gênero, utilizando a violência como veículo de comunicação.

Observarei que os telejornais não hesitam em dar a estes homens um palanque de fala, ainda que os chamem de “monstros” e “trastes”. Analisarei em que contextos esses enunciados aparecem nas reportagens, que finalidades a equipe jornalística atribui a eles, mas, sobretudo, discutirei, seguindo a trilha iniciada por Segato (2003), como o discurso

---

<sup>69</sup> No original: Se enfatiza aquí el carácter "normal" y "normativo" de este tipo de violencia y su necesidad en un mundo jerárquico (...) no es vista como un mecanismo espurio ni mucho menos dispensable o erradicable del orden de género -o de cualquier orden de estatus- sino como inherente y esencial.

dos agressores é um elo de uma cadeia de enunciação muito mais ampla, não imaginada inicialmente pelos repórteres.

### **2.1. As cicatrizes “de fora” e as “do coração”: o sofrimento das outras**

“Uma dor tremenda para toda a família, em especial, Jéssica, para uma mãe”, diz a repórter Andréa Silva, na reportagem “Feminicídio: mulher morre após ser espancada pelo ex-companheiro”, do *Bahia Meio Dia*. A profissional explica que a vítima, Ana Amélia, era “a companheira da mãe”, que a acompanhava em consultas médicas e outros compromissos. “Cada minuto que a gente passa conversando com a família, a gente se emociona mais”, continua Silva. Ela, porém, não se furta a filmar o interior da casa dos familiares enlutados e narrar toda a cronologia de eventos do crime (a qual já havia sido informada ao público anteriormente no material) enquanto, ao fundo, a mãe de Ana Amélia está sentada em seu sofá, chorando e sendo consolada por familiares. Em determinado momento da entrevista, o irmão da mulher pede ajuda do público para que ele e sua mãe consigam pagar por serviços advocatícios. Porém, mais informações sobre as necessidades da família não são fornecidas.

Nas reportagens, parece haver um desejo por parte dos repórteres de ostentar sensibilidade, de mostrar que não assistem incólumes aos sofrimentos que noticiam, que de alguma maneira se comovem e se importam. Neste ponto de vista, a combinação suficiente de um observador ético desse sofrimento parece ser o fornecimento de alguns minutos do noticiário para exibir essas imagens de dor, a pedagogia da vítima ideal e a performance de sensibilização por parte dos repórteres.

A busca por mostrar imagens de dor com o objetivo de comover o público não se restringe às escoriações no corpo das vítimas ou ao sangue na cena do crime. É preciso conseguir as lágrimas. Quando a mulher não pode mais falar, busca-se a melhor alternativa seguinte. E a família – sobretudo membros femininos dela, com destaque para a mãe – com frequência atende prontamente a essa demanda, quer queira, quer não. A ideia de que a exibição desse sofrimento da família pode gerar uma comoção que terá impactos positivos no público parece guiar essa busca por publicizar os momentos de sofrimento dessas pessoas. Na prática, entretanto, a execução dessas filmagens acaba por levantar questionamentos acerca da possibilidade de que o olhar compassivo se torne intrusivo e de que funcione mais como uma ferramenta para que o observador possa

afirmar sua própria humanidade do que para qualquer tipo de suposto benefício do sofredor.

Um exemplo é a reportagem “Mãe de jovem vítima de feminicídio em Ponta Grossa presta depoimento”, do *Bom Dia Paraná*<sup>70</sup> – que, na verdade, poderia se chamar *Jornalistas assediam mulher que acabava de sair de hospital após presenciar feminicídio da filha*. A equipe de reportagem filma os momentos em que a mulher, Rosa Aparecida Oliveira, chega à delegacia para prestar depoimento sobre o feminicídio da filha, Lidiane. A senhora entra e prossegue pelo corredor até outra sala, sendo seguida pela câmera da reportagem (FIG. 39). No ambiente para onde ela se dirige, mais câmeras a aguardam. Em determinado momento, ela para em frente a uma parede e aparentemente se deixa fotografar por um instante. Os jornalistas querem fazer uma boa imagem de seu pescoço, marcado por uma grande cicatriz, ainda vermelha, da agressão recente (FIG. 40).

**FIGURA 39:**

**Mãe de vítima de feminicídio é seguida por fotógrafos ao chegar à delegacia na reportagem “Mãe de jovem vítima de feminicídio em Ponta Grossa presta depoimento”.**



*Fonte: Foto de tela registrada pela autora a partir da reportagem do Bom Dia Paraná (MÃE..., 2019).*

<sup>70</sup> MÃE de jovem vítima de feminicídio em Ponta Grossa presta depoimento. **Bom Dia Paraná**, 21/03/2019. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7473633/?s=0s>



**FIGURA 40:**

**Mãe de vítima de feminicídio para em frente a parede e fotógrafos fazem imagens de sua cicatriz na reportagem “Mãe de jovem vítima de feminicídio em Ponta Grossa presta depoimento”.**



*Fonte: Fotos de tela registradas pela autora a partir da reportagem do Bom Dia Paraná (MÃE..., 2019).*

Posteriormente, uma repórter do *Bom Dia Paraná* empenha-se para obter uma entrevista com Rosa, que claramente não deseja tal interação, visto que se recusa a olhar para a câmera e pouco fala. A senhora tenta, então, se deslocar para o lado e sair da situação, ao que ouvimos a voz da repórter perguntar, por trás da câmera, com rapidez, em uma última investida antes que a mulher consiga se afastar: “qual que é o pedido que a senhora faz?”. Com dificuldade, a idosa responde “justiça”, e continua se afastando (FIG. 41). “Vamos respeitar o espaço dela”, diz, finalmente, a jornalista. Só então a câmera e os microfones que se apinhavam a alguns centímetros do rosto da mulher se afastam.

**FIGURA 41:**

**Mãe de vítima de feminicídio é pressionada a dar entrevista e tenta se esquivar na reportagem “Mãe de jovem vítima de feminicídio em Ponta Grossa presta depoimento”.**



*Fonte: Fotos de tela registradas pela autora a partir da reportagem do Bom Dia Paraná (MÃE..., 2019).*

O interesse no depoimento de Dona Rosa, segundo a reportagem, se dá porque ele contradizia “a versão do acusado”. Como a vítima não concedeu entrevista, a função coube ao advogado da família, que explicou toda a cronologia do crime. Ele contou que a família havia chamado a polícia após ameaças do homem, mas ele conseguiu se esconder no próprio imóvel e, após a saída da força policial, revelou sua presença e atacou a sogra. Enquanto Lidiane acudia a mãe, o agressor atingiu, também, a jovem. Quando Dona Rosa foi socorrida, a filha já estava sem vida.

Essa história poderia colocar em questão a atuação dos policiais que foram chamados inicialmente, além de deixar evidente o risco corrido inclusive por membros da família da vítima quando se fala em violência doméstica e a necessidade de políticas públicas para tal. Inclusive, não seria absurdo argumentar que a Dona Rosa também havia sofrido uma tentativa de feminicídio, não apenas sua filha Lidiane. Estes pontos, porém, não foram tematizados. Ao contrário: o delegado disse ter base para afirmar que o crime fora premeditado, embora ainda não pudesse afirmar se houve a qualificadora subjetiva de feminicídio.

A reportagem decide, por outro lado, explicitar qual seria a versão do agressor para os fatos, que envolve uma acusação de que Lidiane atuava como garota de programa. Mais adiante neste capítulo, discutirei a problemática de se dar voz aos agressores dessa maneira – no momento, gostaria de ressaltar o contexto da reportagem em que essa voz do agressor está presente. O material, embora certamente dê mais crédito e tempo de exibição à Dona Rosa, não deixa de colocar seu depoimento como “uma versão”, que contradiz a “versão do acusado”. Além disso, veicular uma acusação, de um criminoso confesso, sem que a vítima possa se defender, e sem que sua mãe, a outra vítima, sequer esteja em condições de dar entrevista, é, no mínimo, uma atitude bastante duvidosa. Sem mencionar que, ainda que fosse verdade que a moça atuasse como garota de programa, isso não justificaria uma agressão. A “justificativa” do agressor, portanto, é uma não-justificativa. É mais uma violência.

Mesmo que o espectador possa julgar o homem como uma fonte não confiável, a reportagem dignifica seu ponto de vista ao considerá-lo apropriado e merecedor de estar presente nos 3 minutos e 49 segundos de reportagem. Ao reproduzir suas palavras, a equipe jornalística não deixa de instaurar uma dúvida, abrir uma possibilidade. Ele está errado, mas será que ele não teve um motivo para estar tão irritado? Por que ele esfaquearia essa senhora indefesa? Será que ela também sabia de alguma coisa? – algum

espectador poderia pensar. A culpabilização da vítima não dá trégua, assim como os *flashes* das câmeras dos jornalistas.

Ao terminar de assistir a essa reportagem, fiquei pensando na frase da repórter, enquanto Dona Rosa tentava se esquivar da entrevista: “Vamos respeitar o espaço dela”. O espaço dela não foi respeitado. As imagens gravadas contra o desejo da mulher, exibindo sua cicatriz, foram veiculadas, e a violência discursiva do agressor também foi incluída como “outra versão”.

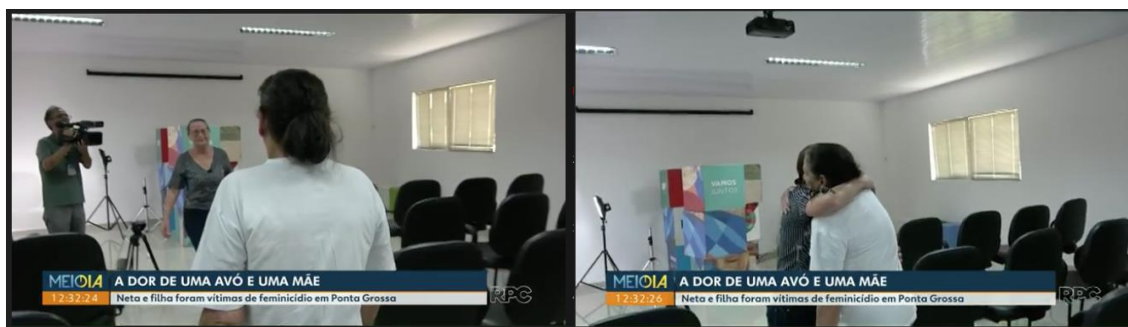
Também imaginei se Dona Rosa teria tido acesso ao material, e como ela se sentiria ao ver essa acusação contra sua filha ganhar esse tipo de projeção. Uma coisa, porém, é certa: ela não guardou maus sentimentos em relação aos jornalistas, pois a encontramos novamente em uma reportagem especial do *Meio-Dia Paraná*, alguns meses depois. Ali, o formato é outro: ela é chamada para trocar experiências com uma mulher que enfrentou uma situação semelhante à sua, sendo avó de uma jovem também morta por feminicídio. Ou, como coloca a reportagem: “A Dona Maria e Dona Rosa têm em comum histórias trágicas”<sup>71</sup>.

Inicialmente, vemos as duas senhoras se encontrando, em um espaço público. Embora estejam evidentemente pouco à vontade diante das câmeras e se vendo pela primeira vez, elas se abraçam e trocam palavras de conforto (FIG. 42): “Nós temos que conviver com a nossa dor, né”, “Você vai conseguir, você vai conseguir. É só ter fé em Deus que você vai conseguir a justiça”, diz Dona Maria, que já vive com o luto há mais tempo.

---

<sup>71</sup> AVÓ e mãe compartilham a dor de viver com o feminicídio. **Meio-Dia Paraná - Noroeste**, 27/11/2019. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8120826/?s=0s>.

**FIGURA 42:**  
**Mãe e avó de vítimas de feminicídio se encontram na reportagem “Avó e mãe compartilham a dor de viver com o feminicídio”.**



*Fonte: Fotos de tela registradas pela autora a partir da reportagem do Bom Dia Paraná (AVÓ..., 2019).*

Em seguida, as duas mulheres aparecem sentadas em um estúdio com fundo branco, cada uma segurando uma foto da parente que foi morta. Elas estão vestidas de maneira simples, usam rabo de cavalo baixo e não aparentam estar maquiadas (FIG. 43). A câmera, então, filma cada uma individualmente, primeiro em um close na foto que elas seguram, depois se elevando lentamente até chegar ao nível do olhar de cada senhora, ambas paradas com rosto sério (FIG. 44).

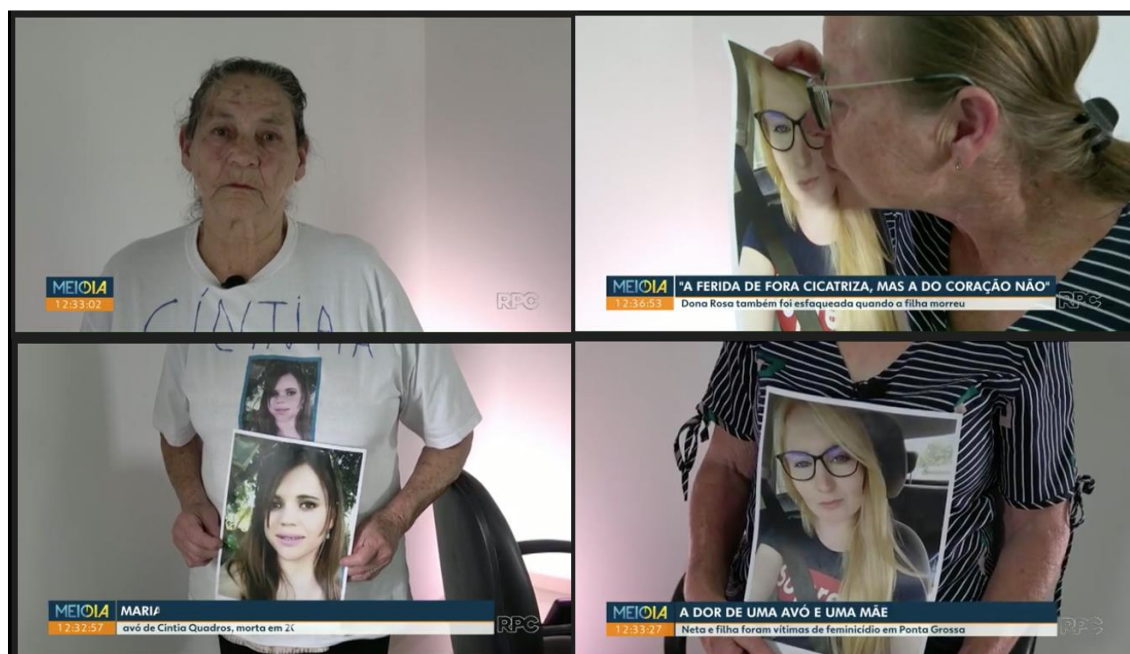
**FIGURA 43:**  
**Mãe e avó de vítimas de feminicídio sentam-se em estúdio, segurando foto da filha e da neta mortas, na reportagem “Avó e mãe compartilham a dor de viver com o feminicídio”.**



*Fonte: Foto de tela registrada pela autora a partir da reportagem do Bom Dia Paraná (AVÓ..., 2019).*

**FIGURA 44:**

**Close-up na mãe e na avó de vítimas de feminicídio, segurando a foto da filha e da neta, na reportagem “Avó e mãe compartilham a dor de viver com o feminicídio”.**



*Fonte: Fotos de tela registradas pela autora a partir da reportagem do Bom Dia Paraná (AVÓ..., 2019).*

Cada uma das mulheres conta, em suas palavras, o futuro promissor que era esperado para as jovens, esforçadas, estudiosas e trabalhadoras: “estava estudando e trabalhando para se formar. Ela queria ser... estudo pra se formar... como é que se diz? Natação pra criança”, diz Dona Maria; “Eu vi na Lidiane uma advogada formada, uma advogada formada... ela só queria estudar! Ela sempre falava: ‘mãe, eu não vou parar’”, relata Dona Rosa. Em seguida, elas contam detalhes dos crimes que acabaram com essa possibilidade de futuro. Ou seja, este trabalho não é relegado aos repórteres: deve ser lembrado pelas próprias mulheres, que também foram vítimas.

O testemunho em primeira pessoa dá força ao relato, tanto devido ao apreço de nossa sociedade atual por essa forma de expressão como ferramenta política (FASSIN, RECHTMAN, 2009), quanto por conta de um aspecto mais prático: certos detalhes íntimos, até então não mencionados, podem vir à tona. E isso acontece neste momento da reportagem: Dona Rosa revela que assistiu à morte da filha e desmaiou mas, ao acordar na UTI, não se recordava de todo o ocorrido e imaginou que, assim como ela, Lidiane teria sobrevivido às agressões. Porém, ao notar a ausência de visitas da filha, lembrou que

ela havia falecido. Dona Rosa descreve, então, para as câmeras, os últimos suspiros da filha: “Ela deu um gemido bem fraquinho, de braços no chão, passei a mão no cabelo dela... vai com Deus, minha filha”.

Em outro momento, a reportagem insere uma música instrumental enquanto Dona Rosa fala sobre a falta que a filha faz, dizendo: (...) “A ferida de fora, ela cicatriza, ela sara, mas a do coração não... não vai sarar nunca...”. A equipe de edição parece ter apreciado essa fala de Dona Rosa, pois incluem-na em uma faixa explicativa que passa a figurar na parte de baixo da tela durante alguns minutos. Além disso, quando ela menciona a ferida, a imagem, que estava concentrada em seu rosto, troca para um close especificamente em seu pescoço, onde se encontra a cicatriz da facada que ela levou do genro (FIG. 45). Se a ferida do coração não pode ser exibida, a do corpo, pode – e será, à exaustão. Na verdade, não se desiste da empreitada de tentar mostrar as “feridas do coração”: as lágrimas e os depoimentos cheios de emoção tentam dar conta de cumprir esse propósito.

**FIGURA 45:**  
**Comentário de mãe de vítima de feminicídio recebe destaque na faixa na parte inferior da tela, e a câmera dá um close na cicatriz de seu corpo, na reportagem “Avó e mãe compartilham a dor de viver com o feminicídio”.**



*Fonte: Fotos de tela registradas pela autora a partir da reportagem do Bom Dia Paraná (AVÓ..., 2019).*

Neste ponto, tem início outra etapa que parece ser muito apreciada por diversas reportagens: o final aspiracional. E é Dona Maria que o profere: “Só que nós temos que ser forte, tanto eu como você e essas mães que perderam suas filhas. Então eu peço pra você: seja forte”. Retornamos, então, à imagem da mulher forte – agora, não mais a jovem, mas também a mãe precisa ser forte. E, novamente, essa fortaleza está associada a algo bem específico: “Eu confio na nossa justiça que nós temos, porque graças a Deus pela minha filha eles fizeram justiça”, continua Dona Maria. Embora a dor não tenha fim,

a prisão do agressor aparece como um elemento que delinea um objetivo-final da trajetória dessas mães e avós sofredoras e fortes. A força que é esperada delas, então, se coaduna com a confiança no poder judiciário.

Dona Rosa fornece, ainda, uma outra perspectiva: “Que isso não venha mais a acontecer, que os homens não se sintam o dono das mulheres. Se não dá para viver, deixa... deixa... cada um de um lado e não precisa matar. Quem ama não mata”. É interessante notar que, em sua fala, ela manifesta a visão de que seu caso não é isolado, e direciona sua fala especificamente aos homens, ao contrário de várias outras reportagens, que se concentram em um diálogo diretamente com a vítima, como temos visto.

A senhora entrevistada também se utiliza de um jargão que conecta o feminicídio com a história de luta feminista pelo direito à vida das mulheres, na medida em que a frase “quem ama não mata” foi objeto de uma campanha nos anos 1980 contra os crimes violentos direcionados às mulheres que, então, eram chamados de passionais. Dona Rosa, uma senhora aparentemente humilde e tradicional, traz contribuições mais feministas do que muitos especialistas consultados. No final da notícia, inclusive, o foco volta a ser a atitude das mulheres – ou melhor, dos seres humanos, sem distinção: “peça ajuda, denuncie. Toda mulher, todo ser humano, merece ser bem tratado e respeitado”, diz a apresentadora Marcela Souza. Menciona-se, ainda, de passagem, que o advogado do homem que foi condenado pelo feminicídio de Cinthia, a neta de Dona Maria, disse que vai entrar com pedido de anulação do júri. Ou seja, a batalha pela tão esperada justiça, infelizmente, não está ganha, como havia se pensado.

Antes que a reportagem se encerrasse, contudo, houve tempo para mais um momento especialmente emotivo. Dona Maria propõe à Dona Rosa: “vamos passear na minha casa pra nós conversar, pra nós espairecer um pouco os nossos nervos, a nossa tristeza”. Dona Rosa concorda, e as duas se levantam e se abraçam (FIG. 46). Agora, porém, não é mais um mero cumprimento entre estranhas unidas pelas circunstâncias, como no início da reportagem. Podemos ver que Dona Rosa aconchega a cabeça no ombro da nova amiga, num abraço que perdura por alguns momentos. Quando elas se olham novamente, Dona Rosa está chorando, e Dona Maria, então, segura seu rosto com as mãos e lhe dá um beijo na testa (FIG. 47).



**FIGURA 46:**

**Mãe e avó de vítimas de feminicídio se abraçam ao final da reportagem “Avó e mãe compartilham a dor de viver com o feminicídio”.**



*Fonte: Foto de tela registrada pela autora a partir da reportagem do Bom Dia Paraná (AVÓ..., 2019).*

**FIGURA 47:**

**Avó de vítima de feminicídio consola e beija a testa de mãe de outra jovem morta, na reportagem “Avó e mãe compartilham a dor de viver com o feminicídio”.**



*Fonte: Fotos de tela registradas pela autora a partir da reportagem do Bom Dia Paraná (AVÓ..., 2019).*

Ao longo do material, portanto, somos levados, como espectadores, a compartilhar momentos extremamente delicados e de intensa tristeza. Ficamos sabendo sobre os últimos suspiros de vida de uma jovem. Vemos duas mulheres idosas trocarem detalhes sobre as ocorrências mais difíceis de suas vidas, e chorarem diante de nós diversas vezes. Uma carga emocional tão alta pode colaborar para que o tema do feminicídio não passe despercebido em meio às reportagens do telejornal, e até mesmo para que este conteúdo fique na lembrança daqueles que o assistam e desperte o interesse pelo tema, de alguma forma. Sei que, na minha mente, pelo menos, sem dúvida essa



reportagem construiu morada – especialmente a cena em que Dona Maria, com carinho, beija a testa de Dona Rosa. Emergiram daí, porém, dois questionamentos.

Primeiro, comecei a me interrogar sobre a minha própria comoção. Compreendendo as emoções como intrinsecamente relacionadas à racionalidade e à moralidade, o que emociona tanto nesta imagem? Certamente essa resposta não será a mesma para todos, mas acredito que, de um modo geral, a explicação pode passar em algum ponto pelo fato de que, aqui, temos não apenas um, mas dois pares de vítimas ideais: além das jovens belas, honestas e promissoras, uma futura professora e uma futura advogada que nunca chegaram a se formar, temos as figuras maternas enlutadas, as *pietàs* em carne e osso. Duas mulheres idosas, sem culpa alguma pelo que aconteceu, condenadas a viver o restante dos seus dias em sofrimento. Eu, pesquisadora, por mais que tenha assistido à reportagem com um incômodo em relação à exploração da história das entrevistadas, ao final, não permaneci imune ao fascínio com a vítima ideal.

A segunda questão que creio ser importante para pensar materiais como esse é: até que ponto ficar sabendo sobre detalhes aflitivos de uma morte e de um processo de luto pode, de fato, (co)mover o espectador para uma atuação mais ética em torno do tema? Embora o caminho da emotividade guarde grande potencial, não decorre daí, necessariamente, a conversão em ação política. É possível que, ao contrário, pare em uma ebulição de sentimentos que nos perturba apenas momentaneamente. Depois, seguimos nossas vidas normais. Que instrumentos as reportagens fornecem para facilitar esse passo extra diante da emotividade, para que os espectadores de fato convertam essa emoção em algum tipo de ação ou mudança de paradigma? É suficiente apenas provocar incômodo, sem ofertar ou ao menos imaginar caminhos para que este desconforto seja transformador?

Aparentemente, os repórteres parecem acreditar que sua missão se encontra plenamente cumprida – e, talvez, esteja, pois a tarefa de “mudar o mundo” de fato não compõe o rol de responsabilidades desses profissionais, e não podemos hiperdimensionar os efeitos da comunicação. Por outro lado, é possível dizer que haja uma inflação da expectativa sobre o poder transformador dessas mensagens por parte dos próprios comunicadores. Onde se vê um grande serviço prestado à sociedade, podemos enxergar, também, uma oportunidade perdida de dar um passo além, indicando caminhos para que o público empregue toda a indignação ou piedade acumuladas.

Não obstante o questionamento sobre a extensão dos efeitos dessa mensagem, é fato que a atenção dada ao sofrimento dos familiares, mais especificamente das mães das

vítimas, se tornou prática usual nas reportagens sobre feminicídio. Na notícia “Conheça história de 1ª vítima de feminicídio de MS”, da MSTV<sup>72</sup>, por exemplo, o mote principal era a proximidade com o Dia Estadual de Combate ao feminicídio, data selecionada em homenagem a Ísis Caroline, vítima do primeiro crime do tipo registrado no Mato Grosso do Sul, após a Lei do Feminicídio. A forma escolhida para abordar o tema foi justamente uma entrevista com a mãe de Ísis, Margareth Oliveira. Ela conta sobre a possessividade do agressor em relação à sua filha e relata os detalhes da última conversa que teve com Ísis. Neste ponto, temos o momento-chave, que costuma invariavelmente ocorrer em toda entrevista com familiares de uma mulher assassinada: mesmo anos depois, Margareth vai às lágrimas ao lembrar da filha (FIG. 48).

**FIGURA 48:**

**Para abordar o caso da primeira vítima de feminicídio do MS, mãe da jovem é entrevistada e se emociona, na reportagem “Conheça história de 1ª vítima de feminicídio de MS”.**



*Fonte: Fotos de tela registradas pela autora a partir da reportagem do MSTV 1ª Edição - Campo Grande (CONHEÇA..., 2019).*

Em seguida, a reportagem informa que o agressor foi condenado a 26 anos de prisão e que as filhas do casal são criadas pelas avós. É interessante notar que a notícia conta, ainda, com uma entrevista da subsecretária de políticas públicas para mulheres, Giovana Corrêa, que explica sobre uma campanha de prevenção simultânea em 43 cidades. Ela diz que “o velho homem não aceita a nova mulher” e que o trabalho é “levar o conhecimento que as coisas hoje mudaram”. Em seguida, vemos mais um excerto da entrevista com a mãe de Ísis, que opina que a lei precisa ser mais severa. Por fim, a

---

<sup>72</sup> CONHEÇA história de 1ª vítima de feminicídio de MS. MSTV 1ª Edição - Campo Grande, 28/05/2019. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7649754/?s=0s>

apresentadora informa o local da ação do governo do Estado que haverá no Dia de Combate ao Femicídio e faz um comentário sobre uma frase que ouviu de uma vítima que já entrevistou, no sentido de que devemos parar de ver o ciúme como algo “fofo”.

Podemos notar que há um certo conflito de vozes na reportagem. A mãe de Ísis pede por uma lei mais severa. Entretanto, do ponto de vista judicial, o caso de sua filha parece “resolvido”, uma vez que o agressor foi condenado a 26 anos de prisão. De qualquer modo, a reportagem não entra no mérito de qual poderia ser essa lei mais severa e por que motivo a lei atual não seria rigorosa o suficiente. Mas, ainda assim, escolheram levar ao ar esse trecho da entrevista da mulher, o que não deixa de conferir uma chancela a esse posicionamento. No que diz respeito à família da vítima, um ponto que poderia ser trabalhado é o destino das filhas do casal e uma possibilidade de política pública em relação a isso, porém as crianças são apenas brevemente mencionadas.

Em sentido contrário ao da mãe da vítima vai a fala da secretária de políticas públicas, que diz que o trabalho do órgão se concentra na prevenção de novos casos. Não fica muito evidente, contudo, que políticas de prevenção exatamente seriam essas e em que consistem as atribuições das mencionadas Coordenadorias da Mulher. O tom da reportagem é de um relato (não muito aprofundado) quase celebratório acerca da existência dessas políticas. Não se faz presente um escrutínio ou avaliação crítica sobre o trabalho do Estado, e muito menos uma cobrança no sentido de um aperfeiçoamento ou uma expansão deste trabalho. Para onde vai, então, a revolta de dona Margareth? O que fazemos com suas lágrimas? Embora a ela seja permitido expressar ressentimento e até mesmo certo desejo de vingança, o que normalmente não figuraria no tópico sentimental como descrito por Boltanski (2004), a perseguição ao agressor ou a revolta perante o Estado são abandonadas ao longo da reportagem. Resta um sentimento de gratidão pelas políticas já existentes – sendo a gratidão pelos benfeitores um elemento-chave do tópico sentimental.

A exibição pública do sofrimento materno, contudo, tem servido de base para movimentos sociais há algumas décadas, em tom distinto do que se vê aqui. Inclusive, na própria história da emergência do feminicídio como chave analítica da violência contra a mulher na América Latina, a organização de familiares de vítimas foi de extrema importância. Veremos a seguir como as emoções intensas de mulheres em luto por suas filhas e seus filhos não necessariamente precisam se esvair como mero lamento – elas podem servir como agentes políticos.

## **2.2. “Exageradas”, “históricas”, “dramáticas”, “briguentas”, “ensandecidas”: a potente interseção entre gênero, luto e política**

Em novembro de 2001, na cidade mexicana de Juárez, ocorreu um daqueles momentos na história em que a misoginia de todo dia não ficou contida abaixo do radar da maioria. Uma confluência de atos de aversão à mulher iria atirar famílias em um longo caminho de luto e luta, além de desencadear transformações que marcariam profundamente o movimento pelos direitos humanos das mulheres em toda a América Latina.

Oito corpos femininos foram encontrados em um campo de algodão em frente à sede da Associação de Maquiladoras da Cidade Juárez. As vítimas foram identificadas como Claudia Ivette González Banda, Laura Berenice Ramos Monarrez, Guadalupe Luna de la Rosa, María de los Ángeles Acosta Ramírez, Brenda Esmeralda Herrera Monreal, Verónica Martínez Hernández, Bárbara Araceli Martínez Ramos e Mayra Juliana Reyes Solís. Elas eram trabalhadoras e estudantes entre 15 a 21 anos que, até então, eram dadas como desaparecidas.

Embora as autoridades tenham revelado o nome das prováveis vítimas, o processo para determinar objetivamente sua identidade demorou mais de um ano, e não chegou a resultados conclusivos. A mãe de Laura, Benita Monárrez Salgado, contou, em denúncia ante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, que pediu às autoridades para que pudesse reconhecer o corpo de sua filha, mas foi informada de que isso não seria mais possível. Foi alegado que, por motivos de estudos nos cadáveres, o único que restava das moças era a ossada (AMNISTÍA INTERNACIONAL, 2003).

Diversas irregularidades foram constatadas durante as investigações policiais, como o desaparecimento de registros, a perda de provas relevantes, atrasos injustificados, falta de ação para seguir pistas ou coletar testemunhos, entre outras. Destaca-se, ainda, o fato de que os indícios de violência sexual nos corpos das vítimas eram ignorados, não sendo levados em conta dentro da linha de investigação (AMNISTÍA INTERNACIONAL, 2003). Os oficiais comumente faziam declarações que minimizavam a situação e deslegitimavam as vítimas, citando seu estilo de vida como justificativa para seu desaparecimento ou assassinato (CARMONA, GÓMEZ, CASTRO, 2010).

Embora a terrível imagem dos oito corpos no *campo algodonero* tenha sido um marco, a verdade é que, desde os anos 1990, familiares de jovens desaparecidas e

assassinadas já vinham notando um padrão de crimes violentos atingindo mulheres trabalhadoras e jovens. A autora Julia Monárrez (2009) aponta a assinatura do Tratado de Livre Comércio entre México, Estados Unidos e Canadá, em janeiro de 1994, como um divisor de águas nesse sentido. Houve um fluxo migratório de pessoas para a região de Juárez, atraídas por empregos na indústria maquiladora (empresas de montagem e acabamento de produtos para exportação). Segundo Monárrez (2002), a indústria maquiladora faz parte de um sistema que enxerga mulheres como descartáveis. Ela ilustra sua observação com uma declaração feita pelo presidente da Associação de Maquilas, que afirmou que não considera correto que as autoridades informem que a maior parte das vítimas trabalhavam neste setor, pois isso suja a reputação da cidade e da indústria.

O município de Juárez se localiza no norte do México, e faz divisa com a cidade norte-americana de El Paso, no Texas. Por sua posição fronteiriça, trata-se de uma região caracterizada pela presença do crime organizado e do tráfico de drogas, pessoas e armas. Um local, portanto, que já contava com altos índices de violência. As famílias das mulheres desaparecidas, sequestradas, estupradas, torturadas e assassinadas, porém, passaram a se organizar entre si, notando um padrão tanto nos crimes, que atingiam especialmente as mulheres, quanto na resposta do Estado, que agia com indiferença. O contínuo atentado à vida dessas vítimas eram “uma forma de ilegalidade permitida” (MONÁRREZ, 2002, p. 293, tradução livre)<sup>73</sup>.

Foi preciso, porém, que oito cadáveres de mulheres fossem descobertos no campo de algodão em frente à sede da Associação de Maquiladoras para que o problema ganhasse atenção. Mais de 300 organizações civis de todo o México lançaram a campanha “Alto a la Impunidad: Ni una muerta más” para exercer pressão sobre as autoridades estatais e federais e incrementar a visibilidade mundial (AMNISTÍA INTERNACIONAL, 2003). A teórica feminista Marcela Lagarde, influenciada pela publicação do livro *Femicide: the politics of woman killing*, de Diana Russell e Jill Radford, em 1992, traduziu o termo do inglês para a forma castelhana *feminicídio* e passou a aplicá-lo para descrever os assassinatos das mulheres de Juárez. Lagarde elegeu-se deputada em 2003, passando a atuar em prol da tipificação do feminicídio como crime (LAGARDE, 2010). O documentário “Senhorita extraviada”, de Lourdes Portillo, acompanhou a luta das famílias e colaborou para colocar o tema em evidência.

---

<sup>73</sup> No original: “una forma de ilegalidad permitida”.

Organizações de familiares das vítimas, como “Nuestras Hijas de Regreso a Casa” e “Justicia para Nuestras Hijas” buscaram contribuir tanto para denunciar a ocorrência dos feminicídios quanto para pressionar por resultados mais céleres nas investigações e propor soluções. Algumas até mesmo chegaram a utilizar recursos próprios para conduzir buscas e apurações. Outras atividades incluem capacitação dos familiares para atuar em questões jurídicas e de políticas públicas, organização de passeatas e demais atividades de protesto, realização de pesquisas de arquivo e de campo, atuação coordenada com os órgãos estaduais, nacionais e ONG’s internacionais, emissão de denúncias nacionais e internacionais a organizações de direitos humanos e à mídia, estabelecer diálogo com os níveis local, estadual e federal do governo mexicano e divulgação e publicação dessas atividades e resultados de pesquisas (FREGOSO, BEJARANO, 2010; CARMONA, GÓMEZ, CASTRO, 2010).

O caminho foi árduo, pautado por uma relação conflituosa com o Estado mexicano. Podemos citar como exemplo o fato de que, em 2003, a Procuradoria Geral do Estado de Chihuahua (onde se localiza Juárez) anunciou que estava investigando as finanças de “Nuestras Hijas de Regreso a Casa”, uma das organizações criadas pelas mães das mulheres desaparecidas e assassinadas em Ciudad Juárez (AMNISTÍA INTERNACIONAL, 2003). Em 2006, foi apresentado um relatório da Procuradoria, declarando que o feminicídio não existe em Juárez e o número de desaparecimentos seria insignificante. O documento dá conta de que haveria um problema relativo à violência doméstica – mais do que isso, apenas um mito criado por Organizações não-governamentais e acadêmicos (CARMONA, GÓMEZ, CASTRO, 2010).

Ainda assim, a luta levada a cabo pelas famílias e pelas organizações de Direitos Humanos persistiu, e conseguiu captar a atenção de diferentes órgãos das Nações Unidas e da Organização dos Estados Americanos (OEA). Em 2006, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA promoveu uma audiência sobre a questão dos assassinatos de mulheres. Foi a primeira vez em que um tribunal internacional reconheceu o termo feminicídio, referindo-se a violações sistemáticas do direito à vida de mulheres por causa de seu gênero. No ano seguinte, a Comissão interpôs à Corte Interamericana de Direitos Humanos uma demanda formal contra o México relativa a casos referidos como “Campo Algodonero”. Em 2009, a Corte chegou a uma sentença, condenando o Estado mexicano a conduzir eficazmente o processo penal em curso e criar protocolos para a investigação futura de casos semelhantes, além de conceder cuidados médicos e psicológicos aos familiares das vítimas (MELLO, 2017).

Embora seja possível enxergar vitórias, impulsionadas pela atuação direta de familiares das vítimas, a disputa ainda continuou. Prova disso é a história de Marisela Escobedo, mãe de Rubí Marisol Frayre, assassinada pelo companheiro em 2008, na Ciudad Juárez. Diante da passividade das autoridades, Marisela deu início a uma saga para localizar o ex-genro e levá-lo à Justiça. Ela obteve sucesso na busca, mas a parte que coube ao Estado não foi cumprida: o homem foi liberto e ficou foragido. Em dezembro de 2010, durante uma vigília em frente ao Palácio do Governo de Chihuahua em protesto aos feminicídios, Marisela foi morta a tiros. Sua família acabou por sair do país para escapar das ameaças (AS TRÊS..., 2020).

Percebe-se, então, que a disputa dos familiares das vítimas de feminicídio no México – com destaque para as mães – está intimamente relacionada à própria história da visibilidade do fenômeno e da tipificação do crime. Se, hoje, no Brasil, o feminicídio se tornou um termo conhecido, e se temos uma lei que reconhece sua existência, foi muito graças às mulheres mexicanas que persistiram mesmo diante da vulnerabilidade social e do absoluto descaso das autoridades. Enquanto, em nosso país, antes da Lei do Feminicídio, contávamos com a Lei Maria da Penha para conceder um parâmetro de proteção aos direitos das mulheres, as mexicanas não partiam do mesmo cenário. Em uma das cidades mais violentas do mundo, elas tiveram que argumentar que suas filhas não estavam desaparecendo exatamente do mesmo jeito que os filhos eram mortos pelo narcotráfico. Tiveram que objetar que elas eram atingidas de maneira diferente, especificamente *como mulheres*, e que suas vidas de trabalhadoras em um distrito esquecido pelo poder público eram, sim, valiosas, merecedoras de luto e de justiça.

A politização das mães enlutadas é um fenômeno importante para refletirmos sobre a interseção entre gênero, emoção e política, e não é exclusividade dos casos de feminicídio. Podemos destacar como exemplos emblemáticos organizações como as mães e avós da Praça de Maio, desde os anos 1970 na Argentina ditatorial, as mães de Acari, contra a violência policial no Rio de Janeiro após a chacina de 1990 e, mais recentemente, as mães de vítimas do incêndio na boate Kiss, ocorrido no Rio Grande do Sul em 2013. Essas mulheres desenvolveram, por necessidade, a habilidade de não ter pudor em expressar luto, raiva e ressentimento. Elas utilizam o discurso emocional para cobrar não apenas reparação pessoal, mas políticas públicas, e não parecem sentir que devem gratidão a algo ou alguém, como pauta a etiqueta do modo sentimental de se relacionar com o sofrimento (BOLTANSKI, 2004) – pelo contrário, qualquer vitória que

consigam é muito menos do que aquilo que gostariam de ter, e jamais lograrão: ter os filhos de volta.

Em meio a movimentos como estes, argumenta Freitas (2002), se constrói uma nova representação para a figura materna, que lhe concede protagonismo político justamente a partir do lugar que tradicionalmente ocupam na família e que, em princípio, seria destituído de uma dimensão politizada. Emerge a figura da mãe que luta, a qual nega algumas facetas da imagem tradicional da mãe, enquanto enfatiza outras para conquistar legitimidade para sua causa. Essa mãe surge como a responsável por instaurar uma espécie de “nova ordem social”, baseada na paz, na segurança, na ordem, na justiça – valores associados ao ato de maternar. Da figura tradicional da mãe encontramos traços como abnegação, altruísmo, cuidado. Ela é a primeira e última responsável pelos filhos, a que não pode deixar de lutar e que jamais perderá a esperança. Dessa imagem, essas mães partem e tentam construir uma outra, que não exclui a primeira – ao contrário, se alimenta dela. A “outra mãe” é aquela que luta, que não se intimida, não abaixa a cabeça, enfrenta quem for preciso e por quanto tempo for necessário. É emocional, mas também estratégica, persistente e resiliente. Sobretudo, é um ser político, no sentido de que ocupa o espaço público e cria redes de solidariedade.

Muitas vezes, uma das consequências desses processos de politização de mães de vítimas de violência é a crítica à atuação dos órgãos públicos e a denúncia sobre o descaso e omissão do Estado – que, em si, potencializa a percepção do evento como traumático (AROSI, 2017). Ou seja, a própria falta de reparação revolta tanto quanto ou mais do que a violência sofrida inicialmente, e é sentida como mais uma violência. O pior é que ela vem justamente daqueles que, em teoria, deveriam proteger os cidadãos.

Embora haja uma corrente teórica que chame a atenção para uma passagem da suspeita ao amplo reconhecimento e compaixão em relação às vítimas de violência (FASSIN, RECHTMAN, 2009), pesquisadoras e pesquisadores que se debruçam especificamente sobre as disputas políticas de familiares pela valorização da vida de seus filhos percebem um cenário diferente. Nesse contexto, o olhar empático dura pouco tempo, dando lugar a uma posição precária de conflitos e gradações de poder.

Observando a mobilização de familiares de vítimas do incêndio da boate Kiss, Peixoto (2014) nota a construção de hierarquias da dor no que concerne a valoração do sofrimento dos parentes, em que as mães são colocadas na posição de detentoras da “dor maior do mundo” e recebem, portanto, o “direito” a ter sua agonia reconhecida socialmente. Elas são seguidas dos pais em segundo lugar e, posteriormente, vêm os



irmãos. Os demais familiares e amigos são vistos como tendo menor importância na “pirâmide social da dor”. Assim, a expressão pública de luto e as manifestações vistas como excessivas emocionalmente são aceitas apenas para os pais, sobretudo as mães, enquanto são negadas e repreendidas quando partem de outros agentes.

Já Pavanello e Silva (2019) notam que até mesmo o apoio às mães das vítimas pode ter vida curta. As mulheres que militavam por Justiça após o incêndio na boate Kiss passaram a ouvir frases como “vamos deixar Santa Maria voltar a sorrir” e pedidos de que “superassem” o ocorrido, pois a constante recordação daquelas mortes estaria levando a uma estagnação econômica da cidade. Uma das mulheres relata até mesmo que seu grupo foi convidado a se retirar da praça onde se encontravam – a elas foi oferecida uma sala dentro de um edifício para que pudessem fazer sua vigília de maneira reservada. Algumas pessoas também entraram na tenda montada no espaço público para confrontá-las.

Percebe-se que essas mães estão associadas ao ressentimento, caracterizado por uma mistura de emoções e atitudes como ódio, raiva, rancor e, acima de tudo, um caráter de ruminação, marcado por uma constante sensação de impotência e uma reação reprimida (MORUNO, 2013; ANSART, 2011). Esse estado de alma tem sido condenado em diversas frentes, com destaque para a reflexão filosófica de Nietzsche (2009), que o considera como elemento de uma “rebelião escrava na moral”, a qual transforma a fraqueza em virtude, a impotência em bondade. Esse modo de valorar a si e ao outro, segundo o pensador, traria apenas mediocridade ao mundo, uma vez que desencoraja os fortes e não elimina de fato a fraqueza.

Caberia, porém, perguntar: pode haver um tipo de ressentimento positivo? Nietzsche (2009) exalta a capacidade de memória, não como um simples “não-mais-poder-livrar-se”, uma mera indigestão do ocorrido e incapacidade de lidar com o fato. A verdadeira “memória da vontade” seria um ativo “não-mais-querer-livrar-se”, uma espécie de insistência na vontade, uma vontade que prossegue. Não poderia o ressentimento evoluir para tal caminho?

Podemos associar esse tipo de persistência da vontade ao que argumenta Jean Améry (2013) sobre a condição da vítima ressentida, no contexto do antissemitismo na Alemanha pós-nazismo. Segundo o autor, a tentativa de fazer com que as vítimas “curem suas feridas” com o tempo revela uma indiferença da sociedade diante desse sofrimento do outro, sociedade esta que apenas se preocupa com sua segurança e, assim, tenta fazer com que as vítimas se anulem em prol do interesse coletivo. Sob esta ótica, a vítima que

não possui ressentimento é a que permite que sua individualidade se dissolva na sociedade, que aceita com resignação os acontecimentos, por comodidade. Tal consciência seria, na verdade, antimoral, visto que é justamente um privilégio do ser humano negar a passividade diante dos eventos naturais ou do decurso do tempo biológico. Assim, o ressentimento firmaria uma exigência moral e teria validade histórica, o que poderia levar a mudanças positivas na sociedade.

A autora Rebecca Stringer (2014), partindo de um olhar e de uma inquietação diferentes – a relação entre movimentos sociais, gênero e ressentimento – também afirma que esse conjunto de sentimentos pode se tornar uma fonte de força para mudança, operando de maneira emancipatória. Ela denuncia, porém, que, ao longo dos anos 80, um conjunto de discursos midiáticos, acadêmicos e políticos promoveu mais uma reorganização na forma como falamos sobre vítimas e ressentimento: a vitimização passa a ser vista como questão individual.

Tais discursos coincidem historicamente com a consolidação de uma hegemonia do neoliberalismo, e neste contexto forma-se o que a autora nomeia de “teoria neoliberal da vítima”. Nessa perspectiva, a (desaconselhada) atitude de ressentimento seria causada não por forças sociais mais abrangentes, e sim pelo próprio indivíduo, devido a fatores como escolhas erradas, negligência ou mesmo uma tendência a lamentação e acomodação. Essa concepção drena legitimidade e levanta o ceticismo para com os movimentos que lutam por melhorias sociais, pintando-os como baseados em “emoções tóxicas” e interesses egoístas.

No capítulo 4, falarei mais sobre como se apresenta a expectativa de atuação das mulheres vítimas de agressões, que são instadas a agir por si próprias para impedir a violência que sofrem. No momento, o foco é a visão sobre as pessoas ao redor dessa vítima, que podemos chamar de vítimas secundárias. Sua família e seus amigos, que precisam lidar com sua ausência e desejam lutar por justiça. Como atua aqui a teoria neoliberal da vítima? A esses familiares é permitido expressar ressentimento a longo prazo, ou acredita-se que devem “seguir em frente”?

Além de um incômodo diante do ruminante ressentimento, outro tipo de policiamento emocional pode se colocar em direção a essas pessoas: “as mães possuíam um estilo expressivo que comovia alguns e irritava outros”, relatam Brites e Fonseca (2013, p. 872) sobre o movimento de mães contra a violência. Elas eram chamadas de “exageradas”, “históricas”, “dramáticas”, “briguentas”, “ensandecidas”. Vale notar que Adam Smith (1723-1790) já alertava, em sua *Teoria dos Sentimentos Morais*, sobre a

necessidade de que as paixões fossem “reduzidas a um tom mais baixo” antes de serem compartilhadas, para que possam ser consideradas adequadas pelo interlocutor. Sobretudo o ressentimento, “mais do que qualquer outra paixão”, seria preciso “humilhá-lo e fazê-lo cair aquém do tom a que naturalmente se elevaria” (1999, p. 39).

Há que se considerar, ainda, a questão de gênero aí presente: durante muito tempo na história, foi comum a visão de que as mulheres, criaturas cuja característica mais intrínseca seria a fragilidade, não teriam a força e o discernimento necessários para moderar suas expressões emotivas – muito menos a raiva, que de forma alguma combinaria com a delicadeza típica das damas (FREVERT, 2011). Como lembra Perrot (2005), o ideal para as mulheres seria, na verdade, o silêncio.

É pertinente fazer, ainda, algumas observações sobre a questão da politização do luto. Embora muitas pessoas pensem que o luto é algo privado, que nos isola e paralisa, esse estado exhibe, ao contrário, nossa forte ligação com o outro e, como tal, apresenta grande potencial político, conforme reflete Butler (2019). O luto, assim como a paixão, “nos arrancam de nós mesmos, nos prendem a outros, nos transportam, nos desfazem, nos envolvem, irreversível, se não fatalmente, em vidas que não são as nossas” (ibidem, p. 45). Retornamos a um senso de vulnerabilidade humana que a autora considera basilar à luta política. Além disso, o luto está estreitamente relacionado à indignação, emoção que historicamente guarda grande potencial para inflamar movimentos coletivos.

Outro ponto importante é que o luto se propõe a uma hierarquia – o que, por si só, já é uma questão social de grande relevância. As condições de proteção de uma vida e, posteriormente, o luto quando esta é perdida não são recursos distribuídos igualmente entre diferentes setores da população. Enquanto algumas vidas são altamente protegidas e intensamente choradas quando perdidas, outras, mesmo antes de serem assassinadas, já estão “socialmente mortas” (BUTLER, 2015, p. 70) e, por isso, não são lembradas, sequer mencionadas publicamente. A questão, portanto, não se restringe meramente ao campo das emoções, entendidas como separadas das relações de poder, afinal “se uma vida não é digna de luto, ela não é bem uma vida” (2019, p. 54). Neste caso, os noticiários e obituários não expõem a violência dessas mortes, mas essa violência está presente nessa ausência, pois é o que determina o limite ao discurso que impede o reconhecimento dessas vidas. Por meio dessa “violência do enquadramento” (ibidem, p. 178), certas vidas e mortes permanecem irrepresentáveis ou são representadas de maneira desumanizadora.

### 2.3. “Minha mãe passa o dia todo chorando”: para onde vai o luto da família de Heidi?

Nas reportagens aqui examinadas, as mães das vítimas de feminicídio parecem ter permissão para expressar sua dor diante das câmeras, em toda a intensidade em que ela se apresentar. Ao contrário do que eu imaginava inicialmente, antes de iniciar a análise, os telejornais estudados cobrem amplamente enterros de vítimas de feminicídio, protestos populares contra a violência de gênero e até mesmo discursos indignados contra a demora no julgamento desses crimes. Resta avaliar em que relações de poder e saber este tipo de discurso está inserido e pode se fazer visível. Seria o caso de falarmos de uma homenagem que ainda é, em alguns sentidos, violenta? Ou uma exibição que também promove apagamentos?

A reportagem “Famílias sofrem após mulheres serem vítimas de feminicídio no AM”, do *Jornal do Amazonas*<sup>74</sup>, tem foco justamente nas consequências do feminicídio para as famílias das vítimas. O material, neste caso, se concentra no luto da filha de uma mulher assassinada, que conta o quanto é difícil viver esse sentimento. Entre os entrevistados, está, ainda, uma psicóloga, Dilza Santos, que reitera que a violência traz inúmeros danos à saúde mental dos familiares.

A cobertura não se limita a relatos sobre a realidade do luto: também se exibem imagens de revolta e clamores populares. Na notícia *Enterro de vítima de feminicídio em Milagres é marcado por pedido de justiça*, do CETV 1ª Edição – Juazeiro do Norte, a apresentadora Biana Alencar anuncia a ocorrência do sepultamento de uma mulher morta por feminicídio e diz: “esse cortejo, claro que além de muita comoção, contou também com um pedido de justiça”<sup>75</sup> (FIG. 49). A repórter Valéria Alves complementa a informação, dizendo que o pedido de justiça não vem “só dos movimentos, dos grupos que tem isso como uma luta frequente, mas imagino que toda mulher (...) fica se perguntando, né, o que que vai ser feito, vai ficar por isso mesmo, é só mais uma?”. Nota-se, então, que a jornalista manifesta, como mulher, adesão ao coro dos protestantes. A produção, inclusive, se coloca no mesmo patamar que os populares, no sentido de não vislumbrar saídas e medidas específicas, simplesmente demonstrando sua insatisfação.

---

<sup>74</sup> FAMÍLIAS sofrem após mulheres serem vítimas de feminicídio no AM. **JAM 2ª edição**, 10/08/2020. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8766387/?s=0s>

<sup>75</sup> ENTERRO de vítima de feminicídio em Milagres é marcado por pedido de justiça. CETV 1ª Edição – Juazeiro do Norte, 12/11/2020. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/9018431/?s=0s>

Essa comunhão de sentimentos entre repórter e população se torna um padrão nessas reportagens, sem que venha acompanhada de algum tipo de incremento informacional ou possíveis caminhos a se seguir.

**FIGURA 49:**

**Reportagem “Enterro de vítima de feminicídio em Milagres é marcado por pedido de justiça” mostra cortejo em protesto ao assassinato de mulheres após sepultamento de uma vítima.**



*Fonte: Foto de tela registrada pela autora a partir da reportagem do CETV 1ª Edição – Juazeiro do Norte (ENTERRO..., 2020).*

A reportagem “Demora no julgamento de casos de feminicídio causa indignação no Tocantins”, do *JA 2ª Edição*<sup>76</sup>, se dedica especificamente a abordar o sentimento de impunidade expresso pelas famílias de vítimas de feminicídio diante da demora da justiça em julgar os casos. Chama a atenção no material um momento em que o repórter Heitor Moreira, diante do Tribunal de Justiça, diz “As histórias de mulheres assassinadas estão aí dentro”. Simultaneamente, a edição insere fotos de algumas vítimas enquanto Moreira informa seus nomes (FIG. 50). É interessante a construção de que a história está *dentro* do Tribunal: enunciação significativa para ilustrar a centralidade que assume o veredito judicial ao se falar do tema.

---

<sup>76</sup> DEMORA no julgamento de casos de feminicídio causa indignação no Tocantins. *JA 2ª Edição – TO*, 08/03/2018. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6563753/?s=0s>.

**FIGURA 50:**

**Em filmagem na frente do Tribunal de Justiça do Estado, reportagem “Demora no julgamento de casos de feminicídio causa indignação no Tocantins” inclui fotos de vítimas com processos em aberto.**



*Fonte: Foto de tela registrada pela autora a partir da reportagem do JA 2ª Edição – TO (DEMORA..., 2018).*

A entrevista com o irmão de uma das vítimas, Heidy Aires, (FIG. 51) corrobora esta ligação entre o sofrimento e a punição do acusado como único bálsamo possível e desejável. O homem diz que sua mãe “passa o dia todo chorando”, mesmo três anos após o assassinato da filha e, ato contínuo, faz um clamor por justiça. O repórter reforça: “a falta de justiça traz angústia”. “Justiça”, aqui, está diretamente associada a um julgamento formal e uma sentença judicial criminal, não a qualquer sentido mais amplo ou outro tipo de reparação ou política pública.

É interessante notar, ainda, que o foco do luto novamente é a mãe da vítima, mesmo que ela não apareça na reportagem presencialmente, apenas na voz de outro familiar. O entrevistado não aparece mencionando os próprios sentimentos, e pode haver diversos motivos para isso: seja por papéis de gênero que fazem com que homens geralmente não se sintam confortáveis para expressar sentimentos em público, seja por uma decisão (consciente ou não) de dar o foco para a mãe – que, como vimos, está no topo da hierarquia da dor pública –, seja porque o entrevistado, na verdade, falou sobre si, mas o trecho não foi incluído no produto final da reportagem.

**FIGURA 51:**  
**Entrevista de irmão da vítima, em que ele age como voz para expressar o luto da mãe, na reportagem “Demora no julgamento de casos de feminicídio causa indignação no Tocantins”.**



*Fonte: Foto de tela registrada pela autora a partir da reportagem do JA 2ª Edição – TO (DEMORA..., 2018).*

Um ponto interessante neste material é a entrevista com a vice-presidente da Comissão da mulher da OAB, Emileny Lázaro. Ela afirma que quando uma mulher morre em situação de violência de gênero, isso significa que o Estado falhou com ela. Trata-se de uma informação importante, que colabora para que se possa abordar a necessidade da expansão de políticas públicas para proteger essas mulheres, como casas-abrigo, campanhas de conscientização e educação, e a Patrulha Maria da Penha<sup>77</sup>.

Essa fala, entretanto, tem o seu significado restringido pela própria reportagem, na medida em que, logo em seguida, utiliza como exemplo ilustrativo da falha do Estado um caso de feminicídio em que um agressor teve permissão para responder o processo em prisão domiciliar. Mencionar este exemplo nessa situação acaba conferindo uma visão limitada do que seriam essas falhas, uma vez que se trata de um homem em posição de privilégio (branco e médico) e que teve a saída da prisão autorizada devido a problemas de saúde, o que é um direito (teoricamente) garantido aos réus – na prática, sabe-se que questões de raça e classe determinam quem é ou não visto como digno de tais benesses.

---

<sup>77</sup> Programa da Polícia Militar que consiste na realização de visitas periódicas às residências de mulheres em situação de violência doméstica e familiar, a fim de verificar o cumprimento das medidas protetivas de urgência previstas na Lei Maria da Penha e reprimir eventuais atos de violência. Fonte: Agência Câmara de Notícias. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/802065-comissao-aprova-a-criacao-da-patrolha-maria-da-penha-para-monitorar-violencia-domestica/>

O comentário do repórter, porém, dá a entender que a mera existência dessa possibilidade seria um problema e uma aberração jurídica. Em realidade, a questão reside na seletividade da concessão dessa medida e a falta de sensibilidade por parte do julgador de conferi-la diante de um caso de violência de gênero, provavelmente diminuindo a gravidade do mesmo ao conjecturar que aquele homem não apresenta risco à sociedade. De qualquer modo, não houve uma tentativa de prestação de contas em relação ao magistrado. A própria garantia legal dada a alguns réus para que possam responder ao processo em prisão domiciliar foi vista como uma disfunção – o que dá uma falsa ideia de como um litígio judicial costuma ocorrer. Especialmente envolvendo indivíduos em condição de privilégio social, a reclusão em caráter preventivo ao regime fechado não é, de modo algum, a norma.

A reportagem termina com uma pergunta, enunciada pelo já mencionado irmão da vítima: “Por quê? Tem um ponto de interrogação. Por quê? Três anos e até agora nada”. Impera, então, um sentimento de indignação e de impotência. Além disso, mais uma vez, vemos uma comunhão de sentimentos entre a família da vítima e os repórteres, que fazem coro às palavras dos entrevistados. Da parte dos jornalistas, porém, não seria o caso de buscar algumas respostas? Soa um pouco curioso que os autointitulados agentes de informação meramente ecoem incômodos de seus entrevistados, terminando uma reportagem, neste caso, em tom de absoluta desesperança, sem indicar qualquer tipo de caminho.

É verdade que a equipe procurou o Tribunal de Justiça para comentários, o qual informou que nos últimos 3 anos julgou cerca de 3600 casos de homicídios de mulheres<sup>78</sup>. O repórter informa que o órgão não detalhou quantos processos aguardam julgamento. Deste modo, esboça-se uma crítica à morosidade da Justiça, mas não se investigam quais seriam as causas e muito menos possíveis soluções. O Tribunal de Justiça informa a quantidade de processos julgados, que parece alta. Porém não temos mais informações para realmente avaliar a situação. Quantos juízes há no Tribunal? Como é a distribuição dos casos entre eles? Em que consiste esse processo de um crime até o julgamento? Quais são as fases? Em que etapa costuma haver demora? Esse processo funciona melhor em

---

<sup>78</sup> Note-se que “homicídios de mulheres” não é a mesma coisa que feminicídio, visto que nem todo assassinato de uma mulher é feminicídio, mas apenas aqueles que correspondem aos critérios da lei sobre o tema, a qual abrange casos que envolvam violência doméstica ou familiar e desprezo em relação ao feminino. No caso, não se sabe se o Tribunal informou o dado relativo aos homicídios de mulheres por não ter os dados relativos especificamente ao feminicídio, ou se houve, de fato, uma confusão na nomenclatura seja por parte deste órgão ou por parte dos profissionais responsáveis pela reportagem.



outros Estados ou até mesmo outros países? Não sabemos. O foco do material é, mesmo, fazer coro ao sentimento de desamparo da população. Mas o que fazer com a indignação quando ela não vem acompanhada de qualquer tipo de direcionamento? Qualquer compaixão gerada com o caso da senhora que chora a morte da filha todos os dias há 3 anos fica totalmente esvaziada de propósito.

De maneira semelhante, a notícia “Familiares de vítima de feminicídio pedem justiça”, do *SE TV 1ª Edição*<sup>79</sup>, cobre uma manifestação ocorrida em protesto ao fato de que um agressor que havia sido preso por cometer feminicídio foi, posteriormente, solto pela justiça (FIG. 52).

**FIGURA 52:**  
**Imagens de passeata em protesto pela colocação de réu em liberdade, exibidas na reportagem “Familiares de vítima de feminicídio pedem justiça”.**



*Fonte: Fotos de tela registradas pela autora a partir da reportagem do SE TV 1ª Edição (FAMILIARES..., 2020).*

A apresentadora relembra o caso, diz que o homem passou por uma audiência de custódia, chama o repórter Felipe de Pádua e pergunta “por quê? (...) Como foi esse processo?”. O colega, porém, não fornece informações sobre como se deu essa audiência de custódia ou qual teria sido o argumento utilizado pelo juiz. Em vez disso, ele relembra detalhes da ocorrência, relata a indignação do público diante da colocação do agressor

<sup>79</sup> FAMILIARES de vítima de feminicídio pedem justiça. *SE TV 1ª Edição*, 12/11/2020. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/9018468/?s=0s>

em liberdade, mostra cenas do protesto citado e termina recitando “números alarmantes” sobre o crescimento dos casos de feminicídio (tema do próximo capítulo). Por fim, promete que o canal irá “acompanhar todo o desenrolar desse caso que chocou a comunidade” e levar a informação relevante ao público. Mais uma vez, vemos que o relato dos fatos e a exibição do sofrimento e da indignação da população é considerado insumo suficiente, não havendo uma preocupação em destrinchar as causas dos eventos narrados.

No caso, a libertação do agressor parece, mais uma vez, uma mera aberração jurídica – em realidade, essa visão, difundida pelo telejornal, constitui uma verdadeira desinformação sobre o modo de funcionamento do sistema judicial. A prisão em flagrante e a prisão preventiva apresentam critérios para serem efetivadas, não sendo a regra geral<sup>80</sup>, ao contrário do que parecem crer os jornalistas. Uma vez que a lei penal trabalha com a ideia de que ninguém pode ser considerado culpado antes do trânsito em julgado<sup>81</sup>, a regra geral seria que o réu possa aguardar o julgamento em liberdade. É evidente que não são todos os réus que têm esse direito respeitado, mas isso ocorre mais em função de sua raça e classe, do que propriamente do tipo de crime, e aí está um dos grandes problemas.

Os jornalistas, entretanto, parecem partir do princípio de que, excetuando-se casos aberrantes como o presente, o sistema carcerário encerra de maneira imediata todos os que são detidos pela polícia – e assim deveria ser. O processo judicial, porém, é um mecanismo complexo que, idealmente, fornece garantias ao réu como forma de evitar desmandos do Estado mas, na realidade, costuma privilegiar diuturnamente certos indivíduos em detrimento de outros. Portanto, mesmo quando o telejornal esboça uma crítica ao sistema judiciário, o faz partindo de uma visão extremamente idealizada do mesmo, que cria espantelhos para direcionar sua revolta e, por isso, falha em apresentar os problemas que, de fato, existem neste meio.

---

<sup>80</sup> O artigo 312 do Código de Processo Penal assevera que a prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova de existência do crime e indícios suficientes da autoria. Em reforço a tal norma, a Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, em julgamento no dia 25/05/2022, decidiu que a segregação cautelar deve ser considerada exceção, não uma regra. Mais informações em: <https://canalcienciascriminais.com.br/stj-prisao-preventiva-deve-ser-considerada-a-excecao-nao-a-regra/>

<sup>81</sup> O artigo 5º, inciso LVII da Constituição Federal dispõe que “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória”. Essa garantia é conhecida como princípio da presunção da inocência. Segundo Bittencourt (2021), esta noção ganhou repercussão e influência ao redor do mundo com a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, em 1971.

Em outro caso, houve uma tentativa de compreender onde exatamente estaria a falha no processo. A reportagem “Famílias reclamam da demora nos julgamentos de feminicídios”, do *CETV 2ª Edição*<sup>82</sup>, ouviu a juíza Rosa Mendonça, titular do Juizado da Mulher. O trecho da entrevista divulgado dá conta de apenas um fator apontado pela magistrada para a demora, que seria a dificuldade em localizar testemunhas. É, portanto, um fator alheio à responsabilidade do tribunal, não havendo (pelo menos não tendo ido ao ar) qualquer tipo de *mea culpa* em relação a uma possível necessidade de melhoria na atuação do órgão. Há um esboço de prestação de contas, que se dá por meio da informação do número de medidas protetivas concedidas. É um dado interessante, mas que não tem relação com a demora nos julgamentos de feminicídios, que é o tema da reportagem.

Em seguida, ganha espaço no material um alerta da defensora pública Gina Moura sobre a necessidade de que mulheres façam denúncia ao menor sinal de violência. Mais uma vez, uma informação que não se coaduna com o problema anteriormente abordado. Dessa forma, a reportagem é conduzida de maneira que, ao final, temos a impressão de que não estamos mais falando do mesmo assunto – isto é, a demora nos julgamentos.

**FIGURA 53:**  
**Cenas de entrevistas com Juíza, Defensora Pública, mãe da vítima e fotografia de vítima de feminicídio na reportagem “Famílias reclamam da demora nos julgamentos de feminicídios”.**



Fonte: Fotos de tela registradas pela autora a partir da reportagem do *CETV 2ª Edição* (FAMÍLIAS..., 2019).

<sup>82</sup> FAMÍLIAS reclamam da demora nos julgamentos de feminicídios. *CETV 2ª Edição*, 12/06/2019. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7688765/?s=0s>.

É importante ressaltar que o tom dessa averiguação sobre as atividades do judiciário não necessariamente precisaria ser inquisitório: seria possível, por exemplo, chegar à conclusão de que os órgãos em questão estão atuando na sua máxima capacidade e necessitariam, então, de um reforço de pessoal ou orçamentário. Em vez disso, a reportagem mudou completamente de foco, e terminou fazendo um alerta para as vítimas – aquelas que, dois minutos antes, se afirmava estarem sendo injustiçadas pelo Estado. Mais uma vez, podemos perguntar: o que fazer com a indignação de Dona Rosileine, uma mãe de vítima de feminicídio mostrada no início da reportagem, para ilustrar as famílias que reclamam da demora nos julgamentos? Ao final da matéria, ela é esquecida.

Parece haver uma questão relativa à parcialidade das fontes e o relacionamento entre elas e o jornalista. Como será aprofundado no quarto capítulo dessa tese, os profissionais membros da corporação policial e do judiciário costumam direcionar toda a ênfase de suas falas para a necessidade de que a mulher denuncie as agressões sofridas – ainda que estejam em pauta, no momento, casos em que a vítima havia feito uma denúncia ou, como vemos agora, situações em que a conduta do judiciário estaria sob questão. Os jornalistas, por sua vez, costumam se satisfazer em acompanhar o ponto de vista desses profissionais, que são, afinal, sua principal fonte de informação sobre o tema. Raros são os momentos em que realmente se foge desse esquema.

A notícia “Vítimas de feminicídio são enterradas em Goiânia”, do *JA 2ª Edição*, pode ser vista como um exemplo em que se ensaia um aprofundamento sobre a questão, em adesão ao enunciado pela fonte consultada. No material, a delegada Ana Elisa Gomes Martins afirma que “a mensagem mais importante a ser passada a todos é que a denúncia é sim o melhor caminho”. Logo depois, quando o VT se encerra e a imagem retorna ao apresentador, Matheus Ribeiro, ele rapidamente complementa a fala da delegada: “e a denúncia tem que vir acompanhada também de uma maior atenção do poder público, melhorar a estrutura das polícias, que o judiciário tenha maior agilidade nesses processos”<sup>83</sup>.

---

<sup>83</sup> VÍTIMAS de feminicídio são enterradas em Goiânia. *JA 2ª Edição*, 31/08/2018. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6988673/?s=0s>.

Na reportagem “Mulheres se mobilizam no Dia de Combate ao Feminicídio em Pernambuco”, do *Bom Dia PE*<sup>84</sup>, existe uma tentativa de demonstrar outros lados da luta contra a violência de gênero, abordando coletivos da sociedade civil. No material, também se esboça um questionamento sobre problemas no atendimento das delegacias da mulher. O material começa com a exibição de um VT lembrando o caso de Tássia Mirella, que motivou a criação do Dia Estadual do Combate ao Feminicídio. Ganham espaço manifestações de amigos e familiares da moça em frente ao Fórum durante duas audiências ocorridas, bem como o choro de sua mãe enlutada, clamando aos microfones dos repórteres: “ela foi assassinada brutalmente, e eu não sei o que é que eu faço agora da minha vida, gente!” (FIG. 54). Por fim, o VT informa que já faz um ano do indiciamento do homem e ainda não há data marcada para a ocorrência do júri.

**FIGURA 54:**  
**Protesto e choro de mãe de vítima exibidos na reportagem “Mulheres se mobilizam no Dia de Combate ao Feminicídio em Pernambuco”**



*Fonte: Fotos de tela registradas pela autora a partir da reportagem do Bom Dia PE (MULHERES..., 2018).*

Em seguida, a repórter Bianka Carvalho conversa com representantes de dois coletivos. Renata Albertim, do coletivo Mete a Colher, explica sobre o funcionamento do aplicativo criado pelo grupo, que reúne mulheres que precisam de ajuda com mulheres que querem ajudar. Camila Fernandes, da Rede Meu Recife, aborda a campanha “Isso é feminicídio”, que luta pela implementação de um protocolo de investigação de mortes violentas de mulheres. Ela explica que este protocolo se faz necessário devido ao fato de que as mulheres sofrem violências de um modo diferente do que ocorre com os homens, e também ressalta que se deve desvincular o assunto de uma ligação exclusiva com a

<sup>84</sup> MULHERES se mobilizam no Dia de Combate ao Feminicídio em Pernambuco. *Bom Dia PE*, 05/04/2018. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6637109/>.

violência doméstica, uma vez a própria Lei do Feminicídio já prevê que este tipo de morte também pode envolver crimes de ódio contra a mulher. A coordenadora da Rede Meu Recife menciona, ainda, a importância da atuação de outros grupos não-institucionalizados, como a Marcha das Vadias, que fazem acolhimento de mulheres em situação de vulnerabilidade.

Já na segunda parte da reportagem, Bianka Carvalho entrevista Gleide Ângelo, delegada/gestora do Departamento de Polícia da Mulher. A jornalista menciona nova lei estadual que determina que a motivação passional não pode constar nos BOs policiais, e a delegada comenta sobre o assunto. Carvalho também pergunta, incorporando ideia lançada pela entrevistada anterior, sobre o feminicídio além do contexto de violência doméstica. A delegada Gleide Ângelo concorda, e dá dois exemplos de como isso poderia acontecer: um patrão que assedia a empregada e um dia a mata, e o assassinato de uma garota de programa. A profissional explica, ainda, sobre medidas protetivas e diz que o mero descumprimento destas pela aproximação do agressor já é um crime por si só, independentemente de consumação de agressão.

A reportagem segue, então, para uma terceira parte, em que a apresentadora anuncia que, em seguida, explicarão como pode ser feita a denúncia. É interessante notar que aqui, surpreendentemente, aparece uma imagem de alguma maneira positiva das vítimas de violência: enquanto na esmagadora maioria das matérias os profissionais lamentam que as mulheres não denunciam, nesta matéria a delegada elogia o público, dizendo que as mulheres estão mais conscientes, procurando a delegacia já nas primeiras agressões e ameaças. Além disso, a repórter faz uma pergunta importante e até mesmo expressa um tipo de *mea culpa* pela insistência costumeira dos telejornais em pressionar as vítimas ao ato de denúncia sem refletir sobre o contexto geral: ela questiona à delegada qual seria a rede de apoio disponível para a vítima, caso ela tenha dificuldades financeiras, e diz “a gente às vezes fica apontando o dedo ‘denuncie, saia de casa’, mas a gente esquece de falar dessa condição da mulher”. A outra profissional, então, explica sobre medidas como casas-abrigos, centros de referência com psicólogos e assistentes sociais, e patrulha Maria da Penha.

Logo após, surge, em meio à entrevista, certo constrangimento entre a jornalista e sua fonte. A repórter Bianka Carvalho faz menção de questionar o trabalho da Polícia, afirmando que escuta muitos casos de mulheres que não são bem atendidas nas delegacias e são culpabilizadas pelos policiais, o que é inadmissível, segundo ela. “O que que a gente faz com relação a isso?”, ela pergunta. A delegada logo responde, taxativa: “denuncia”.

“Denuncia inclusive a polícia, se for o caso”, complementa a jornalista. Logo, percebemos que o ônus volta a ser colocado na mulher – que, além de ter sido vítima de uma violência e ter sido mal atendida no órgão onde buscou ajuda, ainda deve iniciar um novo processo de denúncia, contra a própria polícia.

A delegada continua, informando que existe uma Ouvidoria do órgão, e que “se acontece isso, a gente precisa saber quem foi”. Ela opina, ainda: “a gente não pode dizer ‘a polícia trata mal’, não. O policial - que tem nome, que tem matrícula”. A profissional diz que a capacitação dos agentes da corporação é continuada e, identificadas essas pessoas, será possível fazer esse trabalho. Em seguida, ela mesma reforça a importância de um tratamento humanizado dessas mulheres. Seria possível questionar, porém: já que este fator é tão importante, por que é preciso esperar um mau atendimento acontecer e ser denunciado para que haja uma capacitação, sobretudo se esse trabalho seria, teoricamente, algo contínuo? Após esse mal-estar com a entrevistada, contudo, a repórter encerra a conversa, dizendo: “a gente sabe que não são todos os policiais, claro, a maioria atende, e atende pra resolver, mas se acontece de alguém ser atendido de uma forma, assim, essa de que a gente falou, isso deve ser denunciado, foi o que a delegada acabou de falar”. A apresentadora, então, conclui incentivando as mulheres que se encorajem.

Chama a atenção, portanto, como o tom da reportagem se modificou, manifestando certas contradições. É evidente que a existência de discrepâncias dentro de um mesmo discurso é algo comum e esperado, visto que somos seres complexos, cumprimos múltiplos papéis sociais e temos subjetividades fraturadas e formadas por diversos feixes de relações. Sobretudo no âmbito jornalístico, em que existe uma pretensão de polifonia, é comum e até desejável que se manifestem vozes divergentes em um mesmo produto. Por outro lado, nas práticas midiáticas, é praxe haver um direcionamento, uma coerência interna em uma mesma enunciação. E casos como este analisado indicam uma certa quebra na linha de raciocínio da notícia.

A reportagem em tela, por exemplo, começa com um VT relembrando um caso, contendo componentes que já percebemos ser tradicionais, como imagens da vítima, do agressor, da mãe, da revolta popular. Em seguida, passa por uma etapa não muito comum em outras reportagens: uma conversa com membros de coletivos que lutam contra a violência de gênero, dão apoio a vítimas e pressionam o governo por políticas públicas. Por fim, apresenta uma entrevista com uma autoridade policial, novamente um elemento bastante corriqueiro em conteúdos semelhantes, no sentido de mostrar à espectadora a estrutura protetiva existente para atendê-la e encorajá-la a denunciar agressões. Em

determinado momento dessa entrevista, contudo, a repórter se afasta um pouco do roteiro tradicional. Primeiro, pergunta qual o apoio dado pelo governo às vítimas em situação de vulnerabilidade financeira (e a própria comunicadora assume que não se costuma falar sobre esse assunto). Depois, de forma mais arrojada ainda, ela esboça uma crítica à atividade policial. Neste ponto, entretanto, se coloca um limite ao discurso: por aí, não se pode seguir. A entrevistada não reage bem, e a jornalista dá meia volta, discursivamente, e retorna por onde veio. Não apenas desiste de fazer uma crítica salutar à atuação pública, como também ecoa o tradicional discurso acrítico da obrigação da mulher em passar por cima de tudo e todos em seu caminho para a justiça – inclusive da autoridade policial.

Certamente, essa foi uma escolha estratégica, de modo a não se indispor com a fonte e também a terminar a reportagem em um tom de esperança e encorajamento das mulheres, que é comum em diversos produtos jornalísticos que temos analisado: podem ficar tranquilas, existe uma boa estrutura para protegê-las. Contudo, vale questionar: é este realmente o tom mais apropriado para a situação, do modo como se encontra? Este tom está em consonância com a mobilização de mulheres citada no título da reportagem? Com os clamores da mãe e da família de Tássia Mirella? Com a luta dos coletivos pela implementação de mais políticas públicas, ainda sem retorno governamental, como destaca a dirigente da Rede Meu Recife?

Não existe certo e errado, mas é possível notar uma discrepância, e um anseio por encerrar o conteúdo com uma espécie de conciliação, quando, na realidade, algumas das vozes presentes na reportagem seguem com sentimentos de revolta, angústia, raiva e luto. Vale lembrar que estes estados emotivos não são antíteses da esperança – ao contrário, partem da ideia de que se possa mudar e melhorar a situação e o mundo em que vivemos. Nesse sentido, o discurso mais moderado pode ser considerado menos otimista.

Percebo, então, na reportagem, certa *revolta domada*. O conteúdo não abre mão de mostrar as imagens da mãe chorando, do clamor popular, e até mesmo da indignação de coletivos feministas e da própria repórter. Porém, essa revolta vai se dissolvendo e, ao final, temos a já tradicional responsabilização da vítima pelo seu destino (tema que será mais abordado no capítulo quatro).

Na reportagem “Famílias e amigos de vítimas de feminicídio protestam por justiça”, do *Bom Dia Tocantins*,<sup>85</sup> esse contraste fica ainda mais evidente. A

---

<sup>85</sup> FAMÍLIAS e amigos de vítimas de feminicídio protestam por justiça. **Bom Dia Tocantins**, 14/03/2018. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6577500/?s=0s>



apresentadora informa que a notícia que abre a edição mostra “a revolta de parentes e amigos de mulheres vítimas de violência”. Em seguida, a voz *em off* da repórter Nathalia Henrique comenta as cenas do mencionado protesto (FIG. 55), citando nomes escritos nos cartazes e dizendo que as mulheres tiveram “o mesmo fim trágico”. Ainda segundo ela, “o sentimento de impunidade reuniu parentes e amigos” no local.

**FIGURA 55:**  
Cena do protesto contra feminicídio exibido na reportagem “Famílias e amigos de vítimas de feminicídio protestam por justiça”.

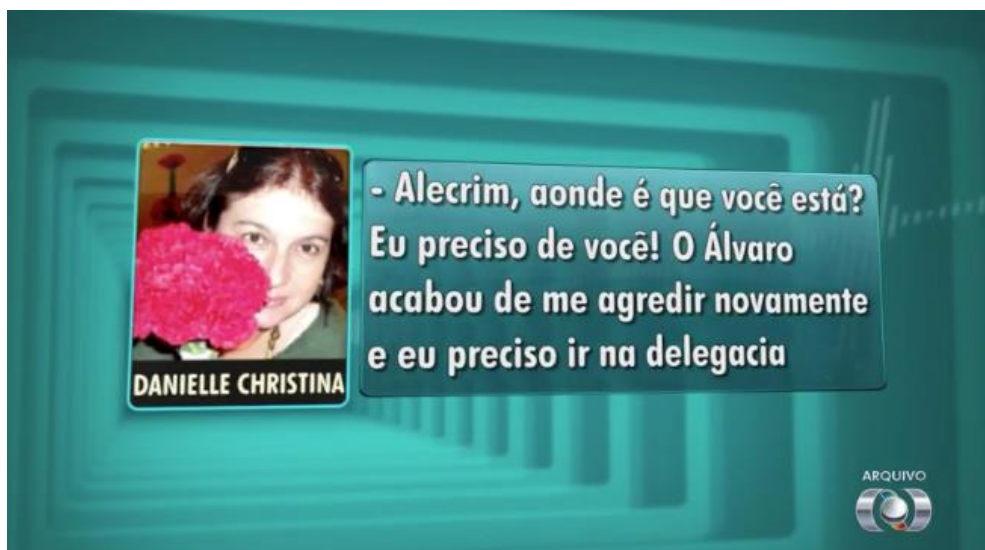


Fonte: Foto de tela registrada pela autora a partir da reportagem do Bom Dia Tocantins (FAMÍLIAS..., 2018).

Uma dessas mulheres assassinadas foi Danielle Lustosa, que tem, então, seu caso lembrado. A reportagem exibe um áudio enviado pelo aplicativo *Whatsapp*, por Danielle a seu advogado, dois dias antes de ser assassinada (FIG. 56). Na mensagem, ela pede ajuda do profissional, contando que o agressor a havia violentado mais uma vez e que ela precisava requerer uma nova medida protetiva contra ele. Logo em seguida, a jornalista Nathalia Henrique opina, com expressão de reprovação: “ao contrário do que fez a professora Danielle, a maioria das mulheres não denuncia a violência sofrida” (FIG. 57).

**FIGURA 56:**

**Transcrição de áudio de vítima de feminicídio para seu advogado, exibido na reportagem “Famílias e amigos de vítimas de feminicídio protestam por justiça”**



*Fonte: Foto de tela registrada pela autora a partir da reportagem do Bom Dia Tocantins (FAMÍLIAS..., 2018).*

**FIGURA 57:**

**Repórter faz comentário em tom reprovador sobre o fato de vítimas não procurarem ajuda, na reportagem “Famílias e amigos de vítimas de feminicídio protestam por justiça”.**



*Fonte: Foto de tela registrada pela autora a partir da reportagem do Bom Dia Tocantins (FAMÍLIAS..., 2018). Legenda acrescentada pela autora, registrando a fala da repórter.*

A reportagem se encerra com os já conhecidos apelos sobre a necessidade de que a mulher se encoraje a fazer uma denúncia. Deste modo, a incoerência se manifesta de maneira ressaltada: no início da reportagem, vimos famílias reclamando sobre

impunidade. Depois, observamos um caso em que uma mulher já tinha uma medida protetiva, ia buscar uma segunda e, mesmo assim, foi morta. Imediatamente após, a reportagem acha por bem censurar “a maioria das mulheres”, que ainda não denunciam a violência sofrida. É evidente que encorajar as mulheres a buscarem ajuda é importante, mas é no mínimo curioso que, em uma material teoricamente sobre impunidade, em que vemos que ocorreram falhas por parte da máquina pública, o foco se torne a atitude da vítima, e não do Estado.

Essa quebra de expectativa também acontece na notícia “Quarta vítima de feminicídio é enterrada no Rio”, do *Bom Dia Rio*<sup>86</sup>. Segundo a reportagem, “o clima foi de revolta” durante o enterro de Tamires Blanco, assassinada pelo marido. São exibidas imagens do enterro, com parentes chorando e fazendo clamores em direção ao caixão (FIG. 58).

**FIGURA 58:**  
**Choro de parentes de vítima de feminicídio em sepultamento é exibido na reportagem “Quarta vítima de feminicídio é enterrada no Rio”.**



*Fonte: Fotos de tela registradas pela autora a partir da reportagem do Bom Dia Rio (QUARTA..., 2019).*

Uma prima da vítima é entrevistada e diz que já havia ajudado Tamires duas vezes em que fora agredida, mas que não sabe por que razão a prima voltava para o marido. O repórter diz que ela já havia procurado a polícia após ser violentada por três horas e, no dia de sua morte, havia sido espancada com socos e garrafadas. No final do VT, informa-se que, nos primeiros dias daquele ano, quatro mulheres foram vítimas de feminicídio, “despedidas como a de Tamires, que se repetem, deixando famílias destruídas pela dor e

<sup>86</sup> QUARTA vítima de feminicídio é enterrada no Rio. *Bom Dia Rio*, 07/01/2019. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7280690/?s=0s>.

pela saudade”, e novamente são exibidas imagens dos parentes e amigos de Tamires no enterro.

Em seguida, a imagem se volta para o estúdio do *Bom Dia Rio*, onde Fernando Veloso, ex-chefe da Polícia Civil do Rio de Janeiro e comentarista da emissora sobre Segurança Pública, tece observações sobre o caso. Ele diz que as vítimas “querem preservar o relacionamento, elas querem manter o relacionamento, querem manter a família” e se dirige a essas mulheres, afirmando que elas não devem arriscar a vida. Ele indica como elas podem buscar ajuda e afirma que o recado não é apenas para elas, mas também para os familiares. Logo depois, porém, ele retorna ao tema do relacionamento entre vítima e agressor e diz que a denúncia pode até “salvar um relacionamento”, “estancar ali um procedimento errado do companheiro”. Com esse comentário, vemos que talvez não estejamos muito longe dos anos 1700, quando o casamento da protagonista de “Pamela” com seu agressor reformado foi o final feliz imaginado para ela. Aqui, porém, ao contrário da história de Pamela, a mulher não consegue mais aperfeiçoar seu algoz com a mera força de sua virtude inabalável: ela deve buscar ajuda da polícia.

A ideia de que a denúncia poderia salvar um relacionamento já é problemática por si só, e fica mais ainda se recordarmos qual era o tema abordado no início da reportagem e, sobretudo, as particularidades do caso trazido nela. A mulher cujo enterro o telejornal acompanhou foi assassinada com violência, espancada com socos e garrafadas, e anteriormente já havia sido esganada mais de uma vez e sofrido (pelo menos) uma seção de tortura por três horas. Portanto, estamos bem longe do caso de “um procedimento errado”.

É possível conjecturar que, quando disse essa frase, Fernando Veloso estava pensando em casos diferentes, “menos graves” que este que acabara de ser noticiado. Contudo, precisamos lembrar que os casos graves não começam na violência extrema. Também seria possível dizer que essa frase é apenas um comentário infeliz, uma manifestação isolada, dentro de uma geral preocupação e entendimento sobre a gravidade do tema. Entretanto, concluo este item do capítulo com a reflexão de que esse comentário é mais um sintoma de um problema recorrente nas matérias de feminicídio aqui analisadas, que venho chamando de *dramaticidade despotencializada*. Ou seja, o tom melodramático de luta do bem contra o mal, a figura da vítima jovem e bela, as lágrimas e os gritos da mãe sofredora e até mesmo a indignação na voz dos repórteres são artifícios presentes em uma *performance* da compaixão, que, em si, não é problemática – mas que não vem acompanhada de um incremento informativo e/ou adesão afetiva sobre o tema

do feminicídio. Ou pior: é seguida de observações e comentários que acabam atuando no sentido de uma desinformação, seja simplificando a dificuldade de fazer uma denúncia como uma mera “falta de coragem”, seja invisibilizando outras formas de políticas públicas que podem colaborar, ou mesmo, como no caso aqui mencionado, transmitindo uma noção equivocada sobre um relacionamento violento como algo que pode ser “estancado” com uma simples ação.

Até o momento, neste capítulo e no anterior, abordamos como a dramatização do feminicídio acontece nas matérias consideradas, seja por meio do apelo imagético, seja explorando os sentimentos de dois tipos de personagens muito presentes nessas narrativas: as vítimas jovens, belas e sorridentes e as mães chorosas. Temos visto como o foco concedido às emoções envolvidas nestes crimes não se traduz em um incremento informativo que possa dar sentido para um envolvimento ético com o fenômeno. A emotividade é construída e, então, se esvai: ficamos sem saber o que fazer com o pranto das senhoras enlutadas. Somos apenas informados de que as moças sorridentes precisam ter coragem e colocar sua fé no sistema de justiça.

Resta, agora, examinar um último personagem essencial a um melodrama: os vilões – ou, como se referem algumas reportagens, os “monstros”, “trastes”. Apesar de não serem exaltados, como o foram em outros momentos históricos, eles ganham a oportunidade de falar, de contar seu “ponto de vista”. Mais do que isso, eles aproveitam a chance para se apresentarem como agentes morais.

Se o objetivo dos telejornais ao exibir estes depoimentos é que sirvam, de alguma forma, de instrumento pedagógico para mostrar o machismo inquestionável, em plena atuação, argumentaremos que essas falas cumprem, também, outra função. Seguindo a trilha iniciada por Segato (2003), observaremos como o discurso dos agressores é um elo de uma cadeia de enunciação muito mais ampla, com interlocutores na sombra, certamente não previstos pelo telejornal.

#### **2.4. “Vamos ouvir o que ele diz”: o “monstro” e o “traste” também podem falar**

“Ah! era inconstante o coração de Júlia Feital. Moça bonita, nos princípios de 1800, namorava do balcão da sua casa. Estudantes, alferes, nobres, literatos. A todos Júlia Feital namorava. Um professor, doido de amor, ficou seu noivo. Júlia Feital não nascera para noiva nem para esposa. Nascera para amante, para beijos furtados, para encontros clandestinos. O professor era ciumento e ela namoradeira. Um dia um estudante, no outro um oficial, no sábado um poeta. Ria como uma doida, o professor emagrecia de ciúmes. No silêncio do seu quarto o

professor fundiu uma bala de ouro. Foi ver Júlia Feital. Sua noiva sorria na janela, na rua passeavam o nobre, o literato, o alferes e o estudante. Um padre jovem também. O professor ergueu a arma, a bala de ouro alojou-se no inconstante coração de Júlia Feital” (AMADO, 1970, p. 125-126).

O trecho acima faz parte de um livro em que o escritor Jorge Amado conta, de maneira bem-humorada, casos instigantes e mistérios das ruas de Salvador. Entre eles, temos o relato de um dos episódios que marcou não apenas a Bahia mas entrou para a história do Brasil como sendo um dos crimes mais comentados: o assassinato de Julia Feital, uma jovem da alta sociedade que foi morta em 1847 pelo ex-noivo, João Estanislau da Silva Lisboa. Correu até mesmo uma notícia de que o Imperador Dom Pedro II teria visitado o Professor na prisão<sup>87</sup>. Também correu que João Estanislau pusera na pistola uma bala de ouro, como “uma joia, último presente, que lhe alojou no coração” (CALMON, 1998, p. 117-118). Neste caso, sabemos que se trata de uma lenda: a exumação do corpo de Julia mostrou que o projétil que a matou era simples, de chumbo. Ou, como sentencia o historiador e jurista Pedro Calmon: o rumor “era falso, mas romântico” (CALMON, 1998, p. 118).

Tão “romântico” que, embora explique ser inverdade a ideia da munição preciosa, quando Calmon escreveu um livro recuperando os fatos do crime, o intitulou de *A bala de ouro: história de um crime romântico*. Apesar disso, “a obra trata menos de uma desilusão de amor do que da persistência e manutenção do talento do professor”, conforme anuncia o texto promocional na orelha do livro. Como evidencia o autor, a João Estanislau foi permitido iniciar algo parecido com uma escola dentro de sua cela. Ali, ele recebia alunos e intelectuais: “O terrível sujeito converteu-se num mestre de humanidades, ouvido como um oráculo, respeitado como um símbolo, a quem os pais, que queriam para os filhos uma boa educação moral, iam pedir à cadeia que os tomasse à sua conta” (CALMON, 1998, p. 14).

Segundo o registro de Jorge Amado, Julia Feital seria uma mulher volúvel, que “nascera para amante”. Já Pedro Calmon, em sua obra, não se ocupa exatamente de maldizer Julia – prefere exaltar seu assassino. Interessante notar que, segundo relatos da época, João Estanislau pouco falava sobre o episódio: não buscou atenção nem indulto, cumpriu a pena a qual fora condenado sem reclamar. Mas ele falou o suficiente: o

---

<sup>87</sup> Há registros da visita do monarca a penitenciárias em sua viagem à Bahia, mas o interesse do Imperador em visitar este detento em específico, reconhecendo-o como um intelectual de peso, e a conversa que teria havido entre eles, fica a cargo da história oral.

assassinato foi um enunciado. Como podemos perceber, diversos homens, até muito depois de seu tempo, o ouviram, e deram continuidade a suas enunciações.

Algo semelhante aconteceu no caso Ângela Diniz, mais de duzentos anos depois de Julia. Não faltavam interlocutores vindo em defesa de Doca Street, o assassino da socialite mineira. Um exemplo específico chama a atenção: em artigo publicado na Revista Fatos e Fotos em 1979, o jornalista e escritor Carlos Heitor Cony afirma, referindo-se a Angela: “(...) tive imensa pena não dela, boneca quebrada, mas de seu assassino” (CONY, 1979 apud BLAY, 2008, p. 46). No material, o autor pede a opinião do delegado Sérgio Paranhos Fleury<sup>88</sup>, que declara: “o único crime respeitável, que não condenaria com rigor, é o passional... Crime passional qualquer um comete, até eu” (*ibid.*, p. 47). O próprio Doca contou em entrevista que ele mesmo não entendia “por que era aplaudido e por que chovia mulher” (CAPRIGLIONE, 2006).

Acredito que a obra da antropóloga Rita Segato (2003) possa ajudar a compreender um pouco melhor essa presteza em acudir um homem que matou uma mulher. Em 1994, Segato recebeu, de um coronel da Polícia Militar, a seguinte pergunta: “por que os números de violência sexual estão tão elevados?”. Esta demanda deu início a uma série de entrevistas com 82 homens presos por estupro em um complexo penitenciário no Distrito Federal. A partir de sua pesquisa, a autora passa a defender que delitos como violência psicológica e física, estupro e feminicídio são crimes enunciativos, que dizem algo a alguém.

O modelo da autora para compreender este tipo de crime propõe uma estrutura dialógica, no sentido bakhtiniano, entre o agressor e outros genéricos, que povoam seu imaginário e dão sentido a seu ato. De acordo com Bakhtin (1997), um enunciado é um elo em uma cadeia de comunicação, composta por uma alternância de sujeitos falantes. Não são, portanto, autossuficientes, mas sim refletem-se mutuamente: “O enunciado está repleto dos ecos e lembranças de outros enunciados (...) deve ser considerado acima de tudo como uma resposta a enunciados anteriores” (BAKHTIN, 1997, p. 316). O pensador russo ressalta, ainda, que o enunciado tem sempre um destinatário de quem o autor da

---

<sup>88</sup> Vale fazer uma breve contextualização sobre a figura de Sérgio Fernando Paranhos Fleury. Durante a ditadura militar brasileira, Fleury atuou como delegado do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e é considerado um dos repressores mais notáveis do período, tendo sido acusado de envolvimento em diversos casos de sequestro, tortura e assassinato. Ainda na década de 1970, foi alvo de denúncias por sua atuação nos chamados “esquadrões da morte”, organizações paramilitares cujo objetivo era perseguir e eliminar indivíduos tidos como perigosos ao regime vigente. Foi condenado juntamente com outros policiais, mas absolvido após a promulgação quase imediata da “Lei Fleury” (Lei 1.941, de 1982), que garantiu ao réu primário com bons antecedentes o direito de responder o processo em liberdade. Mais informações em: <https://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-ditadura/delegado-fleury/>



produção verbal espera uma compreensão responsiva e que pode ser mais ou menos próximo e percebido com maior ou menor consciência.

Como mencionado na introdução deste trabalho, a pesquisa de Segato (2003) se tornou basilar para a conformação das reflexões aqui presentes. A noção de que um feminicida está inserido em uma ampla cadeia enunciativa coloca diversas questões instigantes do ponto de vista comunicacional e, mais especificamente, ao pensarmos no papel da mídia nesse sistema. Poderiam os telejornais atuar no sentido de uma quebra desses elos comunicativos entre o agressor e seus interlocutores, ou acabam colaborando no prolongamento desses enunciados violentos? A minha hipótese nesta pesquisa é que, embora se coloquem em uma posição divergente à do agressor, o critiquem, o chamem de “traste” e “monstro”, os materiais analisados terminam por permitir que os enunciados destes homens sigam circulando livremente.

Antes de avaliar como se constituem essas cadeias de comunicação dos agressores nas matérias aqui consideradas, é pertinente fazer algumas observações relativas ao substrato teórico de Segato (2003). Além de defender que as agressões à mulher funcionam como um enunciado, isto é, possuem uma dimensão expressiva, a autora argumenta que o violador está inserido em um cruzamento de dois eixos de interlocução. Ou seja, ela salienta que não há uma comunicação exclusivamente com a vítima, mas também com um campo muito maior de interlocutores.

No eixo comunicativo dirigido à mulher, é preciso enfatizar o elemento qualitativo aqui presente: mais do que um desejo de oprimir, ou de maldade pela maldade, Segato (2003) afirma que o agressor é movido por um senso de moralidade, que funciona como uma convocação para ele. Esse homem acredita estar punindo, disciplinando e conduzindo essa mulher para sua posição devida.

Vale lembrar que a história da admissibilidade e mesmo convivência com a intervenção masculina sobre o corpo feminino, de acordo com Segato (2003) é mais antiga do que muitos imaginam e colabora para fundar as próprias noções de masculino e feminino. Os mitos de origem de diversos povos nos cinco continentes do planeta narram um episódio que envolve uma infração, delito ou desobediência feminina, seguida de um castigo e da redução desta figura a uma posição subordinada, inventando a mulher como gênero defectivo, de natureza faltante. Com o surgimento da modernidade e da noção de individualidade, pouco a pouco a mulher consegue conquistar garantias como cidadã, independente de sua ligação com um homem, e obtém reconhecimento como sujeito de direito. O problema é que, por detrás da formalidade do contrato social no qual,



em teoria, todos seriam iguais em direitos, uma forma de pensar mais antiga segue latejando. O antigo sistema se mantém ativo dentro do novo.

Nesse sentido, o homem que agride mulheres se entende como alguém que zela pela ordem moral do mundo e cumpre seu papel de disciplinar a força feminina. Assim, ainda de acordo com Segato (2003), é possível dizer que o homem que agride mulheres é um moralista: alguém que se instala em um pedestal e se atribui o direito de julgar e punir a mulher a quem imputa desacato ou desvio moral. A agressão, em lugar de crime, se converte, para estes homens, em uma reação justa. Como sujeito moralista e puritano, que exige elevados padrões de comportamento às mulheres, o agressor vê, em sua vítima, um desvio moral que o intima a agir.

O outro eixo de comunicação é o que a autora chama de horizontal, porque corresponde à relação entre pares. Esse eixo, embora seja desconsiderado por muitos, é primordial dentro do pensamento de Segato (2003), pois é justamente o que dá sentido ao ato de violência. Os homens que participam desta comunicação atendem a um mandato, um imperativo de prestar contas aos demais membros da *fratria*<sup>89</sup> masculina, também empenhados na reprodução das relações de gênero marcadas por um diferencial hierárquico.

A antropóloga argentina recorda que os rituais de iniciação masculina de diversas tribos envolvem a superação de desafios e provas, o que demonstra que a masculinidade é vista como um *status*, algo que se adquire, mas que sofre constante risco de se perder e, portanto, pede constante restauração e reforço. Esta maneira de viver a masculinidade, contudo, não é natural ou necessária, mas fim faz parte de um mandato que pode ser questionado, lembra a autora. Desmontar este mandato de masculinidade tradicional significaria livrar os homens destas demandas incessantes, permitindo-lhes relacionar-se com “uma mulher cuja liberdade não o ameace, companheiros que não lhe imponham condições para pertencer” (SEGATO, 2003, p. 36).

Nos casos de estupro coletivo fica mais evidente como se materializa essa fraternidade masculina em torno da agressão ao corpo da mulher. A autora ressalta, entretanto, que esses companheiros da enunciação violenta não precisam estar presentes fisicamente. Segato propõe a noção de uma “galeria de ‘acompanhantes’ ou interlocutores na sombra”<sup>90</sup> (*ibid.*, p. 36): companhias silenciosas, imaginadas, que se incorporam à vida

---

<sup>89</sup> Optei, neste caso, por não traduzir o termo utilizado por Segato (2003) para tentar manter o sentido de original de união e clãs masculinos, que remetem ao tempo da Antiguidade.

<sup>90</sup> No original: “galería de ‘acompañantes’ o interlocutores en la sombra”.

do sujeito desde os primeiros momentos e têm sua presença confirmada ao longo dos anos, tornando-se cada vez mais parte dele e pressionando-o a agir de acordo com certo modelo de masculinidade. A razão de ocorrência do crime não se esgota, deste modo, no indivíduo, mas sim procede de um campo intersubjetivo.

Podemos identificar esse ciclo de comunicação acontecendo, por exemplo, no momento em que um jornalista diz que ficou com pena do agressor ao ver o cadáver de uma mulher assassinada, como vimos no caso de Ângela Diniz. De maneira semelhante, quando, séculos depois de um assassinato, um historiador escreve uma obra exaltando a alma sensível do condenado, vemos que essa interação é muito bem-sucedida, inclusive ultrapassando tempo e espaço. Esses homens não estavam fisicamente presentes no momento das agressões – nem viveram na mesma época –, mas podemos argumentar que se faziam presentes, como acompanhantes na sombra. O agressor sabia que seu ato discursivo de violência dialogava com outros antes dele e certamente encontraria apoiadores depois. Esses asseclas, por sua vez, não hesitam em manifestar sua simpatia pelo colega, atendendo prontamente ao seu chamado. Afinal, estamos falando de valores morais compartilhados, que compõem a própria noção de masculinidade e feminilidade e, portanto, são primordiais para as subjetividades envolvidas.

Na análise dessa tese, não identificamos sinais evidentes de apoio aos agressores como nos exemplos vistos anteriormente, referentes aos casos de Julia Feital e Ângela Diniz, o que certamente é um avanço. Entretanto, observamos que esses homens ganham muitas oportunidades de contar “seu lado da história” ou simplesmente de difundir enunciações sobre si e sobre seus atos. A quem esses enunciados se dirigem? Que papel eles cumprem?

Podemos conjecturar que as reportagens exibam esses elementos com o objetivo de retratar o horror da “realidade nua e crua”, tendo como interlocutores imaginados as “pessoas comuns” que serão informadas sobre a existência desses crimes e, assim, poderão se engajar com a questão – começando por continuar assistindo ao programa com interesse. Acredito, porém, que existem mais interlocutores possíveis nessa trama, que são desconsiderados da equação, e não deveriam ser. Entre os espectadores desses telejornais, também se encontram outros agressores ou indivíduos que compartilham com esses homens os mesmos valores morais, embora não atuem de acordo com eles. A presença desses “interlocutores na sombra”, nos termos de Segato (2003) não deveria ser ignorada, uma vez que são eles que dão sentido ao ato de agressão. Portanto, considero que, ao permitir que os enunciados violentos dos agressores continuem circulando tal

como foram emitidos, os telejornais acabam colaborando para preencher de sentido esses atos, conferindo a eles a amplitude e publicidade dos meios de comunicação de massa.

É oportuno explicitar que não ignoro a possibilidade de efeitos pedagógicos positivos a partir do contato do público com as falas violentas do agressor. Certamente é uma forma de chamar a atenção sobre o tema e comprovar sua gravidade. Entretanto, ao direcionar o olhar para outros interlocutores possíveis destes enunciados violentos (aqueles que compartilham dos valores morais do agressor), questionarei, ao longo deste item, se essa divulgação é mesmo necessária ou indicada.

Ao mencionar estes outros interlocutores, também não pretendo atribuir a essa comunicação um papel absoluto e determinístico, como se o compartilhamento de relatos dos agressores tivesse como consequência direta a produção de novos violadores. Ao contrário, meu ponto de vista enxerga a violência contra a mulher como um problema complexo, que está intimamente ligado a hierarquias de gênero e papéis sociais. Entretanto, guiada pela reflexão de Segato (2003), meu olhar se dirige ao modo como um dos elementos da violência de gênero é justamente a comunidade formada entre agressores e seus pares. A violência, nesse sentido, funciona como ato de comunicação entre a coletividade masculina de homens guiados por valores patriarcais, e esta fraternidade dá sentido aos atos dos agressores, conferindo-lhes mais poder. Pensar sobre como a imprensa pode dar continuidade a esse ciclo de comunicação, portanto, gera preocupação.

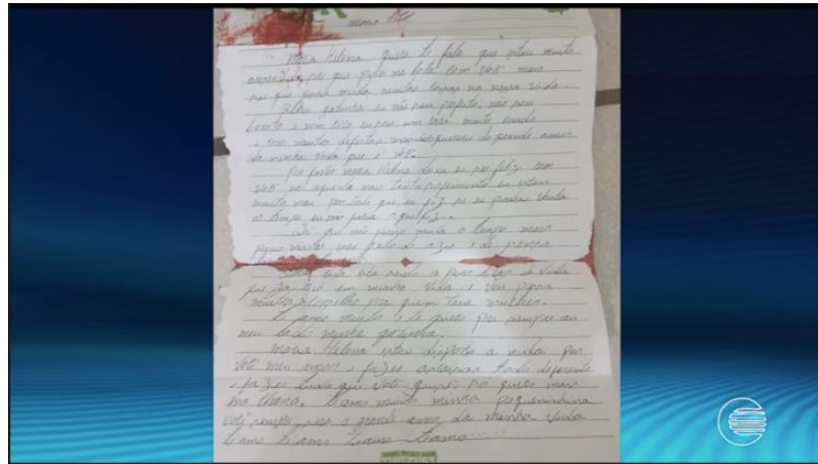
Vejamos como se dá a circulação desses enunciados. Na reportagem “Suspeito de tentativa de feminicídio escreve carta para vítima”, do telejornal *PITV 1ª Edição*<sup>91</sup>, o apresentador do programa mostra a imagem de um bilhete escrito pelo agressor (FIG. 59) e, não satisfeito, recita boa parte de seu conteúdo. Assim, uma mensagem que, inicialmente, era direcionada à vítima, encontra outros interlocutores. Ali, o agressor tem a oportunidade de se apresentar à sociedade como alguém que reconhece que tem falhas, mas que não se pode negar que é um grande apaixonado. Ou seja, ele se coloca como um agente moral, que admite suas limitações (portanto, supostamente, sensato), e ostenta seu grande trunfo: um intenso amor.

---

<sup>91</sup> SUSPEITO de tentativa de feminicídio escreve carta para vítima. **PITV 1ª Edição**, 15/08/2018. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6947224/?s=0s>

**FIGURA 59:**

**Imagem da carta escrita por agressor à vítima, exibida na reportagem “Suspeito de tentativa de feminicídio escreve carta para vítima”.**



*Fonte: Foto de tela registrada pela autora a partir da reportagem do P1TV 1ª Edição (SUSPEITO..., 2018).*

É interessante notar que, no discurso, ele antecipa possíveis objeções que possam haver, e já prepara uma argumentação nesse sentido (“sou um cara muito errado”), o que nos permite destacar o caráter intersubjetivo das enunciações apontado por Bakhtin (1997). Como argumentava o pensador russo, o emissor não se encontra isolado na troca comunicacional, seu discurso apresenta ecos de outros e dirige-se a alguém, adaptando-se a respostas esperadas.

É verdade que o âncora, Marcelo Magno, afirma, em tom de crítica, que a atitude do homem indica que ele se enxerga como proprietário da mulher, e diz que torce para que o agressor seja punido. No entanto, a leitura das palavras escritas pelo agressor e a exibição da imagem da carta em tela cheia, com sua caligrafia, acabam concedendo um espaço para que o conjunto de valores morais que baseia a violência seja difundido, e para que o violador possa se mostrar como um agente moral.

Já na notícia “O Meio-dia Paraná teve acesso ao depoimento de acusado de tentativa de feminicídio”<sup>92</sup>, não se faz necessário que o apresentador leia as palavras do réu, o próprio agressor pode defender-se por meio de vídeo. A reportagem exhibe trechos da gravação do depoimento do homem ao juiz do caso. Pelo enquadramento e qualidade do material, podemos ver que estamos diante de imagens captadas por um cinegrafista amador: a iluminação do ambiente é ruim e a câmera é posicionada contra a janela do

<sup>92</sup> O MEIO-DIA PARANÁ teve acesso ao depoimento de acusado de tentativa de feminicídio. **Meio Dia Paraná – Londrina**, 12/09/2019. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7917846/?s=0s>

local de modo que a luz natural incide diretamente sobre a lente e deixa o homem na penumbra (FIG. 60).

**FIGURA 60:**  
**Cena de depoimento do agressor, exibido na reportagem “O Meio-dia Paraná teve acesso ao depoimento de acusado de tentativa de feminicídio”.**



*Fonte: Foto de tela registrada pela autora a partir da reportagem do Meio-Dia Paraná (O MEIO-DIA PARANÁ..., 2019).*

Após lembrar o caso, o repórter Eduardo Lhamas anuncia: “vamos ver o que ele diz”. Em seguida, temos acesso ao vídeo do réu, que afirma “eu tava tentando voltar meu casamento, entendeu?” e dá um relato do momento do crime, a partir de seu ponto de vista. Por um momento, retornamos à imagem ao vivo do repórter Eduardo Lhamas e ele conta que, em outro trecho do vídeo, o homem afirma que está arrependido: “vamos ouvir o que ele diz em relação a esse sentimento de arrependimento”. É exibido, então, o trecho referido pelo jornalista, que se inicia com o agressor pedindo perdão à ex-companheira, a seu atual namorado e ao filho dela. Ele diz, também, que deseja tudo de bom a eles, que não foi sua intenção fazer mal ou tirar a vida de alguém, foi apenas um “momento de raiva”.

Podemos perceber que o agressor tenta se associar à retórica daquilo que já foi chamado de “crime passional”, ou seja, motivado por um surto de emoções intensas, mas que não correspondem ao temperamento supostamente pacífico do indivíduo no dia a dia. Dessa forma, ele consegue se distanciar da imagem de criminoso, posicionando-se como um cidadão comum que apenas teve um momento de desatino.

Além disso, ele se afasta da acusação de premeditação do crime e provavelmente até mesmo se esquivava da queixa de tentativa de feminicídio (seu advogado pode requerer que ele seja julgado pelo referido crime, mas sim por lesão corporal, uma vez que

supostamente não havia a intenção em matar<sup>93</sup>). Percebemos, assim, que essas falas são estratégicas e relevantes para a defesa do réu não só perante o tribunal, mas também perante a sociedade como um todo. Ele se coloca como um homem apaixonado, que perdeu temporariamente a cabeça diante da indiferença de uma mulher insensível. Ela já estava em outro relacionamento, enquanto ele ainda tentava manter estável a instituição do casamento. Vemos que, embora ele diga que está arrependido, em sua mente a atitude está justificada: ele estava tentando reatar o relacionamento. Em um país conservador como o Brasil, essa é uma motivação que pode ressoar com muitos interlocutores.

Ainda mais espaço é conferido ao agressor na reportagem “Alan Borges depõe sobre feminicídio de ex-mulher e fala que a matou com facadas”<sup>94</sup>. De maneira semelhante ao material anterior, se utiliza um depoimento do homem à autoridade judicial. Neste caso, foi a gravação de uma videoconferência – a imagem tem mais qualidade que na matéria anterior pois se trata de um ambiente fechado e com iluminação central, mas o enquadramento ainda não é o mesmo que seria caso o vídeo tivesse sido captado para ser exibido no programa (FIG. 61).

**FIGURA 61:**

**Cena de depoimento do agressor, exibido na reportagem “Alan Borges depõe sobre feminicídio de ex-mulher e fala que a matou com facadas”.**



*Fonte: Foto de tela registrada pela autora a partir da reportagem do Bom Dia Paraná (ALAN..., 2020).*

<sup>93</sup> De fato, ao pesquisar sobre atualizações relativas ao caso, podemos ver que a estratégia de defesa do homem seguiu nesse sentido: não haveria comprovação de sua intenção de matar, por isso ele não poderia ser condenado por tentativa de feminicídio. Mais informações disponíveis em: <https://tarobanews.com/noticias/policial/homem-que-atropelou-ex-companheira-em-londrina-e-condenado-assista-video-294PY.html>. Acesso em: 01/09/2022.

<sup>94</sup> ALAN Borges depõe sobre feminicídio de ex-mulher e fala que a matou com facadas. **Bom Dia Paraná**, 11/12/2020. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/9092638/?s=0s>.

O acusado tem passe livre para se apresentar como um indivíduo sensato, agente moral e pai de família. Ele diz que procurou a ex-companheira para reatar o relacionamento e disse que eles precisavam parar de brigar, em nome dos filhos: “por mais que eu goste de você, eu não sei se você gosta de mim quanto eu gosto de você, mas a gente tem dois filhos, e eu não quero que eles cresçam vendo brigas e agressões verbais dentro da casa, que isso não faz bem pra eles”. Deste modo, ele apresenta a ideia de uma mulher insensível que não corresponde ao amor de um pobre apaixonado e se coloca como o maior preocupado com o bem-estar das crianças. Ele também diz que a mulher lhe deu um tapa e foi isso o que o fez “perder a cabeça”. Logo, após se apresentar como um bom homem, ele prossegue sua argumentação direcionando a culpa para a vítima.

Vale dizer que o vídeo foi retirado de um procedimento judicial e, nesta seara, o réu tem o direito da livre defesa, mas esse depoimento não estará presente no processo de maneira isolada, tal qual se coloca nessa reportagem. Além disso, um depoimento judicial tem fins, procedimentos, público-alvo e escopo bastante diferentes de uma matéria jornalística, portanto o conteúdo do segundo não deveria reproduzir acriticamente um discurso presente no primeiro.

Outro ponto a se notar é que, em determinado momento da reportagem de Kathulin Tanan, observamos que parece se perder a noção de que estamos diante de uma *versão* – extremamente tendenciosa – dos fatos, e não da Verdade. A voz em *off* da repórter afirma: “Alan, que é açougueiro, estava com uma faca do serviço e matou a ex-companheira a facadas”. A ideia de que o homem foi ver a ex-mulher (que tinha uma medida protetiva contra ele) meramente para conversar e *por acaso* estava com uma faca (grande e afiada) do serviço a tiracolo muito provavelmente se trata da versão do acusado, com o objetivo de se afastar da acusação de um crime premeditado. Essa versão foi repetida acriticamente, como se fossem fatos sobre a dinâmica do caso.

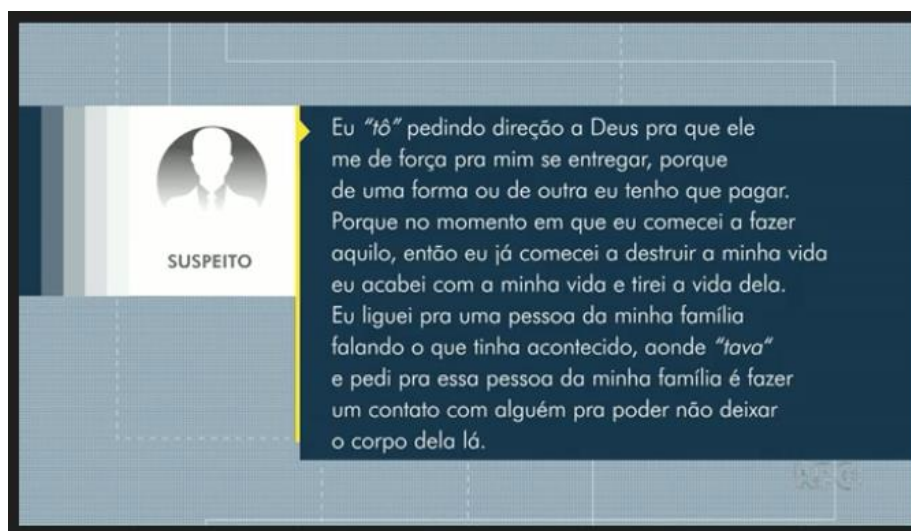
Mas a oportunidade de construção de uma persona amorosa e responsável não termina por aí. Ao final, o jornal ainda reproduz um trecho da entrevista em que o acusado diz que “não tem um minuto na minha vida que eu não penso nos meus filhos” e pede perdão a Deus pelo que fez. Mais uma vez, vemos que o réu adota uma comunicação muito estratégica, remetendo a outros enunciados anteriores (religião, família, amor) e também a interlocutores que não vê em sua frente, mas que sabe que existem e que têm valores em comum com ele e dão sentido ao seu enunciado. E o telejornal permite que essa cadeia de comunicação tenha ainda mais amplitude do que teria inicialmente (no caso, estando a princípio restrita ao juiz ou aos jurados envolvidos).

Aparentemente, o ponto de vista do agressor é considerado um elemento de alto valor informativo. Na reportagem “Suspeito de feminicídio em Cianorte grava áudios falando sobre o crime”<sup>95</sup>, do *Meio-Dia Paraná*, são exibidos áudios do agressor enviados para a vítima antes do crime e também para familiares após o mesmo. Na verdade, há que se mencionar que ainda não havia confirmação de que realmente se tratava da voz do homem mas, mesmo assim, se considerou relevante divulgá-los, para fornecer ao espectador “conhecimento”: “ainda hoje aqui no Meio Dia Paraná, a gente mostra todos esses áudios, para que vocês aí em casa tenham conhecimento do assunto”.

A primeira peça desse “conhecimento” fornecido é um trecho em que o homem diz estar “pedindo direção a Deus pra que ele me dê força pra mim se entregar, porque de uma forma ou de outra eu tenho que pagar” (FIG. 62). Portanto, o homem se apresenta como alguém religioso, que sabe que infringiu a lei e não fugirá das consequências. Ele tem a oportunidade de contar, ainda, que informou a um familiar onde o corpo estava e pediu que essa pessoa avisasse a alguém da família da vítima, “pra poder não deixar o corpo dela lá”. Ele enquadra, portanto, como certo zelo e um ato de humanidade o que podemos interpretar, por outro lado, como intenção de diminuir a penalidade recebida.

#### FIGURA 62:

**Transcrição de áudio enviado por suspeito de feminicídio a familiares da vítima, exibida na reportagem “Suspeito de feminicídio em Cianorte grava áudios falando sobre o crime”.**



*Fonte: Foto de tela registrada pela autora a partir da reportagem do Meio-Dia Paraná – Noroeste (SUSPEITO..., 2020).*

<sup>95</sup> SUSPEITO de feminicídio em Cianorte grava áudios falando sobre o crime. *Meio-Dia Paraná – Noroeste*, 04/03/2020. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8372397/?s=0s>.



Na segunda parte da reportagem, temos acesso a outro áudio do criminoso, dessa vez em tom agressivo, dirigindo-se à vítima antes do feminicídio e fazendo ameaças. Embora, aqui, não se trate de uma oportunidade para que o assassino se mostre através de uma lente positiva, podemos, ainda assim, questionar a validade de se exibir uma violência verbal explícita. Considerando o próprio ato de agressão como um enunciado que também encontra sentido entre os interlocutores que pertencem à fraternidade do homem agressor, reapresentá-lo é conferir mais uma oportunidade para sua atuação, mais um momento em que o homem tenta conduzir a mulher à posição que ele considera adequada, colocando-se, ao mesmo tempo, como um agente moral que tem o direito de julgá-la e puni-la. Por meio desse enunciado, ele ainda presta contas aos demais membros de sua fraternidade masculina, também empenhados na reprodução das relações de gênero definidas por posições marcadas por uma hierarquia (SEGATO, 2003).

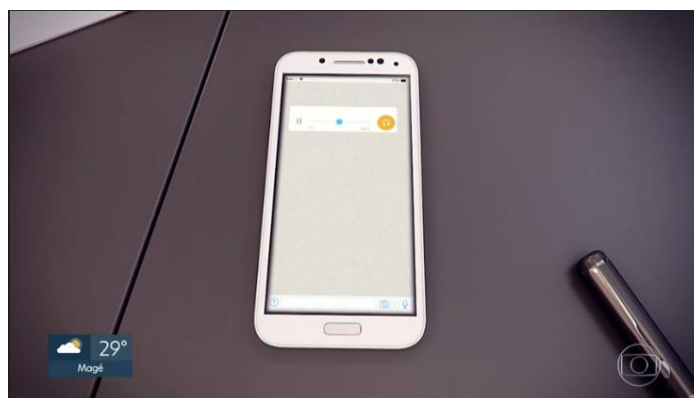
Em seguida, há, ainda, outras duas exibições de mensagens sonoras do homem, dessa vez voltando a um tom mais controlado e calmo. Uma delas é uma repetição da primeira fala exibida, fazendo referência a Deus. Na segunda, ele pede “um milhão de desculpas” e diz que compareceu ao velório da mulher, observando de longe. Ele deixa claro que viu toda a família dela presente, e enumera alguns membros: “prima, mãe, filho, filha”. Podemos conjecturar que, embora ele fale de maneira calma, essa não deixa de ser mais uma agressão velada, pois ele se coloca no controle da situação: mesmo sendo o responsável pela morte e, obviamente, não tendo sua presença desejada, ele vai ao velório. Não sendo notado, o homem, então, faz questão de informar que compareceu e observou a dor que causou aos presentes. Não seria absurdo imaginar que as pessoas que ele citou são justamente as que se encontravam em estado de maior fragilidade. Dessa forma, a família da vítima seria mais um interlocutor possível desse enunciado, de maneira extremamente violenta.

A equipe de reportagem, no entanto, parece enxergar essa fala apenas como um pedaço de informação extra para deixar o material mais interessante. Vale lembrar que, caso quisessem informar que ele compareceu ao velório em mais um ato de violação, poderiam simplesmente ter enunciado tal fato com a voz dos repórteres. A reprodução dos áudios na íntegra concede poder e visibilidade a esse homem e seus enunciados violentos, e lhe dá a oportunidade de enquadrá-los da forma mais vantajosa para si (seguidos de um pedido de “um milhão de desculpas” e um aviso de que irá se entregar à polícia).

Além disso, podemos refletir que a exibição dessas mensagens é exatamente o que esses homens desejam – e os jornalistas não hesitam em atender ao pedido. Na reportagem “Rio registra 48 casos de feminicídio em 7 meses”<sup>96</sup>, o agressor chega a afirmar: “pode mandar esse áudio pra minha mãe, pra delegacia, pra quem que você quiser, mas eu só sossego enquanto você tiver a sete palmos embaixo da terra”. Está evidente que ele se coloca na posição de julgador e algoz da mulher, bem como em um campo de vantagem perante ela.

O material jornalístico reproduz, palavra por palavra, conforme foram ditas, todas as agressões verbais e ameaças do homem. Diferente do caso anterior, não há transcrição, apenas uma representação de um celular com um áudio sendo tocado (FIG. 63), mas os sons podem ser entendidos perfeitamente. Ele diz que não vai esquecer e que nada irá pará-lo. A jovem está escondida e com medo. Os enunciados violentos do homem chegam a sua fraternidade masculina como uma mensagem de poder e força.

**FIGURA 63:**  
**Representação de áudio com ameaças enviado por agressor à vítima, exibido na reportagem “Rio registra 48 casos de feminicídio em 7 meses”.**



*Fonte: Foto de tela registrada pela autora a partir da reportagem do RJ1 (RIO..., 2018).*

É interessante notar que, embora a reportagem confira espaço para a difusão desse discurso e trate de dois casos em que as mulheres procuraram ajuda e não foi suficiente, termina o conteúdo dizendo que “é importante que a mulher faça essa notícia: o maior amigo da violência doméstica é o silêncio”. Na primeira história, em que se exibiram os

---

<sup>96</sup> RIO registra 48 casos de feminicídio em 7 meses. **RJ1**, 18/09/2018. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7026351/>.

áudios do agressor, a vítima conseguiu uma medida protetiva, mas o homem não foi encontrado pela Justiça. Ela, então, vive escondida para tentar fugir das ameaças. Em seguida, conhecemos o caso de Louise, que chegou a buscar a polícia pelas agressões que sofria do ex-namorado, mas teve o pedido de medida protetiva negado. Dois meses depois, foi assassinada. Os relatos, portanto, não dialogam com a mensagem que aparentemente se quer transmitir. São como peças de um jogo que simplesmente não se encaixam, mas que alguém quer forçar uma combinação. Observa-se, mais uma vez, que a exibição de detalhes violentos sobre o crime – no caso, os áudios ameaçadores do agressor – não colaboram para um incremento informativo. A reportagem termina com uma fórmula pronta que não agrega à discussão e nem ao menos se relaciona com o que foi mostrado no restante do material.

Já a reportagem “Feminicídio: as consequências da desigualdade de gêneros”, do *PITV 2ª edição*<sup>97</sup>, tenta uma abordagem diferente, mas acaba caindo em armadilhas semelhantes às vistas em outras notícias. No início do conteúdo, a apresentadora Denise Freitas diz que a equipe foi investigar “as raízes profundas desse crime de origens e consequências sociais”. Inicia-se, então, um VT, em que somos apresentados a um homem encarcerado. (FIG. 64).

**FIGURA 64:**

**Cenas da reportagem “Feminicídio: as consequências da desigualdade de gêneros”, em que se introduz a figura do agressor entrevistado.**



*Fonte: Foto de tela registrada pela autora a partir da reportagem do PITV 2ª Edição (FEMINICÍDIO..., 2019).*

<sup>97</sup> FEMINICÍDIO: As consequências da desigualdade de gêneros. **PITV 2ª edição**, 08/07/2019. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7749546/?s=0s>.

“Esse é Edílson, 58 anos, cumpre a sentença na penitenciária Irmão Guido. Pai de dois filhos que foram criados por uma tia, ele matou a ex-mulher a facadas em via pública, um ano depois de ela lhe dizer que não queria mais o relacionamento”, diz a voz da repórter, enquanto vemos o homem caminhar pelo terreno da prisão. Logo em seguida, somos transportados para uma sala onde o homem está sendo entrevistado pela repórter Denise Freitas. Ele segura um livro no colo, que não podemos ver com clareza, mas possivelmente se trata de uma Bíblia (FIG. 65).

**FIGURA 65:**  
**Agressor condenado é entrevistado na prisão para a reportagem “Feminicídio: as consequências da desigualdade de gêneros”.**



*Fonte: Foto de tela registrada pela autora a partir da reportagem do PTV 2ª Edição (FEMINICÍDIO..., 2019).*

A primeira pergunta que vemos ser feita é: “foi difícil aceitar o fim, Edílson?”. O agressor não precisa de uma segunda oportunidade: já aproveita de imediato a chance de reenquadrar a história a seu favor, e contar seu ato de violência como uma reação absolutamente justa a uma transgressão da mulher. De acordo com seus desígnios morais de proteção da família, ele não poderia agir de outra forma: “quinze anos de uma história bonita com uma mulher se acabando de uma hora pra outra, não dá para a pessoa se conformar”, começa ele.

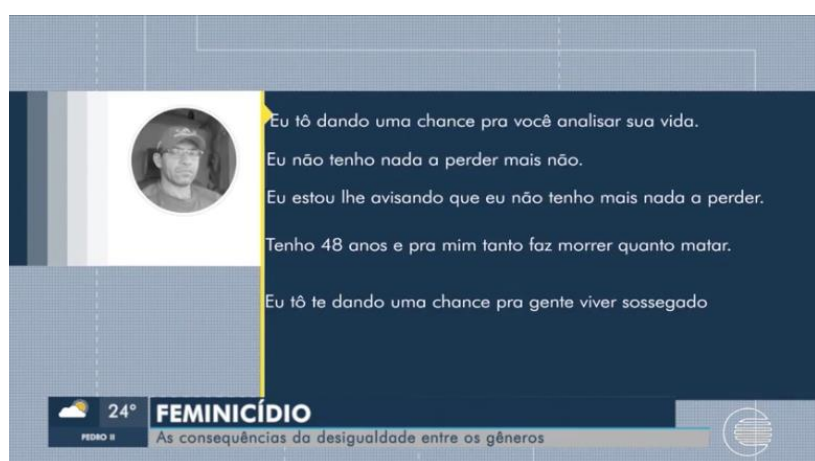
“Até hoje eu penso no que o mal foi capaz de fazer com a minha mulher”, prossegue Edílson. Nesse ponto, Denise Freitas intervém e diz que a vítima, Leoneide, era a ex-mulher de Edílson, e eles já estavam separados há um ano quando ele cometeu o crime. Ele, porém, prossegue em seu raciocínio: afirma que fez de tudo para retomar o relacionamento e a queria de volta mesmo que ela não gostasse mais dele. Ou seja,

representa a si mesmo como um homem apaixonado e comprometido, que desejava a mulher de qualquer maneira, e aceitaria de tudo para tê-la consigo.

A entrevistadora, então, faz mais uma tentativa de questionar Edílson, perguntando quantas vezes ele ouviu um “não”. Ele responde que o “não” da Leoneide foi o que mais o afetou e novamente traz o assunto de volta a seu favor: afirma que ela lhe apresentava negativas porque “não estava em seu perfeito estado emocional”, estava “enfeitiçada por aquele mal”. Denise Freitas, neste momento, faz uma nova investida para tentar desestabilizar o raciocínio do entrevistado: “não teria sido o contrário?”. Ele levanta as sobrancelhas, mas prossegue, com voz calma, dizendo que eles nunca tiveram atrito em quinze anos.

Na sequência, a reportagem passa a contar outro caso de feminicídio, e toca o áudio do agressor com ameaças à vítima, também oferecendo uma transcrição (FIG. 66). A repórter afirma: “os discursos assustam e revelam a cultura do machismo instituída no nosso país”. A inclusão da entrevista e do áudio parecem, então, servir para “comprovar” a existência do machismo perante o público, surpreendendo-o e movendo-o pelas emoções (“os discursos assustam”). Podemos conjecturar: será que o público precisa mesmo de uma “revelação” de que o machismo existe e de uma “prova” como essa para se envolver com a questão? Caso precise, seria essa a melhor opção?

**FIGURA 66:**  
**Transcrição de áudio com ameaças a vítima, exibida na reportagem “Feminicídio: as consequências da desigualdade de gêneros”.**



*Fonte: Foto de tela registrada pela autora a partir da reportagem do PIV 2ª Edição (FEMINICÍDIO..., 2019).*

Mesmo que consideremos, que divulgar o áudio do agressor *ipsis litteris* seja uma escolha válida para dialogar com o público sobre machismo, precisamos, ainda, retomar a questão de que o conjunto de pessoas que se assusta ao descobrir a existência desse fenômeno social não é o único interlocutor desse discurso. Segundo a teoria de Segato (2003), estes homens falam com alguém: não apenas com a vítima e a coletividade feminina, mas também com aqueles que compartilham seus valores morais.

O material do PIVT prossegue, entrevistando dois especialistas. Emanuel Lima, psicólogo social, diz que o homem vê a mulher como posse e não busca tratamento pois não se enxerga como agressor. Saulo Albuquerque, sociólogo, afirma que muitos homens têm dificuldade em aceitar términos de relacionamentos porque foram ensinados socialmente a ter sentimento de posse. A intervenção desses dois profissionais se mostra interessante, pois centra o problema nos agressores, e não nas vítimas, como é comum em outras reportagens. Além disso, há que se destacar a consulta a um estudioso da área das ciências humanas, uma escolha não usual, já que, em geral, os jornalistas preferem consultar profissionais da área judicial, ou psicólogos.

Chama a atenção, ainda, que ambos os especialistas interpelados sejam homens. Nas matérias analisadas, percebi que é bastante comum o recurso a fontes femininas, até porque a estrutura estatal de enfrentamento à violência de gênero já possui uma política de designar profissionais mulheres para esse atendimento. No caso observado neste momento, é possível que a presença de dois homens tenha sido mera coincidência; por outro lado, também não se pode descartar a hipótese de que tenha sido uma escolha deliberada, para mostrar que é factível que homens pensem diferente.

Em seguida, voltamos a mais algumas cenas da entrevista com Edílson, que diz que ainda ama a mulher. A fala dos especialistas é colocada na sequência, asseverando que amor não é agressão, e que o feminicídio é injustificável. A reportagem parece desejar estabelecer um diálogo entre o machismo e o discurso de autoridade. A manifestação dos especialistas, de fato, colabora para informar a população e conceder outro ponto de vista que possa se opor a ideias violentas. Entretanto, podemos questionar que não seria necessário que essas falas fossem postas lado a lado a um discurso machista, para que possam ter efeito – ao contrário, elas prescindem do acompanhamento da fala do acusado.

A intenção de compreender o ponto de vista dos homens condenados não é, em si, um problema. A própria pesquisa de Segato (2003), que serve como uma das bases teóricas desse trabalho, se deu a partir da entrevista com homens condenados por estupro, buscando entender o que os levava a cometer tais atos. A equipe da reportagem aqui

analisada parecia ter a intenção de fazer, a seu modo, um tipo de trabalho de inspiração etnográfica com um homem condenado por feminicídio. A entrevistadora, porém, não apenas ouviu o que ele tinha a dizer, ela o filmou com a intenção de exibir a conversa ao público, de modo que tivesse um fim pedagógico. Ao final, Denise Freitas afirma: “a gente espera que algumas pessoas possam para e refletir um pouco sobre todas essas questões apresentadas na reportagem”. Ela, então, tenta questionar o condenado e fazê-lo admitir que está errado. Ele, no entanto, permanece firme em sua convicção. Diante disso, a equipe manteve as cenas da entrevista no produto, mas as contrapôs às opiniões de especialistas.

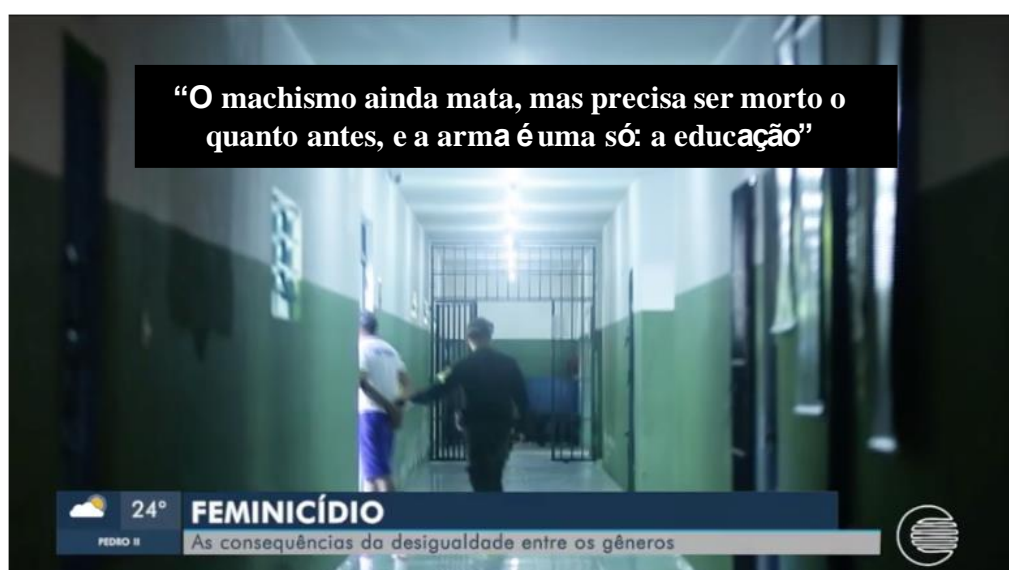
É uma solução mais cuidadosa do que a de outras reportagens analisadas nesse capítulo, que meramente reproduzem o que diz o agressor, e ainda deslocam a responsabilidade de agir para a vítima. Ainda assim, podemos questionar a própria premissa de que as falas do agressor seriam um conteúdo relevante de ser exibido, mesmo que contraposto por outras falas. Além de invariavelmente conceder espaço para que ele possa efetuar novas violências verbais à vítima e sua família, seu discurso não é simplesmente cancelado pelo outro em sentido negativo, como se estivéssemos tratando de uma operação matemática. Ele prossegue em uma cadeia de comunicação, inclusive com interlocutores não previstos pelos jornalistas.

Se o objetivo da reportagem era, como se diz no início, investigar “as raízes profundas desse crime de origens e consequências sociais”, nos parece que poderia ter sido encontrado um melhor caminho do que mergulhar em um caso específico e, mais que isso, conceder espaço de tela ao agressor condenado para expor sua moralidade.

Existe algo, porém, que essa entrevista com Edílson certamente demonstra: a ineficácia do sistema prisional para a reinserção do violador na sociedade. Mesmo após dez anos encarcerado, o homem permanece acreditando que seu proceder estava correto. Teria sido, então, bastante contraditório que a reportagem terminasse meramente apostando na prisão como único caminho de solução do problema da violência contra a mulher. De fato, não é este o caminho tomado – a última frase do VT menciona a educação como ferramenta insubstituível nesse sentido: “o machismo ainda mata, mas precisa ser morto o quanto antes, e a arma é uma só, a educação”. Neste momento, contudo, um elemento chama a atenção: enquanto ouvimos essas palavras, são exibidas imagens de Edílson se afastando da câmera, andando pelo corredor da prisão, algemado e conduzido por um policial, provavelmente de volta a sua cela (FIG. 67).

**FIGURA 67:**

**Cena final do VT da reportagem “Femicídio: as consequências da desigualdade de gêneros”, em que se fala de educação mas mostra agressor sendo levado de volta a cela.**



*Fonte: Foto de tela registrada pela autora a partir da reportagem do PIV 2ª Edição (FEMINICÍDIO..., 2019). Legenda acrescentada pela autora, registrando a fala da repórter.*

Observa-se que, embora o caminho judicial não seja mencionado como única solução possível – ao contrário, a educação ganha o destaque no discurso verbal –, a prisão ainda se impõe na enunciação visual. Um dos fatores para essa imposição pode ser justamente a escolha da reportagem por se aprofundar em um caso específico e entrevistar um condenado. O foco dado a essa questão foi tão destacado que, apesar de se fazer presente outra possibilidade de projeto para o futuro, ela é apenas mencionada de passagem, e de maneira desconectada com a representação imagética.

Talvez a escolha por terminar a reportagem mostrando Edilson sendo conduzido de volta à cela se relacione com o ideal de Justiça apresentado nas matérias: Justiça é a prisão do agressor, nada mais que isso. A educação irá colaborar para a mudança do futuro, mas os agressores do presente recebem na prisão a única resposta possível. O problema desse ponto de vista é que, embora o homem esteja encarcerado, seu enunciado violento de reprodução da ordem hierárquica de gênero não está: ele circula livremente, inclusive tendo sido impulsionado pela entrevista com a repórter.



## 2.5. “Teve morte no Plano também!”: qual é o final dos melodramas contemporâneos?

Ação, mãe e filha, amor e coragem, vilão punido, lei e ordem reestabelecidas e final feliz: a reportagem “Filha salva a mãe de tentativa de feminicídio de namorado”, do *Bom Dia DF*,<sup>98</sup> tem todos os elementos que um escritor poderia querer para compor um bom drama. Mas aconteceu de verdade e, como fato social, entrou para estatística: a notícia começa informando que o Distrito Federal chegou à marca de 25 feminicídios no ano.

No caso em que a notícia se concentra, o feminicídio não se concretizou porque “a mulher foi salva pela filha, que ficou entre os dois”, conta a apresentadora Beatriz Pataro. O texto do VT, lido pela repórter Letícia de Oliveira, opta por um tom mais teatral ao contar o ocorrido: “Foi o amor da filha que salvou a vida da mãe”. Enquanto isso, exhibe-se uma imagem de um momento de carinho entre as duas protagonistas da reportagem (FIG. 68).

**FIGURA 68:**

**Foto usada para ilustrar reportagem “Filha salva a mãe de tentativa de feminicídio de namorado”. Na imagem, a moça dá um beijo na mãe.**



*Fonte: Foto de tela registrada pela autora a partir da reportagem do Bom Dia DF (FILHA..., 2019).*

<sup>98</sup> FILHA salva a mãe de tentativa de feminicídio de namorado. *Bom Dia DF*, 01/10/2019. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7964316/programa/?s=0s>.

Em seguida, ficamos sabendo que a vítima, Elizete, levou sete facadas e a filha, Amanda, ao intervir na situação para evitar a morte da mãe, foi atingida quatro vezes. O autor do crime foi preso em flagrante, após ter sido agredido pelos vizinhos – e o resultado dessa agressão foi exibido na reportagem (FIG. 69). A repórter, inclusive, enuncia com ironia o nome do homem, “Nilton *Imaculado*”, e informa que ele já tinha sido preso quinze vezes pela lei Maria da Penha. Elizete havia terminado o relacionamento com ele justamente porque descobriu seu histórico de violência.

**FIGURA 69:**

**Foto do agressor após ser espancado pelos vizinhos, exibida na reportagem “Filha salva a mãe de tentativa de feminicídio de namorado”.**



*Fonte: Foto de tela registrada pela autora a partir da reportagem do Bom Dia DF (FILHA..., 2019).*

Após explicar a que crimes Nilton responderá judicialmente, a jornalista passa a enunciar alguns números relativos não apenas à violência contra a mulher, mas a homicídios de uma forma geral: “o número de homicídios também assusta”. São informados os bairros onde ocorreram e a arma utilizada nas ocorrências recentes: “Teve morte no Plano também!”. Letícia de Oliveira diz que o governo vinha comemorando a redução no número de mortes, mas que, diante dos últimos fatos, a secretaria de segurança pública garantiu que vai estudar a possibilidade de aumentar o policiamento nas ruas.

Vemos, então, que os dados sobre violência contra a mulher foram misturados a informações sobre violência urbana, como se não houvesse particularidades que os diferenciem. A promessa de policiamento nas ruas pouco ou nada faz pelo problema da violência de gênero, visto que os feminicídios – do modo como são entendidos hoje no Brasil – muitas vezes acontecem em ambiente doméstico. Esse comentário final da matéria fica ainda mais fora de lugar quando lembramos que o caso compartilhado

inicialmente tratava de um homem que já havia sido preso quinze vezes pelo mesmo motivo. A reportagem não dá nenhuma explicação para o fato de que isso tenha sido possível, e nem esboça um questionamento às autoridades competentes.

Parece que deveríamos ficar felizes em saber que “o amor da filha” pela mãe prevaleceu diante do Mal, e que o próprio “povo” já aplicou um castigo àquele que corporificou a Perversidade. A ordem foi restaurada e, melhor ainda: o governo ainda promete mais policiamento. A meu ver, contudo, não há nada o que admirar nesse caso. Uma jovem arriscou sua vida para tentar salvar a mãe de um crime que poderia ter sido evitado, ambas poderiam não ter sobrevivido e agora vão precisar se recuperar dos ferimentos, e o agressor pode muito bem ser solto ainda uma 16ª vez. A única medida do poder público que é aventada (mais policiamento nas ruas) não vai colaborar de maneira alguma para a situação narrada, e o fato de que a equipe de reportagem não tenha se dado conta disso já é, por si só, um problema.

Essa desconexão entre o sofrimento narrado e as “soluções” (ou falta delas) apontadas só reforça o que venho observando ao longo da discussão nessa tese: que a compaixão desses profissionais diante dos casos de feminicídio não vem acompanhada de um incremento informacional sobre o tema. Neste capítulo, vimos que, embora as famílias das vítimas de feminicídio tenham permissão para expressar sua dor e até mesmo indignação diante das câmeras em toda a intensidade que desejarem, ao fim de alguns minutos esse sentimento se esvai sem que tenhamos qualquer direcionamento para ele. A equipe de reportagem costuma se colocar no mesmo patamar que os populares, no sentido de não vislumbrar saídas e medidas específicas, simplesmente demonstrando sua insatisfação.

Encontrei, na prática dos profissionais envolvidos, indícios da presença da noção de que uma comunhão de sentimentos entre eles e a população é a prática indicada para uma *performance de compaixão* adequada, sem a necessidade de que esteja associada a algum tipo de incremento informacional ou possíveis caminhos a se seguir. O mero ato de conferir visibilidade ao pranto dos familiares já é visto como um bem em si, a forma pela qual o jornalismo está ajudando essas pessoas. Já em relação ao público, o dever jornalístico parece residir no fornecimento de material audiovisual de impacto, que “comprove” o machismo e chame a atenção para o assunto. Esse material seria, em si, toda a informação necessária. Assistir ao choro das famílias em protesto pela soltura de um agressor é mais importante do que buscar entender o que foi alegado pelo julgador que autorizou o procedimento ou pressionar o Tribunal por um posicionamento. Não

importa se, no processo, se está difundindo uma imagem completamente ilusória de como funciona o sistema judicial: ao menos estamos chorando com as famílias. Mas para onde vai esse sentimento?

Em sintonia com os depoimentos dos entrevistados, o sentido de “justiça” defendido pelas matérias está diretamente associado a uma sentença judicial, não a qualquer significado mais amplo ou outro tipo de reparação ou política pública. Já em outras matérias, esboça-se uma crítica à morosidade da Justiça – porém não se investigam quais seriam as causas e muito menos possíveis soluções. Não são fornecidas informações para que possamos avaliar a situação.

Percebemos, em muitos casos, um anseio em encerrar com uma espécie de conciliação, quando, na realidade, algumas das vozes presentes nas reportagens seguem com sentimentos de revolta, angústia, raiva e luto. Já em outras ocasiões, não há indicação de esperança – nem mesmo o julgamento dos agressores, considerado, o grau máximo de “justiça”, está agendado. Apesar de diferentes, essas duas hipóteses confluem em um ponto: ambas não colaboram para construir possibilidades de futuro.

Identifico, então, nas reportagens, uma sensação que chamei de *revolta domada*. O conteúdo não abre mão de mostrar as imagens da mãe chorando, do clamor popular, e até mesmo da indignação de coletivos feministas e da própria repórter. Porém, essa revolta vai se dissolvendo e, ao final, temos uma aceitação das coisas como estão, de confiança nas forças estabelecidas para resolverem os problemas e, no máximo, uma sensação de impotência, de que não há nada mais que se possa fazer.

No início do capítulo, questionei-me sobre as relações de poder e saber em que o discurso analisado está inserido e de que modo torna visível o sofrimento dos familiares. Após fazer a observação do objeto, acredito que podemos, sim, afirmar que se trata de uma exibição que promove apagamentos, sobretudo uma invisibilização da necessidade de uma contínua disputa por políticas públicas de apoio às vítimas de violência. As reportagens operam em um regime de verdade em que o sistema judicial é visto como a única salvação, e não é passível de um real questionamento, e em que a mera exibição das imagens de sofrimento já cumprem o dever jornalístico de informação, tanto em relação ao público em geral quanto em relação aos retratados. A estes últimos pode até mesmo ser expressa uma espécie de homenagem, por meio do espaço cedido a essas pessoas para falar suas dores, e pela exaltação da figura materna. Entretanto, é uma visibilidade ainda permeada por ofuscamentos, na medida em que permanece na superfície do problema, sem abrir espaço para debater soluções mais efetivas para o

sofrimento dessas famílias. A sensação de desamparo é substituída rapidamente por um clamor de esperança, sem nenhuma base na realidade, ou é deixada no ar, sem direcionamento, sem uma busca por explicações, causas, caminhos.

Podemos dizer, ainda, que essa homenagem se torna violenta sobretudo quando vem acompanhada de uma sanha por perscrutar detalhes dos atos e enunciados do agressor. Observamos que parece haver uma premissa a partir da qual as falas do agressor seriam um conteúdo relevante de ser exibido, seja com fins informativos ou didáticos. Mantenho-me, porém, extremamente cética a esta ideia – pensando a partir da teoria de Segato (2003) sobre a violência como ato enunciativo, enxergo as agressões contra a mulher e as falas dos acusados sobre elas como elementos de uma cadeia de comunicação que cumprem uma função de manutenção da ordem patriarcal. Precisamos lembrar que a violência contra mulher não é um ato amoral e isolado do funcionamento normal da sociedade – ao contrário, tem servido historicamente como forma de manter a mulher em uma posição subordinada, e se baseia em valores e ideais segundo os quais o homem é a autoridade perante a mulher, podendo julgá-la, condená-la e puni-la se assim achar necessário. Nas transmissões televisivas, existem espectadores que comungam com este tipo de moralidade, e o agressor tem a oportunidade de se apresentar a eles como um agente moral.

Por vezes se mostram arrependidos, em outras oportunidades preferem explicar seus motivos e apresentarem-se como homens sensatos que tiveram um momento de descontrole, devido a um intenso amor. Implícita em suas falas, está a figura da mulher insensível, que não correspondeu à devoção e à autoridade masculina. Os réus adotam, então, uma comunicação muito estratégica, remetendo a outros enunciados anteriores (religião, família, amor) e também a interlocutores que não vêm em sua frente, mas que sabem que existem e que têm valores em comum e dão sentido ao seu enunciado. E o telejornal permite que essa cadeia de comunicação ganhe ainda mais amplitude do que teria inicialmente.

Embora costume haver uma reprovação explícita a essas falas, seja por parte dos próprios repórteres, seja por outros entrevistados, esse discurso não é simplesmente cancelado pelo outro em sentido negativo, como se estivéssemos tratando de uma operação matemática. Os produtores do conteúdo não detêm o controle da mensagem: independente de suas tentativas de reprimenda, ao reproduzirem *ipsis litteris* o que diz o agressor, seus enunciados violentos chegam a sua fraternidade masculina como uma mensagem de poder e força.

Uma possível explicação – a qual, eventualmente, é apresentada nas reportagens – para a prevalência dessa exibição de enunciados dos agressores seria certo intento pedagógico por parte dos telejornais, com o fim de “comprovar” para o público a existência do machismo, movendo-o pelas emoções. Ao longo deste capítulo, questionamos a ideia de que essa “revelação” seria necessária, e argumentamos que esse meio empregado pode trazer mais consequências negativas do que positivas.

No próximo capítulo, abordaremos outro “personagem” praticamente onipresente nas reportagens, e que é convocado também com um suposto fim pedagógico de informar e escancarar a realidade: os números. Eles surgiram na história de Elizete e sua filha Amanda, narrada no início deste tópico, e de maneira bastante sintomática. Uma informação importante – que o agressor já havia sido preso 15 vezes – passou quase despercebida, enquanto dados sobre a quantidade de feminicídios no ano e o aumento da criminalidade receberam maior foco. Qual é a relevância de sabermos que os números de feminicídios estão aumentando ou diminuindo se não falamos sobre políticas públicas direcionadas a este problema? Por que meramente enunciar um dado impressionante sem qualificar a discussão? Essas serão algumas questões que seguiram sendo debatidas a seguir.

Os números e estatísticas aparecem de forma discreta, mas persistente, em diversos materiais, e até mesmo podem ganhar a dianteira de certas reportagens. Longe de serem mero recurso frio e objetivo, esses dados são “assustadores”, “alarmantes”, “impressionantes”, “chocantes”. Discutirei a seguir os efeitos de sentido da utilização destes elementos numéricos nas narrativas telejornalísticas, os quais, ao contrário do que se poderia imaginar, atuam em conjunto com o viés mais dramático das reportagens.

### 3. “Uma onda de machismo”: feminicídio, um fenômeno crescente?

O feminicídio é uma tragédia, mas também uma estatística – pelo menos é isso o que aprendemos ao conhecer o fenômeno por meio da narrativa telejornalística. Nas reportagens, além da indignação e das lágrimas dos familiares que perderam entes queridos, os repórteres convocam os números. Eles dão concretude e atestam, supostamente, de maneira direta e isenta, o que se quer afirmar. Por isso, para um jornalismo que se pretende imparcial e objetivo, são instrumento fundamental.

Correndo o risco de cair na mesma armadilha que é objeto de crítica, aponto um dado: das 1810 matérias coletadas correspondentes ao período entre 2018 e 2020, 25% apresentam, no título, dados numéricos sobre feminicídio. Note-se que, nos demais conteúdos, a referência quantitativa também costuma estar presente, mas é relevante destacar que, em um quarto de todas as notícias, as estatísticas ganham a frente da discussão. Mais do que estar ciente dessa informação, contudo, importa avaliar *como* se dá este apelo numérico.

É certo que, assim como o tom sentimental, a quantificação, em si, não é um problema. Entretanto, o modo como é utilizada faz com que acabe operando da mesma forma que o recurso ao emocional: com a função de chamar a atenção, promover o choque, porém não no sentido de uma informação, e sim de um esvaziamento do tema, que provoca uma perda de potencial para debate, o que tenho chamado de *dramaticidade despotencializada*.

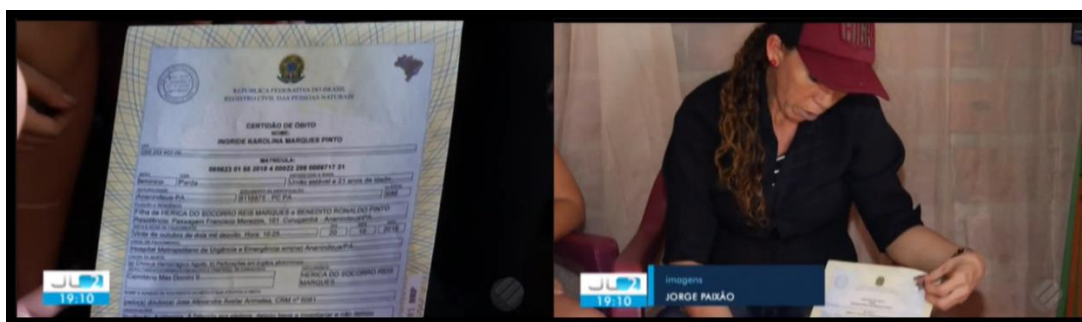
Ainda que o feminicídio seja uma pauta, a princípio, feminista, e que o machismo seja tematizado nas reportagens, o feminicídio é afastado da história e aproximado de um *ethos* neoliberal e punitivista. Esse processo possui consequências sociais nefastas: mais especificamente, o apagamento da dimensão histórica do problema e a culpabilização das vítimas.

Este capítulo privilegia a discussão sobre os efeitos da utilização dos números nas narrativas telejornalísticas, uma vez que esse quesito se destaca na amostra e também demonstra de maneira sintomática como ocorre o esvaziamento da questão. De imediato, observa-se que os números não costumam aparecer isolados: eles quase sempre atuam em conjunto com o viés mais dramático das reportagens. Na verdade, eles acabam funcionando como mais uma forma de sensibilizar o espectador, por vias diferentes.

A matéria “Pará registra ao menos 39 casos de feminicídio este ano”<sup>99</sup>, transmitida pelo *Jornal Liberal* em 2018, é um bom exemplo dessa união entre drama e estatísticas. O conteúdo dá destaque, em seu título, a uma informação numérica e, ao longo da reportagem, diz-se que existe um crescimento do fenômeno. Porém, mais do que instruir sobre estatísticas, há a preocupação em “humanizá-las”. Assim, o 39º caso de feminicídio ganha nome, rosto e família.

A reportagem confere espaço para o relato da mãe enlutada da vítima. Tem lugar, nesse vídeo, uma das cenas que mais me abalou, ao longo do trabalho. A repulsa que senti, entretanto, não ocorreu somente devido ao violento assassinato da mulher, mas sobretudo ao modo como foi tratado pela reportagem. Enquanto promovia uma *performance* de compaixão, a narrativa jornalística estava agindo de maneira bastante cruel, no sentido de uma indiferença ao sofrimento da mulher. Refiro-me a uma cena em que a mãe da vítima segura a certidão de óbito da filha (FIG. 70).

**FIGURA 70:**  
Mãe de vítima segura atestado de óbito da filha. Foto de tela retirada da reportagem “Pará registra ao menos 39 casos de feminicídio este ano”.



Fonte: Fotos de tela registradas pela autora a partir da reportagem do *Jornal Liberal* (PARÁ..., 2018).

É provável que a produção do programa tenha pedido que ela mostrasse o documento, pois ele está virado em direção à câmera, que se alterna entre um *close* no papel, outro no rosto choroso da mulher, e um enquadramento mais amplo que permite ver a desolação da mãe portando o atestado da morte da filha. Enquanto essas imagens aparecem na tela, a voz da repórter enuncia, em *off*: “a mãe disse que sabe que essa era

<sup>99</sup> PARÁ registra ao menos 39 casos de feminicídio este ano. *Jornal Liberal* 2ª edição, 22/10/2018. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7106511/?s=0s>. Acesso em: 20/10/2021.



uma tragédia anunciada. Além das ameaças de morte, ela conta que Ingrid tinha sido agredida pelo marido várias vezes, mas *nunca* denunciou à polícia” (PARÁ..., 2018, 01’54’’). O grifo na palavra *nunca* é uma tentativa de exprimir a ênfase dada pela locutora ao pronunciar esta palavra. Observa-se como, ao mesmo tempo em que a matéria mostrava o símbolo da morte de uma mulher, também emitia um julgamento sobre ela: por que Ingrid não denunciou antes o seu agressor? Aos olhos das pessoas que elaboraram o conteúdo, por não ter buscado ajuda da polícia, ela foi ao menos parcialmente culpada pela própria morte. Difundir uma mensagem como essa diante da figura de uma mãe enlutada, segurando a certidão de óbito da filha, me pareceu, em si, uma imagem da crueldade.

Além disso, aqui, podemos encontrar um exemplo do que Shohat e Stam (2014) chamam de discurso pseudopolifônico, aquele que finge dialogar com entidades marginalizadas mas, de fato, as utiliza como fantoches para propagação de um mesmo ideário dominante. Neste caso, a reportagem dá espaço para o relato da mãe de Ingrid, mas, neste ponto da narrativa, a voz da repórter se sobrepõe à imagem da entrevistada, e insere um julgamento moral sobre a vítima – como se tivesse sido emitido por sua própria mãe (“a mãe disse”, “ela conta”).

Esta ligação entre as atitudes da vítima e o aumento no número de feminicídios, na verdade, é uma ideia defendida pelos executores do material, que afirmam, em outro momento da notícia: “Segundo a Polícia, a sensação de impunidade pode ter ajudado no aumento desses números”. Ou seja, o que atua para o suposto incremento dos casos de feminicídio não é o machismo, o patriarcado ou a misoginia, nem mesmo as atitudes dos agressores, é a falta de punição dos mesmos. E, na medida em que as mulheres não denunciam estes homens, elas, de acordo com esse raciocínio, colaboram para a impunidade.

Esta construção de culpabilização da mulher, infelizmente, faz-se presente em diversas reportagens da amostra, como veremos ao longo da discussão. No capítulo três, aprofundarei a análise desse processo de condenação das vítimas, argumentando que ele faz parte de um ciclo de comunicação da misoginia, que constrói subjetividades femininas e ensina o público a desprezar aquelas que não atuam do modo esperado. Agora, detenho-me no exame do papel das estatísticas neste sistema de crenças. Nas reportagens sobre feminicídio analisadas, os números não servem apenas para dar concretude e objetividade, mas sim acabam funcionando como outra forma de construir uma *dramaticidade despotencializada*. Eles conferem um senso de urgência e novidade ao

fenômeno, impelindo a uma resposta imediata e afastando a questão de um debate mais apurado. No afã punitivista, as vítimas são culpadas pelas próprias mortes, vistas como “coniventes” com os próprios agressores (esse termo foi usado por um jornalista na reportagem “Feminicídio em SC: 80% do casos [sic] a vítima tinha uma relação com o autor”, veiculada no *Bom Dia Santa Catarina* em 2020<sup>100</sup>).

A notícia “Piauí tem 17 feminicídios esse ano e mulher ainda tem medo de denunciar”, que foi ao ar em 2018 pelo *Bom Dia Piauí*<sup>101</sup>, é mais um exemplo em que os números atuam diretamente no sentido de comoção do espectador e também acabam sendo utilizados como mote para julgamento da vítima. O material se inicia com um dado estatístico: a cada uma hora e meia, uma mulher é assassinada no Brasil simplesmente por ser mulher. Logo em seguida, a apresentadora do telejornal diz que a maioria das mulheres que sofre violência não procura ajuda. Então, o jornal exibe um VT com imagens de um protesto feito após um caso recente de feminicídio, ao qual são sobrepostas fotos de algumas vítimas. O espectador pode ouvir o som de gritos da população, e a eles se junta uma voz em *off*, que diz: “Por Aretha, por Irismar, por Gabriela, por Socorro, e por tantas mais que o silêncio, aliado ao ódio, tirou vidas. Dezesete vítimas no Piauí só este ano, nove aqui na capital, mais que todo o ano passado” (PIAÚÍ..., 2018, 0’18’’). Mais uma vez, une-se à *performance* de compaixão, um julgamento moral em direção às vítimas: seu silêncio, ao invés de efeito comum de um processo contínuo de violência psicológica, é colocado como um *cúmplice* do ódio.

Seguem-se imagens lembrando alguns destes dezessete crimes mencionados, sempre fotos de alto impacto: um corpo sendo retirado de casa pela polícia aos olhos atentos dos vizinhos, uma mulher em prantos, atirando-se sobre um caixão, uma sobrevivente fazendo o seu relato, filmada à contraluz e com um filtro vermelho (FIG. 71), cenas do crime reviradas e ensanguentadas, o rosto e corpo de mulheres deformados por hematomas (FIG. 72). Não há, informação, porém, sobre os nomes dessas vítimas especificamente: a quem pertence o rosto cheio de hematomas? Quem é a mulher que estava sendo enterrada, quando foi morta? Não sabemos, apenas somos apresentados à sucessão de imagens.

---

<sup>100</sup> FEMINICÍDIO EM SC: 80% do casos [sic] a vítima tinha uma relação com o autor. **Bom dia Santa Catarina**, 23/10/2020. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8975624/?s=0s>. Acesso em: 20/10/2021

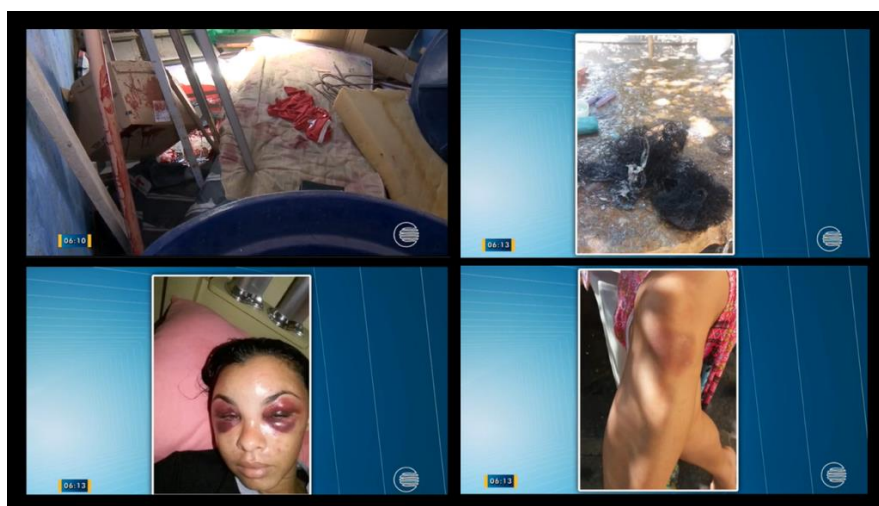
<sup>101</sup> PIAUÍ tem 17 feminicídios esse ano e mulher ainda tem medo de denunciar. **Bom dia Piauí**, 22/06/2018. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6825831/?s=0s>. Acesso em: 20/10/2021

**FIGURA 71:**  
**Fotos de vítimas e comoção. Imagens iniciais da reportagem “Piauí tem 17 feminicídios esse ano e mulher ainda tem medo de denunciar”**



*Fonte: Fotos de tela registradas pela autora a partir da reportagem do Bom Dia Piauí (PIAUÍ..., 2018).*

**FIGURA 72:**  
**Cena do crime e corpos deformados. Mais imagens da reportagem “Piauí tem 17 feminicídios esse ano e mulher ainda tem medo de denunciar”.**



*Fonte: Fotos de tela registradas pela autora a partir da reportagem do Bom Dia Piauí (PIAUÍ..., 2018).*

Apesar de dizer que os vizinhos e a sociedade como um todo devem se engajar na questão, é bastante problemática a construção de que a vítima colabora para a própria morte, a qual é reforçada em outros três momentos da reportagem: quando se afirma que “a lei maria da penha trouxe avanços, mas só tem efeito quando a mulher denuncia”, que as dezessete mulheres foram “vítimas do ódio, do machismo, do próprio silêncio” e que falharam ao não prestar queixa à polícia anteriormente.

Vale notar a expressão corporal da apresentadora Denise Freitas quando comenta este ponto, ainda na reportagem “Piauí tem 17 feminicídios esse ano e mulher ainda tem medo de denunciar”. (FIG. 73). Percebemos que, como observa Gutmann (2014), o corpo do repórter se torna parte integrante da performatização do acontecimento. Vemos como a jornalista, de fato, se projeta enquanto “eu” no discurso, interpreta corporalmente o dito, explora expressões faciais e gestualidades. Ao mencionar o número de casos, olha diretamente para a câmera; depois, ao informar que a polícia não havia recebido queixas, assume uma fisionomia de reprovação, inclina o corpo lateralmente e cruza os braços. Para dar ainda mais ênfase ao discurso, ela faz o número um com os dedos. Mais uma vez, o dado numérico colabora para favorecer a dramatização.

**FIGURA 73:**  
**Expressão corporal da jornalista na reportagem “Piauí tem 17 feminicídios esse ano e mulher ainda tem medo de denunciar”.**



Fonte: Fotos de tela registradas pela autora a partir da reportagem do *Bom Dia Piauí* (PIAÚÍ..., 2018). Legenda acrescentada pela autora, registrando a fala da repórter.

Como contraste a essa abordagem, posteriormente, em julho, o jornal *Piauí TV* realizou uma série de conteúdos sobre feminicídio em que se aprofundou sobre o tema, inclusive chegando ao relevante dado, que intitula uma matéria, de que “Dos 101 casos

de feminicídios em três anos no Piauí, nenhum agressor foi condenado”<sup>102</sup>. O material debate a morosidade do sistema de justiça e o sofrimento causado às famílias das vítimas. Ainda não se esquadrinha como exatamente funciona o processo de julgamento, onde está o problema e quais seriam possíveis soluções, mas, ao menos, abre-se a possibilidade para o questionamento do sistema judicial que, em outras matérias, é exaltado como se não tivesse problemas, e apontado como tábua de salvação para as vítimas, culpabilizadas por não confiarem nele.

Para além de exceções como essa, na maioria das reportagens em que estatísticas são citadas, elas servem para chamar a atenção para o tema do feminicídio por meio dos números e demandar uma ação por parte da vítima. Como estes dados geralmente vêm de instituições ligadas ao sistema de justiça, tendem a apresentar uma visão positiva sobre este, deslocando, então, para outro lugar, a falha no processo – geralmente, a mulher.

A notícia “Número de feminicídios aumentou 26% no ano passado em SP”, divulgada em 2019 pelo *Bom Dia Brasil*<sup>103</sup>, é um exemplo do que costuma acontecer na maioria das matérias. A estatística de 26% de crescimento nos feminicídios faz parte de um levantamento do Ministério Público, que também contém dados como motivação apontada pelo agressor, local dos crimes e em que horário costumam acontecer. Não há informações sobre como estes dados serão usados para basear políticas públicas. Segundo a reportagem, “faltam estudos” sobre como evitar essas mortes. Os dados, então, iluminam certos aspectos do fenômeno, mas o feminicídio ainda permanece, aos olhos dos jornalistas, bastante nebuloso. Quase como se fosse movido por uma força oculta e não houvesse o que fazer, por parte do Estado, além do que já é feito.

Na visão de mundo aqui apresentada, o Estado já está fazendo a sua parte perfeitamente, e o que falta é a atitude das vítimas. Essa opinião vem da profissional do Ministério Público que coordenou o estudo citado: diante do dado de que a maioria das vítimas não tinha realizado boletim de ocorrência, ainda que sofresse violência doméstica anteriormente ao feminicídio, a promotora afirma que “uma mulher transforma o agressor como seu amor. É o Estado que pode transformar aquele homem. Daí a importância de que ela noticie a violência”.

---

<sup>102</sup> DOS 101 casos de feminicídios em três anos no Piauí, nenhum agressor foi condenado. **Piauí TV**, 12/07/2018. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6868191/?s=0s>. Acesso em: 20/10/2021.

<sup>103</sup> NÚMERO de feminicídios aumentou 26% no ano passado em SP. **Bom Dia Brasil**, 08/01/2019. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7283718/?s=0s>. Acesso em: 20/10/2021.

Ao final do conteúdo, o apresentador do *Bom Dia Brasil* diz que “não sabe exatamente” se o “número absurdo” de feminicídios tem crescido como reflexo de um aumento nas denúncias, mas que as mortes violentas de mulheres já aconteciam antes, ou “se realmente tem uma onda maior de machismo”. É interessante refletir sobre o vocábulo utilizado: *onda de machismo*. Existem dois sentidos associados: por um lado, um fenômeno da natureza, algo que se espalha, derrama, impõe-se ao ser humano de maneira acachapante, geralmente causando destruição; por outro lado, um momento de efervescência, afluência, o ponto alto de um movimento que depois irá se dissipar. O segundo significado, inclusive, é muito utilizado ao falar sobre feminismo, cuja história costuma ser dividida em ondas. Já existem, entretanto, no âmbito dos estudos feministas, críticas a este tipo de divisão, uma vez que se trata de uma periodização artificial que costuma ser reproduzida acriticamente, desconsiderando-se as particularidades e diversidades do movimento e, em geral, privilegiando manifestações anglo-americanas como a verdade sobre o feminismo (HEMMINGS, 2009). Na reportagem, porém, o machismo aparece justamente como estando “em alta”, o que indicaria que houve momentos em que esteve “em baixa”.

Apesar de esta matéria deixar em aberto a possibilidade de outra interpretação – isto é, de que não existe, de fato, um aumento da violência, mas sim das denúncias –, a maioria dos conteúdos da amostra analisada por esta tese parte do princípio de que estamos, sim, vivendo um aumento do sexismo. A seguir, avaliarei como este discurso é construído e quais são suas consequências políticas.

### **3.1. “Os números comprovam”: a construção do feminicídio como uma novidade**

Uma matéria da amostra exemplifica, de maneira interessante, a tônica do tratamento dado ao feminicídio pelos telejornais analisados: ele é “um dado triste”. Em reportagem no Dia Internacional da Mulher, o *Bom Dia Pará* afirma: “um dado triste tira um pouco o brilho da nossa data: é o número de feminicídios” (NÚMERO..., 2018)<sup>104</sup>. A reportagem explica questões como o que é uma medida protetiva, a existência de abrigos para mulheres vítimas de violência e a importância do tratamento psicológico, porém, é curioso observar como não é apenas o fenômeno do feminicídio o que “tira o brilho” da

---

<sup>104</sup> NÚMERO de feminicídios: foram seiscentas e setenta mulheres assassinadas em 2016. *Bom Dia Pará*, 08/03/2018. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6561323/>. Acesso em: 20/10/2021.

comemoração de dia das mulheres: é o *número* de feminicídios. Boa parte do conteúdo se dedica a informar sobre a quantidade de casos, de processos judiciais envolvendo esse tipo de crime e de medidas protetivas expedidas, entre outros dados. Deste modo, percebe-se como os números se tornam ferramenta essencial para estabelecer a relevância do tema, do ponto de vista do telejornal. Em outro caso, afirma-se que “os números mostram que estamos longe de poder comemorar o dia da mulher”<sup>105</sup> (PARANÁ..., 2019). Observa-se que o dado numérico confere legitimidade à fala: para *comprovar* as dificuldades ainda enfrentadas pela comunidade feminina, recorre-se às estatísticas. A matéria em questão é totalmente baseada nesta classe de informação, ressaltando o aumento de 50% nos casos de feminicídio em 2018.

Além do dia da mulher, outro momento do ano em que os feminicídios ganham destaque nos telejornais devido ao seu crescimento é durante o período de fim de ano. A retrospectiva de 2018 do jornal *TEM Notícias*, por exemplo, contou com uma referência ao feminicídio – destacando, é claro, o aumento das estatísticas naquele ano, além de relembrar alguns casos e mostrar o drama das famílias enlutadas<sup>106</sup>. Outro exemplo é uma matéria do *Bom Dia MS* em dezembro de 2018, que declara que aquele “foi um ano bem violento para as mulheres” (MS..., 2018)<sup>107</sup>. Com base em dados da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP), o repórter enfatiza que cresceu o número de feminicídios no Mato Grosso do Sul e afirma que foram, em média, dois casos por mês, “olha que número impressionante!”.

Complementarmente à relevância do dado numérico para incitar a preocupação do público, essa frase também evidencia os diferentes modos de construção enunciativa a que os jornalistas recorrem para trazer ainda mais concretude aos dados. Afinal, comparado com o número total de homicídios que ocorrem no Brasil, a quantidade de feminicídios, por si só, não chamaria a atenção. Então, os profissionais empregam outras formas de abordar os números, como mostra o exemplo acima: anunciar que *todo mês duas mulheres são assassinadas* traz mais impacto do que dizer *vinte e quatro feminicídios no ano*. Este tipo de prática é muito presente em diversas matérias: “SSP

---

<sup>105</sup> PARANÁ registra aumento de 50% nos casos de feminicídio em 2018. **Boa Noite Paraná**, 08/03/2019. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7441503/?s=0s/>. Acesso em: 20/10/2021.

<sup>106</sup> RETROSPECTIVA 2018: Casos de feminicídio e violência contra a mulher crescem na região. **TEM Notícias 1ª Edição – Sorocaba/Jundiá**, 27/12/2018. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7260270/?s=0s/>. Acesso em: 20/10/2021.

<sup>107</sup> MS registrou, em média, dois feminicídios por mês em 2018. **Bom Dia MS**, 27/12/2018. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7259960/?s=0s/>. Acesso em: 20/10/2021.

registra um caso de feminicídio por semana em SC”<sup>108</sup>; “DF registra quatro casos de feminicídio em janeiro”<sup>109</sup> e “A cada 4 dias uma mulher é vítima de feminicídio no estado de SP, aponta SSP”<sup>110</sup>. Na matéria “Paraná registra onze casos de feminicídio de janeiro a maio de 2018”, o repórter do *Boa Noite Paraná* deseja ressaltar o aumento de casos em relação ao ano anterior, porém foram apenas duas ocorrências de diferença (20 em 2016 e 22 em 2017). Ele diz, em seguida: “parece pouco, mas já são 10% a mais” (PARANÁ..., 2018)<sup>111</sup>. A utilização da porcentagem, então, colabora para dar mais impacto aos números.

A ocorrência de dois feminicídios no mesmo dia em uma mesma cidade também é um fator considerado digno de nota<sup>112</sup>, que pode inclusive fazer com que os casos cheguem a ser mencionados pelo *Jornal Nacional*<sup>113</sup>, algo que não acontece com frequência. Geralmente, são os jornais locais os que mais abordam casos de feminicídios, fazendo uma contagem ao longo do ano: “14º caso de feminicídio é confirmado no DF”<sup>114</sup>.

Em muitos dos casos, como se tem observado, a abordagem destes números é pautada por um viés sentimentalista. São dados “tristes”, números “assustadores”<sup>115</sup> e “alarmantes”<sup>116</sup>. Aqui, não há receio em adotar outro registro que não seja o da suposta neutralidade jornalística. Na verdade, como recorda Matheus (2006) o aparente paradoxo entre difusão de sensações e crença na objetividade é um falso dilema. Mais interessante

---

<sup>108</sup> SSP registra um caso de feminicídio por semana em SC. **Jornal do Almoço - SC**, 19/02/2019.

Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7393765/?s=0s>. Acesso em: 20/10/2021.

<sup>109</sup> DF registra quatro casos de feminicídio em janeiro. **DF1**, 02/02/2019. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7349430/?s=0s>. Acesso em: 20/10/2021.

<sup>110</sup> A CADA 4 dias uma mulher é vítima de feminicídio no estado de SP, aponta SSP. **TEM Notícias 2ª Edição - Itapetinga/Região**, 27/03/2018. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6614895/programa/?s=0s>. Acesso em: 20/10/2021.

<sup>111</sup> PARANÁ registra onze casos de feminicídio de janeiro a maio de 2018. **Boa Noite Paraná - Curitiba**, 02/08/2018. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6917811/?s=0s>. Acesso em: 20/10/2021.

<sup>112</sup> Exemplos: INDAIATUBA registra dois feminicídios em menos de 24 horas. **Bom Dia Cidade - Campinas/Piracicaba**, 26/03/2018. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6609394/>. Acesso em: 20/10/2021; CIDADE tem dois feminicídios no mesmo dia. **Bom Dia SP**, 19/03/2019. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7466760/?s=0s>. Acesso em: 20/10/2021.

<sup>113</sup> EM MG, 2 mulheres são vítimas de feminicídio por parceiros que não aceitaram rompimento. **Jornal Nacional**, 11/01/2019. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7294207/programa/?s=0s>. Acesso em: 20/10/2021.

<sup>114</sup> 14º caso de feminicídio é confirmado no DF. **Bom Dia DF**, 22/05/2019. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7633484/programa/?s=0s>. Acesso em: 20/10/2021.

<sup>115</sup> NÚMERO de feminicídios no Piauí é assustador e mulheres falam como identificar sinais. **PITV 1ª Edição**, 09/07/2018. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6859602/?s=0s>. Acesso em: 20/10/2021.

<sup>116</sup> DF registra quatro casos de feminicídio em janeiro. **DF1**, 02/02/2019. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7349430/?s=0s>. Acesso em: 20/10/2021.



é perceber as “fortes imbricações entre informação e sensação (...), entre o estatuto racionalista e a herança de emoções hiperbólicas do jornalismo” (2006, p. 54). Em análise do jornal *O Globo*, a autora verifica que o periódico se vale cotidianamente de estratégias oriundas das narrativas sensacionais, com forte traço popular, derivado da cultura oral. Assim, mesmo leitores de elite compartilham visões hiperbólicas, sensacionais e melodramáticas de mundo. Este modo de narração movido por sensações não seria, portanto, uma distorção, mas sim um pilar fundamental do fazer jornalístico. Afinal, as sensações também servem para amplificar os efeitos de verossimilhança da realidade retratada.

Barbosa e Ribeiro (2005) lembram, ainda, que, desde a década de 1970, houve investimentos por parte da Globo no sentido de diminuição do tempo entre cobertura e transmissão e apresentação de reportagens com coberturas *in loco*, o que representou a consolidação de um formato narrativo baseado na performance dos jornalistas. Na década de 2000, o caráter testemunhal do jornalismo se acentuou, sobretudo a partir de uma mudança de linguagem dos repórteres e apresentadores, que passou a abrir espaço para a coloquialidade. A proximidade afetiva, a maior informalidade e o uso mais destacado de recursos dramáticos, como expressões faciais e corporais, se tornaram novas formas de promover a credibilidade, notam Ribeiro e Sacramento (2019). Mais do que testemunhas, os enunciatários do discurso jornalístico passam a ser cúmplices: os repórteres buscam a partilha e o engajamento do interlocutor, compartilhando sentimentos e uma visão sobre os acontecimentos (GUTMANN, 2014).

No caso das reportagens analisadas, como temos visto, existe uma tentativa de construir uma *performance de indignação e compaixão*: os apresentadores e repórteres desejam exibir de maneira explícita que consideram o feminicídio um crime completamente absurdo e que a situação, no presente, é especialmente preocupante. As entrevistas com familiares enlutados e relatos de vítimas sobreviventes, porém, não são os únicos momentos em que a emotividade toma conta. O momento de se falar das estatísticas, ao contrário do que se poderia imaginar, também pode ser tão ou mais sensível. A *apresentação da estatística emotiva* envolve o tom de voz, as interjeições, expressões faciais, entre outros fatores. Uma reportagem do programa *Globo Comunidade*<sup>117</sup> exprime de maneira eloquente como isso se dá. Diz a apresentadora:

---

<sup>117</sup> RIO de Janeiro registra seis vítimas de feminicídio por mês. **Globo Comunidade**, 04/11/2018. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7135286/?s=0s> . Acesso em: 20/10/2021.

(...) muitas mulheres sofrem *dentro da própria casa*, gente, o lugar que seria o lugar de aconchego, de paz, acaba virando espaço de violência doméstica. Os números, *prepare-se*, você vai ver aqui *agora*, são assustadores. *Olha só...* Ai, ai, olha aqui... um estupro a cada *onze minutos*, uma mulher é assassinada a cada *duas ho-ras*, quinhentas e três mulheres são vítimas de agressão a cada *hora* no Brasil, e cinco espancamentos a cada dois minutos... Ou seja, nesse tempo em que a gente tá conversando aqui, cinco mulheres já foram *espancadas*. (...) Quarenta e... Meu Deus! Quarenta e nove feminicídios. Feminicídios é o seguinte: homicídio, né? Homicídio de mulheres. Quarenta e nove mulheres assassinadas. Seis vítimas por mês. Então não dá para botar isso embaixo do tapete, fazer de conta que não tá acontecendo nada (...) (RIO..., 2018, grifos da autora).

**FIGURA 74:**  
**Repórter manifesta, por gestos e expressão facial, seu pesar diante dos números relativos à violência contra a mulher, na reportagem “Rio de Janeiro registra seis vítimas de feminicídio por mês”.**



*Fonte: Foto de tela registrada pela autora a partir da reportagem do Globo Comunidade (RIO..., 2018).*

Chama a atenção o destaque a termos como “prepare-se”, “você vai ver aqui agora”, “olha só”, “olha aqui”. Essas palavras fazem parte de uma tentativa de despertar o interesse do espectador, e o modo de fazê-lo é por meio dos números. A sensibilização é enfatizada após cada um deles, sobretudo o de feminicídios, em que a jornalista interrompeu a enunciação do número com um “Meu Deus!”. Convém notar que, embora o pesar esteja em alta, a informação, neste momento, está em falta, visto que ela define “feminicídio” como homicídio de mulher. Também é oportuno atentar para o discurso sobre o lar, representado como “lugar de aconchego, de paz”, que acaba “virando” espaço de violência. Esse tipo de fala é uma das manifestações da crença, presente em muitas das matérias aqui analisadas, de que o estado normal da sociedade e das relações familiares

seria a paz, circunstância que tem sido perturbada por agressores desviantes da sociedade, movidos por uma “onda” de machismo crescente.

Apesar deste começo de reportagem pautado por uma dramaticidade despotencializada diante dos números de violência contra a mulher, o referido conteúdo prossegue entrevistando especialistas sobre o tema que trazem informações importantes e interessantes, como as marcas da violência psicológica e a dificuldade da vítima em sair deste relacionamento, entre outras. O que se observa, contudo, em muitas das matérias, é que o recurso às estatísticas se torna um fim em si mesmo: considera-se que recitar os números relativos ao feminicídio já é informação suficiente. A realidade é que estes dados apresentados isoladamente, sem explicações sobre o que é o feminicídio e como se pode combatê-lo, pouco fazem em termos de informação.

Um exemplo é a matéria “SSP-BA aponta crescimento do número de feminicídios registrados na Bahia”<sup>118</sup>, em que os números de feminicídio são apenas mencionados, juntamente com outros dados relativos à segurança pública, como homicídio e latrocínio. Inclusive, fica evidente a disparidade numérica entre estas diferentes modalidades de crime: ocorreram, por exemplo, 5.506 crimes contra a vida, sendo 70 feminicídios. Esta estatística corrobora o fato de que o feminicídio não se destaca simplesmente pela quantidade, mas sim por suas particularidades – que não são, contudo, explicadas na reportagem. O material ressalta que os outros crimes estão diminuindo enquanto o feminicídio estaria crescendo, mas não há comentários sobre os possíveis motivos para este fato. Poderia ser uma ocasião para explicar que a categoria feminicídio foi criada justamente para dar conta de crimes que não seriam resolvidos apenas por meio de ações utilizadas para outros tipos de crime, como policiamento nas ruas.

Já a matéria “Dossiê vai ajudar no combate ao feminicídio”<sup>119</sup> menciona que as estatísticas relativas à violência servirão como base para a criação de políticas públicas, mas apenas relata os números sem detalhar ou ao menos citar que políticas seriam essas, nem consultar especialistas que poderiam dar mais informações sobre a questão e apresentar uma visão crítica sobre o papel do Estado na prevenção do feminicídio. Para além das estatísticas e dos casos individuais, o feminicídio permanece, para os telejornais, um fenômeno muito nebuloso, movido por forças ocultas, contra o qual pouco se pode

---

<sup>118</sup> SSP-BA aponta crescimento do número de feminicídios registrados na Bahia. **BATV – Salvador**, 27/12/2018. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7261686/> . Acesso em: 20/10/2021.

<sup>119</sup> DOSSIÊ vai ajudar no combate ao feminicídio. **Meio Dia Paraná - Maringá**, 09/04/2019. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7526472/?s=0s> . Acesso em: 20/10/2021.

fazer além do que já é feito. Ou, como a própria apresentadora Anelize Camargo declara: “É estranho, né, parece que quanto mais a gente fala, mais casos aparecem” (DOSSIÊ..., 2019).

A falta de aprofundamento também prejudica a compreensão dos próprios números relatados. No conteúdo “Gastos com aumento no número de feminicídios passam de R\$ 400 mil em SC”, a repórter Eveline Poncio afirma que a cifra se refere aos “custos para os cofres públicos com os crimes de feminicídio”, ou seja, o Estado de Santa Catarina teria desembolsado R\$400 milhões (nota-se que o título da reportagem está equivocado, assim como o texto que aparece na tela nos momentos iniciais do material) para lidar com o problema, seja na prevenção, seja na investigação dos casos e punição dos responsáveis – ou, nas palavras da jornalista, “400 milhões de reais investidos nessa situação” (GASTOS..., 2019)<sup>120</sup>. Essa informação, entretanto, não corresponde à realidade. Na verdade, o valor é uma estimativa do prejuízo à sociedade causado pela morte de mulheres em decorrência de feminicídios. Segundo informativo do Ministério Público de Contas, o Tribunal de Contas utilizou uma metodologia que aferiu, além dos gastos do sistema prisional, o valor do capital humano que a sociedade como um todo deixou de ganhar<sup>121</sup>.

Houve, então, uma construção de verdade acerca da pesquisa do Tribunal de Contas, diferente daquela que o próprio órgão divulgou. O objetivo inicial do projeto seria demonstrar o quanto o feminicídio custa à sociedade, seja na punição dos agressores, seja com as mortes de mulheres em idade produtiva, que afetam famílias e comunidades. Com isso, poderia se reforçar um argumento da importância de se tomar novas e vigorosas ações combater este crime. Do modo como foi noticiada, contudo, a informação dá a entender que os R\$ 400 milhões equivalem a um valor *já investido* pelo Estado de Santa Catarina na prevenção e investigação de casos de feminicídio.

Chamada a comentar a questão, a repórter Fernanda Moro relata um fator que preocupa especialmente a Coordenadora das Delegacias da Mulher, delegada Fernanda Zimmerman: a dificuldade que as mulheres apresentam para fazer a denúncia. Embora a jornalista enuncie alguns motivos que levam as vítimas a não registrar queixas – como a

---

<sup>120</sup> GASTOS com aumento no número de feminicídios passam de R\$ 400 mil em SC. **Bom Dia Santa Catarina**, 10/06/2019. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7679886/?s=0s> . Acesso em: 20/10/2021.

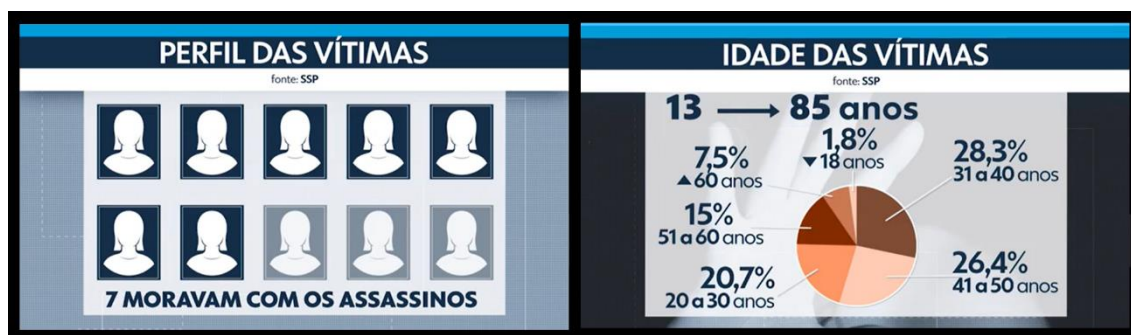
<sup>121</sup> Mais informações em: <https://www.mpc.sc.gov.br/noticias/tce-sc-calcula-custo-do-feminicidio-em-santa-catarina/> . Acesso em: 20/10/2021.

falta de atendimento humanizado nas delegacias e ameaças dos parceiros –, ela não deixa de ressaltar que “através dessa denúncia ela pode evitar” o feminicídio.

Observamos que a crítica à atitude das vítimas está sempre pairando em diversas reportagens. Sendo assim, a noção de que as mulheres seriam ao menos parcialmente responsáveis pelos altos números de feminicídios, associada ao dado descontextualizado de um alto gasto do Estado com essas ocorrências, abre margem para criação de uma construção ideológica especialmente problemática, que responsabilizaria as vítimas que falharam em denunciar por um suposto desperdício de dinheiro público.

Outra situação para o uso do recurso aos números que vale notar é a apresentação do perfil das vítimas de feminicídios. Também aqui, a escassez de discussão crítica tem impactos negativos. Além da quantidade de vítimas, costumam ser citados fatores como relação com os agressores, idade (FIG. 75) e se procuraram ou não a delegacia da mulher antes do desfecho fatal: “a maioria dos feminicídios envolvem mulheres que não fizeram denúncia ou desistiram do processo no meio do caminho”, diz reportagem do *DF2* com dados da Polícia Civil concedidos em exclusividade à emissora (FEMINICÍDIO..., 2018)<sup>122</sup>.

**FIGURA 75:**  
**Dados sobre perfil das vítimas de feminicídios. Foto de tela retirada da reportagem “Vidas Contadas - Feminicídios: região tem 53 casos de feminicídio desde mudança em lei”.**



*Fonte: Fotos de tela registradas pela autora a partir da reportagem do Jornal da EPTV 2ª Edição - Campinas/Piracicaba (VIDAS..., 2019)<sup>123</sup>.*

<sup>122</sup> FEMINICÍDIO no DF: Polícia Civil revela perfil das vítimas. *DF2*, 28/12/2018. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7263949/>. Acesso em: 20/10/2021.

<sup>123</sup> VIDAS Contadas - Feminicídios: região tem 53 casos de feminicídio desde mudança em lei. *Jornal da EPTV 2ª Edição - Campinas/Piracicaba*, 27/05/2019. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7647704/?s=0s>. Acesso em: 20/10/2021.

Novamente gostaria de chamar a atenção para o modo como as estatísticas ganham destaque, se tornando uma notícia por si próprias. Para torná-las mais acessíveis e interessantes ao público, são feitos gráficos como os exibidos acima. Alguns são mais simples, como o exemplo à esquerda: buscam dar concretude ao fato de que 7 a cada 10 vítimas moravam com os assassinos e, para isso, utilizam dez ícones brancos iguais entre si, que representam uma figura feminina de maneira elementar, sem rosto. As vítimas, aqui, são um grupo homogêneo. Já no quadro à direita, a informação apresentada é mais complexa, e existe um esforço em torná-la visível: cada seção do gráfico é pintada de uma tonalidade diferente, e os números das porcentagens são exibidos em tamanho grande, inclusive maior que os próprios dados de idade das vítimas.

Aqui, porém, o não dito fala tanto quanto ou mais do que o dito. O que as matérias deixam de mencionar sobre o perfil das vítimas é uma porcentagem muito significativa: em 2018, 68% das mulheres assassinadas no Brasil eram negras, segundo o Atlas da Violência 2020<sup>124</sup>. Já uma matéria do *Jornal Nacional* faz referência a este fato, mas apenas o menciona como mais um entre os demais, sem desenvolver a questão. Mais foco é conferido à questão da ausência de denúncia por parte da vítima: “esse silêncio da mulher é determinante para a vida ou para a morte. Porque quando ela fala, o Estado é obrigado a ajudá-la. Quando ela não fala, não tem como você socorrê-la” (MAIS..., 2019)<sup>125</sup>, diz uma das profissionais entrevistadas. A matéria poderia, por exemplo, chamar outras fontes que explicassem algo no sentido de que a população negra foi historicamente excluída, perseguida e discriminada pelo poder público, portanto, é natural que haja desconfiança das mulheres negras quanto ao poder judiciário. Também poderia propor um debate sobre o papel do Estado em reverter este cenário. Em vez disso, prefere terminar o conteúdo com a responsabilização das vítimas. Neste caso, informar que a maioria delas é negra acaba sendo um desserviço, já que a mensagem final foi a culpabilização dessas mulheres.

Como se pode perceber, na maioria das matérias, o que justifica a relevância do tema – e a urgência da denúncia – é o aumento do número de casos. Este crescimento do feminicídio é apresentado como algo inegável – afinal, “os números comprovam”, como

---

<sup>124</sup> Mais informações em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/08/27/68-das-mulheres-assassinadas-no-brasil-sao-negras-diz-ipea.htm> . Acesso em: 27/10/2021.

<sup>125</sup> MAIS de 1.200 mulheres foram vítimas de feminicídio no Brasil em 2018. **Jornal Nacional**, 10/09/2019. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7912802/?s=0s> . Acesso em: 20/10/2021.

diz uma reportagem (MINISTÉRIO..., 2019)<sup>126</sup>. Poucas vezes essa ideia é questionada. Na reportagem “Número de casos de feminicídios aumenta no DF”<sup>127</sup>, a especialista consultada deixa bem claro que *não há* um aumento de feminicídios, mas um reforço na conscientização e no número de denúncias. Ela também corrige a repórter quando esta diz que a vítima tem tolerância com as agressões. Uma delegada entrevistada na matéria “Número de feminicídios dobra no Maranhão”<sup>128</sup> igualmente contesta a ideia de uma acréscimo de casos, explicando que as estatísticas foram incrementadas nos últimos anos porque antes não se tipificava o feminicídio corretamente. Depoimentos como estes, porém, são exceção. Os jornalistas costumam recorrer a profissionais que afirmam, sem pestanejar, que há uma multiplicação dos casos devido a um aumento do machismo: “Eu posso aqui confirmar isso para você, sem sombra de dúvidas, infelizmente”, diz a promotora Gabriela Manssur em entrevista a Pedro Bial<sup>129</sup> em maio de 2019 (GABRIELA..., 2019)<sup>130</sup>.

Curiosamente, a insistência nesta intensificação do feminicídio pela via numérica não impede que, em alguns momentos, os telejornais comemorem a diminuição nos índices deste crime. Nas matérias “Pernambuco tem queda de 16,9% nos assassinatos e redução de 18,2% nos casos de feminicídio”<sup>131</sup> e “Crimes como feminicídio tiveram redução de 55% no RS”<sup>132</sup>, o feminicídio é citado ao lado de contravenções como roubo, latrocínio e homicídio simples, sem nenhuma diferenciação. Note-se, ainda, que a segunda matéria foi ao ar em dezembro de 2020, portanto, já em período de pandemia de coronavírus. A tendência de queda apontada nesta matéria está em direta oposição aos fatos narrados por outros telejornais: “Casos de feminicídio crescem durante a pandemia

---

<sup>126</sup> MINISTÉRIO Público traça perfil dos crimes de feminicídios registrados em 2018 no estado. **Jornal da EPTV 1ª Edição - São Carlos/Araraquara**, 02/01/2019. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7271212/?s=0s>. Acesso em: 20/10/2021.

<sup>127</sup> NÚMERO de casos de feminicídios aumenta no DF. **Bom Dia DF**, 20/03/2018. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6592891/programa/?s=0s>. Acesso em: 20/10/2021.

<sup>128</sup> NÚMERO de feminicídios dobra no Maranhão. **JMTV 2ª Edição**, 21/03/2018. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6598339/>. Acesso em: 20/10/2021.

<sup>129</sup> O programa *Conversa com Bial* não é um telejornal, porém decidi não excluí-lo do corpus por ter se mostrado relevante.

<sup>130</sup> GABRIELA Manssur fala sobre aumento de casos de feminicídio. **Conversa com Bial**, 02/05/2019. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7586972/?s=0s>. Acesso em: 20/10/2021.

<sup>131</sup> PERNAMBUCO tem queda de 16,9% nos assassinatos e redução de 18,2% nos casos de feminicídio. **AB TV 1ª Edição**, 15/01/2020. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8238622/?s=0s>. Acesso em: 20/10/2021.

<sup>132</sup> CRIMES como feminicídio tiveram redução de 55% no RS. **RBS Notícias**, 09/12/2020. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/9088966/?s=0s>. Acesso em: 20/10/2021.

da Covid-19”<sup>133</sup>; “Isolamento social aumenta os casos de feminicídio”<sup>134</sup>; “Exclusivo: número de feminicídios cresce durante pandemia do coronavírus no Brasil”<sup>135</sup> e “Casos de feminicídio registram aumento de 150% na Bahia; denúncias de agressão diminuíram”<sup>136</sup>.

Embora a ideia fixa de um aumento do fenômeno como motivador para sua relevância seja objeto de crítica nesta tese, a divulgação de reduções nos índices também é problemática. É verdade que as matérias reforçam que, mesmo com essa diminuição, as autoridades devem continuar atuando para combater a violência contra a mulher, e que ainda há muito o que fazer. Porém, esse tipo de pauta coloca os números no centro da discussão, ao invés de abordar, diretamente, as políticas públicas necessárias. Em alguns momentos, as diferenças entre um período e outro são mínimas, mas, devido à noção de autoridade de que os números são dotados, viram notícia. Por exemplo, a reportagem “Balanço da SDS de feminicídios de 2018 aponta queda de 10% nas ocorrências no Sertão de PE” diz respeito a uma diferença de dois feminicídios (20 em 2017 e 18 em 2018)<sup>137</sup>, já para uma matéria do *MGTV*, bastou a ocorrência de um caso a menos para que se apontasse uma redução<sup>138</sup>.

O caso de Santa Catarina se mostrou emblemático para discutir essa espécie de *fetichismo das estatísticas* sobre feminicídio e suas consequências problemáticas no sentido de um esvaziamento da discussão sobre o fenômeno. Até o início de 2020, os telejornais do Estado se alinhavam às produções de outras localidades ao apontar um inequívoco crescimento no número de feminicídios: “E o aumento... Não para de aumentar, aliás, né... Muita preocupação”, diz o apresentador do *Bom Dia Santa Catarina* em maio de

---

<sup>133</sup> CASOS de feminicídio crescem durante a pandemia da Covid-19. **SP2**, 20/04/2020. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8496210/?s=0s>. Acesso em: 20/10/2021.

<sup>134</sup> ISOLAMENTO social aumenta os casos de feminicídio. **Bom Dia Paraná**, 06/05/2020. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8533937/?s=0s>. Acesso em: 20/10/2021.

<sup>135</sup> EXCLUSIVO: número de feminicídios cresce durante pandemia do coronavírus no Brasil. **Fantástico**, 31/05/2020. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8593056/?s=0s>. Acesso em: 20/10/2021.

<sup>136</sup> CASOS de feminicídio registram aumento de 150% na Bahia; denúncias de agressão diminuíram. **BATV – Salvador**, 30/06/2020. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8663959/?s=0s>. Acesso em: 20/10/2021

<sup>137</sup> BALANÇO da SDS de feminicídios de 2018 aponta queda de 10% nas ocorrências no Sertão de PE. **GRTV 2ª Edição**, 22/01/2019. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7320139/?s=0s>. Acesso em: 20/10/2021.

<sup>138</sup> CONFIRA dados sobre feminicídio em 2018 no G1 Centro-Oeste de Minas. **MGTV 1ª Edição – Centro-Oeste**, 18/03/2019. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7465459/?s=0s>. Acesso em: 20/10/2021.



2019 (COLEGIADO..., 2019)<sup>139</sup>. Em janeiro de 2020, com os dados do ano anterior consolidados, foi noticiado não apenas um incremento, mas um recorde de feminicídios<sup>140</sup>. Algumas semanas depois, contudo, os repórteres já anunciavam, com base no balanço do primeiro mês do ano, uma queda deste tipo de crime violento contra a vida de mulheres: “Depois de um 2019 com recorde histórico negativo nos casos de feminicídio, Santa Catarina começa 2020 com uma redução importante nesses números” (ANDERSON..., 2020b)<sup>141</sup>. Embora o repórter deixe claro que esta redução não significa que o Estado possa descansar ou que o problema está resolvido, vale questionar: qual é, de fato, o valor noticioso dessa informação? Os dados de um mês realmente já são o suficiente para configurar uma “redução importante”, sobretudo depois de um ano que bateu recordes, segundo a própria matéria lembra?

Em abril de 2020, já em plena pandemia de coronavírus, enquanto diversos telejornais ao redor do Brasil, como foi visto, abordavam o aumento da violência contra a mulher e também as dificuldades enfrentadas para se fazer uma denúncia neste contexto, o *Bom Dia Santa Catarina* comemorava uma queda do número de feminicídios durante a quarentena. Embora, novamente, reforcem que o combate a este crime deve continuar, inegavelmente se transmite a ideia de que, após um período crítico, agora o problema está no caminho de ser solucionado: “Que bom poder falar sobre isso! (...) Fechamos 2019 com muita preocupação” (NÚMERO..., 2020)<sup>142</sup>. É importante observar que o programa nega a possibilidade de que esteja havendo subnotificações, adotando a narrativa da Secretaria de Segurança Pública de que existiria, de fato, um movimento de queda nos números, fruto do trabalho do órgão.

Já em novembro de 2020, uma surpresa – pelo menos, para os jornalistas do programa: os “dados tristes” voltaram, “no decorrer da pandemia esses números foram subindo, subindo, subindo” (SC..., 2020). Para tentar desvendar essa conjuntura, a produção recorre ao depoimento de uma delegada, e pergunta, referindo-se aos dados do

---

<sup>139</sup> COLEGIADO de Segurança deve se reunir para debater sobre o aumento de casos de feminicídio. **Bom Dia Santa Catarina**, 10/05/2019. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7604683/?s=0s>. Acesso em: 20/10/2021.

<sup>140</sup> ÂNDERSON Silva: recorde de feminicídios em 2019. **Jornal do Almoço - Joinville**, 03/01/2020. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8210428/?s=0s>. Acesso em: 20/10/2021; SANTA Catarina registra aumento no número de casos de feminicídio em 2019. **Bom Dia Santa Catarina**, 03/01/2020. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8209028/?s=0s>. Acesso em: 20/10/2021.

<sup>141</sup> ÂNDERSON Silva: número de feminicídios apresenta queda em 2020. **Jornal do Almoço - Joinville**, 05/02/2020. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8297394/?s=0s>. Acesso em: 20/10/2021.

<sup>142</sup> NÚMERO de casos de feminicídio diminui em SC durante a quarentena. **Bom Dia Santa Catarina**, 23/04/2020. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8503647/?s=0s>. Acesso em: 20/10/2021.

início da pandemia: “aqueles números lá nos enganaram?”<sup>143</sup>. Cabe refletir sobre a imagem que se cria da evolução dos casos de feminicídio: é quase como se houvesse uma força mística que movesse a mão dos assassinos. No início de 2020, os profissionais pareciam acreditar que ela havia simplesmente desaparecido, como mágica, após um ano de atuação intensa. Depois, diante da evidência de que o problema não “sumiu”, a ideia transmitida é de que foram “enganados”: os números de feminicídio adquirem características humanas, a eles sendo atribuídos uma atitude sorrateira, como se tivessem feito confabulações e tivessem ficado esperando para agir quando todos menos esperavam.

Este tipo de conteúdo demonstra o problema da concentração dos telejornais em torno de um acompanhamento dos índices de feminicídio como sendo o tópico mais proeminente acerca do tema. Essa discussão retira o foco de outras questões relevantes, como a necessidade de mais delegacias da mulher, maior quantidade e qualidade de pessoal para atender as vítimas nestes locais, o fornecimento de apoio psicológico e financeiro tanto àquelas diretamente atingidas quanto a suas famílias, a disponibilidade de abrigos para mulheres que não têm para onde ir, a expansão do projeto Patrulha Maria da Penha para que possa proteger mais vítimas em mais localidades, entre outras.

Além disso, o foco nos números, no movimento de aumentar ou diminuir, firma o feminicídio diretamente no *agora* – no máximo, de dois ou três anos atrás. Embora as matérias façam referência ao machismo e ao ódio como sendo as causas do feminicídio, a crença de que possa haver uma “explosão” de aversão às mulheres ou uma súbita queda deste fenômeno, de um mês para outro ou mesmo de um ano para outro, evidencia a falta de contextualização sobre o fator histórico. A realidade é que a violência contra a mulher é elemento fundante da civilização ocidental, presente nos mais diversos momentos. As mudanças neste cenário são vagarosas – ou, como diz Rita Segato, as relações de gênero “respondem a um tempo extraordinariamente lento” (SEGATO, 2003, p. 29)<sup>144</sup>, obedecendo a estruturas de ordem muito arcaica que continuam latentes por detrás da formalidade do contrato social moderno. Assim, a prevalência da misoginia não está em oposição à conquista de direitos por parte das mulheres, e também não se manifesta como mera reação à independência feminina. A aversão às mulheres convive perfeitamente com

---

<sup>143</sup> SC soma 45 feminicídios em 2020; delegada reforça importância da denúncia de casos. **Bom Dia Santa Catarina**, 12/11/2020. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/9017058/?s=0s>. Acesso em: 20/10/2021.

<sup>144</sup> No original: “las relaciones de género obedecen a estructuras de orden muy arcaico y responden a un tiempo extraordinariamente lento”.

a integração feminina ao mercado de trabalho capitalista – por que seria diferente? Nem aumentando, nem diminuindo: é mais interessante enxergar como a hostilidade é uma constante ao longo da História, manifestando-se de maneiras particulares, de acordo com a moralidade de cada era. Ao objetivo de devolver o feminicídio à história se dedicará o próximo tópico, que procederá a uma breve genealogia da misoginia.

### 3.2. Breve genealogia da misoginia

Simone de Beauvoir (2016) marcou o pensamento sobre a situação da mulher ao tematizar sua existência como o *segundo sexo*: enquanto o homem é o Sujeito absoluto, a mulher é o Outro. A humanidade é masculina e o homem define a mulher não em si, mas relativamente a ele. Os homens formam alianças entre si, das quais excluem as mulheres, consideradas diferentes em um nível fundamental. As mulheres, porém, não estabeleceram historicamente o mesmo tipo de união – afinal, foram definidas em função de sua filiação com os homens. Ser marcada em relação a um homem é o preço que a mulher precisava pagar para poder existir no mundo.

Essa relação do homem com seu *outro*, a mulher, não foi pautada, historicamente, pela pacífica convivência, mas por uma tensão e, como argumentarei ao longo deste item, por ódio. Quando utilizo a palavra ódio, não o faço apenas por força de expressão, e nem como sinônimo de violência física ou de arroubos emocionais de homens agressivos. Falo do ódio a mulheres como parte integrante de uma sociedade hostil a mulheres.

O ódio seria o sustentáculo afetivo dessa cultura de aversão ao feminino, porém vale notar que a emotividade é aqui entendida como inseparavelmente interligada à razão e a moral, e observada em sua capacidade micropolítica – isto é, seu potencial para alterar ou reforçar relações de poder, sobretudo no trabalho de inclusão e exclusão social, a demarcação de fronteiras entre *eu* e *outro*, o estabelecimento de hierarquias e a designação do modo correto de se agir com este *outro inferior*. Neste sentido, mais do que uma forma de expressar sua interioridade, manifestar uma emoção é uma performance comunicativa, “uma forma de ação social que cria efeitos no mundo” (ABU-LUGHOD & LUTZ, 2009, p. 106-107, tradução livre)<sup>145</sup>.

---

<sup>145</sup> No original: “Rather, we should view emotional discourse as a form of social action that creates effects in the world, effects that are read in a culturally informed way by the audience for emotion talk”.

A misoginia, então, é vista como uma manifestação compartilhada que apresenta como efeito a colocação e conservação da mulher em uma posição precária na sociedade, a imposição de pesadas condições para existir, a constante punição daquelas que não se encaixam nos elevados padrões, o rebaixamento e a negação da humanidade da população feminina, de modo geral.

Poucas são as pessoas que admitiram odiar mulheres. Entretanto, nossa sociedade é misógina – considerando, como foi dito, o ódio como a produção de efeitos no mundo, efeitos estes que colocam a mulher em uma posição subordinada. Pensar assim sobre a misoginia retira a discussão do nível individual, das motivações dos agressores, da vontade de saber se determinado homem nutre ódio em seu “interior”. O foco pode ser redirecionado, como argumentam Brudholm e Johansen (2018), a identificar a ação do ódio em imagens, leis, prédios, máquinas, armas, cercas, pôsteres, discursos: objetos materiais que, obviamente, não *sentem* ódio, mas funcionam como mediadores de interações e podem armazenar e distribuir narrativas de ódio, além de facilitar, intensificar e promover condições estruturais para a expressão desta emoção. Pensar no ódio desta forma é importante para enxergar que o ponto nevrálgico desta emoção, o que a distingue e o que deve ser observado, é menos sua forma de expressão e mais o seu conteúdo e os resultados que gera.

Embora eu privilegie, neste trabalho, uma visão das emoções calcada em contribuições da antropologia sobre o caráter cultural e simbólico destas manifestações, considero profícuo trazer o pensamento do filósofo húngaro Aurel Kolnai. Fundado na matriz teórica da fenomenologia, ele elucida que o ódio possui um “movimento típico” em direção à destruição de seu objeto. Este extermínio, entretanto, não precisa ser físico: pode ser simbólico. E é aí, na dimensão do discurso, da produção de subjetividades e de hierarquias, que acredito ser o ponto fundamental para a observação dos efeitos da misoginia.

É evidente que a aniquilação do corpo feminino é um ato extremamente presente ao longo da história e, inclusive, tema central deste trabalho. Entretanto, considero que o feminicídio não pode ser adequadamente compreendido sem um olhar para outras formas de violência contra a mulher. O feminicídio é uma manifestação do ódio não apenas pelo intenso nível de agressão física, mas por ser uma das materializações de hostilidade a mulheres em uma sociedade na qual ela ainda é subordinada.

Ao buscar entender mais sobre o ódio, fica explícito porque podemos caracterizar a hostilidade a mulheres presente na sociedade como misoginia. Ainda segundo Kolnai

(1998), o ódio é um *desejo* de destruição do outro, que adquire importância para o sujeito que odeia. A experiência de inimizade característica do ódio se torna significativa para a história do indivíduo e passa a representá-lo.

No caso do ódio às mulheres, observamos facilmente como a aversão adquire grande relevância para a formação da subjetividade do grupo que odeia. De acordo com a construção de gêneros caracterizada por um binarismo, o masculino e o feminino são definidos por oposição e, portanto, não podem apresentar características semelhantes. Os homens são tradicionalmente encorajados a demonstrar, de maneira efusiva, hostilidade e abjeção a traços considerados femininos, ao ponto de que o fato de agir supostamente “como uma garota” se torna grande ofensa. Ao mesmo tempo, das mulheres que querem ser vistas como virtuosas é esperado que se afastem de todos os comportamentos reputados como viris – sem, no entanto, ser tão necessário demonstrar aversão, apenas uma “natural” inadequação aos padrões masculinos. Afinal, mais do que oposição, há uma hierarquia.

A oposição entre masculino e feminino, do modo como são, tradicionalmente, definidos, é um caso em que a negação do *outro* adquire centralidade para a afirmação de si mesmo, uma vez que a proximidade deste outro é vista como uma negação do *eu* – ou de sua posição, *status* ou conjunto de crenças. Como lembra Sara Ahmed (2014), mais do que o estabelecimento de opostos, o que está em jogo na intensidade do sentimento de ódio é a criação da noção do *nós* e do *elas* como simultâneos e necessariamente em combate. Nesse sentido, o masculino e o feminino, em suas acepções tradicionais, não podem verdadeiramente conviver em harmonia como opostos que se complementam: encontram-se em constante tensão, devido à relação hierárquica e marcada pela necessidade de negar o outro.

A importância desta animosidade em relação ao grupo visto como *outro ameaçador* não significa, contudo, o fim (ou o caminho para o fim) da relação com este considerado inimigo. Ocorre, na verdade, o contrário: curiosamente, o desejo por expurgar o *outro* coloca o ser que odeia em constante relação com este *outro*. O masculino precisa do feminino para definir-se, e diversas atitudes do homem e da mulher devem, de acordo com as regras tradicionais, ser tomadas levando em conta tal relação. O ódio se caracteriza, deste modo, como uma emoção “obstinada”, isto é, que perdura ao longo do tempo e é “extraordinariamente resistente à transformação” (BRUDHOLM, 2010, p. 309,

tradução livre)<sup>146</sup>. Brudholm (2010) chega a defender que o ódio, por ter caráter duradouro, pode ser melhor compreendido como uma *atitude* ou sentimento moral, do que como uma emoção.

Por compreender o termo *emoção* como equivalente a uma performance comunicativa que cria efeitos no mundo (ABU-LUGHOD & LUTZ, 2009), considero que ele não é incompatível com uma manifestação duradoura. Na verdade, acredito que o caso da oposição entre masculino e feminino fornece um notável exemplo para esta ideia de obstinação do ódio, uma vez que a desigualdade entre os sexos passou a ser defendido como fato da natureza, imutável e inquestionável. Mulheres e homens são vistos como detendo propriedades que não mudam com o tempo ou com a cultura, são completamente universais e ahistóricas. Uma particularidade da misoginia, porém, é que nem sempre são associadas às mulheres características negativas: tornam-se comuns, por exemplo, frases como “mãe é tudo igual, só muda o endereço”, além da crença em um “instinto materno” de proteção. Apesar de serem consideradas por muitas como um elogio, ideias como estas associam as mulheres à natureza em oposição à cultura e vinculam a elas atributos incorrigíveis que aqueles que se entendem como homens no sentido tradicional não podem ou não querem acessar, sob pena de perder a masculinidade que lhes define. Para aqueles que realmente se comprometem com o “mandato de masculinidade” – para usar a expressão cunhada por Segato (2003) –, qualquer diálogo ou encontro no meio do caminho não é possível: a mulher está condenada a ser *o outro*.

A discussão a seguir recuperará, de forma breve, algumas das diversas maneiras pelas quais os homens demarcaram as mulheres como diferentes, ao longo da História, promovendo uma verdadeira aniquilação simbólica da figura feminina que, em muitos momentos, significou, também, o extermínio físico, além de operar de maneiras mais circunspectas – inclusive, eventualmente, a título de uma proteção à classe feminina.

### 3.2.1. Eles governam, elas são governadas: a ideia de inferioridade da mulher

Seria possível argumentar que o ódio às mulheres é uma das mais ancestrais manifestações de aversão – Jack Holland (2016) defende que a misoginia é a forma mais antiga de preconceito. O fator mais notável sobre esta emoção, porém, não é exatamente

---

<sup>146</sup> No original: “more ‘stubborn’, extraordinarily resistant to transformation”.

sua antiguidade, mas sim sua exímia capacidade de se regenerar, apresentando-se de variadas maneiras, durante séculos:

Ela sobreviveu de uma forma ou de outra por imensos períodos de tempo, emergindo aparentemente inalterada dos cataclismos que engolfaram impérios e culturas, e varreram seus outros modos de pensamento e sentimento. Ela persiste depois que revoluções filosóficas e científicas aparentemente transformaram de maneira permanente a forma como vemos o mundo. Quando as convulsões sociais e políticas remodelaram as relações entre os cidadãos e o Estado, e as democracias venceram as oligarquias e expulsaram os monarcas absolutos do poder, ela volta a assombrar nossos ideais de igualdade, com a persistência de um fantasma que não pode ser exorcizado. É tão atualizado quanto o último site pornográfico e tão antigo quanto a própria civilização (HOLLAND, 2016, p. 14)<sup>147</sup>.

O trecho de Holland colabora para termos em mente a longevidade e variedade das manifestações de misoginia. Diante disso, a metáfora de um *fantasma* é difícil de resistir. É comum que, ao falar em ódio, inadvertidamente adentremos na linguagem de um universo mágico, como lembra Chavaud (2014). Assim, imaginamos que tamanha hostilidade, espalhada por tantos séculos, assemelha-se a uma *força oculta*, um *encantamento maligno*, que intoxica o ar da humanidade e faz coisas ruins acontecerem independentemente da vontade da maioria das pessoas, que seriam boas. Entretanto, é mais produtivo enxergar a misoginia como parte integrante das relações sociais, algo que ajuda a manter suas estruturas. Chavaud e Gaussoit (2008) alertam que o ódio costuma funcionar como uma espécie de cimento social, unindo pessoas, construindo identidades, delineando moralidades e reforçando valores. Os autores lembram, ainda, que cada cultura possui objetos de ódio aprovados socialmente, que ajudam a estabelecer e corroborar fronteiras entre o certo e o errado, o bem e o mal. A partir daí, podemos argumentar que as mulheres – e algumas delas com mais intensidade, como veremos – são alvos a quem se admite que seja direcionada hostilidade, em nome da manutenção de seus “devidos lugares”. Assim, conseguimos começar a compreender por que a misoginia aparece de forma tão constante na História.

---

<sup>147</sup> No original: “It has survived in one form or another over immense periods of time, emerging seemingly unchanged from the cataclysms that have engulfed empires and cultures, and swept away their other modes of thought and feeling. It persists after philosophical and scientific revolutions have seemingly transformed permanently how we look at the world. When social and political upheavals have refashioned relationships between citizens and the state, and democracies vanquished oligarchies and driven absolute monarchs from power, it comes back to haunt our ideals of equality, with the persistence of a ghost that cannot be exorcised. It is as up to date as the latest porn website and as old as civilization itself”.

Onde tudo começou? Investigando causas e origens da subordinação das mulheres, Gerda Lerner (2019) se deu conta de que a pergunta mais importante era *como e com que finalidade*. Após mergulhar na história da Antiga Mesopotâmia – compreendendo o surgimento do registro histórico escrito, por volta do quarto milênio a.C., como o ponto de início da civilização ocidental – a autora observou que o estabelecimento do patriarcado não possui um marco de início, foi um processo que se desenrolou durante um espaço de tempo de quase dois mil anos, de cerca de 3100 a 600 a.C. A criação do patriarcado se confunde com a própria formação dos estados arcaicos, visto que eles foram organizados tendo como alicerce a dominação da mulher dentro da família e também a escravização das mulheres de grupos dominados. Esta subordinação feminina, observa a autora, foi imposta pelo Estado, institucionalizada nos mais antigos códigos de leis. Enquanto, para os homens, o nível de estima social era baseado na relação com os meios de produção, para as mulheres era mediada por seu vínculo aos homens.

Mesmo depois de muito tempo de consolidação deste modelo de sociedade baseado na exploração sexual da mulher, porém, a figura feminina ainda desempenhava, no mundo antigo, alguns papéis bastante respeitados, ligados ao poder metafísico de dar a vida e de estabelecer a mediação entre humanos e deuses (como sacerdotisas, videntes, curandeiras, etc.). O surgimento do monoteísmo hebraico, contudo, significou uma desvalorização simbólica das mulheres, que, segundo Lerner (2019), é uma das metáforas fundamentais da civilização ocidental. A outra metáfora, explica ela, vem da filosofia aristotélica, que admite como fato que mulheres são seres humanos incompletos e defeituosos de uma categoria totalmente diferente da dos homens.

Deste modo, observa-se que a opressão das mulheres não se deu apenas pela violência física, pela escravização ou exploração de sua função sexual, mas principalmente por meio de dois construtos simbólicos, que estão nos alicerces do imaginário da civilização ocidental. A subordinação das mulheres, então, passa a ser vista como algo natural, e o patriarcado pôde se estabelecer com firmeza.

Vale destacar, também, a questão da separação entre mulheres, promovida pela legislação dos Estados arcaicos, estudada por Lerner. Ela indica que a Lei Médio-Assíria § 40 pode ser compreendida como um divisor de águas histórico para mulheres: a classificação legal de sujeitos femininos de acordo com seu comportamento sexual. Essa lei passa a regular o velamento. A autora explica que o véu já era, historicamente, um símbolo das esposas, porém, a partir dessa legislação, torna-se assunto de Estado, que buscava distinguir mulheres em função de sua atividade sexual. Isso porque não apenas



as casadas deveriam se cobrir ao sair à rua, mas também as filhas solteiras, as escravizadas, as concubinas e as prostitutas que se casassem com um homem. Já as meretrizes descasadas deveriam andar com a cabeça descoberta.

Adicionalmente a essa classificação de mulheres, a lei estabelecia a punição para as transgressoras: quem visse uma meretriz usando véu deveria detê-la e levá-la ao tribunal, onde ela receberia 50 açoites e teria piche derramado em sua cabeça. Aquele que a encontrasse não deveria tomar suas joias, mas poderia, ainda de acordo com a lei, despi-la. Lerner (2019) destaca o caráter simbólico desta punição: cobrir a cabeça de piche mostra o único véu que seu *status* social lhe permite. Além disso, tal medida a incapacitaria de seguir em sua ocupação por um bom período de tempo, pois ela precisaria raspar os cabelos e, assim, não seria mais desejável.

Essa medida buscava garantir que as mulheres sob a proteção de determinado homem seriam identificadas como invioláveis, enquanto as demais estavam marcadas como desprotegidas e, portanto, poderiam ser alvo de qualquer homem. Lerner (2019) nota como essa divisão entre “mulheres respeitáveis”, ligadas a um homem, e “mulheres indecentes”, que estão desacompanhadas, dificultou, historicamente, a aliança feminina e o desenvolvimento da consciência feminista.

A observação de Lerner vai ao encontro da ideia, defendida por Manne (2018), sobre uma particularidade da misoginia em relação a outros tipos de ódio: as hostilidades misóginas muitas vezes têm como alvo as mulheres de maneira bastante seletiva. Esta espécie de manifestação não anula o fato de que a hostilidade misógina atinge os mais diversos tipos de mulheres e produz efeitos sobre toda a coletividade feminina. Não se nega, também, que é comum a manifestação de desprezo por mulheres *em geral*, a qual igualmente será abordada na presente análise. A consideração do modo como a misoginia atua diferenciando mulheres, porém, é importante para se compreender mais sobre o fenômeno. Como indica Manne (2018), é comum que haja um incremento de agressão direcionada às mulheres vistas como insubordinadas, negligentes, descontroladas, ou àquelas que assumem posições de poder e autoridade sobre os homens, e até mesmo as que evitam ou se negam a exercer funções de serviço orientadas para a classe masculina. Esta forma de operação é especialmente insidiosa, uma vez que utiliza as mulheres consideradas “boas” como um parâmetro para justificar a agressão àquelas que não atingem o mesmo padrão, além de promover a desunião entre mulheres.

Não obstante a relevância de observar esse tipo de manifestação da misoginia, também é preciso considerar a homogeneização das mulheres e sua anulação simbólica.

Clack (1999) destaca as implicações da filosofia de Aristóteles para influenciar a visão, que passou a dominar o pensamento ocidental, da mulher como ser inferior ao homem, de papel passivo, que deve ser governada por ele. Ao refletir sobre o processo de reprodução dos animais, Aristóteles afirma que a fêmea é o polo passivo, que fornece o “material”, enquanto o macho é ativo, contribuindo com o “movimento”. Ele faz uso de uma metáfora: o homem seria como o carpinteiro ou o escultor, e a mulher como a madeira ou a argila. Mais adiante, ele afirma, ainda, que a mulher é um macho mutilado, mas, que ainda assim, eventualmente tem a capacidade de gerar um filho homem, do mesmo modo como filhos de pais com deficiência nem sempre nascem com deficiência. Clack (1999) enxerga continuidades deste tipo de pensamento nas reflexões do filósofo sobre política, em que ele afirma que “a relação entre o homem e a mulher consiste no fato de que, por natureza, um é superior e a outra inferior, um governante, outra, governada” (ARISTÓTELES, 1998, p. 63).

Como ocorre com diversas figuras masculinas consagradas ao longo da história que passam a sofrer críticas por parte de teóricas feministas, o filósofo pôde contar com a intercessão de pensadores contemporâneos a seu favor. Connell (2016) considera que não é possível estabelecer conexões entre a metafísica de Aristóteles e seus trabalhos sobre política, e nem a uma intenção de oprimir mulheres ou uma crença de que elas seriam inferiores. Gelber (2018) argumenta que frases como “mulheres são como machos inférteis”, como “machos mutilados” e que sua natureza se assemelha a de uma criança “não necessariamente” significam que o filósofo, de fato, enxergasse mulheres como uma falha da natureza. Esse tipo de “defesa” de Aristóteles coloca em questão a *intenção* por trás da misoginia, e não é esse o objetivo da presente discussão. Não cabe discutir se Aristóteles realmente nutria desprezo em relação a mulheres ou se tinha o propósito consciente de estabelecer uma ligação entre biologia e política, excluindo as mulheres da esfera pública. Importa avaliar, em vez disso, como as ideias que ele apresentou circularam ao longo do tempo – independentemente de seu desejo íntimo ou de seus sentimentos sobre mulheres. Ainda que ele fosse, pessoalmente, um grande admirador da potência do feminino, suas falas e escritos sobre a incontornável diferença entre mulheres e homens, sobre a passividade e dependência delas perante eles, ecoaram e trouxeram prejuízos às mulheres.

A sociedade da Grécia Antiga ainda produziu mais um notável exemplar de ideário misógino: o mito de Pandora. Na versão contada por Hesíodo, a primeira mulher criada pelos deuses foi enviada à Terra como um instrumento divino para trazer

sofrimento ao mundo, vingança pela transgressão de Prometeu, que roubou o fogo dos céus: “Para compensar o fogo lhes darei um mal, com o qual todos se encantarão em seu espírito, abraçando amorosamente seu próprio mal” (HESÍODO, 2012, p. 65). Zeus pediu que os outros deuses lhe concedessem dons, como uma forma bela e amável e a habilidade de tecer. Também ordenou que nela fosse colocada “uma mente desavergonhada e um caráter fingido” (*ibid.*, p. 67). Acompanhada de uma urna que continha todos os males existentes, ela não foi avisada sobre o conteúdo nefasto da caixa. Sem saber da gravidade de seu ato, abriu a caixa e, assim, liberou as mazelas que passaram a assombrar a humanidade deste então. Apesar de ser inocente, a mulher se confunde com o próprio Mal.

A cultura judaico-cristã também apresenta sua versão do mito de criação, o qual igualmente coloca sobre a mulher a culpa pela queda do homem. Diferentemente de Pandora, Eva escolheu a desobediência, e pior: convenceu o homem a fazer o mesmo. Outra distinção importante é que ela foi castigada de maneira específica, de acordo com seu sexo e gênero: condenada a dar à luz com sofrimento e ser dominada pelo homem. A seguir, veremos como essa imagem segue exercendo um papel primordial na atuação da misoginia.

### 3.2.2. Amaldiçoadas por Deus: a mulher como o Mal

Segundo a mentalidade cristã primitiva, o homem que desejasse fortalecer sua união com os céus deveria rejeitar em absoluto as tentações femininas. São João Crisóstomo, que viveu entre os séculos IV e V e ficou conhecido como “boca de ouro” graças a seus longos sermões, defendeu, na obra *O Sacerdócio*, que “o olhar das mulheres toca e perturba nossa alma, e não só o olhar da mulher desenfreada mas também o da mulher decente” (VI, cap. 8 apud RANKE-HEINEMANN, 1996, p. 134). Neste estágio, não há, portanto, uma divisão entre mulheres valorosas e mulheres corrompidas: todo o sexo feminino está condenado para além da salvação.

Embora a Igreja abra a possibilidade de escapar de uma vida de servidão a um marido indesejado, oferecendo a elas a oportunidade de tornarem-se “esposas de Cristo”, como observa Castelli (1986), a ideologia da virgindade foi provavelmente tão ou mais domesticadora e limitante à sexualidade das mulheres quanto a ideologia do casamento. A autora nota que, ao contrário do que se pode pensar, a renúncia às relações carnavais é uma demanda que exigia mais das figuras femininas do que

dos homens, devido ao significado cultural associado ao corpo e à sexualidade feminina: as mulheres foram historicamente associadas à natureza, à corporalidade, portanto, negá-las era também renunciar a sua identidade feminina, resultando em um elevado nível de autoalienação e autonegação.

Esse processo colabora para começar a compreender como puderam conviver, na mentalidade medieval, ideias aparentemente tão distintas sobre a mulher: de um lado, a “noiva de Cristo”, de outro, a “porta de entrada do inferno”. Bloch (1991) explica que prevalecia, acima de tudo, a imagem da mulher como uma contradição, associada aos extremos: redentora e sedutora, anjo e demônio, nada no meio. Como lembra Jack Holland (2006, p. 60, tradução livre): “O endeusamento desumaniza as mulheres tanto quanto seu oposto, a demonização. Ambos retiram da mulher sua humanidade”<sup>148</sup>. Do ponto de vista ideológico, não há incoerência – é, na verdade, uma poderosa ferramenta para controlar mulheres, atraindo-as com uma imagem positiva, mas também contendo-as por meio de um retrato temerário do que acontece às mulheres que se afastam do Senhor.

A partir de determinado momento na História, porém, parece que a imagem da mulher como inerentemente associada ao Mal passou a predominar de maneira exacerbada. Estamos falando de um dos momentos mais significativos na trajetória da aversão às mulheres: a caça às bruxas. A perseguição a mulheres acusadas de praticar feitiçaria e comungar com o demônio nasceu ainda no fim do feudalismo e seguiu por séculos, mesmo já tendo se consolidado o período conhecido como “era da razão”. É importante ter em mente, então, que não se tratou apenas de um movimento de “histeria coletiva” ou surtos de linchamentos: a caça às bruxas seguia procedimentos ordeiros e burocráticos, dentro da legalidade da época. Era feita em campanhas bem organizadas, iniciadas, financiadas e executadas pela Igreja e pelo Estado. Como nota Federici (2018), foi um momento único na História, em que mulheres foram sujeitadas a uma agressão a seus corpos de forma massiva, composta em uma rede internacional, chancelada pela legislação e com a benção da Igreja.

A autora afirma que um acontecimento dessa magnitude possui uma explicação multicausal, mas ela considera que a chave explicativa mais completa é enxergá-lo como parte de uma grande transformação que levou ao estabelecimento do capitalismo na

---

<sup>148</sup> No original: “Deification dehumanizes women as much as its polar opposite, demonization. Both deny women their ordinary humanity”.

Europa. O tráfico de escravizados, o massacre dos povos originários da América, a expropriação de terras dos camponeses são, para ela, outras violências que estão ligadas ao mesmo processo. Federici (2018), então, contesta a ideia de que o desenvolvimento do capitalismo teria trazido apenas progresso, argumentando que, ao invés disso, ele foi construído com base em esbulhos e violência, além de ter gerado o apagamento de culturas, práticas e saberes, não apenas das mulheres, mas também de outros povos que foram exterminados.

Outra questão importante de ser ressaltada sobre a caça às bruxas é a divisão entre mulheres e a produção de uma subjetividade feminina ideal, em oposição à bruxa. Ainda segundo Federici (2018), as bruxas eram, em muitos casos, idosas empobrecidas, que viviam sozinhas, à margem da sociedade e sem o apoio de familiares. Elas eram mal vistas por mendigarem, e resistiam à violência que sofriam: ameaçavam, praguejavam e mantinham uma relação conflituosa com o entorno social. Por vezes, eram curandeiras, cujas habilidades tornaram-nas conhecidas, mas também as assinalaram como amedrontadoras e perigosas. Outra categoria de acusadas de bruxaria eram aquelas que praticavam alguma transgressão sexual e envolviam-se em contendas com a vizinhança. Deste modo, a bruxa era frequentemente uma figura feminina de má reputação, vista como uma ameaça para a comunidade. Ainda assim, durante muito tempo, essas mulheres foram toleradas, ou os conflitos se davam de maneira local. O que fez com que isso se tornasse um movimento internacional, levado a cabo pelo Estado e pela Igreja, foi, como argumenta Federici (2018), justamente o objetivo político de eliminar elementos indesejáveis à nova ordem.

Embora ainda predominasse, nas mentalidades, uma imagem extremamente negativa das mulheres como um todo, pode-se perceber que a caça às bruxas promoveu, também, uma separação entre mulheres boas e más. Enxergando a si mesmas como pertencendo à primeira categoria, elas denunciavam vizinhas, conhecidas e antigas amigas. A caça às bruxas pode ser vista, então, como um mecanismo que educou, por meio do terror, a população sobre a correta divisão sexual do trabalho e sobre o modelo ideal de subjetividade.

A demonização de determinado grupo de mulheres colaborou para isolar as vítimas, desencorajar a resistência, e gerar medo em relação a práticas e pessoas que, até então, eram consideradas comuns. Aqui, a palavra “demonização” não tem apenas sentido figurado: as bruxas eram, de fato, reputadas como adoradoras do diabo. Assim, aqueles que as enfrentavam não apenas combatiam uma infratora, mas sobretudo colaboravam

para a luta do bem contra o mal. Esta é, como demonstra Kolnai (1998), a típica mentalidade do ódio: aquele que odeia confere um significado especial a suas ações contra o Outro, enxergando-as como uma necessária participação na organização do destino do universo, forjando um mundo livre do Mal. Nas palavras do autor: “se existe uma visão de mundo clássica do ódio, certamente é o maniqueísmo: a apreensão do mundo como um campo de batalha” (KOLNAI, 2013, p. 165, tradução livre)<sup>149</sup>.

A percepção da existência de um combate apresenta grande ressonância na misoginia, visto que a dita “guerra dos sexos”, ou seja, a noção de que homens e mulheres são opostos e vivem em disputa, é tema comum na literatura, no cinema, nas piadas e histórias orais. Na visão de mundo criada por este discurso, a mulher deixa de ser apenas uma pessoa, tornando-se a corporificação de uma grande ameaça, da qual é tarefa do homem se livrar fazendo todo o necessário e, conseqüentemente, alinhando-se ao grupo do Bem, ileso a qualquer julgamento.

A apreensão do mundo como um espaço dividido entre o Bem e o Mal, segundo Kolnai (2013, p. 166), pode ter suas origens traçadas na mentalidade religiosa que desmembra a humanidade entre o “exército de Deus” e os dominados pelo demônio: “talvez não pudéssemos odiar se não tivéssemos – como parte de nossa herança coletiva – a ideia do diabo”. O ódio pressupõe, deste modo, uma demonização de seu objeto, isto é, a ideia de que ele seria a encarnação do Mal, uma força que arquiteta planos malignos, recruta exércitos e tem o poder de abalar o mundo criado por Deus.

De fato, na história da misoginia, a convicção de uma estreita aliança entre a mulher e o demônio desempenhou um importante papel. O teólogo Tertuliano, que viveu entre os séculos II e III d.C. e é considerado um dos “pais” do catolicismo, escreveu, sem rodeios, que a mulher é a porta do inferno. Em seu raciocínio, cada mulher seria uma Eva: além de ser a primeira a desertar das leis divinas, ela auxiliou o diabo na destruição do Homem criado à imagem divina. Como consequência disso, todo o sexo feminino estaria amaldiçoado por Deus (CLACK, 1999).

Não foi à toa, portanto, que, na época da caça às bruxas, a demonização dessas mulheres pôde ocorrer com tanta facilidade. Em 1484, os monges dominicanos Heinrich Kramer e James Sprenger obtiveram o aval do papa Inocêncio VIII para investigar, prender e castigar indivíduos de qualquer classe social suspeitos de pactuar com o

---

<sup>149</sup> No original: “If there is a classic world-view of hate, it is surely *Manichaeism*: the view of the world as battle-field”.

demônio. Como parte de sua atuação, Kramer e Sprenger redigiram o *Martelo das Feiticeiras*, um guia para reconhecer e punir atos de feitiçaria, no qual explicam por que, em sua opinião, a maioria das pessoas acusadas de conluio com o demônio eram mulheres. Para isso, citaram as falas de diversos nomes do catolicismo que advertiram e deram testemunho da perfídia feminina:

Da perversidade das mulheres fala-se no Eclesiástico, 25: ‘Não há veneno pior que o das serpentes; não há cólera que vença a da mulher. (...) Toda malícia é leve, comparada com a malícia da mulher’. Pelo que São João Crisóstomo comenta sobre a passagem ‘É melhor não se casar’ (Mateus, 19): ‘Que há de ser a mulher senão uma adversária da amizade, um castigo inevitável, um mal necessário (...)’ (KRAMER & SPRENGER, 2016, p. 122).

Além dos argumentos de autoridade, os monges também conferiram uma explicação contundente para a inclinação da mulher ao Mal: por ter sido criada a partir de uma costela de Adão, um osso curvo, ela “é, por assim dizer, contrária à retidão do homem. E como, em virtude dessa falha, a mulher é um animal imperfeito, sempre decepciona e mente” (KRAMER & SPRENGER, 2016, p. 124). Deste modo, a própria criação da mulher a predispõe à perversidade. Não se vislumbra salvação para ela.

Como explicar, então, que, a partir do século XVIII e principalmente no século XIX, tenha predominado no Ocidente uma visão da mulher que parece o total oposto dessa imagem construída há tantos séculos, que teve seu ápice de violência na caça às bruxas? Teria a misoginia arrefecido? Na verdade, o melhor seria falar em uma mudança na forma de manifestação do ódio à mulher.

### 3.2.3. De agentes do demônio a anjos do lar

A obsessão com a mulher como fonte de todo o Mal se converteu, gradualmente, em uma compulsão com a figura feminina como manancial da bondade. Apesar de parecerem duas mentalidades completamente diferentes, na verdade, atingem os mesmos objetivos, e mais impressionante ainda: de maneira imperceptível. Essa atitude em relação às mulheres é bem representada pelo aforismo de Honoré Balzac em *La Physiologie du mariage*: “A mulher casada é uma escrava que é preciso saber colocar em um trono” (p.

133, tradução livre)<sup>150</sup>. A teórica feminista Gisèle Halimi dá um nome a esse padrão de conduta que eleva a mulher apenas para subordiná-la: táticas “capacho-pedestal”, que, em suas palavras, consistem em “chutar para cima para algum tipo de posição honorária alguém de quem que se quer eliminar” (1981, p. 222, tradução livre)<sup>151</sup>. Pode parecer contraditório que alguém possa ser colocado em um pedestal e, ao mesmo tempo, funcionar de capacho, mas a expressão de Halimi nos faz refletir que, de fato, conferir uma posição de aparente importância é uma maneira muito sagaz de se livrar de alguém.

Ainda que tenha efeitos igualmente danosos, a mudança no modo de pensar a mulher é notável. Para compreender o que ela significa para a vida da população feminina, é preciso investigar que processos sociais a influenciaram. Segundo Yalom (2002), um dos fatores decisivos foi o câmbio no papel da esposa, ligado às práticas protestantes, que fomentaram um novo modelo de relação familiar: “poucas pessoas influenciaram a instituição do casamento mais do que Martinho Lutero” (2002, p. 122).

Katherina, sua esposa, estava entre as mulheres que o reformador ajudou a resgatar de conventos. Uma vez fora dos confinamentos, tratava-se de arrumar maridos para as damas, afinal, elas precisavam de um homem que as protegesse, assim pensava-se. Essa tarefa, porém, nem sempre era fácil, visto que nem todos apreciavam a ideia de se casar com uma ex-freira que, além disso, não dispunha de dote. No caso de Katherina, após um tempo sem encontrar um par para ela, o próprio Lutero acabou decidindo esposá-la. Ela logo se tornou conhecida entre a comunidade por comandar a casa com determinação: instalou, na residência, um banheiro interno e uma cervejaria, cultivou uma horta e um pomar, pastoreou, ordenhou, abateu e vendeu vacas e fabricou manteiga e queijo. A propriedade abrigava, além de filhos do casal, sobrinhos, agregados, serviçais, estudantes, convidados e refugiados. Não apenas no trabalho material, Katherina e outras esposas protestantes também passaram a ser reconhecidas como parceiras dos homens na formação do caráter moral de seus filhos e na criação de uma comunidade cristã.

Importa lembrar que, ao mesmo tempo em que Lutero divergia da ortodoxia ao apoiar inequivocamente o matrimônio e insistir na importância da afeição entre marido e esposa, ele não deixava de seguir a antiga visão da mulher como um ser inferior, criada para servir aos homens. Embora o amor conjugal devesse ser recíproco, as relações familiares seguiam sendo intrinsecamente hierárquicas. Ainda assim, a ideia de que uma

---

<sup>150</sup> No original: “La femme mariée est un esclave qu’il faut savoir mettre sur un trône”.

<sup>151</sup> No original: “Doormat-Pedestal tactics, or the tactics of ‘kicking upstairs’ to some honorary position someone who must be gotten rid of”.



vocação religiosa plenamente realizada incluía necessariamente responsabilidades conjugais causou grande impacto nas práticas sociais. Com o desaparecimento da vida monástica na Inglaterra e no norte da Europa, não havia mais uma alternativa institucional para os solteiros.

Além dos serviços prestados ao marido e à comunidade, foi muito importante a relação entre mulher e filhos. Embora, para o senso comum contemporâneo, pareça impossível imaginar a feminilidade como estando desassociada à maternidade, o fato é que, em momentos históricos anteriores, o cuidado não era visto como uma atividade primordial da mulher – muito por conta da imagem tão negativa que imperava sobre ela. Gerar filhos, sim, mas não se considerava que a mulher estava moral e intelectualmente capacitada para fornecer a melhor educação a uma criança. A partir do século XVI, a mulher começa a ser promovida ao estatuto de principal responsável pelos cuidados e pela educação dos filhos. Mais do que isso, os reformadores cristãos passam a enxergar o papel-chave da mulher em um processo de reconquista religiosa e moral da sociedade.

Ocorre uma inversão de valores que permite que atributos como vulnerabilidade, sensibilidade e dependência passem a ser tratados como positivos, segundo nota Nunes (2000). Mais que exaltada, a maternidade chega a ser transformada em uma função sagrada e, com ela, as mães passam por um processo de beatificação. Embora ainda reputada como frágil, a mulher recebe um valor e uma responsabilidade que não se observa em outros períodos históricos até então: a redenção do homem, da família e da sociedade está em suas mãos.

Em acréscimo ao pesado fardo, é central, nesta imagem feminina, a crescente preocupação com a sexualidade. Afinal, a noção da mulher como luxuriosa, inclinada ao pecado da carne não desapareceu completamente. O casamento, antes uma obrigação e um meio de subsistência, torna-se intrinsecamente associado ao amor e à felicidade – na verdade, é representado como o *único* lugar em que a mulher poderia obter algum tipo de prazer. Forma-se uma unidade entre sexualidade, reprodução, casamento e amor, que seria completamente estranha a espectadores de outros séculos. A ideia de que a mulher possa prescindir dessa formação familiar é intolerável. E cabe a ela, dentro deste sistema, garantir que a promessa da alegria conjugal seja cumprida.

Aparentemente contraditório com esse conjunto de valores está o fato de que a gravidez se torna um tabu. As grávidas são instruídas a não saírem à rua, o nascimento se torna um momento reservado, fábulas como as da cegonha escamoteiam a realidade sobre a concepção (KNIBIEHLER, 2018). Vale lembrar, ainda, que o dogma da Imaculada

Concepção foi proclamado em 1854. Não há, portanto, incongruência entre a discricção em torno da gravidez e a exaltação da maternidade: é necessário negar o que existe de sexual na mulher.

O controle da sexualidade feminina também é peça especialmente importante da história brasileira, como veremos a seguir. Desde antes da elevação da maternidade à santidade, o papel da mulher como mãe já era importante nas colônias, por um motivo prático: era preciso povoar a terra. Assim, a construção de conventos no Brasil não era bem vista pela administração portuguesa – mas imperaram outras formas de agir sobre os corpos das mulheres.

Não se pode deixar de falar, também, sobre aquelas a quem a imagem dócil e frágil da feminilidade foi absolutamente negada. Se a imagem da santa mãe não era acessível às mulheres negras – embora tenham sido sempre elas as grandes responsáveis pelo cuidado com as crianças brasileiras –, que tipo de estereótipos se colocam para o controle de seus corpos e subjetividades? Aqui, voltamos a abordar uma forma intensamente virulenta de misoginia, a qual, não à toa, foi durante muito tempo apagada da história. É preciso observar, então, como o ódio foi, na verdade, substrato de construção do Brasil.

#### 3.2.4. Ódio: substrato de construção do Brasil

“Olha o recolhimento do Parto!” – segundo Joaquim Manuel de Macedo, era isso o que os homens dos idos do século XVIII diziam quando queriam abater a “fervura de briga de mulher com marido” (2005, p. 379). Ele se refere ao Recolhimento de Nossa Senhora do Parto, instituição cuja construção se iniciou em 1742 para acolher mulheres não virgens que desejavam deixar a “perversidade do século” – a prostituição – além de outras classes de reclusas, como aquelas de idade mais avançada “desprezadas pelo mundo delas cansado” (*ibid.*, p. 375) e também senhoras casadas e moças solteiras que eram lá colocadas contra a sua vontade, como punição por transgressões cometidas ou mesmo supostas.

Manuel de Macedo utiliza seu talento literário para dar sua visão sobre um fato ainda não elucidado pela historiografia: um incêndio que aconteceu no local em 1789. Ele apresenta a história de duas mulheres que teriam frequentado o Recolhimento do Parto e estariam diretamente implicadas na tragédia. Tudo se inicia com as duas personagens, Ana e Matilde, vivendo rotinas comuns para as mulheres da época: casadas, com maridos escolhidos para elas. Ana, porém, nutria um desejo pelo esposo de Matilde

e, então, concatena um plano para enganar a melhor amiga. A vilã convence a outra a trair seu marido, abrindo caminho para que a primeira pudesse, então, conquistá-lo. Na verdade, não apenas encantá-lo, mas, como compete a uma “mulher execrável”, fazer dele um “escravo submisso” (*ibid.*, p. 401). Matilde foi descoberta em sua traição e enviada para o Recolhimento do Parto e, pouco tempo depois, Ana teve o mesmo destino. Embora seu pai pensasse que “uma esposa que mancha o nome de seu marido é uma criminosa que deve morrer” (*ibid.*, p. 403), o esposo da vilã não teve coragem de assassiná-la, preferindo entregá-la ao recolhimento. Ali, ambas mantêm contato com seus amantes e, ainda que não se comuniquem entre si, as duas desenvolvem o mesmo plano: atear fogo ao edifício para que pudessem fugir. Somente Ana, contudo, consegue cumprir o plano, mas ela não logra um final feliz: é encontrada por seu pai, que desejava levar a cabo “uma vingança bárbara e inumana” (*ibid.*, p. 415).

A referência a esse conto de Joaquim Manuel de Macedo é interessante por alguns motivos. Primeiro, porque descortina a realidade dos recolhimentos femininos, do qual o Recolhimento do Parto era apenas um exemplo. Essas instituições tinham o objetivo de prevenir, controlar, punir e, esperançosamente, redimir mulheres que se considerassem como transgressoras, em nome dos bons costumes e da defesa da moral pública (ALGRANTI, 1992; PAVEZ, 2009). E, como a política da Metrópole era contrária à fundação de conventos nas colônias, por privilegiar que as mulheres brancas e de posses se dedicassem aos matrimônios e povoassem a terra, os recolhimentos surgiam como alternativa para a reclusão feminina.

Algumas dessas entidades se dedicavam a receber jovens e senhoras com meios financeiros, para serem educadas ou resguardadas diante da ausência de maridos e parentes. Já outros assumiam o caráter de casa de correção para mulheres vistas como rebeldes, filhas desobedientes, esposas acusadas de adultério ou à espera de uma sentença para um pedido de divórcio. Observa-se, então, que a sociedade brasileira sempre teve meios bastante coercitivos de enquadrar e disciplinar mulheres, sejam as donzelas, sejam as transgressoras. Como resume Vainfas, os recolhimentos eram uma “escola misógina” (1997, p. 140), que confinava mulheres para convertê-las no padrão desejado pela sociedade: dóceis e obedientes.

Essa necessidade de recolher as mulheres está interligada a outro ponto que se destaca no conto de Macedo: a centralidade da questão da honra feminina. Como explica Algranti (1992), a honradez da mulher estava, no imaginário colonial, invariavelmente vinculada à conduta sexual: para a solteira, sinônimo de castidade; para a casada,

equivalente da fidelidade ao marido. E, embora os recolhimentos fossem soluções restritas apenas às famílias que podiam pagar por eles, a preocupação com a honra feminina independia da classe. É preciso considerar que, para os homens, a honra, muitas vezes, era vista como um privilégio de classe, ligada a atos de heroísmo, enquanto, para as mulheres, tratava-se de um bem que todas possuíam e pelo qual deveriam zelar. Outro aspecto relevante é que, embora a honra do homem estivesse largamente desvinculada de suas atitudes no campo da sexualidade, considerava-se, na época, que ela poderia ser atingida pelas ações da mulher neste quesito. Ou seja: a vida sexual que o cavalheiro levava não importava muito para definir sua honra, mas ele seria gravemente desonrado se viessem a público atividades sexuais ilícitas por parte de alguma mulher de sua família. Diante disso, não fica difícil compreender por que havia uma demanda da população pela existência de recolhimentos femininos. Para alguns, entretanto, nem mesmo a reclusão era o suficiente para lavar a honra, como é o caso do pai da vilã da história narrada por Macedo, que via na morte da filha o único caminho possível após sua transgressão.

A vingança do genitor de Ana colabora para ilustrar, inclusive, o fato de que, ao longo da história do Brasil, a violência contra mulheres não foi de modo algum um fenômeno exclusivo do relacionamento romântico, nem ato impensado de um homem insensato. Na verdade, fazia parte de uma variedade de opções para disciplinar e punir o que se enxergava como delito de uma mulher, posse do homem – a casa de recolhimento era uma delas, a morte era outra. Caso o marido falhasse em tomar uma decisão, o ato de controle poderia partir de diversas autoridades masculinas. Afinal, se nada fosse feito, aí, sim, a honra da família e a moral da sociedade estariam arruinadas, segundo acreditava-se.

Por fim, gostaria de ressaltar a conotação misógina que se depreende do próprio modo como a narrativa foi organizada. As personagens femininas, Ana e Matilde, são incorporações de algumas das características tradicionalmente associadas à mulher pelo imaginário misógino: insensatas, fúteis, desleais, mentirosas, traiçoeiras e de sexualidade incontrolável. Por desejo ao marido de Matilde, Ana engana até mesmo a própria amiga – ou seja, nem entre si as mulheres se dão bem, tamanha sua perfídia. Matilde, que foi induzida ao erro, e que também era traída pelo esposo, é julgada pelo narrador como igualmente corrompida pelo vício, embora “menos repulsiva” (MACEDO, 2005, p. 404). Ambas ludibriaram os cônjuges e dominaram os amantes, pobres homens.

O conto em questão foi escrito entre 1862 e 1863, portanto, mais de meio século após os fatos narrados. Essa diferença temporal motiva o autor a fazer juízos sobre como

teria se modificado a situação das mulheres: enquanto, antes, a cultura era pautada por uma “rudeza de costumes” e uma “educação mais do que austera, quase bárbara”, a sociedade contemporânea, de acordo com Macedo, “contrasta absolutamente com a dos dois séculos anteriores (...) hoje em dia fora mais fácil estabelecer um asilo onde as senhoras casadas prendessem os maridos do que ressuscitar a antiga providência” (*ibid.*, p. 378-379). Apesar de acreditar que as mulheres tenham se saído bem na guerra dos sexos e de demonstrar solidariedade com a situação deplorável vivida pelo sexo feminino no século anterior, ainda assim, uma visão destacadamente pejorativa sobre as mulheres está presente no texto.

Esse desprezo simbólico, como tenho discutido, não é de se espantar; afinal, a sociedade brasileira foi fundada em um substrato absolutamente antifeminino, como indica Vainfas (1997). O autor aponta que existe um esforço louvável da historiografia recente em destacar a multiplicidade de formações familiares presentes na história do Brasil e em chamar a atenção para a resistência feminina, desconstruindo a imagem da mulher brasileira como tendo aguentado a opressão passivamente, isolada em seu lar. Entretanto, a variedade de tipos de família e a altivez feminina não anulam o fato de que o patriarcalismo foi um eixo fundamental das relações familiares no Brasil Colônia e de que as brasileiras precisaram lidar com uma intensa produção religiosa, literária e científica que afirmava sua inferioridade.

Imperava um modelo monárquico de família: cada pai seria uma espécie de monarca doméstico. Este paradigma tinha raízes nas antigas tradições e no direito romano – profundamente valorizados pelos juristas da época moderna. Que a subordinação da mulher era o objetivo deste padrão de família, não se escondia: seus defensores, acadêmicos, religiosos, jesuítas e pensadores, eram abertamente misóginos.

No final do século XVI, o que parece mais relevante no discurso acadêmico sobre as mulheres é o considerável reforço de suas imputações misóginas. (...) Com o desenvolvimento das missões modernas no século XVII, esse tema ultrapassou os limites do discurso acadêmico; seu conteúdo é imposto com violência por meio da catequese. (...) Vemos essa vulgata se infiltrando nas mentalidades populares com o século XVII (BÉRARD, 1984, p. 147, tradução livre)<sup>152</sup>.

---

<sup>152</sup> No original: “la fin du xvie siècle, ce qui apparaît avec le plus de pertinence dans le discours savant sur la femme, c’est le considérable renforcement de ses imputations misogynes. (...) Avec le développement des missions modernes au xvne siècle, cette thématique franchit les limites du discours savant ; son contenu

Multiplicavam-se admoestações semelhantes às dos já mencionados pensadores do cristianismo primitivo, como Crisóstomo e Basílio de Cesareia, que chegavam a desaconselhar o casamento. Já nos séculos XVI e XVII, os moralistas não recomendavam o celibato, afinal, o casamento passou a ser sacramento no século XIII e foi reafirmado enquanto tal no Concílio de Trento (meados do século XVI). Entretanto, advertia-se profusamente sobre os riscos do matrimônio, a maioria dos quais associados à mulher, com sua perfídia natural. A única alternativa colocada ao homem, então, era dominá-la para não ser dominado.

E assim era feito, por muitos. Não apenas maridos agressivos, mas também irmãos e pais consideravam seu direito e dever lavar a honra da família com sangue ao menor sinal de traição. Uma obra escrita por um monge beneditino mostra-se um registro histórico dessa realidade, que já chamava a atenção da população. Narrando as glórias e os desagrvos de Pernambuco, Domingos Loreto Couto inventariou episódios nos quais “ilustres donzelas e matronas” foram assassinadas por familiares por conta de calúnias feitas em seu nome. O narrador, então, lamentava que “sendo castas e virtuosas, falços testemunhos lhes agenciarão mortes violentas” (COUTO, 1904, p. 475, ortografia de acordo com original). Ou seja, a tristeza com os fatos vem sobretudo do fato de que as mulheres em questão eram recatadas e foram injustamente acusadas. Além disso, a construção frasal transmite a ideia de que foram sobretudo as inverdades que causaram a morte, obliterando o papel dos homens nesta questão.

A violência letal contra a mulher era tão comum que, em 1707, as Constituições do Arcebispado da Bahia, dispoendo sobre a punição para adúlteras, recomendavam muita discricção aos vigários na admoestação destas mulheres, que deveria ser feita preferencialmente em segredo, se os maridos fossem capazes de matá-las. O mesmo se aplicaria à mulher solteira compreendida em amancebamento, mas “que ainda de todo não tenha perdido a boa reputação” (VIDE, 2011, p. 386), de modo a evitar a ira de seu pai ou de seus irmãos. Percebe-se que, apesar de persistir um julgamento moral sobre a mulher, manifestava-se, por parte das autoridades, uma preocupação em evitar suas mortes. Ainda assim, é preciso notar que estes assassinatos de mulheres não seriam punidos, na maioria dos casos: as Ordenações Filipinas – que vigoraram no Brasil, em

---

s'impose avec violence par le biais de la catéchèse. (...) On voit cette vulgate s'insinuer dans les mentalités populaires avec le xvne siècle”.

matéria penal, entre 1595 e 1831 – garantiam que se um homem casado achasse sua mulher em adultério, licitamente poderia matá-la.

Informações como esta contrastam, de maneira evidente, com a imagem edulcorada que se criou, entre a academia, a imprensa e a cultura popular, do Brasil como o país da alegria e dos brasileiros como cordiais. Vemos que esta jamais foi a realidade para as brasileiras, sobretudo se fossem mulheres negras. Nesse sentido, Lélia Gonzalez (2020) tece importantes críticas à teoria do lusotropicalismo de Gilberto Freyre, segundo a qual os portugueses foram superiores aos demais europeus em suas relações com os povos colonizados. Nas palavras do autor, o lusitano foi “o colonizador europeu que melhor confraternizou com as chamadas raças inferiores. O menos cruel nas relações com os escravos” (FREYRE 2005, p. 265). Segundo este paradigma, a história da formação do povo brasileiro seria um modelo de soluções pacíficas para tensões e conflitos. O que não se leva em conta, como alerta Gonzalez (2020), é que a tão exaltada miscigenação se deu às custas da violação da mulher negra. Ou seja: a população negra, assim como os povos originários, sofreram e sofrem uma dupla violência, pois, além de terem sido sistematicamente invadidos pelo colonizador, tiveram sua dor apagada da História. Retornamos, novamente, ao ponto da importância em se notar a atuação simbólica da misoginia – neste caso, em sua relação com o ódio racial.

Importa trazer a definição de racismo oferecida por Gonzalez (2020): uma construção ideológica cujas práticas se concretizam em diferentes processos de discriminação racial. Segundo a autora, o racismo é um discurso de exclusão que é perpetuado e reinterpretado de acordo com os interesses dos que dele se beneficiam, e seu objetivo é manter cada um “em seu lugar” no sistema de exploração. É interessante notar que, assim como a misoginia, o racismo diz respeito a representações simbólicas que se convertem em apagamento do ser, atualizam-se ao longo do tempo, e têm função política bastante pronunciada, colaborando para manter o *status quo* e colocar cada um naquela que se acredita ser sua posição devida.

Embora Gonzalez (2020) não utilize a chave teórica da misoginia, ela dedica, em sua reflexão, especial preocupação ao modo como o racismo, em sua articulação com o sexismo, produz efeitos particularmente violentos sobre a mulher negra: a “discriminação de sexo e raça faz das mulheres negras o segmento mais explorado e oprimido da sociedade brasileira, limitando suas possibilidades de ascensão” (2020, p. 160).

Ela também chama a atenção para o sistemático apagamento da mulher negra, até mesmo entre aqueles que se dizem aliados ou entre entusiastas do movimento feminista.

A autora cita, como exemplo, a passagem de um trabalho de uma teórica feminista que aborda o “milagre brasileiro” ocorrido a partir dos anos 1970, em que, mesmo sem haver um movimento organizado, surgiu um interesse agudo para o problema da mulher e, então, processou-se a maior transformação na condição feminina no país. “Obviamente a passagem acima não tem nada a ver com mulheres negras, apesar de fazer referência a mulheres”, denuncia Gonzalez (2020, p. 158). Percebe-se, então, que, geralmente uma visão por demais otimista sobre “grandes mudanças”, vindas aparentemente “do nada”, na verdade, escondem a desconsideração da realidade da população negra.

Além do apagamento simbólico, é preciso abordar, ainda, o modo como misoginia e racismo atuam em conjunto na construção de estereótipos sobre a mulher negra, que apresentam danosas consequências. Hill Collins (2016) defende a importância da questão ao afirmar como estereótipos têm sido centrais para a desumanização de mulheres negras e para a exploração do seu trabalho. Estas imagens externamente definidas são criadas e circuladas com o fim de controlar o comportamento assertivo de mulheres negras e puni-las por resistirem à opressão e tentarem modificar o *status quo*.

Assim, quando uma mulher negra passa a questionar estas representações construídas para ela e definir-se com base em outros referenciais, ela está questionando, também, toda a dinâmica de poder envolvida no ato de definir imagens. Além disso, a autodefinição das mulheres negras também é importante para permiti-las rejeitar a internalização da opressão, isto é, para evitar que acreditem nas imagens colocadas sobre elas. Visto por esse aspecto, afirma Hill Collins (2016), a autodefinição não é um mero luxo, mas sim um mecanismo de sobrevivência da mulher negra como uma pessoa humana. King (1973) reforça este ponto ao indicar os estereótipos como poderosas armas psicológicas, desenvolvidos para obter os mesmos resultados que o uso de brutalidade física, ou até mesmo mais intensos.

Mesmo quando parecem benignos, estereótipos ainda mantêm a função de desumanizar e controlar, lembra a autora. Portanto, não faria sentido para as mulheres negras trocarem um conjunto de imagens controladoras por outro, mesmo que, a curto prazo, estereótipos positivos levem a um melhor tratamento. Gonzalez (2020) também reforça este ponto, ao abordar imagens como o cantor de música popular, o jogador de futebol e a mulata. Em todas essas imagens, há um elemento comum: a pessoa negra é vista como um objeto de entretenimento, e associada ao corpo, seja em sua resistência física, seja pela sexualidade.



Os estereótipos direcionados à mulher negra têm, ainda, mais um ponto em comum que é importante observar: a negação de sua feminilidade. O padrão de comportamento para o sexo feminino, de acordo com os valores tradicionais, envolveria atributos como delicadeza, fragilidade, placidez, passividade e dependência perante o homem. Esse ideal foi historicamente colocado como inacessível às mulheres negras, que foram escravizadas e levadas a demonstrar força, energia, independência e a trabalhar de igual para igual em relação a seus esposos e irmãos (KING, 1973; DAVIS, 1983).

A recusa da feminilidade às mulheres negras permitiu que o patriarcado branco as sujeitasse às mais duras e cruéis condições de trabalho e exploração, enquanto ainda se mantinha a ideia de uma suposta fragilidade feminina e até mesmo a noção de que, em troca de seus serviços à classe masculina, as mulheres receberiam regalias dos homens e uma vida mais fácil em comparação a eles. Entretanto, quando era conveniente, lembra Davis (1983), as mulheres negras passavam a ser olhadas *como mulheres* – o que costumava acontecer quando eram punidas, violadas e hipersexualizadas, de formas diferentes em relação a seus companheiros homens.

O ataque à feminilidade e à humanidade das mulheres negras também é direcionado a sua capacidade de maternar e gerir a própria família, alerta King (1973). Embora o imaginário racista admita a existência da “mãe preta”, o cuidado desta figura deve ser direcionado apenas aos patrões brancos. Na representação da mulher negra com sua família, ela costuma aparecer como indelicada, descontrolada e dominadora. Davis (1983) conta que, durante muito tempo, o espírito de independência e autossuficiência que mulheres negras desenvolveram por necessidade, além do fato de serem, muitas vezes, mães solteiras de filhos ilegítimos, foi largamente interpretado por acadêmicos como um sinal de deterioração da família negra. Assim, de acordo com essa linha de pensamento, a origem da opressão da população negra não seria a discriminação racial que produziu desemprego, habitação de má qualidade e pouco acesso a instrução, mas seria culpa da própria mulher negra. Vemos, portanto, como estereótipos e imagens depreciativas dirigidas às mulheres negras servem uma função política de apagamento simbólico e culpabilização da vítima pela opressão sofrida.

### 3.2.5. “Explosão de insanidade” que dura séculos: dos crimes passionais ao feminicídio

Ao contrário de estereótipos acerca da submissão e falta de ação femininas diante da violência sofrida (que, como tem ficado demonstrado nas reportagens analisadas,

persistem até os dias atuais), um olhar histórico mostra que mulheres vitimadas rebelavam-se contra os maus tratos dos companheiros. É o que argumenta a historiadora Rachel Soihet (2002), afirmando que um aspecto evidente que emerge da documentação por ela estudada é a iniciativa das mulheres de se livrar das situações que as oprimiam.

A violência, porém, não se resume aos atos de agressão física: teorias e ideias restritivas da liberdade e da autonomia femininas, que reforçam hierarquias entre homens e mulheres, são uma forma de violência, de caráter simbólico. Esta outra forma de inferiorização da mulher, defende Soihet (2002) gera uma normatização na cultura da submissão feminina, e permite que se criem caminhos para a deslegitimação do movimento das mulheres em prol de seus direitos e de uma absolvição dos agressores por elas acusados.

Pode-se dizer, então, que o quadro ideológico racista e patriarcal que banaliza e justifica diversas formas de agressão contra mulheres resistiu tanto a disputas das próprias mulheres vitimadas quanto a lutas empreendidas por diversas gerações de brasileiras buscando garantir direitos femininos, como Nísia Floresta, Leolinda Daltro, Maria Lacerda de Moura, Bertha Lutz, entre outras.

Lage e Nader (2013), contudo, indicam os meados do século XX como uma época em que a situação da mulher começou a mudar de maneira mais destacada, especialmente no que se refere à questão da violência. Pontarei, então, brevemente, o cenário que as mulheres encontravam em termos de direitos neste momento.

Desde 1830, o Código Penal passara a negar ao marido o direito de defender a honra da família pelo assassinato da esposa adúltera. Ainda havia, entretanto, algumas brechas que possibilitaram a defesa de homens que cometiam tais atos de violência, como relata Caulfield (2000). Uma delas era a ideia de legítima defesa da própria honra, segundo a qual a honra era considerada parte da personalidade humana, portanto atributo essencial da pessoa.

O outro caminho de defesa de agressores foi a noção de crime passional. Este modo de pensar parte de um paradigma sobre as emoções como forças que tomam conta do sujeito, emergem de maneira involuntária e são eminentemente individuais, não detendo relação com a cultura ou a sociedade. Incontroláveis, fora da norma e egoístas, são também perigosas, a raiz do mal. Segundo nota Delpla (2015), existe uma longa tradição de pensamento nesse sentido, que remonta à Antiguidade grega: de acordo com Platão, o indivíduo se torna criminoso ou o político se torna tirano quando se deixa dominar pelos desejos e as paixões que o conduzem ao excesso.

Este recurso foi consagrado, no Brasil, a partir do trabalho do advogado Evaristo de Moraes (1871-1939) – que, por sua vez, partiu do pensamento do jurista italiano Enrico Ferri (1856-1929). De acordo com essa teoria, argumentava-se que, sob provocação de uma forte emoção, algumas pessoas poderiam acabar perdendo temporariamente a razão e cometendo atos que não fariam normalmente. Além disso, argumentava-se que as paixões que inspiravam esses homens – o amor e a defesa da honra – eram socialmente úteis (CAULFIELD, 2000).

É relevante notar que tanto Moraes quanto Ferri não eram conservadores ferrenhos, ao contrário: como militantes socialistas, viam em seu pensamento uma defesa humanitária de homens que, acreditavam os juristas, haviam agido movidos por uma reação psicológica que fugia do controle racional. Tal argumento juntava-se, ainda, à crença de que estes homens não repetiriam os crimes, uma vez que apenas os teriam cometido devido a um momento de perda de sentidos. Por esse motivo, não eram considerados uma à sociedade, de acordo com esse ponto de vista.

Este modo de pensar não era, contudo, absoluto. Havia posicionamentos contrários à tolerância com os chamados “crimes de paixão”, e um dos principais veículos nesse sentido vinha do Conselho Brasileiro de Higiene Social, criado em 1925 por proeminentes promotores públicos. Segundo Besse (1989), eles encarregaram-se de buscar condenações com pena máxima aos criminosos passionais e obter uma revisão do código penal a fim de que estes homens não pudessem mais ser considerados isentos de responsabilidade por estar movidos por forte emoção.

Esta narrativa estava inserida em um contexto de tentativa de modernização do Brasil e “limpeza” da sociedade. Nesse sentido, o uxoricida era visto como um “dinossauro pré-histórico”, que não conseguia acompanhar os novos tempos, e os “crimes de paixão” eram “resquícios anti-sociais e anacrônicos de um passado ‘bárbaro’” (BESSE, 1989, p. 192). Pode-se perceber que esta era mais uma maneira de afastar a figura do agressor do restante da sociedade, representando-o como diferente do homem comum. Dessa forma, a violência contra a mulher seria uma degeneração de uma sociedade moderna, não uma parte integrante de uma sociedade desigual e violenta.

Registros da época demonstram, de fato, intensa preocupação social com o assassinato de mulheres cometido por seus cônjuges, também chamado na época de uxoricídio. Embora os ditos “homicídios passionais” não fossem de forma alguma um fenômeno novo no Brasil, passou a haver uma percepção popular de que a situação estaria fora de controle: “autêntica selvageria”, “explosão de insanidade” e um “retrocesso da

civilização” (BESSE, 1989, p.183). Tanta consternação com o triste fim destas senhoras não significava, porém, uma valorização da vida das mulheres, mas sim, como lembra Besse (1989), pode ser entendido como uma preocupação com a desagregação da família e, portanto, da ordem social. O objetivo da campanha contra o fim dos uxoricídios era moralizar a sociedade, disciplinar as paixões e racionalizar a vida conjugal, a fim de torná-la socialmente útil.

Por um lado, pode-se dizer que o Conselho Brasileiro de Higiene Social se saiu vitorioso, uma vez que o Código Penal promulgado em 1940 passou a especificar que a emoção e a paixão não excluía a responsabilidade criminal. Após este momento, a preocupação do público com o tema do uxoricídio parece ter diminuído, ainda que os assassinatos de esposas seguissem ocorrendo e muitos juristas continuassem defendendo a ideia de que seus clientes agiram agressivamente apenas em um momento temporário de privação de sentidos, movidos pela legítima defesa de sua honra pessoal. Para Besse (1989) este é mais um indicativo de que “por trás do problema manifesto – os assassinatos de mulheres – encontra-se uma preocupação social maior – a consolidação de uma ordem burguesa, estável, moderna” (BESSE, 1989, 195). Essa perspectiva não estava preocupada com o combate à inferioridade da mulher e a violência contra a mulher de um modo mais amplo. Ao contrário, desejava-se que a posição tradicional de esposa fosse reforçada, e não se considerava digna de consideração a agressão que não terminava em morte.

Além de não ser movido especificamente por uma preocupação com a vida das mulheres, este modo de compreender a questão, fundado em uma visão tradicional de família e um interesse na ordem e na estabilidade, deixa desprotegidas as mulheres que não se enquadram no modelo de comportamento feminino. Um dos casos mais emblemáticos nesse sentido foi o do assassinato de Ângela Diniz, em 1976. A repercussão do crime ocorrido em Armação dos Búzios foi intensamente midiaticizada, e a defesa do assassino, liderada pelo jurista Evandro Lins e Silva, se tornou paradigmática, seja como modelo de sucesso a ser seguido por jovens advogados que desejam defender assassinos confessos, seja como demonstração cabal de virulenta misoginia no sistema judiciário.

Vale fazer uma breve contextualização sobre quem foi Evandro Lins e Silva, o jurista que defendeu o assassino de Ângela Diniz e adotou como estratégia de defesa o ataque à reputação da vítima. Ao contrário do que se possa imaginar, Lins e Silva não foi um conservador empedernido. Tampouco estamos falando de alguém marginal ao campo jurídico, que teve pouca ou nenhuma influência social. Além de advogado, ele foi

jornalista, escritor, político e ministro do Supremo Tribunal Federal. Filiado ao pensamento político e ideológico de esquerda, foi um dos fundadores do Partido Socialista Brasileiro (PSB), em 1947. Na década de 40, durante o Estado Novo, defendeu gratuitamente mais de mil presos políticos. Posteriormente, como ministro do STF no período de ditadura militar, concedeu *habeas corpus* a presos políticos, desagradando as lideranças ditatoriais. Por toda essa combativa e respeitável trajetória, seu nome é largamente homenageado por toda a área jurídica, “inscrito na história do País por sua marcante defesa dos direitos humanos e das liberdades” e como “referência de justiça, liberdade e democracia”<sup>153</sup>. Ele mesmo dizia que não gostava de atuar na acusação de réus<sup>154</sup> e que, ao praticar advocacia, não escolhia causas para defender alguém, mas sim para proteger bons valores sociais: “tenho o vício da defesa da liberdade”<sup>155</sup>.

Diante disso, é inevitável comentar que os direitos humanos das mulheres e, mais especificamente, a liberdade de Ângela Diniz, parecem não ter logrado se fazer presentes entre seu amplo rol de preocupações. Curioso que Lins e Silva tenha dito que não gostava de atuar na acusação, porque, ao defender Doca Street, ele fez justamente aquilo que afirmava não apreciar: para além de assessorar Doca, se tornou ferrenho acusador de Ângela – que, aliás, nem figurava no banco dos réus.

Em adesão à linha argumentativa referente ao crime passional – segundo a qual Doca Street era um cidadão exemplar que sofreu de um momento de loucura devido a intensa paixão –, Lins e Silva se dedicou com afinco a atacar a memória da vítima morta. E isso não sou eu quem diz: ele mesmo, orgulhoso do trabalho feito, publicou um livro no qual detalha sua estratégia e inclui a transcrição de suas falas. Nas páginas da obra, ele não vê problema em demonstrar desprezo pela mulher assassinada por seu cliente, reprimindo sua “vida livre, cheia de aventuras, nada exemplar, nada edificante” (LINS E SILVA, 2011, p. 257). Opina, ainda, que Ângela “perdeu o sentido da moral comum, do respeito às regras de uma normal convivência social (...). Não distinguia entre o bem e o mal” (*ibid.*, p. 258).

---

<sup>153</sup> O SOCIALISTA Evandro Lins e Silva - 110 anos. **PSB-RS**, 21/01/2022. Disponível em: <https://www.psb.rs.com.br/portal/noticias.php?n=3562>. Acesso em: 12/01/2023.

<sup>154</sup> JURISTAS que marcaram a história do país: Evandro Lins e Silva. **OAB.org**, 05/08/2022. Disponível em: <https://www.oab.org.br/noticia/60014/juristas-que-marcaram-a-historia-do-pais-evandro-lins-e-silva>. Acesso em: 12/01/2023.

<sup>155</sup> D'URSO, Luiz Flávio Borges. Há nove anos o Brasil perdeu Evandro Lins e Silva. **Conjur**, 18/01/2012. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2012-jan-18/nove-anos-brasil-perdeu-advogado-evandro-lins-silva-arauto-justica>. Acesso em: 12/01/2023.

Percebe-se, então, que o ilustre jurista era um defensor da liberdade apenas até onde esta não se chocasse com os “bons costumes” de raiz conservadora, segundo os quais uma mulher aparentemente precisa levar vida “edificante” para ter garantido um dos direitos humanos mais fundamentais: o de não ser morta. Partindo do princípio de que Ângela não era uma boa pessoa, Lins e Silva construiu sua defesa em torno da culpabilização da vítima. Ele afirmou, por repetidas vezes e de maneira inequívoca, que Ângela era verdadeira culpada pelo crime, chamando-a de “vítima provocadora”, “mulher fatal e “Vênus lasciva” (*ibid.*, p. 239).

Outros argumentos utilizados igualmente causam estranheza. O fato de que Ângela tenha organizado um testamento ainda em vida – iniciativa que qualquer advogado normalmente parabenizaria como responsável e razoável – acabou sendo usado contra ela: segundo Lins e Silva, o testamento pronto significa que ela estava preparada para morrer e queria a morte. Nem mesmo as tentativas de suicídio da vítima foram objeto de algum tipo de escrúpulo ou cerimônia: pelo contrário, serviram para corroborar a noção de que “ela se matou por mão alheia (...), o acusado teve a desgraça de ser o instrumento que ela usou para a sua própria morte” (LINS E SILVA, 2011, p. 238).

Apesar de eticamente questionáveis, os argumentos foram efetivos, levando o assassino a uma condenação branda, que o permitiu sair do tribunal em liberdade<sup>156</sup>. Doca Street contou não apenas com a simpatia de seu defensor e do júri, mas de uma ampla parcela da sociedade. Como mencionamos no capítulo 2, Blay (2008), ao abordar a repercussão social do caso, traz duas falas extremamente significativas. Primeiro, temos um comentário de Carlos Heitor Cony, jornalista e escritor, na revista *Fatos e Fotos*, expressando de maneira inequívoca que, mesmo vendo o cadáver de Ângela diante de seus olhos, não sentiu pena dela – seus sentimentos se direcionaram ao seu agressor, mesmo que ele nem soubesse ainda quem era o autor do crime<sup>157</sup>. Cony entrevistou, na ocasião, o delegado Sérgio Paranhos Fleury, que dá a segunda declaração notável na reportagem, afirmando que o “crime passionai” é “o único crime respeitável, que não condenaria com rigor”, e declara, sem qualquer pudor, que ele mesmo seria capaz de cometer ato semelhante.

---

<sup>156</sup> A condenação foi a dois anos, com direito a sursis, que significa a suspensão da pena para condenação não superior a dois anos. Vale notar, porém, que a pena-base para homicídio simples é de 6 anos.

<sup>157</sup> Escreveu Cony: “Eu vi o corpo da moça estendido no mármore da delegacia de Cabo Frio (...) tive imensa pena, não dela, boneca quebrada, mas de seu assassino, que naquele instante eu não sabia quem era” (CONY, 1979 apud BLAY, 2008, p. 46).

Nesses enunciados, nota-se a compaixão que ambos os homens sentiram com o agressor, inclusive antes mesmo de saber sua identidade. O delegado afirma que o crime passional é uma exceção: para ele, todos os crimes devem ser reprimidos rigorosamente, mas o homicida movido pelas paixões ganharia isenção dessa austeridade. Como vimos, o próprio declarante não se furta a deixar evidente o motivo dessa seletivíssima indulgência: ele mesmo poderia, um dia, se achar nessa posição. Fleury nos deixa entrever, portanto, uma espécie de pacto masculino tácito, segundo o qual homens se protegem e se ajudam, às custas da vida das mulheres.

Alguns e algumas, porém, vinham questionando esse nefasto “acordo de cavalheiros”. Embora a década de 70 tenha correspondido a um dos períodos mais duros da ditadura no Brasil, esse mesmo momento histórico também assistiu à formação de um movimento de resistência popular a favor dos Direitos Humanos. Entre uma parte das militantes, difundiu-se o entendimento de que essa agenda seria incompleta se não incluísse a igualdade de direitos entre homens e mulheres na família, na política e no trabalho, a partir de pautas como o acesso à contracepção e planejamento familiar, a criação de infraestrutura social de apoio à mãe, a visibilidade para a questão da violência doméstica, entre outras.

Rememorando este tempo, Branca Moreira Alves e Jacqueline Pitanguy (2022) indicam um seminário da Associação Brasileira de Imprensa, realizado em 1975, como pontapé inicial do incremento da organização feminista brasileira na participação do cenário político. As autoras acreditam que essas reuniões foram toleradas pela ditadura justamente devido ao cenário de inferiorização feminina que imperava: “não éramos consideradas importantes e nem ameaçadoras para o sistema. Aquilo era, apenas, ‘uma coisa de mulher’. Fomos salvas pelo patriarcalismo, que cegou os militares para o caráter revolucionário daquele espaço” (MOREIRA ALVES, PITANGUY, 2022, p. 127).

E foi justamente na luta contra a violência doméstica que o movimento ganhou mais visibilidade, por ser uma agenda mais consensual (ao menos no discurso dominante de “proteção às esposas”). Em 1980, ano seguinte ao julgamento de Doca Street, ocorreram dois assassinatos de mulheres em Minas Gerais, em um espaço de quinze dias. Maria Regina Santos Souza Rocha foi morta por seu marido Eduardo Souza Rocha, e Eloísa Ballesteros, por seu marido Márcio Stancioli. Emerge daí o slogan “Quem ama não mata”, que se tornou frase-símbolo na luta contra a violência assassínica contra a mulher.

A jornalista Mirian Chrystus conta que a criação da expressão se deu por um curioso acaso: no muro de um tradicional colégio de freiras de Belo Horizonte, apareceram pichadas as palavras “se se ama não se mata”. Chrystus se dirigiu até o local e tentou entrevistar as freiras para uma reportagem; elas não se interessaram em comentar o episódio e rapidamente mandaram pintar o muro para cobrir a pichação. A ideia, contudo, estava plantada: a frase foi modificada para “quem ama não mata”, de modo a se tornar mais objetiva e fonética, e passou a ser utilizada pelo movimento feminista. O slogan – e as manifestações utilizando-o – ganhou ampla cobertura de imprensa e chegou a ser título de uma minissérie da Rede Globo (MOREIRA ALVES, PITANGUY, 2022).

Nesse ínterim, foi aceito o recurso da Promotoria à cargo do caso de Doca Street, para que houvesse um segundo julgamento. Este novo júri teve lugar em 1981 e, dessa vez, houve uma significativa mobilização feminista, por meio de manifestações, artigos de opinião na imprensa, abaixo-assinados e uma vigília em frente ao Fórum. O advogado Evandro Lins e Silva não retornou para esse segundo momento, mas deixou registrada em sua já mencionada obra a indignação que sentiu em relação a esse movimento das mulheres, que considerava como “um desvirtuamento do chamado feminismo” (LINS E SILVA, 2011, p. 284). Para ele, aqueles que apontavam o machismo da decisão anterior tinham uma “visão caolha e infeliz do fenômeno” (*ibid.*, p. 245). Ele questiona, ainda, o que aconteceria se o réu fosse uma mulher. Bem, se pudermos tentar uma resposta a essa pergunta deixada em aberto, não seria absurdo dizer que, caso Doca fosse mulher, não contaria com a simpatia da aliança masculina que recebeu como homem; ao contrário, é provável que o mesmo estereótipo de mulher fatal usado contra Ângela se voltasse, nessa realidade alternativa, à versão feminina de Doca. Certamente, Lins e Silva teria trabalho redobrado, tendo que constituir sua defesa sem poder utilizar a seu favor estereótipos misóginos.

O advogado que assumiu a defesa de Doca em 1981, Humberto Teles, também voltou sua ira à campanha feminista. Em entrevista ao *Jornal do Brasil*<sup>158</sup>, reclamou que as militantes desejavam influenciar no resultado e chamou-as de “fascistas”, “franquistas”, “filhas de Hitler”; emendando, ainda: “sua briga é contra o homem, com claro componente homossexual”. Para ele, o direito da mulher “não está na condenação de Doca ou de nenhum marido que mate a mulher”, mas deve ser procurado em outras questões, como a luta por melhores salários. Além de, numa verdadeira postura

---

<sup>158</sup> DOCA sem admiradores vai a julgamento pela 2ª vez. *Jornal do Brasil*, 05/11/1981. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_10/50069](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_10/50069). Acesso em: 12/01/2023.



antidemocrática, tentar calar o debate público reproduzindo estereótipos agressivos sobre feministas, o advogado parece esquecer que mulheres mortas não ganham salários. De qualquer modo, que se atribua às feministas o resultado do julgamento seguinte é, na verdade, um elogio. Dessa vez, a morte de Ângela foi tratada com a mínima seriedade, tendo sido entendida, afinal, como assassinato a sangue frio, e não mais como execução tolerada pelo Estado.

Nos anos que se seguiram, a militância pelos direitos das mulheres teve ainda mais algumas vitórias no sentido de desenvolvimento de uma estrutura de assistência pública, como a criação, em 1985, da primeira Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, uma iniciativa pioneira no mundo (MOREIRA ALVES, PITANGUY, 2022), e o desenvolvimento do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, que promoveu a Campanha Nacional contra a Violência contra a Mulher (LAGE, NADER, 2013). Com a redemocratização após o fim da ditadura militar, foi elaborada uma nova Constituição, e o movimento de mulheres foi um dos grupos mais ativos no *lobby* com os constituintes, conseguindo incluir na nova Carta Magna a grande maioria de suas reivindicações (CORTÊS, 2013).

Dentre as principais conquistas está a noção de isonomia, isto é, igualdade de todos perante a lei, com previsão expressa de que “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações”, no inciso I do art. 5º da Constituição. Ou seja, ao contrário de outros momentos históricos, em que se entendia que bastava dizer que “todos são iguais”, estando as mulheres incluídas neste “todos”, as feministas em atuação na Constituinte lutaram para que as mulheres fossem incluídas textualmente, sem deixar espaços para dúvidas sobre sua equidade. A título de comparação, vale notar que, nos Estados Unidos, nos anos 1970, houve a tentativa de passar uma emenda à Constituição local afirmando a igualdade entre homens e mulheres, porém o projeto não conseguiu aprovação do número necessário de Estados, estando pendente de ratificação até os dias atuais<sup>159</sup>.

Outros elementos também foram importantes para assegurar a segurança das mulheres, como a abolição da posição superior e de chefia atribuída legalmente ao homem no casamento, e a previsão de que o Estado tem o dever de criar mecanismos para coibir a violência no âmbito das relações familiares e de assegurar a assistência a suas vítimas. Esta medida, especialmente, abriu caminho para que, em 2006, pudesse ser promulgada a Lei Nº 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha. Não podemos esquecer, contudo,

---

<sup>159</sup> Mais informações em: <https://www.equalrightsamendment.org>. Acesso em: 12/01/2023.

que essa lei chegou apenas depois de anos de disputa de uma mulher real contra o desamparo estatal.

A farmacêutica e ativista Maria da Penha dá nome a uma lei contra a violência doméstica, porém com as ferramentas teóricas que temos hoje, vemos que ela sofreu, mais especificamente, uma tentativa de feminicídio. Seu marido tentou assassiná-la em 1983, e apenas teve seu primeiro julgamento em 1991, ou seja, oito anos após o crime. Ele foi sentenciado, mas seus advogados recorreram e, com isso, ele ficou em liberdade. Inconformada, Maria da Penha buscou a ajuda de organismos internacionais para dar visibilidade a sua causa e à ineficiência do Estado em proteger a ela e a outras mulheres. Em 2001, o Brasil foi julgado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos e responsabilizado por negligência, omissão e tolerância em relação à violência praticada contra as brasileiras<sup>160</sup>.

A Lei Maria da Penha surge, então, de um longo caminho de tentativa de visibilidade e valorização não apenas para a questão da violência doméstica em específico, mas para a proteção da vida das mulheres. Vale recordar que, em 2006, quando foi promulgada a Lei Maria da Penha, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA discutia a questão do feminicídio no México, como mencionado no capítulo 2. Ou seja, Maria da Penha levou seu caso a órgãos internacionais devido ao descaso das autoridades brasileiras, e as mulheres mexicanas também fizeram o mesmo, em relação às mulheres assassinadas em contextos de violência de gênero. Em 2007, foi promulgada no México a *Ley General de Acceso de las Mujeres a una Vida Libre de Violencia*, que já mencionava o termo feminicídio. A discussão especificamente sobre esse tema, contudo, apenas viria aportar oficialmente as terras brasileiras em 2015 – embora, como dissemos, já estivesse presente, em gérmen, na luta de Maria da Penha.

Além de impulsionar a discussão sobre o termo feminicídio da América Latina, o caso do México nos concede mais uma reflexão importante: a violência misógina não ocorre apenas no interior de relações íntimas ou familiares, podendo se manifestar entre desconhecidos ou entre conhecidos em outras relações sociais. Como também discutido no capítulo 2, o caso chamado *Campo Algodonero*, ocorrência que chamou a atenção do mundo para o que estava acontecendo às mulheres mexicanas, envolvia justamente jovens que haviam sido atacadas por anônimos, no ambiente público, e sofrido violência sexual antes de serem brutalmente assassinadas. Este é um fator que muitas vezes é esquecido

---

<sup>160</sup> Mais informações em: <https://www.institutomariadapenha.org.br/quem-e-maria-da-penha.html>. Acesso em: 12/01/2023.

quando se fala em feminicídio no contexto brasileiro, e as matérias analisadas nesta tese vão justamente nessa direção, costumeiramente tratando o feminicídio como um sinônimo de violência doméstica extrema.

Deste modo, ainda precisamos lutar para que a violência doméstica não seja vista de maneira isolada do debate mais amplo sobre relações de gênero e a defesa de seus direitos humanos. Não basta falar em proteger esposas, mães e “belas jovens”, se não estivermos dispostos a expandir o debate a todas, e isso significa que precisaremos tocar em questões como o papel social da mulher, reestruturação da instituição familiar, vulnerabilidades de raça e classe, autonomia da mulher em relação a seu corpo, violência sexual, entre outros temas.

Precisamos, ainda, de uma responsabilização de agentes do Estado em relação a estes temas, lutando contra a individualização dos problemas e a culpabilização da vítima. É justamente a este ponto que alude Mendes (2021) com o conceito *Femicídio de Estado*, caracterizados como condutas “de agentes estatais que deem causa à morte de mulheres em razão de situação de desigualdade histórico-cultural de poder, construída e naturalizada como padrão de menosprezo ou discriminação ao gênero feminino” (2021, p. 109). Ou seja, não devemos enxergar a inabilidade ou inércia do Estado diante deste problema como mero fato natural, mas sim como produto da posição social desigual atribuída às mulheres, e como uma violência em si mesma. A autora fala, inclusive, em uma necropolítica de gênero, que “assegura a coisificação dos corpos femininos mediante um regime de terror capaz de decretar a pena de morte para algumas mulheres” (*ibid.*, p. 60).

O modo como foi conduzida a pandemia de COVID-19 pelo governo de Jair Bolsonaro, inclusive, configura-se, ainda segundo Mendes (2021), como um momento em que o projeto de feminicídios de Estado se tornou plenamente visível. Nesse sentido, podem ser considerados feminicídios de Estado as mortes de mulheres transgênero e travestis, grávidas e puérperas, periféricas, indígenas, negras e quilombolas, às quais foi dificultado ou negado o acesso às políticas emergenciais do Estado.

A questão do feminicídio, portanto, está longe de se restringir a relações íntimas e privadas, como se imaginou durante muito tempo (e ainda hoje faz parte da crença de algumas pessoas). O feminicídio diz respeito a um contexto social de vulnerabilização das vidas de mulheres, que adquire diferentes particularidades conforme cada momento histórico, mas apresenta como continuidade de longa duração a persistente tentativa de

inferiorização do feminino, especialmente àquelas que de alguma forma são vistas como vidas menos importantes ou como ameaças para a manutenção da ordem patriarcal.

### **3.3. As continuidades da misoginia: “os números mostram” de quem é a culpa?**

A breve genealogia da misoginia realizada nos itens anteriores fornece diversos pontos para a reflexão, não apenas sobre o fenômeno do feminicídio como sobre a maneira social de enxergá-lo e lidar com ele. Vimos como a separação das mulheres em função de sua conduta sexual está na origem do estabelecimento dos Estados arcaicos. Tanto o controle da sexualidade feminina quanto uma divisão das mulheres entre “boas” e más” seguem acontecendo em inúmeros momentos da história, variando-se os objetivos políticos que se cumpre. Na época da caça às bruxas, por exemplo, uniram-se a uma ideia, também pré-existente, da mulher como inerentemente pérfida, e cumpriram o fim de exterminar – dessa vez, fisicamente – mulheres indesejáveis, ao mesmo tempo, transmitindo uma mensagem às demais sobre qual era o modelo de feminilidade ideal.

Com a emergência do período conhecido como modernidade, a imagem da mulher passa por uma mudança, até o ponto de chegar a uma beatificação. Essa exaltação feminina não significou, entretanto, um arrefecimento da misoginia. Prova disso é que passou a ser colocada uma nova responsabilidade sobre a mulher, como salvadora do homem e dos filhos, cuja única fonte de felicidade seria o casamento. Outro ponto a se considerar é que esta imagem positiva não era acessível a todas. Para mulheres negras, a misoginia se apresentou na forma de uma negação de sua feminilidade e humanidade.

Ao longo de todos estes caminhos, é possível observar uma regularidade: a existência de discursos que tentavam conformar mulheres em determinado lugar e a punição, seja física, seja simbólica, daquelas que não se encaixavam neste ideal. Essas regras foram construídas e revitalizadas, aplicadas e policiadas não apenas por maridos, mas também por pais, irmãos, filósofos, escritores, religiosos, médicos e, ainda, por outras mulheres. Em lugar de uma aberração de mentes desviantes, a misoginia foi, em diferentes momentos da História, parte integrante das relações sociais.

Pensando neste caminho, os altos índices de feminicídio que são exibidos nas matérias analisadas jamais poderiam ser vistos como uma surpresa. Observamos que o cenário atual apresenta semelhanças, guardadas as devidas proporções, com o quadro narrado por Besse (1989) sobre o início do século XX, em que houve uma percepção de “explosão” e “selvageria” tomando conta da sociedade. A insistência na ideia de que a

violência contra a mulher seria uma “explosão”, uma “onda” e, ao mesmo tempo, um “retrocesso”, pode ser entendida como uma forma de desviar do fato de que nossa sociedade está fundada na violência, e este é um problema que demanda uma profunda modificação social, não podendo ser resolvido de outra forma.

Deste modo, não podemos esperar que eles simplesmente diminuam, de um ano para outro, sem que a sociedade passe por uma profunda transformação, no sentido de enxergar a mulher como ser humano – nem santa, nem demônio. A violência contra a mulher não é e nunca foi um “surto”: foi, historicamente, sancionada pelo Estado, pela Lei, pela religião e pela cultura.

Observar a regularidade da manifestação da misoginia por meio de uma separação entre mulheres, em que a admoestação a um grupo serve de lição ao outro sobre as formas consideradas corretas do feminino, acende mais um alerta em torno das reportagens consideradas. Embora haja uma aparente intenção de defender as mulheres que sofreram feminicídio, a insistência no fato de que elas não realizaram denúncia soa como algo mais do que um zelo. Esse movimento pode ser enxergado como uma forma de misoginia, no sentido de um apagamento simbólico dessas vítimas que não se comportaram da maneira vista como ideal. Os repórteres se colocam na posição de educadores das vítimas de violência: sem cerimônia, apontam erros das mulheres já violentadas, dissecam sua vida e seus atos, tudo com o objetivo de ensinar outras mulheres a melhor forma de agir. A mensagem é: *não seja como elas*.

Algumas vezes, o julgamento moral é feito em relação àquelas que já estão mortas, culpando-as pelo próprio destino; em outras, é extraído, como confissão, de mulheres que sobreviveram à violência. Recupero uma interação entre repórter e entrevistada – presente em uma reportagem do *Globo Comunidade*, anteriormente citada na discussão – que sintetiza a questão:

- Eu apanhei muito na minha vida.
- A senhora já passou por isso?
- Apanhei. Apanhei do meu pai, e apanhei do pai dos meus filhos. A última vez que ele me bateu, me jogou escada abaixo.
- Meu Deus!
- Graças a Deus.
- E a senhora denunciou isso?
- Não.
- Nunca?
- Não. Eu não tenho coração pra isso.
- Mas por quê? Por medo, por vergonha, por que a senhora nunca denunciou?
- Medo de ele fazer coisa comigo pior, né.

- Que que a senhora fez que ele te bateu?
- Nada, nunca fiz nada pra ele.
- O conselho que a senhora dá para as mulheres é... denunciar?
- Denunciar, não ser boba que nem eu fui.
- Não pode aturar?
- Não.
- Palmas para a Luzia! (RIO..., 2018, 06`43``)<sup>161</sup>

**FIGURA 76:**

**Repórter entrevista vítima sobrevivente e a induz a responder que as vítimas devem denunciar, na reportagem “Rio de Janeiro registra seis vítimas de feminicídio por mês”.**



*Fonte: Foto de tela registrada pela autora a partir da reportagem do Globo Comunidade (RIO..., 2018).*

O próximo capítulo aprofundará a análise destes discursos que, falando sobre as mulheres vítimas de violência, dirigem-se à coletividade feminina com uma função eminentemente pedagógica. Defenderei a hipótese de que as notícias em questão acabam por construir uma nova subjetividade de vítima feminina ideal: aquela que salva a si mesma, com ajuda do aparato jurídico-policia.

<sup>161</sup> RIO de Janeiro registra seis vítimas de feminicídio por mês. **Globo Comunidade**, 04/11/2018. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7135286/?s=0s> . Acesso em: 20/10/2021.

#### 4. “A saída está na mão das mulheres”? O ideal da vítima que salva a si mesma

“Bibbidi-bobbidi-boo!”, diz a fada madrinha de Cinderela, enquanto transforma abóbora em carruagem, ratinhos em cavalos e trapos em um lindo vestido, acompanhado de sapatinhos de cristal. A solução para a tristeza de Cinderela por não poder ir ao baile surgiu como mágica: no momento em que tudo parecia perdido e a mocinha chorava inconsolável, apareceu a fada madrinha para converter seu sonho em realidade. Quando não vinha da ponta de uma varinha de condão, a ajuda de que a jovem precisava surgia por seus amigos, liderados pelos adoráveis camundongos Jaq e Tatá. A figura dos ajudantes, salvadores ou protetores dos protagonistas é primordial em qualquer boa história, e não poderia ser diferente nas narrativas jornalísticas.

Nos capítulos anteriores, falei sobre alguns dos personagens presentes nas reportagens sobre feminicídio. Abordei figuras mais tradicionais e reconhecíveis, a mocinha e o vilão, e como eles aparecem e se atualizam nas notícias aqui analisadas. Percebi, também, que alguns personagens inesperados assumem a dianteira: a mãe sofredora, as imagens de dor e violência, e os números que ganham vida própria, “não param de crescer”, “enganam”, “assustam”. Resta, agora, observar mais de perto um último participante destacado dessas ações: o salvador – ou salvadora.

Ao dissertar sobre as características do melodrama, Barbero (1997) destaca quatro personagens comuns: o Traidor, a Vítima, o Bobo e o Justiceiro ou Protetor. Este último tem por função desfazer a trama de mal-entendidos e desventuras, permitindo que a verdade resplandeça e o bem vença. Geralmente, esse ato envolve castigar o Traidor e salvar a Vítima. Em muitas narrativas, a vítima é a encarnação da virtude e tem nela a sua força: seu coração puro causa admiração, tranquiliza e, eventualmente, pode lhe redimir. Porém, a Vítima também é ingênua, impressionável e vulnerável, por isso demanda proteção a todo o tempo. Aí entra o Justiceiro/Protetor: apesar de ser a vítima a personalização do Bem e o vilão, o Mal na forma de gente, é o Justiceiro a verdadeira contraface do vilão, argumenta Barbero (1997). Ele é valente, gentil, elegante, generoso e, geralmente, também belo, além de ter a capacidade de efetivamente enfrentar e vencer o Mal.

Muitas vezes, o Justiceiro/Protetor está ligado à vítima por amor ou parentesco. E também tem se tornado cada vez mais comum, em diversas narrativas contemporâneas, que ele e a vítima se tornem um só: a vítima salva a si mesma. A partir de influências do romantismo, a vítima paulatinamente passa a ser considerada uma heroína, não no sentido

antigo, da epopeia, mas um ídolo de outro tipo, que suporta o sofrimento de modo admirável. Segundo Frye (2006), essa mudança na concepção do heroísmo colabora para explicar a proeminência dos personagens femininos nos romances. Para o olhar contemporâneo, entretanto, não tem bastado que a vítima suporte o sofrimento e receba a ajuda da fada madrinha ou do príncipe em retribuição à sua bondade. Ela precisa, de fato, incorporar ou se aproximar ao máximo à figura do Salvador/Justiceiro para que possa ser considerada uma Heroína.

Neste capítulo, então, observarei como esses personagens se apresentam em nossas histórias. Iniciarei pela análise de casos em que o Protetor/Justiceiro ganha foco nas narrativas jornalísticas sobre feminicídio. Curiosamente, o próprio termo escolhido por Barbero (1997) se encaixa perfeitamente em quem exerce essas funções nas notícias consideradas: os agentes policiais e os profissionais do sistema judiciário. Nas reportagens, há um intenso predomínio – para não dizer monopólio – de membros dessas duas áreas como fontes consultadas.

Embora a primazia de qualquer tipo de fonte perante outras possa ser contestada por si só, na medida em que reduz a potencialidade de debate sobre determinado tema a um ponto de vista específico, este não será, especificamente, o problema abordado nesta reflexão. Outros estudos já deram conta do fato de que, em matérias sobre violência de gênero, a fonte primária para construção dos fatos costuma ser a polícia, o Ministério Público, juízes ou advogados (CALDEIRA, LAGE, AZEVÊDO, AZEVEDO, 2020; DORNELAS, 2021). Como a presente pesquisa não tem caráter quantitativo, o objetivo não será calcular a extensão desse recurso às fontes judiciárias e policiais em relação a outras. O interesse é, então, diverso: examinar que construção de verdades essa escolha de fontes acarreta e coloca em discurso, e como ela está relacionada a certo ideal de subjetividade feminina.

#### **4.1. “Se não, a gente também não pode ajudar”: confiança no aparato jurídico-policial**

A reportagem “Casos de feminicídio em MS aumentam 17% em relação a 2017”, do *MSTV 1ª Edição – Corumbá*,<sup>162</sup> inicia-se com a linha de raciocínio mencionada no

---

<sup>162</sup> CASOS de feminicídio em MS aumentam 17% em relação a 2017. *MSTV 1ª Edição – Corumbá*, 07/08/2018. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6928087/>



capítulo anterior: o interesse em torno do feminicídio atrelado ao alto número de casos. A delegada entrevistada para abordar a questão, Tatiana Zyngier, esclarece, porém, que considera não haver um aumento no número de casos, e sim na conscientização. Ela também afirma, por outro lado, que o número é alto porém ainda não corresponde à realidade: haveria ainda mais casos ocorrendo, que não são contabilizados.

Gabriela Prado, a repórter que conduzia a entrevista, decide, então, abordar outra questão relacionada às estatísticas: segundo ela, embora tenha havido um aumento do número de ocorrências, “muitas vezes as mulheres não dão um prosseguimento à denúncia e isso é um problema para dar a devida punição pro agressor”. A delegada concorda, dizendo que, por vezes, as mulheres buscam a delegacia para registrar o ocorrido, mas afirmam não desejar que o homem seja processado e preso. “Isso de fato amarra nossas mãos”, ela opina: “se não houver a representação da vítima, o Estado não pode fazer nada (...) se não a gente também não pode ajudar”.

É evidente que, sem a autorização da mulher, o Estado não pode prosseguir a investigação, no caso de crimes que justamente condicionam esse processo ao desejo da vítima<sup>163</sup>. Até aí, de fato, temos uma observação da realidade. Entretanto, há um salto argumentativo deste ponto até a afirmação de que “o Estado não pode fazer nada”, “não pode ajudar”, ou mesmo de que isso “amarra as mãos” das autoridades.

Primeiro, porque falas como essa ignoram completamente toda a rede de proteção que deveria ser concedida a uma mulher vítima de violência e vai muito além da punição ao agressor. Se a mulher não deseja prosseguir com o processo de encarceramento do agressor, isso significa apenas que o Estado não poderá, até segunda ordem, atuar nesse sentido, mas ele poderá, ainda, fazer simplesmente *tudo e qualquer coisa* com exceção disso. Seria possível, inclusive, continuar acompanhando e instruindo a mulher sobre a importância de prosseguir com a punição do agressor – o que certamente seria mais efetivo para mudar sua opinião do que questionar seu julgamento em público durante uma entrevista a um telejornal.

Esse é um ponto interessante: os telejornais insistem, como continuamente se apresenta ao longo dessa tese, em se dirigir às vítimas, clamando que façam denúncias.

---

<sup>163</sup> Vale notar que o Superior Tribunal de Justiça decidiu, em 2015, por meio da Súmula 542, que “a ação penal relativa ao crime de lesão corporal resultante de violência doméstica contra a mulher é pública incondicionada”, ou seja, a autoridade pode prescindir da representação da vítima. Esta decisão, porém, se refere exclusivamente ao crime de lesão corporal. Outros delitos, como ameaça ou perseguição, necessitam de representação da vítima para que o Ministério Público prossiga com o caso, como indica o Código Penal.

Desenvolverei, por um momento, essa ideia. Supondo que, de fato, haja um interesse em dialogar com essas mulheres – seria essa a melhor forma de atingi-las? Dizer a uma mulher vítima de violência, fragilizada, receosa, que ela está “amarrando as mãos” da polícia é, de fato, o melhor argumento que podem encontrar? Eu duvido muito. A presente pesquisa não tem em seu escopo a realização de um estudo de recepção desses materiais, mas acredito que possamos conjecturar que essa fala não é efetiva para o convencimento das vítimas, justamente porque essa não parece, de fato, ser sua função. Defenderei, mais adiante, que discursos como esses não partem de uma preocupação com as vítimas – são, ao contrário, mais uma forma de manifestação da misoginia.

No momento, concentrarei-me nos outros motivos pelos quais falas como a de que a vítima “amarra as mãos” dos policiais são problemáticas. Elas constroem a ideia de que a vítima é o problema, a vítima atrapalha a melhoria da situação com sua incapacidade de agir. Longe de mera observação da realidade, essa noção é, em si, um juízo de valor – bastante equivocado, diga-se de passagem, porque baseado em concepções falhas sobre como funciona a violência contra a mulher.

Como já mencionado, podemos observar que a violência doméstica costuma operar por meio de um ciclo, do qual é difícil para a mulher sair (WALKER, 1979). A vítima desenvolve o pensamento de que nada do que fizer será efetivo para escapar do controle do agressor, então passa a acreditar que o melhor que tem a fazer é buscar manejar a situação de dentro. Após repetidas agressões físicas e psicológicas, ela se sente culpada, naturaliza a violência como parte do relacionamento e não se percebe como capaz de viver uma vida diferente. Portanto, a dificuldade das mulheres em sair dessa situação é uma parte esperada da reação de uma pessoa a um contexto de violência. Não é um “problema” em si, é parte do problema da violência de gênero e um dos fatores que a torna tão delicada e difícil de combater.

Nesse sentido, buscar uma mudança nesse comportamento e na percepção dessas vítimas é parte integral do enfrentamento à violência, porém é um processo complexo, que pode ser demorado e difícil, e certamente não será súbito ou linear. Pensando nisso, chega a ser um contrassenso dizer que “não se pode fazer nada” se a mulher apresenta dúvida em algum momento. Como não se pode fazer coisa alguma, se vencer a barreira da hesitação é justamente um dos elementos centrais dessa atuação?

Portanto, não é absurdo considerar que falas como essa são muito mais preocupantes para a luta contra a violência do que qualquer atitude que possa ser tomada por parte da vítima. É fonte de inquietação observar que um discurso vindo de uma

especialista e difundido midiaticamente como verdade apresenta uma visão tão insipiente e problemática sobre o assunto abordado.

As duas partes envolvidas nessa entrevista, embora pareçam bem-intencionadas, acabam por disseminar uma ideia muito rudimentar sobre o que é e como opera a violência de gênero. É possível que a entrevistada tenha discorrido sobre outras formas de enfrentamento ao problema, que não tenham sido incluídas no corte final da reportagem. De qualquer modo, como ensina Foucault, não podemos – e nem deveríamos ter como objetivo de pesquisa – chegar ao que está “por trás” do discurso, sendo mais interessante observar o que ele produz. No caso, observamos que há a veiculação de um discurso dotado de autoridade, difundindo concepções rasas e equivocadas, o que já é um problema por si só. A questão se complica ainda mais a partir do momento em que esse discurso permite que se encontrem falsos culpados para os problemas e se exima de responsabilidade agentes de Estado, que poderiam, de fato, atuar e contribuir para o cenário.

A matéria “Mulher se finge de morta para escapar de agressor e sobrevive à tentativa de feminicídio”, do *Meio Dia Paraná – Curitiba*,<sup>164</sup> também contém uma entrevista com uma autoridade policial e um imperativo para denúncia, porém chega até ele por um meio diferente. Aqui, há uma celebração da atuação policial, a qual serve, de acordo com a linha argumentativa da reportagem, como um incentivo para que mulheres se sintam encorajadas a denunciar. O curioso é que essa reportagem narra um crime que aconteceu em 2010 e apenas teve resolução (entendida como a prisão do agressor) em 2019. Ou seja, o fato de que o feminicida ficou foragido por quase dez anos não impede que a atuação da autoridade policial seja exaltada e que o dever de ação seja direcionado às vítimas.

A reportagem se inicia dando foco justamente à atuação da vítima diante do crime ocorrido. O apresentador Jasson Goulart informa que: “nesse caso, olha só, a vítima sobreviveu. Ela teve que se fingir de morta! Se fingiu de morta, para não levar mais facadas do agressor, e conseguiu sobreviver”. O fato de que a vítima teve que se fingir de morta chama a atenção, mas, nesta oportunidade, não será o foco absoluto do conteúdo. Ele se direcionará, na verdade, à atuação da polícia após tomar conhecimento do caso.

---

<sup>164</sup> MULHER se finge de morta para escapar de agressor e sobrevive à tentativa de feminicídio. **Meio Dia Paraná – Curitiba**, 30/07/2019. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7804067/>

Com efeito, Goulart chama a repórter Andressa Almeida e questiona como a polícia chegou ao suspeito. Ela esclarece que o crime acontece em São Paulo e este ano foi levantada a informação de que o homem era natural de Curitiba, logo a investigação foi direcionada para este local. A jornalista, então, passa a palavra para o delegado encarregado em Curitiba, Tito Lívio Barichelo, que inicia sua fala exaltando a atuação do órgão que representa no combate a crimes de ódio contra a mulher: “Trata-se de um crime gravíssimo. A DHPP [Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa] [está] combatendo a misoginia”. O profissional, em seguida, conta detalhes e a cronologia do caso.

A repórter o ouve por 1 minuto ininterrupto e, então, intervém para questionar: “então por isso é importante as mulheres continuarem denunciando, né? Nesse caso, provavelmente, a vítima já tinha tido algum desentendimento, o homem já tinha algum sinal...”. O delegado responde fornecendo alguns dados sobre o alto índice de feminicídios e se posiciona: “isso tem que acabar”. Em seguida, dá sua opinião de qual seria “a única forma” para que esse crime acabe:

(...) a única forma de acabar é com a polícia civil atuando, prendendo, e com vocês, a imprensa livre, divulgando. Cabe às mulheres, então, quando sofrer qualquer tipo de ameaça, de lesão, mesmo que leve, procurarem uma delegacia da mulher para que o delegado tome ciência e que esse crime não se perfaça posteriormente em um homicídio porque esses crimes são progressivos. As pessoas que praticam esse ilícito contra a mulher eles iniciam com uma pequena lesão corporal, uma ameaça e vão progredindo a partir do momento que encontram a falta de barreira do Estado (MULHER..., 2019).

A resolução para o problema do feminicídio, de acordo com esse ponto de vista veiculado, passaria por três pontos: a polícia civil prendendo, a imprensa livre divulgando, e as mulheres prestando queixa ao menor sinal de violência. É interessante notar que o delegado concede informações importantes sobre o feminicídio, como o fato de que se relaciona ao ódio à mulher, de que é um crime progressivo e de que a violência contra a mulher precisa encontrar uma barreira do Estado para que não chegue ao resultado de morte. Entretanto, a natureza exata dessa “barreira do Estado” é uma questão importante. Poderíamos falar de uma barreira extensiva, composta por elementos de qualidade diversa, atacando múltiplos pontos da questão: proteção e apoio físico, patrimonial e psicológico às vítimas, incluindo casas de acolhimento, programas de distribuição de renda e empregabilidade, atendimento terapêutico e, também, proteção policial, como é o caso da já mencionada Patrulha Maria da Penha. Do ponto de vista do

agressor, o Estado deve garantir que ele seja responsabilizado civil e criminalmente, podendo impor uma série de medidas punitivas, além da prisão, como o comparecimento a atividades educacionais que visem sua reintegração na sociedade. Na fala do delegado, entretanto, a “barreira do Estado” parece estar circunscrita à atuação policial e, mais do que isso, a uma atividade policial em sentido bem estrito: a prisão.

Além disso, cria-se um cenário em que a procura da mulher pela autoridade policial e a tomada de ciência dessa autoridade sobre o crime será necessariamente um divisor de águas. Essa visão dos fatos, contudo, não encontra guarida no próprio caso narrado, pois o agressor ficou quase dez anos foragido da polícia, com um mandado de prisão em aberto. Por mais empenhados que estivessem os investigadores, e por mais fé que qualquer profissional tenha em seu trabalho, um dos poucos consensos existentes entre diversas áreas de atuação é que não é aconselhável prometer resultados que não se sabe se poderão ser cumpridos. Nas reportagens que analisamos, contudo, é constante a promessa às mulheres de que, se elas procurarem a delegacia, seus problemas terão solução.

A difusão dessa crença já seria problemática por ser potencialmente uma falsa promessa que gera frustração e indica falsos caminhos para a resolução de um problema que está longe de ser resolvido. Apresenta, ainda, outra consequência: vista como verdade, torna difícil compreender por que as mulheres não denunciam. Se há uma solução facilmente disponível às mulheres, por que elas não buscam por ela? O problema é que esta ideia está baseada em uma falsa premissa, uma percepção equivocada da realidade acerca do potencial de solução do sistema criminal e da capacidade de acolhimento às vítimas. Como, porém, se apresenta como Verdade a noção de que há um caminho simples e fácil à disposição das vítimas, então, se o problema persiste, elas passam a ser o problema.

É assim que, ao narrar o caso em que um homem cometeu uma tentativa de feminicídio e ficou quase dez anos foragido, o trabalho da polícia é exaltado, e o ônus de atuação mais vigorosa é colocado em direção às vítimas. Ao final do conteúdo, a repórter Andressa Almeida reforça: “a gente insiste: a mulher tem que denunciar”, e o apresentador Jasson Goulart complementa: “tem que denunciar e prestar atenção no sintoma”.

Outra reportagem, também de um telejornal do Paraná, no ano seguinte, por ocasião do Dia Estadual do Combate ao Femicídio<sup>165</sup>, aborda, por sua vez, outros canais de defesa da vítima que não exclusivamente a polícia. O material menciona a Patrulha Maria da Penha, o Núcleo Maria da Penha (que fornece assistência psicológica, jurídica e de serviço social) e uma campanha envolvendo farmácias, em que, mediante um sinal feito pelas mulheres, os funcionários estariam preparados para discretamente fornecer ajuda e acionar os órgãos competentes. O material fornece, ainda, explicações sobre quais são os tipos de violências, informando que agressão psicológica também é uma forma de violação aos direitos da mulher. Em determinado momento, a repórter Bruna Bronoski faz uma pergunta retórica, que logo responde: “E qual que é uma das formas para se tentar evitar essa agressão tão forte contra a mulher? Uma delas é não ficar calados, nem a vítima, nem outras pessoas”. Ela reforça, portanto, que não apenas a vítima pode e precisa denunciar, mas sim qualquer pessoa que presencie uma agressão.

O que me chama a atenção, porém, é que, mais uma vez, aparece o nexo entre a denúncia e a resolução do problema. Aqui, ao menos, o foco não é exclusivamente na vítima, mas a ideia persiste. Vale notar que, no início do material, o apresentador Fernando Parracho havia afirmado que “apesar do esforço da justiça, das polícias e da comunidade, as ações de enfrentamento à violência contra a mulher ainda precisam avançar e muito”, e a repórter Bruna Bronoski concorda “precisam mesmo”. Essa afirmação poderia indicar que o telejornal apresentaria um material sobre quais são as necessidades de melhoria nos programas que já são oferecidos. Não foi isso o que se seguiu, entretanto, mas sim uma indicação dos canais pelos quais uma denúncia pode ser registrada: “tem vários canais pra isso acontecer, pra não ficar calado”, assegura Bronoski. Ou seja, apesar de conceder informações, de fato, relevantes, e de fazer um aceno na direção de que a estrutura de defesa das mulheres precisa ser mais diversificada e efetiva, acaba predominando, ao final, um tom de tranquilidade sobre a confiabilidade das soluções já disponíveis.

Em uma reportagem do *Bom Dia MT*, a presidente do conselho estadual da mulher, Gláucia Amaral, é mais uma agente ligada ao poder público que busca tranquilizar e assegurar a população quanto à existência de uma rede de apoio às mulheres. Ela informa que o governo acabou de inaugurar uma Delegacia da Mulher 24

---

<sup>165</sup> DIA Estadual de Combate ao feminicídio é nesta quarta-feira (22). **Bom Dia Paraná**, 22/07/2020. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8716764/?s=0s>.

horas em Cuiabá, capital do Estado, e que mantém planos para escalar a rede de proteção também no interior. A profissional afirma, ainda, que muitos homens dizem às mulheres que elas podem fazer denúncias contra eles, pois nada irá acontecer – Amaral, então, contesta essa fala, asseverando que “vai acontecer sim”, que a mulher dispõe de uma estrutura de proteção do Estado, como casas de amparo. Buscando dar mais um exemplo de componente dessa rede de proteção, ela cita que “no hospital tem salas especiais para quem foi agredida”; logo em seguida, porém, Amaral corrige a si própria, mitigando sua fala anterior: “salas, não, um hospital aqui em Cuiabá tem”.

Deste modo, podemos refletir que os entrevistados eleitos pelos jornalistas como fontes, por estarem diretamente envolvidos no sistema público de proteção às vítimas, acabaram apresentando uma visão parcial sobre a real amplitude e efetividade desse sistema. Até mesmo o fato de estarem engajados e bem-intencionados – que, certamente, é importante para a luta contra a violência – pode, contudo, ter o efeito indesejado de ofuscar as falhas, as dificuldades, os pontos de melhoria.

É importante, de fato, que as vítimas se sintam encorajadas a denunciar e que a violência chegue ao conhecimento das autoridades, porém conceder uma visão excessivamente otimista sobre o funcionamento do sistema pode não colaborar para este fim e ainda gerar outros problemas, como a incapacidade de perceber falhas importantes e o deslocamento de culpa para as vítimas.

No caso da reportagem acima mencionada, se a entrevistada não tivesse se corrigido, sua fala poderia inclusive trazer consequências danosas bem palpáveis: mulheres chegariam a hospitais por todo o Estado sob a esperança de que haveria salas exclusivas para atendê-las, apenas para descobrir que jamais existiu tal possibilidade. Provavelmente por esse motivo a própria entrevistada achou por bem retificar a informação.

É preciso ter em mente que o fato, mencionado pela entrevistada, de que os agressores dizem com tanta certeza que “nada irá acontecer” não se deve a um mero devaneio da mente de um degenerado ou uma falsa ideia lançada para provocar medo. Infelizmente, essa é uma observação da realidade de que, sim, em muitos casos, essas mulheres estão desamparadas. Isso beneficia diretamente os agressores e eles sabem disso.

A partir daí, a posição dos agentes públicos é delicada: assegurar às mulheres que podem buscar o Estado e informar os dispositivos que elas têm a sua disposição, porém sem divulgar informações que hiperdimensionem as possibilidades dessa rede e não se

coadunem na realidade. Podemos conjecturar que um comprometimento com a melhoria e o crescimento contínuo desses sistemas de proteção seria mais efetivo para conceder segurança (tanto de fato quanto em sensação) a essas mulheres, em comparação à eficácia duvidosa de afirmações sobre uma suposta completude e efetividade do sistema no momento presente.

Levar mulheres à delegacia para fazer uma denúncia sem o efetivo preparo para atendê-las pode inclusive piorar a confiabilidade do sistema perante a visão dessas vítimas, fazendo com que não voltem a procurar ajuda em agressões futuras. Por esse motivo, não basta encorajar as vítimas, é preciso cobrar a melhoria da rede de proteção à mulher.

Em algumas matérias da amostra, abre-se a possibilidade de abordar uma falha no sistema – porém, essa fala é invariavelmente seguida com a mesma máxima já vista nas outras reportagens: continuar denunciando. Ainda que o sistema seja falho, cabe à mulher agir. É o que se apresenta na matéria “Desembargadora comenta aumento do número de casos de feminicídio na Bahia”, do *Jornal da Manhã*<sup>166</sup>. O material discute casos em que as mulheres que foram assassinadas já tinham buscado as autoridades e recebido medidas protetivas. A repórter Andréa Silva, então, questiona a desembargadora Nágila Brito: “Tá faltando eficiência nas medidas protetivas?”. A profissional, que, além de atuar como desembargadora, é coordenadora do núcleo sobre violência doméstica do Tribunal, afirma que, para a efetividade de uma medida protetiva, é preciso toda uma rede de aparelhos, como a ação policial com a Patrulha Maria da Penha, a disponibilização de botões de emergência para as vítimas, o uso de tornozeleiras eletrônicas por parte dos agressores postos em liberdade, etc. A Dra. Nágila Brito não tem problemas em admitir que, quando uma mulher tinha medida protetiva e mesmo assim é morta, isso significa que a rede de proteção falhou, e que essa falha pode estar em todo o sistema de justiça.

A repórter Andréa Silva, porém, não segue com essa linha de questionamento, bruscamente mudando o foco da conversa do sistema de proteção para as ações esperadas em relação à vítima. “Então o recado é de que é preciso continuar denunciando?”, diz ela, numa pergunta retórica, ou seja, uma declaração em forma de pergunta, que não espera realmente uma resposta aberta, mas apenas uma confirmação por parte do interpelado. Chama a atenção o fato de que, até então, a conversa não se dirigiu de maneira alguma

---

<sup>166</sup> DESEMBARGADORA comenta aumento do número de casos de feminicídio na Bahia. *Jornal da Manhã*, 02/12/2019. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8131759/?s=0s>.



nesse sentido – o “recado” que a repórter procurou deixar, a título de “resumo” do que havia sido dito pela profissional, em verdade não tinha a menor relação com o que se estava discutindo, e provém mais de uma ideia fixa, que prevalece em diversas matérias, no sentido de se dirigir às vítimas e cobrar delas uma ação. O clamor pela denúncia parece ter se tornado quase um ponto obrigatório pelo qual toda reportagem deve passar. Não à toa foi inserido nesta conversa de maneira totalmente artificial.

Curiosamente, a desembargadora, nessa ocasião, foi a parte da conversa que retornou o assunto às falhas e necessidades de melhoria por parte do Estado, não da vítima. Ela concorda com a repórter que é preciso fazer a denúncia, mas emenda que a rede de proteção tem que ser fortalecida, afirmando que os órgãos públicos precisam contar com um reforço em seus quadros para atender as mulheres em diversas áreas. Vemos, então, que a difusão de concepções romantizadas sobre a atuação dos serviços públicos não é um problema derivado exclusivamente das próprias fontes consultadas, mas também das escolhas e intervenções dos jornalistas.

Na reportagem “Feminicídio em SC: 80% do casos a vítima tinha uma relação com o autor”, do *Bom Dia Santa Catarina*,<sup>167</sup> também ficou evidente como, em muitos casos, o juízo de valor negativo em relação às vítimas transparece justamente no momento da intervenção *do jornalista* diante de um dado concedido pela autoridade policial. Ao mencionar um levantamento feito pela Polícia Civil sobre os casos de feminicídio no Estado, a reportagem deu destaque a um dado específico, entre tantos: “um número preocupante, viu: apenas 13,3% das vítimas tinham registrado um boletim de ocorrência anteriormente noticiando violência doméstica contra o autor do homicídio”, diz o repórter Eduardo Prestes. Segundo ele, esse dado “traz essa questão da necessidade de fazer um boletim de ocorrência, de fazer a denúncia quando há alguma violência doméstica, traz esse alerta às mulheres para que não sejam coniventes com esse tipo de violência”.

Logo, de todas as questões que poderiam ser abordadas sobre feminicídio (rede de apoio, assistência psicológica ou financeira à vítima, morosidade dos processos, necessidade de mais estrutura física e pessoal dedicado ao atendimento, etc), a reportagem escolheu se concentrar na falta de denúncia da vítima. Ainda pior, não procurou entender os motivos que podem levar a esse dado, preferindo simplesmente “fazer um alerta” às mulheres, afirmando que são “coniventes” com a violência que sofrem. O profissional

---

<sup>167</sup> FEMINICÍDIO em SC: 80% do casos a vítima tinha uma relação com o autor. **Bom Dia Santa Catarina**, 23/10/2020. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8975624/?s=0s>

completa, ainda, que essa atitude “dificulta também o trabalho da polícia civil”. Ou seja, mais uma vez, as dificuldades inerentes à luta contra a violência de gênero são vistas como culpa exclusiva da vítima, em vez de um problema que é dever do Estado enfrentar.

Quando a reportagem volta ao estúdio, o comentarista Renato Igor é chamado a opinar e apresenta uma visão diferente da exposta anteriormente por seu colega. Ele diz que não podemos julgar as vítimas e busca explicar por que as mulheres não denunciam, citando fatores como dependência econômica e afetiva, receios em relação aos filhos, ameaças recebidas e a crença de que o fato não irá se repetir. “A gente tem que entender também, não apenas criticar, mas entender as razões disso”, diz ele. O profissional lembra, também, e com muita propriedade, que muitas vezes os feminicídios acontecem justamente quando as mulheres tentam sair do relacionamento.

Graças a essa intervenção oportuna de Renato Igor, a matéria tem um desfecho mais respeitoso em relação às vítimas. Entretanto, vale lembrar o que dissemos em relação às matérias que apresentam falas agressivas dos réus e depois buscam contestá-las: uma fala em sentido negativo não é magicamente apagada por outra em sentido positivo. Enunciados problemáticos continuam circulando em uma ampla cadeia comunicativa, atingindo outros falantes e podendo reforçar relações de poder.

Utilizando-se de um dado estatístico, o jornalista inicialmente proferiu uma afirmação como verdade, mas que se trata de um juízo de valor infundado e atécnico, ou seja, que demonstra desconhecimento do profissional acerca do tema que se propôs a tratar. Além de equivocado, é bastante desrespeitoso com as vítimas, chamando-as de “coniventes” por suas próprias mortes e inconvenientes para com a polícia. No fim, a reportagem assopra a ferida, pedindo compreensão em nome dessas mulheres. Assim como ocorre no próprio ciclo da violência (WALKER, 1979), um agrado segue uma agressão. Já sabemos o que acontece em seguida: uma nova ofensiva.

Em outro exemplo da amostra, veiculado pelo *Bom Dia GO*,<sup>168</sup> ambos os jornalistas participantes do material estão alinhados numa tentativa de abordagem compreensiva da vítima, porém ela não sobressai ao final, pois é a entrevistada quem diverge. A delegada Cybelle Tristão diz, inicialmente que o feminicídio está associado ao machismo e ao patriarcalismo, que essas mulheres precisam de ajuda e que, para obter essa ajuda, precisam fazer uma denúncia ao primeiro sinal de violência. A repórter Suelen

---

<sup>168</sup> DELEGADA da Mulher comenta sobre aumento de casos de feminicídios em Goiás. **Bom Dia GO**, 03/09/2018. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6991735/>

Reis intervém, questionando que a dependência econômica e o medo de impunidade são fatores que dificultam essa denúncia. A delegada, porém, insiste: “a mulher precisa entender que é apenas com a denúncia que a polícia poderá investigar, a polícia poderá representar pela prisão daquele agressor”.

O outro jornalista participante, Handerson Pancieri, também interfere, e pergunta como exigir da mulher esse passo, trazendo o questionamento enviado por uma telespectadora: “Dra. Cybelle, mas a Neila faz uma pergunta para a senhora que é o seguinte: como é que fica a ajuda psicológica? Porque as mulheres vivem num cárcere psicológico quando são vítimas dessas agressões”. Pancieri complementa, ainda, “Como querer que elas ainda vão à delegacia e denunciem, não é difícil?”. A delegada, então, responde que “realmente é muito complicado”, diz que “sabe que não é fácil, mas é só assim vamos conseguir vencer esse ciclo de violência”.

Percebemos, então, que, novamente, se manifesta uma inflação do trabalho da polícia, como se fosse não apenas o principal mas o único órgão que atua na questão. A profissional desconsidera todas as outras maneiras pelas quais as mulheres podem e devem ser ajudadas (atendimento psicológico e apoio financeiro, programas de empregabilidade e distribuição de renda, casas de acolhimento, etc).

A jornalista Suelen Reis novamente tenta questionar a delegada de modo a retirar o foco das ações da vítima, perguntando como os vizinhos e pessoas próximas a ela podem ajudar. Ela também pergunta qual será exatamente a atuação da polícia a partir da denúncia. No final da reportagem, quando estava agradecendo pelo espaço concedido pelo jornal, a entrevistada decide voltar, por conta própria, à questão da impunidade, mencionada pela jornalista anteriormente como um dos motivos que faz com que a mulher não se sinta segura para denunciar. Na opinião da delegada, a impunidade não é um problema da corporação da qual ela faz parte: é um problema das vítimas. A partir dessa crença, ela toma, então, a liberdade de se dirigir ao público feminino, com as seguintes palavras: “espero que as mulheres que estão assistindo realmente possam criar coragem, acreditar na polícia, nós estamos aqui para defendê-las. A impunidade vai começar a partir do momento em que elas não denunciarem”.

Observamos, então, que, embora peça a confiança das mulheres e diga que quer defendê-las, a profissional diminui suas dificuldades a uma questão de falta da coragem (como se fosse um defeito de sua personalidade) e ainda as culpabiliza por um problema complexo (a impunidade), negando qualquer tipo de responsabilidade de sua corporação. A atuação da polícia é apresentada como absolutamente efetiva, ileso de qualquer tipo de

crítica – o problema está nas vítimas, a partir do momento em que elas não agem como é esperado.

Causa espanto como alguém pode chamar vítimas de violência de covardes, culpá-las pelas agressões sofridas, demonstrar falta de sensibilidade e entendimento em relação às dificuldades enfrentadas por elas, e ainda se posicionar como aliada e digna de confiança – e mais: surpreender-se porque esse discurso não tem o efeito esperado.

#### **4.2. Uma promessa tão sedutora quanto falsa: o protetor se revela como farsa**

Observei, a partir das matérias anteriores, que o discurso de muitas das fontes consultadas e, também, de muitos dos jornalistas sobre a questão narrada constrói como verdades alguns elementos questionáveis. Primeiro, como vimos, uma concepção equivocada sobre o próprio modo de funcionamento da violência contra a mulher, que não entende que a dificuldade de sair de uma relação violenta é inerente ao próprio processo, portanto justamente um dos pontos mais importantes da atuação do Estado.

O mal-entendido em relação a este ponto está intimamente ligado a um outro engano presente nestas narrativas: uma falsa imagem sobre o próprio sistema penal, sua efetividade e escopo de atuação. Essa parece ser uma concepção compartilhada tanto por muitos dos profissionais da área jurídico-policial quanto pelos jornalistas. Portanto, mais do que uma falta de diversidade na escolha de fontes, a questão é que a visão que emerge desses especialistas é apresentada como verdade e, mesmo quando o profissional em questão não compactua com este enunciado sobre sua própria área, não é incomum que o jornalista intervenha, fustigando a colocação em discurso dessa narrativa. Isso demonstra que essa visão dos fatos ganhou, em grande medida, estatuto naturalizado.

Trata-se da crença no sistema penal como resolução única suprema de problemas sociais. Nas notícias analisadas, esse ponto de vista aparece em enunciações que apresentam a procura da mulher pela autoridade policial e a tomada de ciência dessa autoridade sobre o crime como um divisor de águas. Há um nexos, portanto, entre a denúncia à polícia e a solução (quase mágica) do problema, acompanhado da promessa de que este caminho está à plena disposição das vítimas. Nota-se, ainda, uma hiperinflação do trabalho da polícia, como se fosse não apenas o principal mas o único órgão que atua no combate à violência. Essa narrativa geralmente não admite a existência

de falhas na autoridade jurídico-policial ou, quando as reconhece, ainda assim redireciona a responsabilidade para a vítima.

Embora se apresente uma preocupação com as mulheres, o discurso enunciado diminui suas dificuldades, reprova seu comportamento, e responsabilizam-nas por seu sofrimento. Esse procedimento, na verdade, soa bastante como a atuação de um homem agressor: atrai a mulher com belas promessas que não sabe se poderá cumprir, garante que irá protegê-la, não respeita suas negativas – afinal, ele sabe o que é melhor para ela, reprime seus atos, e a convence de que tudo é culpa dela.

De fato, como argumenta Andrade (2007) a crença no sistema penal se baseia em uma “ideologia extremamente sedutora” que utiliza como apelo legitimador a noção de proteção do bem comum por meio do combate ao mal, “como se à edição de cada lei penal, sentença, ou cumprimento de pena, fosse mecanicamente sendo cumprido o pacto mudo que opera o traslado da barbárie ao paraíso” (2007, p. 58). Esse ideal justifica socialmente a existência desse sistema, porém oculta suas falhas.

Do ponto de vista de uma criminologia crítica feminista, observa-se que o sistema de justiça criminal tem incapacidade “protetora, preventiva e resolutória” (ANDRADE, 2007, p. 56), ou seja, é estruturalmente incapaz de oferecer proteção à mulher, prevenir novas agressões, ou colaborar para a compreensão do fenômeno que resulte em mudanças no cenário. A única resposta que está capacitado a acionar – o castigo –, é desigualmente distribuído, não se relaciona aos distintos interesses das vítimas e tem falhado em, de fato, coibir a violência.

Não apenas o sistema é ineficaz para a proteção das mulheres contra a violência como também duplica a violência exercida contra elas e as divide. Isso porque este sistema tem uma funcionalidade invertida, completamente diferente daquela que consta em seu discurso legitimador. Segundo explica Andrade (2007), a *seletividade* é a função real e a lógica estrutural do funcionamento do sistema de justiça – tanto pela incriminação desigual de pessoas de acordo com seus estratos sociais, quanto no que diz respeito à construção seletiva do *status* de vítima.

Dessa forma, não há ruptura entre relações familiares, trabalhistas, relações sociais em geral, e o sistema penal: “mas um *continuum* e uma interação entre o controle social informal exercido pelos primeiros (particularmente a família) e o controle formal exercido pelo segundo” (2007, p. 56).

Abordando especificamente os crimes contra a liberdade sexual da mulher, Andrade (2007) nota uma racionalidade específica acionada para a criminalização e a

vitimização, que denomina “lógica da honestidade”: se estabelece uma linha divisória entre as mulheres consideradas honestas (do ponto de vista da moral sexual dominante), que são julgadas como dignas do título “vítimas”, e as mulheres desonestas (das quais a prostituta é o modelo radicalizado), que o sistema abandona, por enxergar que não se adequam aos padrões de moralidade sexual.

Lembremos que no Código Penal de 1940 diversos tipos penais apresentavam textualmente o requisito de que a vítima fosse “mulher honesta”, termos que foram revogados apenas a partir de 2005. Embora a definição legal de estupro na atualidade prescindisse dessa “exigência”, nota Andrade (2007), a mencionada “lógica da honestidade” encontra-se sedimentada, fazendo com que os julgamentos de estupro operem, ainda, uma separação entre mulheres.

Isso faz com que, em muitos casos, o julgamento de um crime sexual não corresponda à imagem criada sobre este objeto, como um *locus* onde se procede à análise de fatos e provas para o reconhecimento de uma violência e a responsabilização de um indivíduo por seus atos. Em vez disso, torna-se de uma arena onde se julgam, simultaneamente, o autor e a vítima. Vasculha-se a moralidade da vítima, sua vida pregressa, suas atitudes. Para que haja a condenação do acusado, é preciso que a mulher corresponda ao estereótipo ideal de vítima, mas isso ainda não implica diretamente na punibilidade do agressor. É preciso, sobretudo, que o homem corresponda à imagem social de um violador – e para isso influem sobretudo fatores de classe e raça, como discute Davis (1973).

Sempre vale lembrar, porém, que este não é um problema específico do sistema penal: “o limite do sistema é, em nível macro, o limite da própria sociedade e, em nível micro, o limite das instituições e dos sujeitos: é o nosso próprio limite” (ANDRADE, 2007, p. 76). Este é mais um dos motivos que torna relevante abordar a visão sobre o aparato penal – assim como a própria imprensa, este campo não existe separado do restante do mundo, mas sim é influenciado e influencia redes de saber e poder que circulam no campo social. Também é por este mesmo motivo que, independentemente das boas intenções de pessoas dentro dessas instituições, essas problemáticas podem se efetivar.

A constatação sobre a inabilidade e os problemas inerentes ao sistema penal, contudo, não tem o condão de retirar do Estado e da sociedade a obrigação de buscar soluções relativas a situações de violência, que, de fato, necessitam de respostas justas e adequadas, como afirma Mendes (2007). Ao contrário, como observei na análise, é

justamente o discurso idealizado sobre o aparato jurídico-policial que acaba acarretando um esvaziamento da discussão sobre violência de gênero, direcionando a responsabilidade para a atuação individual das vítimas.

Nos próximos tópicos, discutirei mais sobre como as autoridades jurídico-policiais e os profissionais do jornalismo, em coro, buscam conduzir as mulheres à atuação considerada correta. Neste caminho, eles (re)constróem, também, a própria subjetividade da vítima ideal.

### **4.3. “Um erro grave que as mulheres não podem fazer”: a conduta da mulher sob escrutínio**

Na reportagem “Delegada fala sobre feminicídio e como agir em caso de violência doméstica”, do *CETV 2ª Edição*,<sup>169</sup> chamou atenção, logo nos primeiros momentos do material, o fato de que a vítima nunca havia prestado queixa contra o agressor, embora tivesse sido agredida e ameaçada por ele anteriormente. Primeiro, o apresentador Paulo Ernesto pronuncia esse julgamento, que, posteriormente, é reforçado pela repórter Lorena Tavares: “Apesar das discussões e das constantes ameaças, a vítima *nunca* havia registrado uma denúncia na delegacia, nenhum boletim de ocorrência, e isso é um erro grave que as mulheres não podem fazer”. Curiosamente, a imagem em seguida a essa é a da delegada pedindo a atenção de parentes e vizinhos para o fato, não da vítima em si. Parece ter sido uma escolha da equipe de reportagem, portanto, se concentrar na responsabilidade da vítima especificamente. Supostamente preocupados com o bem-estar de outras mulheres que estão assistindo, os jornalistas se sentem confortáveis para julgar a conduta de uma mulher que foi assassinada, apontando nela um “erro grave”.

O mesmo acontece na notícia “Número de casos de feminicídios aumenta no DF”, do *Bom Dia DF*,<sup>170</sup> em que o âncora Guilherme Portanova entrevista Marcelle Figueira, apresentada como pesquisadora, e a pergunta: “não existe uma certa tolerância exagerada, muitas vezes, das mulheres?”. A entrevistada não discorda diretamente, mas busca apresentar outro ponto de vista, explicando que é uma questão complicada e que a relação vai se tornando abusiva aos poucos.

---

<sup>169</sup> DELEGADA fala sobre feminicídio e como agir em caso de violência doméstica. *CETV 2ª Edição*, 17/02/2020. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8358252/?s=0s>

<sup>170</sup> NÚMERO de casos de feminicídios aumenta no DF. *Bom Dia DF*, 20/03/2018. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6592891/programa/?s=0s>. Acesso em: 20/10/2021.

O que se observa, de um modo geral, é que não há cerimônia alguma em indicar erros na conduta dessas mulheres violentadas. Se ela jamais denunciou, é “conivente”, “tolerante”. Mesmo se ela denunciou, entretanto, ainda não está imune de julgamentos: ela demorou! É exatamente o que diz a repórter Mônica Teixeira, enquanto se aproxima da casa de uma vítima para entrevistá-la, na notícia “Defensoria Pública divulga relatório sobre feminicídios no Rio”<sup>171</sup>, do *RJ2* (FIG. 77):

Demorou. Depois de quinze anos sofrendo agressões do então marido a Solange conseguiu criar forças e coragem para sair de casa e mudar essa história. A mulher frágil e dependente descobriu que a experiência dela poderia ajudar outras mulheres. E hoje a Solange tem força de sobra para encorajar quem ainda tá vivendo o que ela conseguiu deixar pra trás (DEFENSORIA..., 2020).

**FIGURA 77:**  
**Repórter opina sobre a conduta de vítima de violência, na reportagem “Defensoria Pública divulga relatório sobre feminicídios no Rio”.**



*Fonte: Foto de tela registrada pela autora a partir da reportagem do RJ2 (DEFENSORIA..., 2020).*

Após emitir juízo de valor sobre o tempo de que a vítima precisou para sair do ciclo da violência, a repórter, não satisfeita, também afirma que Solange seria uma “mulher frágil e dependente” que “conseguiu criar forças e coragem”. Neste ponto de vista, toda a resistência de quinze anos vivendo em uma realidade de tortura física e psicológica são desconsiderados. Não passa pela cabeça da repórter que aguentar tanto tempo viver em um cenário tão duro e não desistir já é uma demonstração de forças.

---

<sup>171</sup> DEFENSORIA Pública divulga relatório sobre feminicídios no Rio. **RJ2**, 06/03/2020. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8379849/?s=0s>.



Enxerga-se apenas o momento a partir da denúncia como corajoso, desconsiderando sua luta pessoal até aquele momento. Além de invalidar toda a história pregressa da mulher, essa narrativa representa o ponto de virada como um passe de mágica, que veio do nada. A “força” e a “coragem” simplesmente brotaram de Solange, após quinze anos de fraqueza.

Esse modo de apresentar a questão também desconsidera um fato muito importante – que, inclusive, foi citado na própria reportagem, ao afirmar que 1 em cada 3 agressões acontece justamente quando a mulher percebe os problemas do relacionamento e tenta sair deste, porém o homem não aceita. Não se trata, portanto, de mero medo infundado, fragilidade, dependência, falta de coragem e de força: muitas vezes, a violência ocorre exatamente quando a mulher tentou agir.

Outro ponto importante, também mencionado no material, é o indicado por Flávia Nascimento, Coordenadora do Núcleo de Defesa dos Direitos da Mulher da Defensoria Pública: ela afirma que só há dois centros estaduais para cuidar da questão da violência doméstica, e ambos têm uma equipe muito reduzida. Na ausência de uma rede de apoio e assistência, opina ela, não é surpresa que a mulher acabe desistindo.

Essas observações, contudo, não impedem que a reportagem apresente a questionável noção de que “falta coragem” às vítimas. Assim como em outros casos da amostra, parece que estamos falando de duas reportagens diferentes que não dialogam entre si, mas foram justapostas mesmo assim. Se falta apoio e recursos, e se muitas das mulheres são agredidas quando tentam sair do relacionamento, então como se pode insistir que o problema está na atitude ou personalidade das vítimas? E, mais importante: ainda que fosse verdade, insistir neste fato é a melhor solução comunicativa? Como naturalizamos que podemos chamar uma mulher de fraca por ela ter dificuldade em passar por uma situação de violência? A repórter Mônica Teixeira, como foi dito, afirma diretamente em frente à entrevistada que ela era uma mulher frágil (FIG. 78).

**FIGURA 78:**

**Repórter diz que vítima de violência era frágil e agora “tem força de sobra” na reportagem “Defensoria Pública divulga relatório sobre feminicídios no Rio”.**



*Fonte: Foto de tela registrada pela autora a partir da reportagem do RJ2 (DEFENSORIA..., 2020).*

Como se não bastasse, ao final, a apresentadora do programa, Ana Luíza Guimarães, opina, erguendo o dedo indicador: “Ter coragem de procurar ajuda é fundamental” (FIG. 79). A frase me lembra a infame sentença de Vinicius de Moraes sobre mulheres que ele considerava pouco atraentes: “me desculpem as feias, mas beleza é fundamental”. É como se os jornalistas e as jornalistas repetissem diariamente: me desculpem as medrosas, mas coragem é fundamental. Não estamos falando mais de aparência, mas ainda está presente uma seleção e avaliação de mulheres, encaixando-as em categorias de acordo com parâmetros arbitrários.

**FIGURA 79:**  
**Apresentadora opina sobre suposta falta de coragem das vítimas na reportagem**  
**“Defensoria Pública divulga relatório sobre feminicídios no Rio”.**



*Fonte: Foto de tela registrada pela autora a partir da reportagem do RJ2 (DEFENSORIA..., 2020).*

A indelicadeza dos “conselhos” e “opiniões” dos repórteres e sua contradição com os próprios fatos narrados também está presente na reportagem “Em todos os casos de feminicídio em São Luís, a mulher não procurou a polícia”, do *JMTV 2ª edição*<sup>172</sup>. O repórter Alex Barbosa conta a história de uma mulher anônima, chamada de Maria, que recebe em casa a Patrulha Maria da Penha: “ela foi casada por 15 anos, cansou de apanhar, e denunciou o ex-companheiro”. “Cansou de apanhar” – é dessa maneira que o repórter descreve o complexo processo de tomada de consciência da mulher. No depoimento, a mulher de fato menciona ter “se cansado”, mas sua fala se concentra na questão da agressão psicológica: “eu decidi procurar a polícia porque eu tava cansada de sofrer. Eu tava cansada de ser agredida... psicologicamente. Tava cansada de todos os dias, ao chegar em casa, ser tratada como um lixo, como um nada”.

Em seguida, a reportagem relembra outro caso em que uma mulher havia requerido medida protetiva contra um homem e chamou a polícia quando ele tentou se aproximar. Uma vez flagrado descumprindo a regra de não chegar perto da moça, foi preso naquele momento. “Isso porque a mulher já tinha procurado a polícia e a Justiça. Mas nem sempre isso acontece”, diz Alex Barbosa, com expressão de desaprovação (FIG. 80).

---

<sup>172</sup> EM TODOS os casos de feminicídio em São Luís, a mulher não procurou a polícia. *JMTV 2ª Edição*, 19/08/2019. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7855754/?s=0s>

**FIGURA 80:**  
**Repórter faz expressão de desaprovação na notícia “Em todos os casos de feminicídio em São Luís, a mulher não procurou a polícia”.**



*Fonte: Foto de tela registrada pela autora a partir da reportagem do JMTV 2ª Edição (EM TODOS..., 2019).*

As mulheres que fizeram a denúncia, então, são colocadas como um modelo a ser seguido: “a Maria sabe que poderia ter virado estatística se não tivesse procurado a polícia a tempo”. A mulher em questão também fala nesse sentido, dirigindo-se a outras: “você só tem que ter coragem e denunciar. Não se calar. Fazer valer a lei”. Neste caso, é importante observar como a própria mulher internalizou a ideia de que era fraca e desprovida de coragem. Ela confessa diante do repórter e do público a sua falha e, então, encoraja outras mulheres a ouvirem o “chamado” dessa mítica “coragem”, que supostamente brota nas mulheres que fazem uma denúncia, não antes.

Além do problema de se colocar todo o peso e necessidade de atuação em direção à vítima e em sua tão falada “falta de coragem”, a reportagem desconsidera que, por vezes, mesmo após a denúncia e a concessão de medida protetiva, a questão não está magicamente resolvida. Isso fica comprovado pelo próprio material citado: ao final do VT, a apresentadora do programa informa que o homem citado como tendo sido preso em flagrante pelo descumprimento de uma medida protetiva, na verdade, foi liberado, pois o documento estava vencido. A jornalista informa, ainda, que a vítima havia tentado renovar a medida, porém seu pedido ainda estava pendente de análise. Ou seja, a equipe é confrontada com o fato de que a solução para o problema não é tão fácil como costumam afirmar. A complexidade foi deixada para os últimos momentos: passando quase

despercebida, é apenas brevemente mencionada. O tempo de reportagem se encerra antes que se possa buscar a falha em outro local que não o comportamento da vítima.

Apontar para a atuação da vítima como problema facilita que se possa encontrar uma possível solução para o complexo desafio da violência de gênero. Os telejornais se propõem a ensinar às mulheres como elas deveriam se comportar, e seguindo este caminho, a questão estaria resolvida ou prestes a resolver-se. Segundo essa linha de raciocínio, a solução não é nem ao menos complexa – costuma ser representada como algo simples e fácil. É o caso da reportagem “Casos de feminicídio alertam para importância da denúncia”, do *PITV*<sup>173</sup>. “Uma ligação, só 3 números, 190, poderia salvar 1, 2, 3 ou mais vidas”, afirma o repórter Marcos Prado, enquanto assistimos a imagens de uma pessoa fazendo a ação descrita por ele (FIG. 81).

**FIGURA 81:**  
**Reportagem “Casos de feminicídio alertam para importância da denúncia” busca incentivar ligações ao disque-denúncia.**



*Fonte: Foto de tela registrada pela autora a partir da reportagem do PITV (CASOS..., 2020).*

Embora o telejornal se dirija, aqui, ao público em geral, não às vítimas em específico, há uma simplificação da questão, que parte do princípio de que existe toda uma estrutura de apoio absolutamente pronta e efetiva, apenas esperando um telefonema.

<sup>173</sup> CASOS de feminicídio alertam para importância da denúncia. *PITV 2ª Edição*, 13/04/2020. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8479605/?s=0s>.

O enunciado existe em uma realidade em que não faltam políticas públicas, faltam apenas pequenos passos por parte da população.

Já segundo a reportagem “Números de feminicídios no RS diminuem; Justiça fala de denúncias após medida protetiva”, do RBS Notícias<sup>174</sup>, não é suficiente apenas a denúncia inicial e nem mesmo o requerimento de medida protetiva. Porém, não se considera que exista uma falha no sistema de proteção – em vez disso, o olhar se direciona para as vítimas, aumentando a lista de exigências do que elas devem fazer.

A notícia se inicia com o anúncio de que ocorreram casos de violência em que a mulher já tinha requisitado uma medida protetiva e mesmo assim foi atacada. O apresentador Josmar Leite, então, repassa ao público um aviso do poder judiciário: “A justiça faz um alerta: só essa ordem, não basta. A mulher precisa denunciar qualquer tentativa de aproximação do agressor e, se tiver provas, apresentar à polícia”.

Em seguida, relatam casos de duas mulheres que passaram pela situação narrada: elas já haviam denunciado seus agressores e receberam a medida protetiva, porém os homens descumpriram essa ordem judicial. Um deles chegou a ser preso após este descumprimento, mas foi solto. A reportagem não acha importante explicar o motivo e nem fazer uma cobrança em relação a esse caso à autoridade competente. Já a outra mulher não pôde dar entrevista pois estava no hospital, internada após ter recebido cinco tiros do homem sobre o qual ela já havia alertado a polícia duas vezes. Não é informado pela reportagem se o agressor foi preso, e nem quais seriam as medidas que o Estado poderia ter tomado para evitar essa violência, a exemplo do programa Patrulha Maria da Penha. Em vez disso, dizem que “apesar de casos como esses”, a violência contra a mulher está caindo, citando alguns dados estatísticos.

Como discuti no capítulo anterior, é bastante questionável a relevância de se apresentar estes dados neste momento, especialmente considerando o contexto da matéria, que narra casos de mulheres que tomaram a tão falada atitude corajosa e mesmo assim não receberam a devida proteção. Parece haver um subtexto de que estes casos seriam tristes exceções, mas não algo a se preocupar demasiadamente, uma vez que, segundo esse ponto de vista, de um modo geral, o sistema funciona.

A reportagem, apresenta, ainda uma entrevista com a juíza da vara de violência doméstica da cidade, que começa afirmando que a grande maioria das mulheres não têm

---

<sup>174</sup> NÚMEROS de feminicídios no RS diminuem; Justiça fala de denúncias após medida protetiva. **RBS Notícias**, 05/02/2020. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8297824/?s=0s>

medida protetiva. Mais uma vez, se manifesta a curiosa sensação de que estamos assistindo a um quebra-cabeça montado com as peças de um jogo diferente: a reportagem trata de casos em que as mulheres tinham medida protetiva e mesmo assim não foram protegidas; mesmo assim, a linha de raciocínio do material confortavelmente recrimina as vítimas que não chegaram a buscar ajuda do Estado, como se não houvesse qualquer motivo para que mulheres tenham desconfiança das autoridades policiais.

Como se essa contradição não bastasse, a profissional continua colocando mais exigências a serem cumpridas pelas mulheres vítimas de violência: “Ela é que tem que fazer prova, porque simplesmente ir lá registrar o descumprimento, muitas vezes chega na audiência, ele diz não, isso é mentira”, diz a juíza Fabiana Pagel da Silva. É evidente que a juíza deseja colaborar para que as mulheres tenham a proteção de que necessitam, e também é fato que ninguém pode ser condenado sem provas; entretanto, nem ela e nem os jornalistas que reproduziram essa fala parecem ter considerado seus aspectos problemáticos.

Primeiramente, é curioso observar como a fala é inequívoca ao mostrar (embora talvez essa não tenha sido a intenção da magistrada) o quanto a Justiça, ao invés de tábua de salvação das mulheres, é hostil a elas. Ao contrário do que os telejornais, com a ajuda de outros profissionais da polícia e da justiça, afirmam diversas vezes, a denúncia não irá magicamente resolver a situação da mulher; pelo contrário, a denúncia é o início de todo um caminho complexo. Que esse processo saia em favor da mulher não é a regra – como deixa patente a própria fala da juíza, o homem pode simplesmente negar os atos, e sua inocência será presumida, sendo ele o réu (e sobretudo se ele for um homem com status social e privilégio de raça).

Deste modo, para que o sucesso da mulher nessa ação judicial seja sequer uma possibilidade, vários elementos precisam se alinhar, e um deles é a existência de provas. Como muitas vezes as agressões ocorrem privativamente, então a mulher precisa se preocupar em registrar essas agressões. O pedido que se faz, portanto, é alto: a mulher precisa agir premeditadamente, pensando em como gravar a violência com ajuda de algum aparelho, ou então ter a fortaleza e a presença de espírito de, durante a própria agressão em curso, conseguir fazer o registro.

A segunda questão que chama a atenção na fala divulgada é justamente a relativização do alto custo desse pedido que está sendo feito às vítimas. A denúncia de agressão, em outros momentos tão exaltada como ato de coragem, aqui se torna um ato irrisório, “simplesmente ir lá registrar”. E é colocada uma nova exigência a essas

mulheres, bastante complexa, mas, novamente, é dita como se nada fosse, como mera obrigação.

E o terceiro problema dessa enunciação é que ela direciona toda a responsabilidade para as vítimas. É curioso que essa linha de raciocínio possa ser enunciada com tanta naturalidade e autoridade, justamente em uma matéria que mostrava evidentes falhas na rede de proteção da mulher. Nada se fala sobre as possíveis melhorias e novas exigências dos profissionais que lidam com a questão – precisamente porque, nessa formação discursiva, esses erros não existem, não podem se fazer visíveis (mesmo quando sejam evidentes).

#### **4.4. Poder pastoral, pedagogia midiática e a criação de subjetividades femininas**

Nas reportagens anteriores, chamou a atenção o fato de que os repórteres se colocam como autoridades capazes de identificar erros na conduta das mulheres, repreendê-las, e também identificar o melhor caminho a se seguir. Nesta formação discursiva, ainda que o machismo social e a maldade dos agressores sejam mencionados, as enunciações se voltam à mulher, entendendo-a como responsável pela situação, no todo ou em parte.

Embora o ato de apontar erros seja algo proeminente nestes enunciados, há mais do que isso. Primeiro, nota-se que muitas vezes esse mal passo vem por meio de um testemunho da própria mulher. Não basta que o repórter diga; ela deve admitir que foi fraca, que não agiu corretamente, que deveria ter feito de outra forma. E, claro, deve aconselhar outras mulheres a não serem como seu eu anterior, mas sim seguirem os passos da mulher que renasceu após ver a luz.

O ponto crucial é que se busca indicar um caminho a ser seguido e, embora a mulher seja colocada como protagonista neste ato, a solução para seus problemas envolve algo fora dela, algo que estava faltante. Este *algo*, costumeiramente chamado de “coragem” nas reportagens, aparece como mágica no momento em que a mulher decide depositar a confiança no aparelho jurídico-policial.

O ato de bravura, portanto, está relacionado a uma transformação fascinante, em que se vence um estado de medo, fazendo brotar uma tenacidade que estivera ausente. Mas, sobretudo, está imbricado em um ato de entrega a uma autoridade. Essa autoridade não erra – mesmo quando há indícios de um equívoco, a culpa retorna para a mulher de qualquer modo – e exerce o poder, associado a um saber, de direcionar a conduta da



vítima. O que for falado, é lei absoluta, costuma ser repassado pelos repórteres como verdade inquestionável, e a vítima que não se encaixa nestes parâmetros se torna o problema.

Este cenário de predomínio do ato de confissão e de confiança em uma autoridade máxima para guia de uma conduta nos faz recordar aquilo que Foucault (2006) chama de modalidade pastoral de poder: técnicas voltadas para os indivíduos e destinadas a regê-los de maneira contínua e permanente. Essas tecnologias de poder estão, como o nome sugere, em direta relação com a emergência da moral cristã e o ideal de relação entre Deus como pastor e seu rebanho de fiéis. O laço entre o pastor e seu rebanho é de submissão pessoal, calcado em um ideal de obediência como virtude e como um estado permanente.

Essa relação, segundo Foucault, seria bastante estranha ao mundo grego e a modos anteriores de ligação entre uma autoridade e seus seguidores. O cristianismo, porém, se apropriou de dois instrumentos que já operavam no mundo helênico e que se tornaram primordiais para assegurar o conhecimento individual de todas as ovelhas por parte do pastor: o exame de consciência e a direção de consciência.

O exame da consciência teria um propósito maior do que o mero cultivo da consciência de si: ele permitia que a ovelha se abrisse inteiramente para seu diretor, até as profundezas da sua alma: “Só se examinará a própria consciência para dizer ao diretor o que se tem feito, o que se é, o que se experimentou (...) quer dizer, examina-se a consciência para melhor marcar e fixar mais firmemente a relação de subordinação ao outro” (FOUCAULT, 2009, p. 182, tradução livre)<sup>175</sup>.

A direção de consciência, por sua vez, tornava o laço entre eles permanente: a ovelha não se deixa conduzir apenas para ultrapassar determinado obstáculo, ser guiada se torna seu estado permanente. Se não fosse pelo pastor, ela estaria fatalmente perdida. Aparece, então, no pensamento cristão, um laço entre conhecimento de si, confissão ao outro e obediência total que era alheio às civilizações anteriores (FOUCAULT, 2006).

O ato de confissão apresenta algumas características notáveis, analisadas por Foucault (2014). Primeiro, o fato de que há um custo, um esforço nessa enunciação: como é a passagem do não dito para o dito, do segredo à revelação, daí decorre justamente o

---

<sup>175</sup> No original: “One will only examine one’s conscience in order to tell the director what one has done, what one is, what one has experienced, the temptations to which one has been subject, and the bad thoughts that inhabit one’s mind, that is to say, one examines one’s conscience the better to mark and fix more firmly the relationship of subordination to the other”.

seu valor. É importante que, antes de falar, o indivíduo tenha não falado, evitado, escondido. A revelação, quando vier, será dita com vergonha, humilhação, nervosismo. Ela implica uma renúncia, uma perda de resistência ao confessor. O confessando renuncia sua posição de sigilo, acaba por dizer aquilo que não queria e aceita, então, que o outro exerça poder sobre ele. Desse modo, a confissão apenas existe em uma relação de poder, e justamente permite o exercício desse poder.

Ainda assim, será necessariamente um ato livre: não se trata de produzir uma constatação ou de extorquir uma informação, mas de provocar no indivíduo um ato de engajamento. Quando finalmente se confessa, se está prometendo ser aquilo que se diz. Assim, produz-se uma nova qualificação para o sujeito, mudando sua relação com o fato confessado e com aqueles a sua volta. O criminoso que confessa seu crime, por exemplo, não é julgado do mesmo modo que aquele que ficou em silêncio e teve seus atos descobertos de outra forma. Podemos acrescentar que, de maneira semelhante, a mulher que confessa que foi vítima de violência passa a ser dotada da qualificação de “corajosa”, enquanto as demais são diminuídas como fracas e coniventes com a violência.

De maneira resumida, então, Foucault define a confissão como “um ato verbal através qual o sujeito afirma quem ele é, liga-se a essa verdade, coloca si mesmo em uma relação de dependência em relação a outro, e modifica ao mesmo tempo sua relação consigo mesmo” (2014, p. 17, tradução livre)<sup>176</sup>. Não à toa, esta passa a ser uma das técnicas mais altamente valorizadas para produção de verdade. Essa peculiar modalidade de discurso não ficou confinada aos tempos do cristianismo antigo, mas sim difundiu seus efeitos de maneira cada vez mais ampla na sociedade contemporânea:

Desde então nos tornamos uma sociedade singularmente confessanda. (...) na justiça, na medicina, na pedagogia, nas relações familiares, nas relações amorosas, na esfera mais cotidiana e nos ritos mais solenes; confessam-se os crimes, os pecados, os pensamentos e os desejos, confessam-se passado e sonhos, confessa-se a infância; confessam-se as próprias doenças e misérias; emprega-se a maior exatidão para dizer o mais difícil de ser dito; confessa-se em público, em particular, aos pais, aos educadores, ao médico, àqueles a quem se ama; fazem-se a si próprios, no prazer e na dor, confissões impossíveis de confiar a outrem, com o que se produzem livros. Confessa-se (FOUCAULT, 1999, p. 59)

---

<sup>176</sup> No original: “Let us say then, to summarize all this, that avowal is a verbal act through which the subject affirms who he is, binds himself to this truth, places himself in a relationship of dependence with regard to another, and modifies at the same time his relationship to himself”.

Nas matérias aqui analisadas, a confissão está presente em um duplo movimento: tanto a confissão da vítima para o repórter sobre sua história e seus erros, quanto aquela direcionada para a autoridade policial. Nos dois casos, existe um estado prévio de não-dito, de resistência ao discurso por parte da mulher, que é absolutamente abominado seja pelos jornalistas, seja pelos membros da polícia e da justiça. Porém essa etapa de silêncio fortalece o valor do momento de revelação, que é exaltado.

Logo, elogia-se a força da mulher em fazer a denúncia, mas este movimento pode ser entendido como uma transferência de jurisdição sobre a mulher: ela deve se rebelar contra os desmandos masculinos, porém perder a resistência em relação ao domínio jurídico-policial. Há, portanto, um incentivo à autonomia feminina, mas, ao mesmo tempo, uma ideia de que ela é, em seu estado anterior, fraca e faltante, e que não conseguirá sucesso sem entregar-se ao seu dirigente. Se não fosse pelo pastor, ela estaria fatalmente perdida. Essa contraposição entre autonomia e obediência não chega a ser uma contradição, uma vez que, como ensinou Foucault (2014), o exame de consciência e a confissão que representam uma subordinação caracterizam-se, ao mesmo tempo, como um ato de engajamento livre, e daí retiram seu valor.

Apesar de ser, de fato, importante que a vítima de violência busque ajuda, vale refletir sobre como se dá e como é visto este momento de passagem do não dito ao dito. Foucault ressalta que a confissão não deixa de ser um exercício de poder e, nas matérias analisadas, fica evidente que há um desejo não simplesmente para que a mulher procure auxílio, mas sobretudo para que ela se coloque totalmente à disposição das autoridades e siga à risca tudo o que lhe é aconselhado, ou não conseguirá a redenção. Em outras palavras: a salvação aparece vinculada à submissão por meio da fala e a uma obediência total à autoridade. Em algumas enunciações, é colocado, inclusive, que não basta um ato de fala apenas: é preciso manter-se em uma relação de subordinação com esse dirigente, seguindo novas ordenações que surgirem. E a mulher será exaltada apenas conforme se subordine a essas recomendações.

O discurso midiático se torna, então, um espaço que instiga as mulheres a se submeterem a este itinerário de salvação e ensina o caminho das pedras para chegar a tal ápice de segurança. E, como vimos, o processo está intimamente relacionado à subjetividade da mulher: de “fraca” e “conivente” com a violência, ela deve passar a “corajosa”, reconhecendo seus “erros” e aprendendo a confiar na autoridade devida, que a salvará.

Nesse sentido, torna-se interessante observar como os jornalistas se empenham em um discurso pedagógico que, em última medida, colabora para produzir determinadas subjetividades femininas consideradas ideais. Para isso, é interessante aportar a análise o conceito de “dispositivo pedagógico da mídia”, concebido por Fischer (2002) com base nas noções de “dispositivo de sexualidade” e de “modos de subjetivação”, de Michel Foucault. A autora entende que a mídia (e, particularmente, a televisão) opera na constituição de subjetividades na sociedade contemporânea, na medida em que produz e reproduz imagens, significações e saberes que de alguma forma se dirigem à “educação” das pessoas, ensinando-lhes modos de ser e estar na cultura em que vivem.

Vale lembrar que, neste aporte teórico, a mídia não é vista como entidade todopoderosa que age unilateralmente, coagindo os sujeitos a pensarem de determinada maneira totalmente distinta do que fariam em condições normais. Entende-se, ao contrário, que, neste processo de comunicação da TV, estão em questão múltiplas e complexas forças. É fato, contudo, que a televisão se apresenta como um *locus* pulsante de produção, reprodução e circulação de uma série de valores e representações.

Nesta compreensão sobre a mídia como dispositivo pedagógico e produtora de subjetividade, também é preciso analisar o modo foucaultiano de se compreender o sujeito e a formação de subjetividade. De fato, este é um dos cerne do trabalho de Foucault: “meu objetivo (...) foi criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornam-se sujeitos” (FOUCAULT, 1995, p. 231). O autor chega a afirmar que, ao contrário do que se pensa, seu objeto de estudo não é o poder, mas o sujeito. Seu modo de pensar o sujeito foi o que direcionou seu olhar para o estudo de relações de poder, uma vez que se entende que a subjetividade não é uma substância a-histórica, fixa e imutável: é, ela própria, uma variável histórica, social e cultural. Assim, a subjetividade pode ser compreendida como um modo de ser e estar no mundo, em que é fundamental a relação do próprio sujeito consigo, engendrada a partir das possibilidades e necessidades colocadas por redes de saber e poder em determinado tempo.

Dizer que a subjetividade não existe como essência, mas se conforma a partir de relações de força não significa que é algo imposto externamente e que não há liberdade possível ao sujeito. Afinal, como defendeu o autor em uma conhecida citação, se o poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer “não”, seria bem menos efetivo e obedecido (FOUCAULT, 1979). O poder, então, não é, em si mesmo, violência, é “um conjunto de ações sobre ações possíveis; ele opera sobre o campo de possibilidade onde se inscreve o comportamento dos sujeitos ativos; ele incita, induz,

desvia, facilita ou torna mais difícil, amplia ou limita, torna mais ou menos provável” (FOUCAULT, 1995, p. 243). Neste modo de pensar, poder e liberdade não se opõem, ao contrário, são mutuamente constitutivos: “o poder é exercido somente sobre sujeitos livres” (ibid., p. 244). Trata-se, também, de ressignificar a liberdade não como um estado que ocupamos, mas como uma prática de navegar as relações de poder (TAYLOR, 2018).

Essa produção de nossa subjetividade também é feita, inclusive, por nós mesmos e, como também ensina Foucault (1999), onde há poder, há resistência. Assim, “nós assumimos e ocupamos as posições de sujeito que o nosso contexto nos disponibiliza: sujeitos não são apenas feitos, nós nos fazemos” e, então, também podemos “desfazer a nós mesmos, ou fazer-nos diferentemente” (TAYLOR, 2018, p. 17), desenvolvendo novos modos alternativos de pensamento e existência e manejando as normas e os valores da sociedade de novas maneiras.

Conforme a perspectiva teórica adotada, então, enxergar a mídia como dispositivo pedagógico significa voltar a análise para questões que se relacionam a maneiras de subjetivação. Estas tomam a forma de “uma incitação ao discurso sobre si mesmo, à revelação constante de si e uma produção e veiculação de saberes sobre os próprios sujeitos e seus modos confessados e aprendidos de ser e estar na cultura em que vivem” (FISCHER, 2002, p. 155). A autora define dispositivo pedagógico da mídia como um modo de formar, de constituir sujeitos sociais, através da prática cotidiana de produzir e consumir produtos televisivos (FISCHER, 1997).

Neste sentido, a televisão busca afirmar-se como lugar primordial para educar e fazer justiça: promove-se investigações de fatos e ensina-se “como fazer” diversas tarefas, desde as mais cotidianas até mudanças mais consideráveis no campo familiar ou econômico. Segundo Fischer (2002, 1997), algumas peculiaridades do meio televisivo colaboram para a construção deste cenário, como a auto-referência (o modo como a TV fala de si mesma através de diferentes produtos); a repetição e mesmo redundância (imagens e estruturas que retornam, propiciando identificação e um senso de tranquilidade, e que ainda conseguem atingir, em algum momento, mesmo o espectador disperso); a busca de legitimação das verdades por meio do discurso de autoridade de especialistas, unido ao relato do repórter que se expressa de maneira mais didática, com vocabulário simplificado (que pode ser entendido como um menosprezo à capacidade cognitiva do espectador); e, por fim, a inclusão crescente da voz das “pessoas comuns” tornando públicas suas vidas privadas.

Os produtos televisivos, com suas peculiaridades, participam de uma organização dos ideais a serem atingidos por cada tipo de sujeito, e uma das maneiras privilegiadas pelas quais essa divisão social de papéis e expectativas se exerce é por meio do gênero. Não à toa, formas e normas de feminilidade são constantemente reforçadas, polemizadas, imaginadas, defendidas ou desencorajadas pela cultura, através dos programas de TV.

Fischer (2001) nota que o dispositivo pedagógico da mídia, especialmente da televisão, produz formas particulares de subjetivação da mulher, especialmente no que diz respeito a definir o feminino como “um ‘diferente’ que deve ser tornado público e controlado, numa tensão permanente entre universais de gênero secularmente preservados e rupturas que buscam afirmar-se como resistência” (2001, p. 597). Diante desta observação, a autora indica a necessidade de que pensemos novas estratégias para educar ou comunicar sem necessariamente regular plenamente o Outro. É uma provocação interessante que certamente se demonstra urgente ao longo da análise do presente trabalho, em que, com a suposta boa intenção de mostrar o melhor caminho para as mulheres vítimas de violência, elas são menosprezadas, vistas como fracas e até mesmo culpadas pela própria morte. Nos próximos tópicos, discutirei mais sobre qual seria essa subjetividade da vítima ideal e buscarei compreender a que relações de poder e saber ela está vinculada.

#### **4.5. “Basta ela também querer, né!”: mídia e a subjetividade da “vítima corajosa”**

“Uma mensagem de reconstrução e esperança”. Aparentemente, esse é o “final feliz” esperado para as protagonistas de histórias de feminicídio. Ao menos é este o modo como é anunciada a história que compõe a reportagem “‘Vidas Contadas - Feminicídios’ traz mensagem de esperança com relato de uma sobrevivente”, do *Jornal da EPTV 2ª Edição*<sup>177</sup>. O conteúdo faz parte de uma série de materiais sobre o tema do feminicídio, a qual abordou diversos assuntos como o ciclo da violência, o perfil dos agressores e as vítimas secundárias. No episódio que narramos agora, a equipe de reportagem apresenta a entrevista conduzida com Carla Alves, uma mulher que sobreviveu ao feminicídio e busca reconstruir sua vida.

---

<sup>177</sup> ‘VIDAS Contadas - Feminicídios’ traz mensagem de esperança com relato de uma sobrevivente. **Jornal da EPTV 2ª Edição - Campinas/Piracicaba**, 31/05/2019. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7659425/>. Acesso em: 22/11/2022.

A conversa entre a repórter e a mulher teve lugar na casa onde a vítima vivia, que foi quase completamente destruída por um incêndio causado pelo agressor. Aparentemente, um cenário perfeito para esse relato: além de possibilitar que o telejornal mostre escombros da violência no próprio local onde tudo aconteceu – que, como vimos em capítulos anteriores, é um recurso muito apreciado pelos telejornais e utilizado sempre que há chance – ainda permite o uso de uma metáfora sobre a renovação da vida da mulher. “Esse lugar foi cenário de uma tragédia”, começa a repórter Helen Sacconi, seguindo a entrevistada enquanto ela caminha pelo local (FIG. 82).

**FIGURA 82:**

**Mulher que sobreviveu ao feminicídio mostra sua casa destruída, na companhia da repórter, no material “‘Vidas Contadas - Feminicídios’ traz mensagem de esperança com relato de uma sobrevivente”.**



*Fonte: Foto de tela registrada pela autora a partir da reportagem do Jornal da EPTV 2ª Edição (VIDAS..., 2019).*

Em seguida, Carla afirma às câmeras e ao público que “a partir daquele dia eu comecei uma nova história que nem eu imaginaria que ia acontecer na minha vida”. Assistimos enquanto ela abre uma janela e o ambiente, até então escuro, se ilumina com a luz solar (FIG. 83). A câmera se aproxima da janela e nos mostra a paisagem que nossa protagonista olhava. Podemos avistar, então, a repórter Helen Sacconi parada no jardim, e dali ela nos diz: “agora, esse mesmo cenário é o local da reconstrução” (FIG. 84).

**FIGURA 83:**

**Mulher que sobreviveu ao feminicídio abre a janela de sua casa, em uma metáfora sobre reconstrução, na reportagem “‘Vidas Contadas - Feminicídios’ traz mensagem de esperança com relato de uma sobrevivente”.**



*Fonte: Foto de tela registrada pela autora a partir da reportagem do Jornal da EPTV 2ª Edição (VIDAS..., 2019).*

**FIGURA 84:**

**Repórter discursa enquanto vítima a observa, de dentro de casa, na reportagem “‘Vidas Contadas - Feminicídios’ traz mensagem de esperança com relato de uma sobrevivente”.**



*Fonte: Foto de tela registrada pela autora a partir da reportagem do Jornal da EPTV 2ª Edição (VIDAS..., 2019).*

Chamou a minha atenção a imagem da jornalista, parada, no jardim, falando sobre o futuro auspicioso de Carla, que estava dentro da casa. Podemos conjecturar que provavelmente essa escolha foi feita buscando uma maneira não-usual de explorar o ambiente da gravação, de modo a expressar uma criatividade estética. Entretanto, a imagem tem alguns aspectos que, pessoalmente, me causaram inquietação. Primeiro, o fato de que há grades na janela. Enxergando essa imagem isoladamente, Carla se assemelha a uma prisioneira. Segundo, que a cena de alguém abrindo uma janela e encontrando outra pessoa parada em seu jardim, observando, também vista isoladamente,



é algo comumente encontrado em filmes de terror. No caso, percebemos que se trata de uma repórter, que a outra personagem sabia que a jornalista estaria lá quando ela abrisse a janela e consentia com isso. Ainda assim, a imagem não deixa de representar de maneira curiosa o que não apenas essa profissional, como também seus colegas e o público de um modo geral estão fazendo no momento: observando a situação de fora, esquadrinhando, analisando e julgando.

No caso, foi um julgamento favorável. Afinal, Carla não expressa raiva ou ressentimento, apenas gratidão: “Graças a Deus, Deus me proporcionou um serviço, e através desse serviço e dos meus filhos eu tô reconstruindo a minha vida de novo. E das pessoas, né, que me ajudaram”. Nada é mencionado pelos repórteres sobre algum programa ou rede de apoio governamental. A ajuda fica por conta dos benfeitores, da intervenção divina e, claro, da própria vítima.

Outra entrevistada pela equipe, Thais Cremasco, advogada e fundadora do grupo “Mulheres pela justiça”, afirma que “a violência doméstica e o feminicídio têm saída, e a saída está na mão das mulheres”. Sua linha de raciocínio é que não adianta exigir que os homens agressores mudem de atitude, eles não irão desistir de seu intento criminoso. Por isso, para ela, a saída virá das mulheres: “isso é uma coisa que a mulher tem que se unir, é a mulher que vai ter a solução contra o feminicídio”. Ela assegura ao público que “é totalmente possível”: o primeiro passo seria procurar uma delegacia, fazer o boletim de ocorrência e a medida protetiva, e então dar continuidade ao processo para “se livrar dessa questão da violência”.

Percebe-se que aqui, ao menos, a profissional ressalta que o enfrentamento à violência é um *processo*, que não se dá em um passe de mágica, porém ainda vincula o debate exclusivamente a sua área de atuação, sem considerar outros elementos da rede de apoio. Essa desconsideração da importância de uma ampla estrutura de suporte às vítimas está ligada ao outro elemento questionável dessa fala: a noção de que “a saída está nas mãos das mulheres”.

Certamente, a conclamação à união feminina para o enfrentamento à violência não é o problema. Também é razoável considerar que a mudança de mentalidade por parte dos agressores é difícil e custosa, além de existir apenas como projeto de longo prazo. Há, porém, uma considerável distância entre essas duas noções e a colocação da responsabilidade em resolver o feminicídio nas mãos das mulheres, inclusive as próprias vítimas. Em outras palavras: que o feminicídio é um problema complexo e de difícil resolução, não há dúvidas; que as mulheres podem e devem se unir e enfrentar essa

violência que as atinge, é certo; mas daí não decorre que ele esteja “nas mãos” das mulheres e que elas “tenham a solução”. Ao contrário: justamente por ser um desafio árduo, e por serem muitas mulheres afligidas, não é justo e nem produtor de esperar que o público feminino atue sozinho. Esse não deve ser um dilema *delas*, e sim um trabalho abraçado por toda a sociedade, em uma multiplicidade de maneiras.

É verdade que, a seguir, a reportagem menciona a importância de que os familiares e vizinhos “metam a colher” e ajudem as vítimas de violência. Mas, como já argumentei anteriormente, um conteúdo em determinado sentido não apaga o outro que foi apresentado em sentido contrário. A equipe de reportagem não viu problema em circular a ideia de que as mulheres são as principais responsáveis por solucionar a própria situação de violência.

Soma-se a isso o fato de que o material escolheu fazer a exaltação de uma vítima que “reconstruiu” sua vida após a tentativa de feminicídio, em grande medida, com o próprio trabalho, sem receber qualquer apoio governamental. Certamente é um grande feito da parte dela, mas, além de admiração, assistir a esse relato poderia nos gerar outros sentimentos, de teor mais inconformista, a partir do questionamento: por que ela precisou ser tão forte? Apresenta-se, na produção, uma visão ingênua sobre a vida pós-violência, que oblitera as dificuldades em favor de uma exaltação de conquistas. Outro problema associado ao anterior é que o discurso jornalístico constrói esta façanha como uma forma ideal de se viver após a violência, algo a ser esperado de outras vítimas.

Já a matéria “Combate ao feminicídio”, do *MSTV 2ª Edição*<sup>178</sup>, apresenta alguns pontos informativos relevantes, porém, de uma maneira ou outra, acaba reforçando a ideia de que a centralidade da questão da violência repousa na mulher e na necessidade de que ela “crie coragem”. Entre os dados importantes, estão as falas no sentido de que o caminho de enfrentamento à violência é longo e difícil, repleto de obstáculos, e que, portanto, não se pode esperar que a mulher passe por isso sozinha, sendo necessária uma rede de ajuda. A reportagem menciona, ainda, a existência dos centros de atendimento a mulheres vítimas de violência, com relato da psicóloga Melânia Araújo explicando em que consiste o trabalho do órgão e por que motivos a mulher tem dificuldade de sair dos relacionamentos violentos. O material também traz a contribuição de Luciana Azambuja,

---

<sup>178</sup> COMBATE ao feminicídio. *MSTV 2ª Edição - Campo Grande*, 03/06/2019. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7664786/?s=0s>.

secretária especial de cidadania do Estado, que ensina que o ciclo de violência pode demorar 10 anos para ser rompido e diz que o papel do Estado é orientar, não julgar.

Depois de todos estes conteúdos destacadamente pertinentes para que o público compreenda mais sobre o tema, ao final, o material derrapa em dois momentos. Primeiro, o repórter Fabiano Arruda opina que as campanhas do Estado têm sido importantes para “dar mais coragem às vítimas”. O uso do vocábulo “coragem” poderia passar despercebido, especialmente em uma matéria que, até o momento apresentou diversas noções instrutivas e importantes, porém, para os ouvidos de uma pesquisadora imersa no tema, automaticamente faz soar um alerta. Poderia ser apenas uma palavra qualquer, sem outras conotações. Mas por que essa palavra, e não outra? Essa escolha tem significado, especialmente levando em conta o contexto enunciativo analisado. Como vimos até o momento, é extremamente comum em diversas matérias o uso dessa qualificação para se referir às vítimas consideradas corretas e exemplares, ficando implícito – ou, por vezes, bastante explícito – um desprezo às demais, compreendidas como fracas e covardes.

Neste ponto, a leitora ou o leitor poderia questionar: mas, se a vítima tem medo, e precisamos convencê-la a sair desse estado e tomar atitude, não estamos falando, de alguma forma, em adquirir coragem? De fato, seria razoável esperar que, ao tentar direcionar uma pessoa a determinado comportamento, se explique por que o estado anterior das coisas é problemático e de que modo o novo cenário proposto será mais vantajoso.

Acredito, porém, que não é um fator necessário desse processo que o indivíduo seja caracterizado negativamente, que lhe seja transmitida a ideia de que ele é faltante e que precisa *fazer brotar* algo novo em seu interior para que consiga vencer o desafio. Também é bastante irreal a ideia de que um estado de pleno medo será substituído por uma condição de inabalável coragem. Na verdade, tais noções podem inclusive dificultar o próprio caminho que se pretende facilitar, pois criam expectativas de uma solução brusca e mágica. Seja ao *criar* ou ao *receber* coragem, está implicada uma espécie de *descarga* ou *transmissão* de um poder maravilhoso, que faltava àquela pessoa e, uma vez presente, operará um milagre. Vincula-se tudo à força desse sentimento – quem precisa de independência financeira, estabilidade emocional, apoio familiar, suporte estatal, garantias jurídicas etc, quando se tem coragem? O trabalho do Estado não deve ser de “dar coragem”, ou seja, meramente alentar e estimular as mulheres por meio da palavra. O correto seria o contrário: ao receber todo o apoio necessário em diversas frentes, aí sim viria a sensação de que se é capaz de enfrentar a violência.

A frase que fecha a mencionada reportagem reforça o meu incômodo e preocupação com a utilização do vocábulo “coragem” e todo o conjunto de ideias que, conforme acredito, o acompanha. Uma vítima sobrevivente, em anonimato, emite a seguinte opinião: “toda mulher é capaz de vencer e sair disso, basta ela também querer, né! Porque a gente também tem que querer”. Esse tipo de enunciado provavelmente foi incluído justamente com o objetivo de “encorajar” outras mulheres, assegurando-as sobre o fato de que elas têm a capacidade de enfrentar a violência. Essa afirmação, em si, é relevante, uma vez que é comum que as vítimas de agressões desenvolvam a mentalidade de que elas são inaptas para escapar do agressor (WALKER, 1979). Porém, a frase inicial tem uma continuação: “basta querer”. Ou seja, vincula-se o enfrentamento à violência a uma força de vontade, que estaria ausente naquelas que não conseguem sair do relacionamento. Vale notar que a opinião foi manifesta por uma vítima, ou seja, observamos que ela internalizou e tomou como verdade as noções problemáticas de que (i) de alguma maneira, certas mulheres desejam permanecer na situação de violência; (ii) a demora e dificuldade em sair dessa situação se deve a uma “falta de vontade”.

É possível que, ao usar essas palavras, a mulher estivesse se referindo ao fato de que o enfrentamento à violência exige uma decisão e fortaleza da mulher em sair da situação em que vive. É fato que, não só as mulheres, mas o ser humano em geral se acostuma a todo tipo de situação, por mais danosa que esta seja. Desenvolvemos, inclusive, mecanismos de sobrevivência para lidar psicologicamente com essas situações danosas, os quais, porém, acabam por nos causar mais sofrimento, e não é diferente com a violência doméstica (WALKER, 1979). Logo, é preciso que a vítima entenda que está em um contexto de violência, vivendo um ciclo vicioso, e perceba que pode e deve quebrá-lo.

Entretanto, existe uma diferença, que não é desprezível, entre esse pensamento e falas como “está nas mãos das mulheres”, “tem que ter coragem”, “tem que querer”. Como nos ensina Foucault (2008), os enunciados existem apenas como raridades, isto é, apenas em um contexto bastante específico. Por isso, acredito ser importante observar que apareceu este enunciado e não outro, e investigar quais seriam as condições relacionadas à emergência deste, justamente como se apresenta. Discutirei mais sobre isso a seguir.

#### 4.6. Nova vítima ideal e o fantasma da “mulher honesta”: separar, culpabilizar e disciplinar

Em seu livro “Complexo de Cinderela”, a escritora Colette Downling (2022 [1981]) faz referência ao famoso conto da jovem explorada pela madrasta para argumentar que muitas mulheres são socializadas para não enfrentar os próprios medos, recuar diante de desafios e ficar à espera de alguém mais forte para protegê-las e salvá-las. Contudo, seria possível argumentar: foi isso o que aconteceu na história de Cinderela? No famoso filme da *Disney*, conhecemos uma jovem que reclama do trabalho, secretamente debocha da madrasta, recorre à imaginação para suportar a execução de tarefas domésticas enfadonhas e, diante das possibilidades de uma moça órfã e em posição subordinada, busca exercer sua vontade. Ela era, afinal, uma adolescente, sem a proteção de ambos os pais, desprovida de afeto e cuidado, tendo sua força de trabalho explorada diariamente, além sofrer o que hoje entendemos como violência familiar patrimonial e psicológica. Não seria esperado que ela tivesse dificuldade em enfrentar a situação e precisasse de agentes externos para mudar de vida?

Para muitos, não: Cinderela não só pode como deve salvar a si mesma. A história da gata borralheira recentemente ganhou uma adaptação que exhibe de maneira bem interessante o espírito de nosso tempo. No filme de 2021 produzido pela plataforma *Amazon Prime Video*, a atriz cubana Camilla Cabello interpreta uma Cinderela que sonha em ser estilista de moda. Não lhe interessa nem um pouco o grande baile em que o príncipe irá escolher sua esposa – ela apenas decide comparecer quando se convence de que será uma ótima oportunidade de *networking*, ou seja, de conhecer gente importante que possa investir em sua *start-up*. Durante a festa, ela faz um *pitch* de negócios para uma rainha, que decide contratá-la.

A transformação dos trapos em vestido e da abóbora em carruagem, a dança, o sapatinho de cristal, o romance: está tudo lá, mas essa nova Cinderela é, acima de tudo, uma empreendedora, que construiu o próprio sucesso. Ela recebe ajuda de outros personagens, inclusive da fada madrinha – interpretada por Billy Porter<sup>179</sup>. Ela ainda é

---

<sup>179</sup> Ator e diretor norte-americano que venceu um *Tony* e um *Grammy* pelo trabalho no musical *Kinky Boots*, além de um *Emmy* pela atuação na série *Pose*, de temática LBTTQIA+, causa que ele defende também em sua vida pessoal. Porter constantemente comparece a eventos de gala unindo elementos associados à estética feminina, como saias e maquiagem, a peças tradicionalmente consideradas masculinas, de modo a questionar regras de gênero. A escolha de Porter para o papel de fada madrinha, portanto, não se deu sem ataques por parte de setores conservadores da sociedade norte-americana e brasileira.

uma garota sonhadora, mas suas conquistas vêm sobretudo de seu mérito – e de seu plano de negócios –, não do mero ato de sonhar. Enquanto a Cinderela de Walt Disney cantava “Que importa o mal que te atormenta se o sonho te contenta e pode se realizar”, a Cinderela de Jeff Bezos entoa: “Se é uma chance em um milhão, eu vou ser aquele um”.

Evidentemente é interessante que as histórias de contos de fadas busquem representar personagens femininas que são agentes do próprio destino, não ficando à mercê dos acontecimentos; entretanto, ser “uma em um milhão” é literalmente um ideal bastante inacessível. Parece que estamos assistindo não a uma quebra de padrões, mas a uma substituição por outros, mais alinhados ao nosso tempo, em que, como critica Eisenstein (2017), o feminismo recebe permissão de existir desde que se alinhe a noções neoliberais de responsabilidade individual e meritocracia, em que “o empoderamento, na verdade, significa a incorporação das mulheres nas estruturas do poder capitalista, seja como empreendedoras ou como trabalhadoras de baixos salários” (2017, p. 45, tradução livre)<sup>180</sup>. E pior: enquanto exaltamos a Cinderela empreendedora, menosprezamos aquela outra Cinderela, que era vítima de violência e não sabia como sair de sua situação. O problema é que muitas mulheres estão mais próximas desta do que da “um em um milhão”.

O mencionado filme da *Amazon Prime Video*, assim como as notícias analisadas nesta tese, parecem indicar uma nova sensibilidade quanto as vítimas de violência e seu sofrimento. A opressão feminina é vista como um problema que pode e deve ser combatido; seriam as próprias mulheres atingidas, contudo, as agentes prioritárias nessa ação. Assim, noções antigas como a responsabilização de vítimas por seus infortúnios e a divisão entre a “boa vítima” e a “má vítima” continuam a se manifestar, porém adaptadas a um novo tempo, associadas a outras ideias, como a de força feminina, responsabilidade individual e poder do indivíduo.

Como temos visto, a responsabilização da vítima é algo que se destaca em nossa sociedade contemporânea, mas vale lembrar que não é uma noção exclusiva dos tempos atuais. Culturalmente, culpar o indivíduo pode ser visto como uma forma de proteger a comunidade e, por isso, se torna mais evidente o motivo pelo qual, até hoje, esse pensamento seja tão prevalente.

Mary Douglas (1994) ressalta que em diversos lugares e tempos, o infortúnio sofre uma análise moralizante e politizada. Para as tragédias ocorridas em determinada

---

<sup>180</sup> No original: “empowerment actually means the incorporation of women into the structures of capitalist power, whether as entrepreneurs or as low-wage workers”.

comunidade, existe um repertório de possíveis explicações que serão preferidas e também ações a se tomar. Quanto mais forte for a preocupação em proteger o interesse público em uma comunidade, mais rapidamente desastres serão transformados em oportunidades para definir culpados e julgar um comportamento repreensível. Assim, segundo Douglas (1994, p. 5), demarcar perigos e atribuir culpa é uma forma de proteger valores importantes a determinada comunidade: “O perigo é definido para proteger o bem público e a incidência de culpa é um subproduto de arranjos para persuadir os membros a contribuir para essa proteção”<sup>181</sup>.

Um tipo de explicação para o sofrimento é moralista: a pessoa que sofre ofendeu os ancestrais, ou pecou. A ação requisitada seria expiatória, como rituais de purificação, e toda a comunidade é exortada a obedecer à lei. A sociedade que aceita esse tipo de explicação, afirma a autora, não deixa de apresentar algum nível de culpabilização da vítima.

Uma maneira alternativa de explicar o infortúnio é atribuí-lo ao trabalho de adversários individuais. Ainda assim, o olhar inquisidor pode se voltar à vítima: ela precisava ter sido mais esperta ou rápida, era necessário que cuidasse melhor de si. Segundo a autora, aqui não há uma reprimenda moral em relação aos algozes: é esperado que cada pessoa se preocupe com seus interesses. Os indivíduos sabem que podem, eventualmente, ser atacados por rivais e devem se defender, assim como fazem o mesmo contra aqueles que o desagradam. Outra forma de lidar com o sofrimento seria culpar um inimigo externo ou um traidor desleal oculto. Neste caso, a ação após o diagnóstico é procurar e infligir uma punição comunal ao inimigo e exigir compensação.

Muitas pessoas podem imaginar que as sociedades contemporâneas fugiriam a esta regra de uma definição cultural, ideológica e moralizante de perigo, pois, com o avanço das tecnologias e do método científico, seríamos capazes de reconhecer objetivamente os verdadeiros perigos e as reais causas dos infortúnios. Douglas (1994), contudo, reforça que a ligação antiga entre perigo e moral não era feita por falta de conhecimento, mas sim porque, para além das ideias de perigo e risco, toda cognição é politizada. Nas palavras da autora:

A ciência não produziu uma série de pessoas que não desejam dominar umas às outras. A industrialização não produziu uma raça de seres humanos pouco inclinados a usar o perigo na retórica que protege o bem

---

<sup>181</sup> No original: “Danger is defined to protect the public good and the incidence of blame is a by-product of arrangements for persuading fellow members to contribute to it”.

público. A diferença não está na qualidade do conhecimento, mas no tipo de comunidade que queremos fazer, ou melhor, a comunidade que somos capazes de fazer (DOUGLAS, 1994, p. 9-10, tradução livre)<sup>182</sup>.

Objetivamente falando, lembra a autora, existe uma quantidade e diversidade tão grande de riscos e perigos à vida humana que seria impossível para nós reconhecermos e pensarmos sobre todos com igual intensidade. A vida social depende, portanto, da organização de um acordo comum para a seleção dos medos proeminentes – e “a escolha dos riscos e a escolha de como se viver são tomadas conjuntamente” (DOUGLAS, 1983, p. 8). Assim, cada forma de vida em sociedade terá um “portfólio de riscos” com os quais se preocupará e, por outro lado, outros que serão desconsiderados ou até mesmo ignorados.

A escolha de qual noção de perigo priorizar, portanto, tende a fortalecer as linhas divisórias dentro de determinada comunidade. Em outras palavras: diante de uma ameaça, as rachaduras sociais já existentes são ainda mais aprofundadas. Os indivíduos mais vulneráveis, diz Douglas (1994), além de sofrerem com mais intensidade as consequências da crise social, tendem a ser culpados pelo problema. E, ainda que todas as culturas discriminem, as sociedades mais individualistas o fazem culpando os vulneráveis pelos seus problemas. Na análise da autora, a exclusão ocasionada pelas sociedades individualistas se dá por meio da invisibilização. Já em nossa análise, observamos algo diferente: as vítimas de violência de gênero ganham visibilidade, mas seguem sendo culpadas pelos próprios infortúnios.

Com a premência do pensamento neoliberal na contemporaneidade, em particular do conceito de responsabilidade individual, o próprio rótulo de “vítima”, alguém que sofreu um infortúnio, passa a ser indesejado, por significar algo de negativo sobre aquele indivíduo. Stringer (2014) identifica este movimento como um problema porque se parte do princípio de que a vitimização é um estado mental, em vez de uma situação do mundo. Ou seja, uma vítima não é alguém que passa por uma dificuldade ou sofreu uma agressão – seria, de acordo com esse pensamento, um indivíduo que nutre uma atitude viciosa de ressentimento, gerada por falta de responsabilidade pessoal, força de vontade e esforço. Essa definição, portanto, nutre um olhar de culpabilização dos indivíduos pelo próprio

---

<sup>182</sup> No original: “Science has not produced a run of people who do not wish to dominate one another. Industrialization has not produced a race of human beings disinclined to use danger in the rhetoric that protects the public good. The difference is not in the quality of knowledge but in the kind of community that we want to make, or rather, the community we are able to make”.



sofrimento e é profundamente despolitizante, porque situa a discussão sempre a nível individual. A autora nota que até mesmo no interior do movimento feminista existe uma rejeição ao rótulo de vítima, preferindo-se termos como “sobrevivente”.

As mulheres que são assassinadas em feminicídios, porém, não sobreviveram. Como vimos, elas recebem visibilidade nas matérias, mas não sem o julgamento de suas atitudes: viveram anos sob ameaças e não procuraram ajuda? Não à toa, quando possível, as reportagens, ao falar do feminicídio, abordam, na verdade, tentativas de feminicídio, de modo que possam inserir depoimentos de mulheres que sobreviveram. Melhor ainda se elas tiverem sobrevivido e procurado a polícia, ou se puderem dar um recado a outras mulheres sobre a importância dessa atitude.

A mudança no modo de se enxergar a vitimização, que se direciona a uma noção de responsabilização individual, segundo argumenta Berns (2004), emerge desde os anos 1970. Analisando o contexto norte-americano, a autora observa que, nesta década, ganha destaque o trabalho de ativistas que desejavam trazer atenção ao problema da violência doméstica e angariar colaboração do poder público e da sociedade em geral para o apoio a vítimas. Desta forma, já estava presente uma ênfase nas vítimas de violência, porém não para culpabilizá-las, mas sim para atender a suas necessidades. Ao difundir esta ideia, observa a autora, a mídia manteve o foco nas vítimas, porém de outra maneira: passando a averiguar sua conduta e concentrar-se em como elas supostamente poderiam prevenir ou resolver por si próprias o problema. Segundo a autora, dois fatores colaboraram para essa torção no modo de enxergar vítimas, fazendo com que os esforços do movimento de proteção a mulheres não tivessem o impacto social desejado: primeiro, a eclosão da cultura de autoajuda nos anos 1960 e 1970; segundo, os estudos sobre vitimologia.

A cultura de autoajuda ensinou que a melhoria individual é uma solução que pode curar qualquer mal. Freire Filho (2011), em análise sobre a disseminação da retórica da autoestima, identifica que seu acelerado processo de difusão, na virada do século XX, ocorreu em um momento histórico em que proliferavam reformas de índole neoliberal e uma profunda inclinação a explicações individualistas tanto para a felicidade quanto para o sofrimento humano. Naquele contexto, emergia a crença em que o fim das amarras burocráticas e organizacionais, vistas como prejudiciais à criatividade e à autonomia, fortaleceria a iniciativa e a eficácia individuais. Acompanhando esta tendência à privatização de problemas e soluções, a literatura de autoajuda consolida uma “imagem triunfalista do poder do psiquismo humano” que se baseia numa “concepção peculiar do *self*, descrito como repositório facilmente acessível e manipulável de sentimentos,

disposições e habilidades criativas que nos fazem únicos e valiosos” (FREIRE FILHO, 2011, p. 722).

Já no âmbito dos chamados estudos sobre vitimologia, indica Berns (2004), teve início uma discussão sobre o papel das vítimas no crime e na violência, argumentando-se que, em muitos casos, a vítima compartilha responsabilidade pelo crime que sofre. Por exemplo, acreditava-se que, no crime de estupro, a vítima deveria demonstrar resistência ao máximo de suas capacidades, ou seria parcialmente responsável pelo resultado. Nesse sentido, vitimologistas conjecturaram tipologias para categorizar níveis de responsabilidade das vítimas e, embora esses estudos não tenham necessariamente sido adotados por forças policiais, a ideia de que a vítima pode ser parcialmente culpada pelo resultado segue forte na imaginação coletiva.

Estes estudos também se associam à ideia de que o governo pouco pode fazer para reduzir o crime, cabendo aos indivíduos cuidar de si próprios. Outro motivo é o custo: pedir que as vítimas se esforcem é mais econômico do que montar uma estrutura estatal para combater o problema. Além disso, é difícil argumentar contra a ideia de defesa pessoal. Assim, se promete uma redução da criminalidade com pouco custo ao Estado – embora uma pesada contrapartida por parte do indivíduo.

Quando o tema da vitimização se apresenta no discurso midiático, então, acaba não operando da maneira inicialmente pretendida por movimentos de mobilização contra a violência de gênero. Cada vez mais se considera que as vítimas são responsáveis por resolverem os próprios problemas – mais do que isso, a vítima é vista como a principal, senão única, responsável pela situação.

Conjecturar o que a vítima deveria ter feito para prevenir ou interromper a agressão se torna pauta importante e, por vezes, como indica Berns (2004), o tom se torna bastante hostil: mulheres chegam a ser explicitamente culpadas por permanecerem em relações abusivas ou por terem supostamente provocado o homem. Há, também, um discurso aparentemente mais gentil, associado à ideia de “empoderamento feminino”, que aconselha sobre formas de identificar e sair de relacionamentos violentos, encorajando mulheres a tomar controle de suas vidas. Nestes casos, porém, a vítima ainda é considerada ao menos parcialmente responsável pela agressão e recebe a informação de que elas devem aceitar a responsabilidade de solucionar o problema da violência, que dependeria delas. Boyle (2004) igualmente nota que muitos produtos midiáticos têm como interlocutor a mulher vítima de violência, e se dirigem especificamente a ela, colocando ênfase na ideia de que seria sua responsabilidade dar fim à violência.

Esta concepção parte do princípio equivocado de que é possível prevenir agressões e identificar sinais de comportamento violento nos primeiros momentos de um romance. Coloca-se como dever da mulher a obrigação de estar atenta a quaisquer atos suspeitos e até mesmo deixar de iniciar um relacionamento com base nessas suspeitas. Logo, meramente por estarem nessas relações íntimas em primeiro lugar, já se considera que houve uma falha da parte delas. Trata-se de uma perspectiva de prevenção de crime que se baseia em uma culpabilização da vítima, apagando a necessidade de mudança social e de criação de políticas públicas, assumindo que o suporte a essas mulheres está plenamente disponível.

Este cenário se coaduna intensamente com o que observei na presente pesquisa. Identifiquei diversos enunciados concentrados nas atitudes da vítima, indicando erros, menosprezando suas dificuldades e ensinando o caminho a seguir. Chega a ser afirmado sem rodeios que a mulher é responsável, ao menos parcialmente, pela sua morte ou pela sua salvação. Há tanto discursos que culpam veladamente a mulher por permanecer em relações abusivas, quanto outros que se concentram na ideia de “força” e “coragem” – mas a vítima apenas ganha esses qualificadores se seguir a cartilha.

As soluções baseadas quase exclusivamente na atitude da vítima ignoram que um dos momentos mais perigosos para as mulheres é justamente quando elas tomam atitudes para tentar deixar o relacionamento. Também é no momento da denúncia que o comportamento da mulher se torna alvo de escrutínio, podendo ser definida como uma vítima “merecedora” ou “não merecedora” (BOYLE, 2004; MEYERS, 1996).

Meyers (1996) indica que, numa tentativa de explicar a violência de gênero, o jornalismo costuma culpar ou a vítima ou o agressor, e a definição de qual dos dois receberá o foco está em função de uma ideologia de supremacia masculina que divide mulheres de acordo com a dicotomia “virgem-vadia” ou “boa garota-garota má” (MEYERS, 1996, p. 53).<sup>183</sup> As “boas mulheres” são aquelas consideradas “verdadeiramente inocentes”, que de fato merecem o estandarte de vítimas, enquanto as outras são vistas como tendo causado ou provocado seu sofrimento. Dessa forma, a cobertura de imprensa serve como um aviso à população feminina sobre as fronteiras do comportamento apropriado – e a punição para transgressão.

Mulheres idosas e crianças geralmente são colocadas na primeira categoria, de vítimas inocentes, pois presume-se que são vulneráveis. Quando o caso envolve atos de

---

<sup>183</sup> No original: “the virgin-whore or good girl-bad girl dichotomy”.

violência particularmente extremos ou grotescos também podem colaborar para absolver a mulher. Excetuando-se estes casos, há grandes chances de que a vítima seja vista de alguma forma como culpada pela agressão sofrida: ela estava onde não deveria estar, ela se arriscou demasiadamente, ela não tomou as precauções necessárias etc. Embutido neste tipo de pensamento está a ideia de que as mulheres são responsáveis pela própria proteção, e se falham neste trabalho, é culpa delas. Também relacionada a esta enunciação estaria o ponto de vista, bastante questionável, de que as “boas garotas”, aquelas que não transgridem as fronteiras do comportamento socialmente aceitável, estão seguras, quando a realidade é que “nenhuma mulher está a salvo da ameaça violência masculina, assim como nenhuma mulher merece ser culpada por ter sido espancada, estuprada ou abusada de outra forma” (MEYERS, 1996, p. 67)<sup>184</sup>.

Gostaria de destacar que a visão que delimita o problema da violência como questão individual colabora para ensinar às mulheres qual seria o seu lugar na sociedade, a partir de uma concepção redutora e confortável sobre o fenômeno. Esta perspectiva parte do princípio (falso) de que, caso tome todas as precauções, uma mulher consegue evitar a violência.

Quando se fala em separação de mulheres entre vítimas legítimas ou deslegitimadas, não se pode deixar de debater a questão de raça e classe. O ideal de feminilidade frágil, como donzela a ser protegida, é intrinsecamente racializado e classista, tendo excluído mulheres não-brancas e trabalhadoras. Deste modo, mulheres brancas e de classe média ou alta receberão mais facilmente a adesão ao ideal de vítima perfeita.

Em trabalho anterior, com João Freire Filho e Amanda Rezende Lopes, analisamos a cobertura jornalística do feminicídio de duas mulheres, e notamos a influência da classe social no tratamento da polícia em relação às vítimas, quadro que se refletiu nas reportagens. Uma das vítimas era Genir Pereira de Sousa, de 47 anos, que trabalhava como auxiliar de limpeza e pouco aparece nas notícias. Seu corpo só foi encontrado dez dias depois de seu desaparecimento, em estado avançado de decomposição, o que dificultou as análises dos peritos. O crime teria ficado sem solução. Foi apenas por meio da investigação do desaparecimento da outra vítima que a polícia chegou ao assassino. A outra mulher assassinada foi Letícia Sousa Curado, de 26 anos, advogada e casada. As matérias concedem um espaço relativamente grande à história de

---

<sup>184</sup> No original: “no woman is safe from the threat of male violence, just as no woman deserves to be blamed for having been battered, raped, or otherwise abused”.

Letícia, como depoimentos de seu esposo, descrições de sua personalidade e de suas conquistas pessoais, acompanhadas de diversas fotografias. As reportagens analisadas não apenas ignoraram a disparidade do tratamento policial em função das classes sociais das vítimas como também contribuíram para fortalecer a percepção que determinadas vidas importam mais do que outras (FREIRE FILHO, ANJOS, LOPES, 2020).

Já na presente análise das notícias sobre feminicídio na ferramenta *Globoplay*, observamos que, embora a raça não seja comumente mencionada como questão, há a presença de vítimas negras, e predominantemente uma apresentação de mulheres pobres como vítimas de feminicídio. A dependência financeira da mulher em relação ao homem eventualmente é mencionada de passagem; contudo, o que se percebe é que não há a abordagem da questão de classe em si, como um fator que torna a mulher mais vulnerável e que dificulta o acesso dessa mulher a redes de apoio, mesmo que ela seja financeiramente independente.

As reportagens ressaltam o fato de que essas vítimas não confiam na justiça ou simplesmente não chegam a ela, sem considerar as razões que levam a isso. Estes motivos justamente estão relacionados a sua raça e classe, devido a uma exclusão histórica de mulheres negras e trabalhadoras como sujeitos de direito, ou a dificuldades inerentes a esta posição social, desde falta de recursos para deslocamento até questões mais amplas como o racismo no atendimento do setor jurídico-policial.

Apesar de mulheres negras e periféricas aparecerem nas reportagens, elas não costumam ser vistas *como mulheres negras e periféricas*, mas pela colocação em discurso de uma espécie de *sujeito feminino universal*. Certamente o feminicídio pode ocorrer com *qualquer* mulher, porém este dado não anula a realidade de que o modo pelo qual cada sujeito feminino é afetado pelo problema apresentará variações conforme seu lugar social. E, especialmente no caso da violência de gênero e em um país como o Brasil, pautado por intensas desigualdades sociais e raciais, observar este recorte seria de extrema importância, inclusive para se atentar a particularidades do fenômeno, como a necessidade de uma estrutura de apoio para vítimas em vulnerabilidade social, por exemplo.

Assim como a ideia de um *sujeito universal* foi – e ainda é – muito utilizada de modo a invisibilizar a realidade, a história e a memória femininas, considerando as experiências masculinas como padrão, a noção de um *sujeito universal feminino* também seria extremamente danosa, apagando as necessidades de mulheres negras e trabalhadoras

em detrimento de maior visibilidade para a realidade de vítimas dentro do padrão aceitável.

A separação de vítimas entre legítimas ou não-legítimas é, portanto, manifestação bastante comum, seja do ponto de vista da antropologia, apresentado por Douglas (1983; 1994), no sentido de uma divisão entre os medos que receberam mais preocupação social e aqueles que serão atribuídos exclusivamente ao sofredor, seja considerando os impactos da ideologia neoliberal e suas noções de responsabilidade individual neste cenário (STRINGER, 2014; BERNIS, 2014). Há, também, um viés de gênero, como observado: é difundida a crença de que mulheres devem ser responsabilizadas pela própria segurança, a partir da ideia (falsa) de que, pelo bom comportamento, seria possível evitar a violência, e de que cessar um ciclo de violência seria algo simples, que depende apenas da mulher (BOYLE, 2004; MEYERS, 1996).

Merece atenção a noção de que a mulher que se comporta bem pode prevenir a violência e, caso não consiga, será uma vítima legítima. Esta ideia se mostrou amplamente presente na amostra analisada e pode ser entendida como uma manifestação da misoginia. Afinal, vivemos um cenário em que a vitimização é vista com suspeita, e a conquista do status de vítima ideal é extremamente escassa, mas ainda existe, de acordo com certos critérios. E podemos argumentar que o ódio à mulher é justamente aquilo que influi nessas regras sobre a vitimização adequada, aquilo que faz o trabalho de *gatekeeping*<sup>185</sup>, determinando quem está de cada lado da fronteira.

É exatamente neste sentido que Manne (2018) enxerga a misoginia: um ódio que auxilia na manutenção da ordem patriarcal – entendida como um sistema de dominação entre vários, como o racismo, classismo, homofobia, entre outros. A misoginia, então, é manifestação central da ideologia patriarcal, na medida em que cumpre uma função política de conformação à ordem. Uma vez que a manutenção do *status quo* necessita que mulheres sigam determinadas regras, o ódio misógeno agirá especialmente como punição àquelas que violam, de alguma forma, as expectativas patriarcais.

Deste modo, a misoginia não se faz presente apenas no momento de um feminicídio, pelas mãos de um agressor, mas é o que torna esse cenário possível e ainda garante com que, muitas vezes, a mulher continue sendo violada mesmo após a morte. Manne (2018, p. 32) chama de “concepção ingênua” aquela que enxerga a aversão à mulher como propriedade de agentes individuais, evidentemente agressivos e violentos,

---

<sup>185</sup> Utilizo a palavra para me referir ao trabalho simbólico de se controlar o acesso a algo, uma categoria ou status, avaliando quem pode estar “dentro” e quem deve ficar “fora”.

e se direcionando a mulheres simplesmente *por serem mulheres*. Para a autora, é mais propício entender a misoginia como propriedade do ambiente social, que atinge mulheres por serem mulheres *em um mundo dos homens*, não por serem mulheres *na mente de um homem*.

Por esse motivo, a autora observa, ainda, que a hostilidade antifeminina não atinge a todas indiscriminadamente, buscando sua eliminação. Na verdade, entendendo o ódio à mulher como fenômeno político, essa forma de manifestação seria dispensável à manutenção da ordem patriarcal:

(...) faria pouco sentido em vista dos objetivos da ideologia patriarcal tentar livrar o mundo das mulheres – ou mesmo, em qualquer sentido direto, relegar as mulheres ao gueto. As mulheres são totalmente integradas em famílias patriarcais prototípicas, onde são incumbidas de uma ampla gama de serviços domésticos, sociais, emocionais e (hetero)sexuais. Tais mulheres são úteis demais para os dominantes para que todas as mulheres sejam dispensáveis (MANNE, 2018, p. 53, tradução livre)<sup>186</sup>.

Portanto, as formas mais evidentemente violentas da misoginia não necessitam agir sobre todas as mulheres para obterem o efeito desejado de manutenção da ordem. A brutalidade tenderá a recair sobre mulheres vistas como insubordinadas, negligentes, descontroladas, ou sobre aquelas que assumem posições de poder e autoridade sobre os homens, e até mesmo as que evitam ou se negam a exercer funções de serviço orientadas para a classe masculina.

Observar a existência de modulações na misoginia, contudo, não anula o fato de que toda mulher é potencialmente vulnerável a ameaças e punições misóginas. Afinal, estamos falando de uma aversão que é propriedade do ambiente social, e que pode se manifestar por diversas formas que Manne (2018, p. 68) chama de *down girl*, expressão que diz respeito a rebaixamento. Esse movimento pode incluir infantilização, animalização, demonização, humilhação, depreciação ridicularização, zombaria, calúnia, difamação, hiperssexualização ou dessexualização, silenciamento, isolamento e culpabilização. Nesse sentido, até mesmo uma mulher que é vista como modelo ideal está em posição precária, passível de ser rebaixada de anjo a demônio ao cometer o menor

---

<sup>186</sup> No original: “it would make little sense in view of the aims of patriarchal ideology to try to rid the world of women— or even, in any straightforward sense, to relegate women to the ghetto. Women are thoroughly integrated into prototypical patriarchal households, where they are tasked with a wide range of critical domestic, social, emotional, as well as (hetero)sexual, services. Such women are too useful to the dominant for all women to be dispensable”.

“erro” – do ponto de vista da ideologia patriarcal. Também ocorre que mulheres sejam frequentemente tratadas como intercambiáveis e obrigadas a pagar pelos supostos pecados de outras.

Em muitos momentos, contudo, esta mulher que atinge os padrões desejados (ao menos temporariamente) é utilizada para cumprir uma função dentro da sociedade patriarcal: servir como um parâmetro para justificar a agressão às diferentes. Como já discutimos no capítulo anterior, teóricas como Angela Davis (1973), bell hooks (2000), Audre Lorde (1984) e Lelia Gonzalez (2020) nos ensinam que sobretudo mulheres em posição de privilégio devido a raça e classe podem ser levadas a acreditar que estão seguras no mundo patriarcal, caso se cerquem das pessoas certas e sigam todas as regras – mandamentos que envolvem, inclusive, desprezar outras mulheres consideradas inferiores:

É mais fácil para as mulheres brancas acreditar na perigosa fantasia de que se você for boa o suficiente, bonita o suficiente, doce o suficiente, ensinar as crianças a comportar-se, odiar as pessoas certas e casar com os homens certos, então a você será permitida a coexistir com o patriarcado em relativa paz (LORDE, 1984, p.119, tradução livre)<sup>187</sup>.

Deste modo, podemos dizer que a misoginia fomenta a desunião feminina e o uso de diversos tipos de relações poder, como de raça e classe, para reforçar hierarquias entre mulheres. O ódio às figuras femininas, então, pode operar tanto por meio da homogeneização e da generalização, quanto por uma diferenciação entre mulheres consideradas “boas” ou “más” – dependendo do quanto aderem aos padrões tradicionais ou do quanto servem aos homens a sua volta.

Na verdade, esse modo de operação pela divisão, segundo Manne (2018), é a função primária e manifestação constitutiva da misoginia: punir as “más” mulheres e policiar o comportamento feminino. Esse movimento não faz, porém, com que a misoginia seja um fenômeno secundário – é primordial para a manutenção das estruturas. Na verdade, essa atuação por meio da divisão é extremamente efetiva e ainda colabora para dificultar que seus efeitos sejam sentidos e questionados amplamente. Isso porque o sistema de condenação/punição funciona conjuntamente com um sistema de

---

<sup>187</sup> No original: “it is easier once again for white women to believe the dangerous fantasy that if you are good enough, pretty enough, sweet enough, quiet enough, teach the children to behave, hate the right people, and marry the right men, then you will be allowed to co-exist with patriarchy in relative peace”.



exoneração/recompensa: enquanto persegue as desviantes, reforça a conformidade de gênero para as demais.

Assim, além de observarmos a hostilidade e a violência brutal contra mulheres, “também devemos nos preocupar com a recompensa e valorização das mulheres que se conformam às normas e expectativas de gênero” (2018, p. 192). A agressão assassina e o elogio pela “virtude” ou pelo “bom comportamento” que está de acordo com a ideologia patriarcal são duas faces da mesma moeda. A culpabilização da vítima não deixa de ser uma forma pela qual uma mulher pode sinalizar o erro de outra e, então, diferenciar-se desta, promovendo a si mesma e colocando-se como modelo a ser seguido.

Especificamente no caso da vitimização, e no contexto brasileiro, podemos observar que houve, ao longo da história, uma operação da misoginia exatamente neste sentido de separação entre “boas” e “más”, de modo a conceder a ilusão de que as “virtuosas” estariam protegidas e justificar a agressão contra as “depravadas”. Trata-se da figura da “mulher honesta”, expressão empregada na legislação brasileira, desde as Ordenações Filipinas até 2009, para restringir a penalidade pelos crimes de violência sexual apenas aos atos cometidos contra certos tipos de mulheres, categorizadas de acordo com seu comportamento sexual.

As Ordenações Filipinas foram um conjunto de legislações impostas por Portugal ao Brasil Colônia, mas que vigorou, em matéria penal, até 1831. Já mencionamos no capítulo anterior que havia um dispositivo que garantia que se um homem casado achasse sua mulher em adultério, lícitamente poderia matá-la (Livro V, Título XXXVIII). O adultério por si só já era um indicativo de que a mulher em questão estaria na categoria das “más” e, portanto, a violência contra ela estava justificada. Já em outros pontos do diploma, surge o termo “honestas”, agora diferenciando as mulheres que mereciam proteção contra agressões. No Livro V, Título XVI, informa-se a penalidade para o homem que “entra em casa de alguma pessoa para dormir com mulher virgem, ou viúva honesta, ou escrava branca de guarda”. Chama a atenção a hierarquização colocada pela letra da lei: a mulher virgem é o objeto de proteção prioritária; secundariamente, temos a viúva, que não é mais virgem, mas merece amparo se tiver conduta marcada pelo recato; por fim, menciona-se a escrava branca de guarda. A mulher negra escravizada nem chega a ser mencionada aqui, o que demonstra o quanto a ideia de honra feminina é racialmente excludente.

O termo “mulher honesta” – o entendimento sobre o comportamento ideal da mulher análogo a essa expressão – permaneceu presente na legislação até o início do

século XXI. Desde o Código Criminal do Império, os dispositivos que abordavam crimes sexuais costumavam referir-se ao agravo cometido contra “mulheres honestas”. O Código Penal de 1940 (que segue em vigor atualmente) também apresentava essa expressão em seus artigos 215, 216 e 219 (referentes a estupro, atentado ao pudor e rapto, respectivamente), porém a referência à honestidade foi retirada a partir de um projeto de lei de 2003 (LAGE, NADER, 2013) <sup>188</sup>.

Como se poderia esperar, em nenhum momento foi utilizada a expressão “homem honesto”, segundo nota Cortês (2013), até porque a desonestidade era vista por ângulos diferentes de acordo com o gênero: um homem honesto era aquele que tinha ofício e que não praticava atos ilícitos como roubar ou chantagear, enquanto a mulher era considerada honesta em razão de sua vida sexual, que deveria ser restrita ao leito conjugal e modelada por pudor.

Vale notar, ainda, que a mulher honesta seria aquela sobre a qual recaí a responsabilidade não apenas de cuidar da própria honra mas também de zelar pela retidão da família e até mesmo higienizar a moral da sociedade como um todo. Como discutimos no capítulo anterior, a visão da figura feminina como manancial de bondade não indica um arrefecimento da misoginia, mas sim uma mudança na sua forma de operação. Ao defender que o bem-estar social depende das senhoras, se desloca para elas uma grande responsabilidade, sem que se prescindia da ação de homens sobre as figuras femininas. Estava tudo nas mãos delas – mas especialistas de diversos campos e cidadãos comuns passaram a se preocupar em como ensinar, dirigir e proteger essas mulheres honradas.

Nesse sentido, Caulfield (2000), analisando especificamente o contexto brasileiro, destaca como, nas primeiras décadas do século XX, a ideia de honra associada à sexualidade foi vista como a base da família e, portanto, da nação. Acreditava-se que a honestidade sexual das mulheres seria uma “força moralizadora”, sem a qual a modernidade traria a dissolução da família, um aumento da criminalidade e, resumindo, um caos social.

Não à toa, os conceitos tradicionais sobre honra e moralidade ocuparam lugar central no Código Penal que se elaborou em 1890 e passou a ser alvo de muitas discussões

---

<sup>188</sup> Por exemplo, no artigo 215, originalmente, se lia “Ter conjunção carnal com *mulher honesta*, mediante fraude”. Após a mudança iniciada em 2003, passou a constar apenas o termo *mulher*, sem a qualificação honesta: “Ter conjunção carnal com *mulher*, mediante fraude”. Vale notar, ainda, que, em 2009, a lei foi novamente alterada para dar conta do fato de que não são apenas as mulheres a serem vítimas deste tipo de crime. A redação do artigo passou a ser, então: “Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com *alguém*, mediante fraude ou outro meio que impeça ou dificulte a livre manifestação de vontade da vítima” (grifos da autora).

nos tempos seguintes. As ofensas sexuais já não eram mais crimes contra a pessoa, mas contra a segurança da honra e honestidade das famílias. Deste modo, se a mulher já era vista como “desonrada” antes de qualquer agressão, provavelmente não receberia proteção. Alguns juristas propunham uma mitigação desta ideia, insistindo que existiam muitas mulheres entre a “mulher honesta” e a “prostituta desonesta”. Já outros não pestanejavam em afirmar que qualquer mulher que mantivesse relações sexuais fora do casamento seria equivalente a uma profissional do sexo e, portanto, nessa visão, desonesta. Nesta concepção, o máximo de exceção que se abriria era caso houvesse uma promessa de casamento, em que a mulher tenha sido enganada.

Nesta época, a violência contra prostitutas poderia receber punição, embora menor que a prevista para o estupro de mulheres “honestas”. Muitos especialistas, ainda assim, discordavam, opondo-se a qualquer penalidade para o abuso sexual de prostitutas, devido ao fato de o estupro ser, naquele momento, um crime contra a honra da família. Outros salientavam que nas Ordenações Filipinas o estupro de prostitutas tinha a mesma penalidade que o de mulheres honestas – estes homens, entretanto, citavam essa formulação anterior para defender que o estupro deveria ser punido em qualquer caso, mas sem deixar de corroborar que a lei de seu tempo era superior ao reduzir a pena para violação de prostitutas.

Embora a definição legal de estupro na atualidade prescindia dessa “exigência”, a “lógica da honestidade” encontra-se sedimentada, fazendo com que os julgamentos de estupro operem, ainda, uma separação entre mulheres, como mencionamos anteriormente, com ajuda de Andrade (2007). As mulheres que, de acordo com a moral social, não são dignas ou que tomaram atitudes consideradas erradas, ou mesmo simplesmente as mulheres negras e periféricas – às quais não se permite, muitas vezes, o encaixe no ideal de feminilidade frágil a ser protegido –, em larga medida, são abandonadas pelo sistema de proteção.

Percebe-se, então, que o ideal de “honestidade” feminina se consolidou, ao longo do tempo, como uma poderosa ferramenta, com pelo menos três grandes funcionalidades: separar, culpabilizar e disciplinar. Primeiro, divide-se mulheres entre “boas” e “más”, de acordo com sua sexualidade, serviço e fidelidade a um homem, parâmetros diferentes daqueles designados aos cidadãos masculinos. Em segundo lugar, concomitantemente à divisão de mulheres, se utiliza o valor da “honestidade” para justificar a agressão contra muitas delas, que, por algum motivo, sejam colocadas na categoria de “desonesta”. Isso é o equivalente a culpar o comportamento da vítima pela agressão sofrida por ela. Neste

processo, está presente ainda o terceiro elemento: com essa divisão e punição, também se fomenta uma lógica disciplinadora de corpos e sujeitadora, tanto no sentido de submissão, quanto no de criação de subjetividades. As mulheres são ensinadas que devem regular sua conduta (e das outras também, sempre que possível) com atenção e desvelo, submetendo-se e servindo a um propósito maior que elas, ou sofrerão as consequências. Quando se encontram do “lado certo”, lhes asseguram que são superiores às demais e que estarão seguras. O problema é que a posição de “honestidade” é definida pelos valores patriarcais e não pelas próprias mulheres, e envolve uma miríade de regras e relações de poder, o que a torna instável e movente: a qualquer momento uma mulher pode transitar entre categorias.

Após a análise do material compilado para esta tese, encontrei elementos suficientes que comunicam sobre a presença desses três movimentos – separação, culpabilização e disciplinamento – em operação nas notícias de feminicídio, embora de uma maneira certamente distinta daqueles registrados em outros contextos e momentos históricos. O fantasma da mulher honesta persiste, mas agora ela não é definida exclusivamente pelo comportamento sexual – o que não necessariamente indica uma evolução progressista. Suas exigências são outras, ainda muito regidas por ideais tradicionalistas de vitimização e de feminilidade, mas também em noções de nosso tempo, atravessado por concepções neoliberais como a de responsabilidade individual.

#### **4.7. “O primeiro passo é perder o medo”: o itinerário da salvação da mulher-coragem**

Quem é a “mulher honesta” nos dias atuais, segundo o discurso das notícias sobre feminicídio aqui analisadas? Que tipo de mulher a vítima de violência deve ser, segundo os telejornais? Como os jornalistas ensinam-lhe a ser essa mulher? Que subjetividades femininas estamos observando ser (re)criadas? Ao longo da análise, identifiquei que a vítima de feminicídio é exaltada conforme se alinha, ela mesma, à figura do justiceiro, aquele que salva e ajuda a mocinha nas narrativas de matriz melodramática. Ela pode fazer isso sendo posicionada como alguém que salvou a si mesma ao depositar a confiança e seguir todos os desígnios apontados pelo aparato jurídico-policial. A vítima que não o faz é situada simbolicamente como fraca, faltante.

Assim, no contexto analisado, a *mulher honesta*, que receberá elogios e proteção, é a *corajosa*, ou seja, aquela que consegue, nas palavras do telejornal, “vencer o medo”

– o que, nesta formação discursiva, significa buscar ajuda da autoridade jurídico-policia. Em outras palavras: ela é avaliada como *merecedora* da defesa da lei e da sociedade, por ter seguido o itinerário da salvação a ela ensinado. Já aquela que não denunciou seu agressor ou que voltou atrás na denúncia é desprezada e responsabilizada pela violência sofrida.

Considero que a insistência no ato da denúncia é a fronteira colocada entre a mulher boa e a mulher má, pelo discurso analisado. Por mais que sejam eventualmente bem-intencionados, são enunciados que propiciam a circulação da misoginia, no sentido de separação entre mulheres e conformação de corpos femininos, em que algumas são elogiadas como “corajosas”, “fortes”, “empoderadas”, enquanto outras são etiquetadas como “coniventes”, “medrosas”, “fracas”, “que atrapalham a polícia” e culpadas pela agressão sofrida.

A princípio, a passagem de uma divisão de vítimas pelo comportamento sexual para uma separação pelo ato de denúncia pode parecer mais razoável e inclusiva. Entretanto, argumento que é comparativamente tão arbitrária, pouco efetiva e injusta quanto. Como discutimos, o sistema penal é imperfeito, pune e protege desigualmente, não tendo o cunho de funcionar como tábua de salvação. As mulheres não têm acesso a ele do mesmo modo e, ainda que tivessem, este é apenas um elemento de um processo de enfrentamento à violência que é longo e complexo. Logo, centrar a avaliação do comportamento da mulher em sua atitude perante o sistema jurídico-policia é ineficiente, simplificador e até mesmo enganoso. Trata-se de uma perspectiva de prevenção de crime que se baseia em uma culpabilização da vítima, apagando a necessidade de mudança social e de criação de políticas públicas, assumindo que o suporte a essas mulheres está plenamente disponível.

Separar, culpabilizar e disciplinar: três grandes funcionalidades da noção tradicional de “mulher honesta” que continuam valendo para a “mulher-coragem”. A “mulher-coragem” não é como as outras: diferente da “fraca”, da “medrosa”, da “conivente”, ela não é considerada culpada pela violência, porque agiu da forma vista como correta.

Esse processo busca ensinar às mulheres a subjetividade desejada nos dias atuais: responsável por si mesma, mas que não deixa de depositar sua confiança na autoridade legitimada. Como vimos, a exigência da denúncia se apresenta como um duplo exercício de poder: tanto a confissão da vítima para o repórter sobre sua história e seus erros, quanto aquela direcionada para a autoridade policia. Nos dois casos, existe um estado prévio de

não-dito, de resistência ao discurso por parte da mulher, que é absolutamente abominado tanto pelos jornalistas quanto pelos membros da polícia e da justiça. A mulher deve perder a resistência a seus confessores, transferindo do companheiro ao sistema jurídico-policia a jurisdição de exercício de poder sobre a mulher. Apenas a vítima que confessa a violência passa a ser dotada da qualificação de “corajosa”, enquanto as demais são diminuídas como fracas e coniventes com a violência.

Há, portanto, um incentivo à autonomia feminina, mas, ao mesmo tempo, uma ideia de que ela é, em seu estado anterior, fraca e faltante, e que não conseguirá sucesso sem entregar-se ao seu dirigente. Fica evidente que há um desejo não simplesmente para que a mulher procure auxílio, mas sobretudo para que ela se coloque totalmente à disposição das autoridades e siga à risca tudo o que lhe é aconselhado, ou não conseguirá a redenção. Em outras palavras: a salvação aparece vinculada à submissão por meio da fala e a uma obediência total à autoridade.

Alinhada aos desígnios de nosso tempo, essa obediência é apresentada como iniciativa, responsabilização individual, força, decisão e intrepidez. Com ajuda de seu protetor, ela salva a si mesma. Porém, a exaltação dessa “mulher-coragem”, como é de praxe em sistemas de gratificação e punição, ocorre às custas das outras, vistas como fracas, faltantes, erradas. À “mulher fraca”, desprezo; à nova mulher honrada, a falsa promessa de proteção. Assim o ódio à mulher continua se fazendo presente, manifestação implacável de todas essas histórias.

## Conclusão

Em uma pequena aldeia de camponeses, vivia Giselle. O cotidiano pacato e alegre da jovem foi interrompido pela descoberta de que seu amado noivo, Albrecht, havia mentido sobre sua identidade e estava de casamento marcado com uma mulher da nobreza, escolhida por seus pais. Enlouquecida pela desilusão amorosa, Giselle morre. À meia noite, sua alma é acolhida pelas Willis, espíritos de moças que perderam a vida antes de casar e, por isso, vingam-se de qualquer homem que cruze seus caminhos, enfeitiçando-o para que dance com elas até a morte. Este seria o destino de Albrecht, que, naquela noite, chorava diante do túmulo de Giselle, arrependido. A jovem fantasma, contudo, se opôs aos desígnios das Willis e o protegeu.

A história acima pertence ao balé “Giselle”, que estreou em 1841 inspirado em uma antiga lenda alemã. A figura das Willis é o típico fruto da imaginação sobre mulheres em um mundo patriarcal: jovens que morrem cedo se ressentiriam por não mais poder contrair matrimônio e atacariam desarrazoadamente todo homem que vissem. Rancorosas, irascíveis e sedutoras, um perigo para os cavalheiros. Mas não Giselle, a protagonista: ela não apenas deixa de lado qualquer rancor ou hostilidade contra Albrecht, como desafia aquelas que a acolheram – e que seriam, aparentemente, suas únicas companheiras por toda a eternidade – para salvar o homem que a enganou e feriu.

Ainda que também seja representada como insensata, Giselle se aproxima do modelo ideal de donzela exaltado pela história: doce, apaixonada, que tudo perdoa pelo amor. As Willis, por sua vez, seriam seu duplo maligno, a representação da feminilidade vil: por terem ficado sem casar, são frustradas e vingativas. Em minha mente, porém, criei uma narrativa alternativa para elas, reinventando-as como mulheres que foram violentadas e buscam justiça para outras que, ininterruptamente, se juntam a elas. Na minha imaginação, Myrtha, a rainha das Willis, se enraivece mais, a cada noite, com o contínuo reforço de suas fileiras – mais um entardecer, mais uma mulher morta pelas mãos de um homem que o grupo se prepara para receber.

Já a figura de Giselle, se era o ideal da era vitoriana, não é mais a protagonista interessante segundo a sensibilidade feminista do século XXI. Ela é enganada, rejeitada, abandonada, e não salva a si mesma – pelo contrário, ela se sacrifica e nega a união feminina para preservar o amado que lhe traiu. Essa personagem, entretanto, está bem mais próxima da história de muitas mulheres de hoje do que se costuma admitir.

Em 2020, uma imagem chamou a atenção e foi reproduzida em diversos veículos

de imprensa: um casal se beija no centro da foto, a mulher toca o rosto do homem com carinho e também urgência, seus dedos pressionando a nuca dele – que, por sua vez, a envolve pela cintura. Um elemento no fundo da cena, contudo, já começa a indicar que há algo de diferente no acontecimento: vemos uma policial de braços cruzados e expressão contrariada<sup>189</sup>. Ao conhecer o contexto, podemos compreender melhor o porquê: a foto foi tirada durante um julgamento em que o homem retratado era réu por tentativa de feminicídio. Quem lhe dava um beijo apaixonado era a própria vítima, que havia levado cinco tiros, mas sobreviveu e perdoou seu algoz. Ela afirmava que ele era um bom rapaz, e culpava a si mesma pelo crime, declarando que o provocou.

Debater o feminicídio envolve lidar com casos como esses, de vítimas não ideais, mulheres que não agem como o esperado, que esgarçam os limites da compaixão. O desafio que se coloca, então, é informar o público sobre a proteção à vida das mulheres sem precisar diminuir aquelas que não trilharam este caminho indicado.

Nesta tese, interessei-me por investigar de que maneira os telejornais narram o feminicídio e, no processo, delimitam como o espectador deve se sentir perante esses episódios de violência e, sobretudo, como as mulheres precisariam agir diante deste problema. Observei quais elementos – texto, tom de voz, escolha de fontes, imagens e enquadramentos – colaboram para construir comoção e, junto a ela, certos pontos de vista sobre o objeto, sobretudo no que diz respeito a condutas consideradas reprováveis ou exemplares e à atribuição de responsabilidade.

Desde o início da análise, dois pontos se destacaram: o apelo emocional da narrativa jornalística e a convocação mais específica da audiência feminina, buscando que se engajem de determinada maneira. A partir daí, a questão norteadora do trabalho foi a seguinte: como o modo de narrar o feminicídio por parte dos telejornais, caracterizado pelo apelo emocional, delinea o objeto feminicídio e comunica regras sociais à coletividade feminina?

A hipótese a ser testada indicava a observação de que as narrativas telejornalísticas sobre feminicídio se caracterizariam por um teor que chamei de *dramaticidade despotencializada*, que tem como consequência a construção de uma nova subjetividade da vítima ideal: a mulher que salva a si mesma, com ajuda do aparato jurídico-policial. Ao término da pesquisa, acredito que a hipótese se confirmou. Destaca-se nas notícias a

---

<sup>189</sup> MULHER beija réu que tentou matá-la com 5 tiros em 2019; caso aconteceu no julgamento do acusado. **Jornal Extra**, 29/01/2020. Disponível em: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/mulher-beija-reu-que-tentou-mata-la-com-5-tiros-em-2019-caso-aconteceu-no-julgamento-do-acusado-24218228.html>.



tentativa de ensinar às mulheres modos de ser (e de não ser), separando as vítimas entre boas (consideradas nessa categoria as que confiam na polícia e na justiça e fazem tudo o que é indicado por essas autoridades) e más (aquelas que, por motivos não perscrutados pelos jornalistas, não creem nas autoridades e/ou que não conseguiram se desvencilhar dos relacionamentos violentos). A pretexto de defender a segurança das mulheres, as narrativas jornalísticas acabam seguindo por um caminho de responsabilização individual da vítima, deslocando em sua direção o pesado encargo de enfrentar a violência, culpando-a pelas dificuldades nessa empreitada e menosprezando aquelas que não se adequam ao que é esperado dentro deste ponto de vista. Portanto, o enquadramento do feminicídio como tragédia, mobilizando-se as emoções dos espectadores, acaba por funcionar de maneira a chamar a atenção do espectador sem construir efetivamente um incremento informativo, mas sim esvaziando o potencial político do debate sobre feminicídio como problema coletivo.

A concretização dessa observação emerge de um percurso de quatro capítulos. Os dois primeiros versaram sobre os principais “personagens” que emergem nas narrativas telejornalísticas sobre feminicídio, as quais apresentam a tendência a abordar o feminicídio pelo viés da dramaticidade, construindo narrativas que buscam despertar sensações e gerar comoção nos espectadores. Os telejornais concedem especial foco às sensações de uma tríade: a vítima, seus familiares e o agressor. Impôs-se, ainda, na análise, a observação de mais um “personagem”, que apareceu de forma quase onipresente: as imagens de sangue, dor, sofrimento e violência. Em muitos casos, o protagonista não é o agressor, nem a vítima, nem a mãe: ganham a dianteira da reportagem os vídeos de câmera de segurança, as fotos da cena do crime, as filmagens de cinegrafista amador.

O capítulo 1 apresenta análise como este novo personagem se manifesta e quais as implicações de sua presença. As imagens de dor, crime e violência aparecem em profusão: assistimos enquanto vítimas fogem desesperadas de seu agressor, vimos onde o homem se escondeu antes de atacar, o repórter nos indicou exatamente por onde ele passou, tivemos acesso à cena do crime, e o *zoom-in* da câmera nos concedeu visão privilegiada das manchas de sangue espalhadas pelo local. Presenciamos entrevistas com a vítima e com seu algoz, filmadas de maneira improvisada, que não eram destinadas a nós, e sim às autoridades – mas nós somos admitidos nesse espaço, partilhamos do frenesi da investigação.

Algumas justificativas para a onipresença do apelo imagético são expressas pelos próprios jornalistas: essa exibição é vista como um *compromisso* de informar desses profissionais e também como parte de um movimento de *valorização* do tema e demonstração de sua importância. Percebemos, assim, uma crença em um poder das imagens para informar e engajar o espectador.

Como argumentei ao longo da discussão, não sou partidária da ideia de que o uso de imagens de sofrimento destinadas a despertar sensações no observador seria, em si, algo ruim e condenável. Acredito que precisamos encontrar maneiras de nos engajar eticamente com a dor das outras e dos outros. Entretanto, quando não é oferecido um incremento informativo e um caminho para ação, resta algo que chamei de *dramaticidade despotencializada*, pautada por um esvaziamento, isto é, as emoções que são mobilizadas se dissipam ao término da reportagem, a tensão ou a compaixão expressas pelos repórteres e requisitadas do público não são acompanhadas de um entendimento mais aprofundado sobre o fenômeno. As notícias costumam finalizar sua reflexão ou com uma sensação de justiça sendo feita devido à prisão do agressor, ou com uma sensação de impotência devido ao fato de que esse fato ainda não foi atingido. Outras formas de auxílio à vítima, ou tratamento do problema do feminicídio não são habitualmente aventadas.

Mais uma questão problemática identificada se refere ao fato de que, repetidamente, o olhar piedoso se baseia não na violência em si, mas sim na aderência da vítima a estereótipos de gênero e comportamento. Nas matérias analisadas, a juventude e a beleza aparecem com insistência, ressaltadas como forma de granjear a compaixão do público. Percebi, pensando com Boltanski (2004), uma forma de se relacionar com o sofrimento do outro pautada por um enternecimento em relação ao sofredor, especialmente em torno de uma identidade feminina, jovem e de poucos recursos financeiros. Além de reforçar uma expressão estreita da compaixão, condicionada ao cumprimento de certos parâmetros, essa configuração relega à invisibilidade outros tipos de vítimas, como idosas, trabalhadoras sexuais, mulheres em situação de rua, pessoas com deficiência, mulheres transgênero ou travestis.

Na análise, também foi constatada a presença de sentimentos de indignação e reprovação do responsável pela dor das mulheres. Isso porque, muitas vezes, como já indicava Boltanski (2004), a revolta acaba por retirar o foco da vítima e dirigi-lo a outro ator. Nos casos aqui observados, vi como, muitas vezes, os relatos de vítimas sobreviventes servem a um propósito fora delas: incentivar a punição do agressor e a denúncia por parte de outras mulheres. O foco, portanto, não está mais sobre aquela

mulher, em pleno sofrimento diante dos olhos de todos. Mesmo que ela esteja hospitalizada, com medo, sem poder exercer sua profissão, com o corpo marcado e a casa destruída, o objetivo de seu relato não será ajudá-la, mas sobretudo instruir outras mulheres.

Outro momento em que o tom pautado pela indignação se faz assíduo se verifica quando as reportagens concedem espaço aos familiares das vítimas, como examinei com maior atenção no capítulo 2. A revolta, porém, logo se esvai, seja pelo investimento na ideia de esperança e crença no sistema, seja por uma falta de perspectivas de mudança e ação política.

Existe, então, uma desconexão entre o sofrimento narrado e as “soluções” (ou falta delas) apontadas. A equipe de reportagem costuma se colocar na mesma condição que os populares, no sentido de não vislumbrar saídas e medidas específicas, simplesmente demonstrando sua insatisfação. Parece se desenhar, na prática dos profissionais envolvidos, a ideia de que uma comunhão de sentimentos entre eles e a população é a prática indicada para uma *performance de compaixão* adequada, sem a necessidade de que esteja associada a algum tipo de informação qualificada ou possíveis caminhos a se seguir.

Percebi, em muitos casos, um anseio em encerrar com uma espécie de conciliação, quando, na realidade, algumas das vozes presentes nas reportagens seguem com sentimentos de revolta, angústia, raiva e luto. Já em outras ocasiões, não há indicação de esperança – nem mesmo o julgamento dos agressores, considerado o grau máximo de “justiça”, está agendado. Apesar de diferentes, essas duas hipóteses confluem em um ponto: ambas deixam de colaborar para a construção de possibilidades de futuro.

Como consequência, mais especificamente do que a já mencionada *dramaticidade despotencializada*, pautada por uma expressão e mobilização de sentimentos diante do sofrimento que se esvai ao final da reportagem, foi possível identificar, ainda, em alguns casos, uma sensação que chamei de *revolta domada*. Ou seja, embora a indignação dos familiares esteja presente e até mesmo continue evidentemente manifesta ao fim da reportagem, existe uma tentativa de pacificação por parte dos repórteres, seja pela confiança nas forças estabelecidas para resolverem os problemas, seja por uma sensação de impotência, de que não há nada mais que se possa fazer. Em decorrência disto, observei que se trata de uma exibição que promove apagamentos, sobretudo uma invisibilização da necessidade de uma contínua disputa por políticas públicas de apoio às vítimas de violência.

É possível dizer, ainda, que essa homenagem ao sofrimento se torna violenta sobretudo quando vem acompanhada de uma sanha por sondar detalhes dos atos e enunciados do agressor. Mais uma prova de que a sensação de revolta se torna esvaziada se apresenta no momento em que esta indignação acaba funcionando como uma porta de entrada para perscrutar os “motivos” do agressor. Não à toa, ao mesmo tempo em que são chamados de “trastes” e “monstros”, os feminicidas ainda assim podem ganhar espaço de fala.

Como discuti ainda no capítulo 2, por vezes os agressores se mostram arrependidos, em outras oportunidades preferem explicar seus motivos e apresentarem-se como homens sensatos que tiveram um momento de descontrole, devido a um intenso amor. Implícita em suas falas está a imagem da vítima como mulher insensível, que não correspondeu à devoção e à autoridade masculina. Observei, então, que os réus adotam uma comunicação estratégica, remetendo a outros enunciados anteriores (religião, família, amor). Também estão em contato com outros interlocutores com quem compartilham valores – os agressores sabem que essas companhias existem, ainda que não estejam em sua presença física – e são eles que dão sentido ao seu enunciado violento. O telejornal acaba permitindo que essa cadeia de comunicação ganhe ainda mais amplitude do que teria inicialmente.

Pensando a partir da teoria de Segato (2003) sobre a violência como ato enunciativo, enxergo as agressões contra a mulher e as falas dos acusados sobre elas como elementos de uma mesma cadeia de comunicação, que cumprem uma função de manutenção da ordem patriarcal. Assistindo às transmissões televisivas, existem espectadores que comungam com a moralidade do agressor, e o agressor tem a oportunidade de se apresentar a eles como um agente moral.

Embora costume haver uma reprovação explícita a essas falas, seja por parte dos próprios repórteres, seja por outros entrevistados, esse discurso não é simplesmente cancelado pelo outro em sentido negativo, como se estivéssemos tratando de uma operação matemática. Os produtores do conteúdo não detêm o controle da mensagem: independentemente de suas tentativas de reprimenda, ao reproduzirem *ipsis litteris* o que diz o agressor, seus enunciados violentos chegam a sua fraternidade masculina como uma mensagem de poder e força.

Uma possível explicação – apresentada eventualmente nas reportagens – para a prevalência dessa exibição de enunciados dos agressores seria certo intento pedagógico por parte dos telejornais, com o fim de “comprovar” para o público a existência do

machismo, movendo-o pelas emoções. Parece haver uma premissa a partir da qual as falas do agressor seriam um conteúdo relevante de ser exibido, seja com fins informativos ou didáticos. Ao longo da discussão, contudo, questionei a ideia de que essa “revelação do machismo” seria necessária, e argumentei que esse meio empregado pode trazer mais consequências negativas do que positivas.

Já no capítulo 3, abordei outro “personagem” praticamente onipresente nas reportagens, também convocado com um suposto fim pedagógico de informar e escancarar a realidade – os números e estatísticas. Eles aparecem de forma discreta, mas persistente, em diversos materiais, e até mesmo podem ganhar a dianteira de certas reportagens. Longe de serem mero recurso frio e objetivo, esses dados são “assustadores”, “alarmantes”, “impressionantes”, “chocantes”, segundo os próprios repórteres. Discuti neste capítulo os efeitos de sentido da utilização destes elementos numéricos nas narrativas telejornalísticas, os quais, ao contrário do que se poderia imaginar, atuam em conjunto com o viés mais dramático das reportagens.

Foi possível observar que as reportagens mobilizam números e estatísticas comumente associadas a uma sensação de urgência. Assim como ocorre com a narração emotiva, a noção de emergência, em si, não é problemática, mas sim a linha de argumentação utilizada para justificá-la. Primeiro, uma urgência de atitude que coloca todo o peso nos ombros das próprias vítimas. Segundo, uma urgência atrelada à ideia de que o feminicídio estaria crescendo, o que lhe concede um suposto caráter de novidade, explosão, exponencialidade, e seria este caráter – não necessariamente o fenômeno em si – que o torna digno de nota.

Na primeira via, notei que uma situação muito comum de utilização de números identificada na análise é a referência ao fato de que, entre as vítimas de feminicídio, estatisticamente, a maioria já sofria agressões do homem que terminou por assassiná-la, mas não havia denunciado a situação à polícia. Nesta ocasião, então, os repórteres se dirigem diretamente a essas mulheres, clamando que “criem coragem”. As estatísticas, deste modo, servem como base para que esses profissionais afirmem que as mulheres são vítimas *igualmente* do machismo e do *próprio* silêncio, da própria omissão ou incapacidade de agir – isso chega a ser enunciado textualmente. Nada costuma ser mencionado sobre o porquê de essas mulheres não denunciarem, as dificuldades nesse processo, a dependência financeira e emocional da mulher, a parca quantidade de delegacias da mulher disponíveis, a falta de estrutura de atendimento em delegacias comuns, entre outros problemas. Como estes dados geralmente vêm de instituições

ligadas ao sistema de justiça, tendem a apresentar uma visão positiva sobre ele, deslocando, então, para outro lugar, a falha no processo – geralmente, a mulher, repreendida por não conseguir denunciar a violência que sofre. Esse processo possui consequências sociais nefastas: mais especificamente, o apagamento da dimensão histórica do problema e a culpabilização das vítimas.

Já a segunda maneira identificada de foco nos números subordina o debate a uma questão de identificar se o feminicídio está aumentando ou diminuindo. Nessas ocasiões, os números aparecem como algo dotado de uma “vida própria”, movidos por forças ocultas. Aumentam, depois diminuem, em seguida “enganam” e sempre “surpreendem”. Não se costuma investigar causas e soluções sociais para os acontecimentos, que parecem brotar “do nada”.

Outro problema é que essa visão firma os feminicídios diretamente no agora – no máximo, de dois ou três anos atrás. Embora as matérias façam referência ao machismo e ao ódio como sendo as causas do feminicídio, a crença de que possa haver uma “explosão” de aversão às mulheres ou uma súbita queda deste fenômeno, de um mês para outro ou mesmo de um ano para outro, evidencia a falta de entendimento sobre o fator histórico.

Os limites dessa formação discursiva ficam evidenciados por meio de uma análise histórica que demonstre como o ódio à figura feminina teve, ao longo da História, um papel político fundamental para a conformação da mulher a uma posição social subordinada. A violência contra a mulher não é e nunca foi um “surto”: foi, historicamente, sancionada pelo Estado, pela Lei, pela religião e pela cultura.

Pensando neste caminho, os altos índices de feminicídio que são exibidos nas matérias analisadas jamais poderiam ser vistos como uma surpresa. De modo semelhante, não podemos esperar que eles simplesmente diminuam, de um ano para outro, sem que a sociedade passe por uma profunda transformação, no sentido de enxergar a mulher como ser humano – nem santa, nem demônio.

Observei, ainda, neste breve percurso histórico do capítulo 3, a regularidade da manifestação da misoginia por meio de uma separação entre mulheres, em que a admoestação a um grupo serve de lição ao outro sobre as formas consideradas corretas do feminino. Esta constatação acende mais um alerta em torno das reportagens consideradas. Embora haja uma aparente intenção de defender as vítimas de feminicídio, a insistência no fato de que elas não realizaram denúncia soa como algo mais do que zelo. Esse movimento pode ser enxergado como uma forma de misoginia, no sentido de um

apagamento simbólico dessas vítimas que não se comportaram da maneira vista como ideal. Os repórteres se colocam na posição de educadores das vítimas de violência: sem cerimônia, apontam erros das mulheres já violentadas, dissecam sua vida e seus atos, tudo com o objetivo de ensinar outras mulheres a melhor forma de agir. A mensagem é: *não seja como elas*.

O capítulo 4 aprofundou a análise dos enunciados que, falando sobre as mulheres vítimas de violência, dirigem-se à coletividade feminina com uma função eminentemente pedagógica. Observei, mais especificamente, quais soluções são apresentadas às vítimas de violência, sobretudo por meio dos especialistas consultados pelas reportagens. Discuti que construção de verdades essa escolha de fontes acarreta e coloca em discurso, e como ela está relacionada a certo ideal de subjetividade feminina.

Ao longo da análise, identifiquei que a vítima de feminicídio é exaltada ao se alinhar à figura de uma mulher que salva a si mesma, depositando a confiança e seguindo todos os desígnios apontados pelo aparato jurídico-policial. A vítima que não o faz é situada simbolicamente como fraca, faltante.

Assim, no contexto apreciado, a mulher honesta, que receberá elogios e proteção, é a corajosa, ou seja, aquela que consegue, nas palavras dos telejornais, “vencer o medo” – o que, nesta formação discursiva, significa buscar ajuda da autoridade jurídico-policial. Em outras palavras: ela é avaliada como merecedora da defesa da lei e da sociedade, por ter seguido o itinerário da salvação a ela ensinado. Já aquela que não denunciou seu agressor ou que voltou atrás na denúncia é desprezada e responsabilizada pela violência sofrida.

Considero que a insistência no ato da denúncia é a fronteira colocada entre a mulher boa e a mulher má, pelo discurso analisado. Por mais que sejam eventualmente bem-intencionados, são enunciados que propiciam a circulação da misoginia, no sentido de separação entre mulheres e conformação de corpos femininos, em que algumas são elogiadas como “corajosas”, “fortes”, “empoderadas”, enquanto outras são etiquetadas como “coniventes”, “medrosas”, “fracas”, “que atrapalham a polícia” e culpadas pela agressão sofrida.

Conforme observei, o discurso de muitas das fontes consultadas pelas reportagens e, também, de muitos dos jornalistas, constrói como verdades alguns elementos questionáveis. Primeiro, uma concepção equivocada sobre o próprio modo de funcionamento da violência contra a mulher, que não entende que a dificuldade de sair de uma relação violenta é inerente ao próprio processo, portanto justamente um dos

pontos mais importantes da atuação do Estado. O mal-entendido em relação a este ponto está intimamente ligado a um outro engano presente nestas narrativas: uma falsa imagem sobre o próprio sistema penal, sua efetividade e escopo de atuação.

Essa parece ser uma concepção compartilhada tanto por muitos dos profissionais da área jurídico-policiaI quanto pelos jornalistas. Portanto, mais do que uma falta de diversidade na escolha de fontes, a questão é que a visão que emerge desses especialistas é apresentada como verdade e, mesmo quando o profissional em questão não compactua com este enunciado sobre sua própria área, não é incomum que o jornalista intervenha, incitando a colocação em discurso dessa narrativa. Isso demonstra que essa visão dos fatos ganhou, em grande medida, estatuto naturalizado.

Trata-se da crença no sistema penal como resolução única e suprema de problemas sociais. Como discuti, a partir das reflexões de Andrade (2007), o sistema penal é imperfeito, pune e protege desigualmente, não tendo o cunho de funcionar como tábua de salvação. As mulheres não têm acesso a ele do mesmo modo e, ainda que tivessem, este é apenas um elemento de um processo de enfrentamento à violência que é longo e complexo. Logo, centrar a avaliação do comportamento da mulher em sua atitude perante o sistema jurídico-policiaI é ineficiente, simplificador e até mesmo enganoso. Trata-se de uma perspectiva de prevenção de crime que se baseia em uma culpabilização da vítima, apagando a necessidade de mudança social e de criação de políticas públicas, assumindo que o suporte a essas mulheres está plenamente disponível.

Embora partam de princípios questionáveis, isso não impede que os repórteres se posicionem como autoridades capazes de identificar erros na conduta das mulheres, repreendê-las, e também indicar o melhor caminho a se seguir. Apesar de ser a mulher colocada como protagonista neste ato, a solução para seus problemas envolve algo fora dela, algo que estava faltante. Este *algo*, costumeiramente chamado de “coragem” nas reportagens, aparece como mágica no momento em que a mulher decide depositar a confiança no aparelho jurídico-policiaI.

O ato de bravura, portanto, está relacionado a uma transformação que ocorre a partir de um ato de entrega a uma autoridade. Nesse sentido, trouxemos contribuições de Foucault (2006) sobre a modalidade pastoral de poder: técnicas voltadas para os indivíduos e destinadas a regê-los de maneira contínua e permanente, entre as quais se destaca a confissão e o exame de si. Discuti como a confissão é, também, um exercício de poder, um ato verbal através qual o sujeito coloca si mesmo em uma relação de



dependência em relação a outro e modifica sua relação consigo mesmo (FOUCAULT, 2014).

As enunciações do objeto analisado vão ao encontro dessas observações sobre o modo de funcionamento do poder pastoral, na medida em que se defende que a vítima não deve apenas buscar auxílio, mas sobretudo se colocar totalmente à disposição das autoridades e seguir à risca tudo o que lhe é aconselhado, ou não conseguirá a redenção. Em outras palavras: a salvação aparece vinculada à submissão por meio da fala e a uma obediência total à autoridade. Em algumas enunciações, é colocado, inclusive, que não basta um ato de fala apenas: é preciso manter-se em uma relação de subordinação com esse dirigente, seguindo novas ordenações que surgirem. E a mulher será exaltada apenas conforme se subordine a essas recomendações.

Percebe-se, então, que o processo está intimamente relacionado à subjetividade da mulher: de “fraca” e “conivente” com a violência, ela deve passar a “corajosa”, reconhecendo seus “erros” e aprendendo a confiar na autoridade devida, que a salvará. Enxergo, seguindo a trilha de Fischer (1997), a mídia como dispositivo pedagógico de subjetividades, que incita os indivíduos a um discurso sobre si mesmos, à revelação constante de si e ao aprendizado sobre modos de ser e estar no mundo, por meio da prática cotidiana de consumir produtos televisivos, que organizam ideais a serem atingidos pelos sujeitos. Com efeito, na presente análise, constatei que os jornalistas se empenham em um discurso pedagógico que, em última medida, colabora para produzir determinadas subjetividades femininas consideradas ideais, no que diz respeito ao modo de comportamento reputado como correto por parte de vítimas de violência de gênero.

Vale lembrar que, como também discutido no capítulo 4, a separação de vítimas entre legítimas ou não-legítimas não é manifestação exclusiva da mídia, mas sim fenômeno comum a diversas culturas que, visando a defesa e integração social, promovem uma divisão entre os medos que receberão mais preocupação coletiva e aqueles que serão atribuídos exclusivamente à responsabilidade do sofredor. Refleti, ainda, sobre os impactos da ideologia neoliberal e suas noções de responsabilidade individual neste cenário (STRINGER, 2014; BERNS, 2014). Soma-se à questão o viés de gênero, segundo o qual acredita-se que as mulheres “bem-comportadas” conseguiriam evitar agressões e, por isso, seriam responsáveis pela própria segurança quanto à violência de gênero (BOYLE, 2004; MEYERS, 1996).

Na presente análise, merece atenção a noção de que a mulher que se comporta bem pode prevenir a violência e, caso não consiga, será uma vítima legítima. Esta ideia

se mostrou amplamente presente na amostra examinada e pode ser entendida como uma manifestação da misoginia. Argumentamos que o ódio à mulher é justamente aquilo que influi fortemente nas regras sobre a vitimização adequada, promovendo um trabalho de *gatekeeping*<sup>190</sup>, ao determinar quem está de cada lado da fronteira.

Esse modo de operação pela divisão, para Manne (2018), é a função primária e manifestação constitutiva da misoginia: punir as “más” mulheres e policiar o comportamento feminino. Assim, como vimos, o sistema de condenação/punição funciona conjuntamente com um sistema de exoneração/recompensa: enquanto persegue as desviantes, reforça a conformidade de gênero para as demais.

Portanto, uma preocupação com a hostilidade e a violência brutal contra mulheres deve andar lado a lado com um olhar para como são estabelecidas as regras sociais para valorização seletiva das mulheres de acordo com padrões de comportamento esperados e reputados como ideais. Em outras palavras: a agressão assassina e o elogio pela “virtude” ou pelo “bom comportamento” (que está de acordo com a ideologia patriarcal) são duas faces da mesma moeda.

Assim, ao falar sobre feminicídio, acabou sendo necessário, no percurso da tese, direcionar a preocupação, também, ao modo como são representadas as vítimas, mesmo quando pareça elogioso, em um primeiro momento. Por que essas vítimas estão sendo exaltadas e não outras? Que comportamentos dessas mulheres foram considerados ideais e o que isso indica sobre as regras que se colocam à subjetividade feminina? E, mais importante: enquanto um tipo de vítima é elogiado, o que é feito das outras?

Como mencionado anteriormente, é importante notar que, no contexto brasileiro, houve uma operação da misoginia exatamente no sentido de separação entre “boas” e “más”, de modo a conceder a ilusão de que as “virtuosas” estariam protegidas e justificar a agressão contra as “depravadas”. Trata-se da figura da “mulher honesta”, expressão empregada historicamente na legislação brasileira, desde as Ordenações Filipinas até 2009, para restringir a penalidade pelos crimes de violência sexual apenas aos atos cometidos contra certos tipos de mulheres (as “não honestas”), categorizadas de acordo com seu comportamento sexual.

Baseada nesta observação, discuti, então, que o ideal de “honestidade” feminina se consolidou, ao longo do tempo, como uma poderosa ferramenta, com pelo menos três grandes funcionalidades, que continuam valendo nos dias atuais: separar, culpabilizar e

---

<sup>190</sup> Utilizo a palavra para me referir ao trabalho simbólico de se controlar o acesso a algo, uma categoria ou status, avaliando quem pode estar “dentro” e quem deve ficar “fora”.

disciplinar. O ato de separar diz respeito à mencionada divisão entre mulheres consideradas “boas” e outras vistas como “más”. A partir daí, justifica-se, de acordo com a moralidade tradicionalista, o segundo movimento, que consiste em culpar a “má” vítima pela violência sofrida. Com a divisão e a punição, também se fomenta uma lógica disciplinadora de corpos e sujeitadora, tanto no sentido de submissão, quanto no de criação de subjetividades. As mulheres são ensinadas que devem regular sua conduta (e das outras também, sempre que possível) com atenção e desvelo.

O que distingue especialmente a amostra aqui examinada é que a “boa mulher” não é mais definida meramente pelo comportamento sexual. As exigências são outras, ainda muito regidas por ideais tradicionalistas de vitimização e de feminilidade – a bela jovem alegre –, mas também em noções de nosso tempo, atravessado por concepções neoliberais como a de responsabilidade individual. Considerei que, hoje, nos discursos examinados, a “mulher honesta” teria sido substituída pela “mulher-coragem”.

A “mulher-coragem” não é como as outras: diferente da “fraca”, da “medrosa”, da “conivente”, ela não é considerada culpada pela violência, porque agiu da forma vista como correta. Embora sobreviver à violência contra a mulher seja visto como um mérito dessa vítima, dado por sua coragem, pode-se refletir que, em realidade, muitos enunciados examinados não incentivam exatamente a autonomia feminina e o fornecimento de bases sólidas para seu desenvolvimento, mas sim enxergam a fortaleza como algo que *brotava magicamente*, e incentivam que as mulheres depositem sua confiança inteiramente no aparelho jurídico-policial.

Não se procura realmente entender os motivos pelos quais muitas mulheres não fazem a denúncia e não buscam ajuda, considera-se que a mera visibilidade para a questão já é trabalho de utilidade pública suficiente. Observo, porém, que se vendem falsas soluções, as quais não têm a capacidade de resolver os problemas narrados, e ainda colaboram para estigmatizar muitas vítimas.

Indicar esse desencontro entre recomendações apontadas pelos telejornais e o caminho para a luta contra o feminicídio na prática não significa que se nutra alguma crença em uma suposta obrigação do jornalismo para “salvar o mundo”. Sabemos que essa é uma tarefa que não cabe à área – e, aliás, seria um fardo muito grande a ser colocado sobre qualquer campo de conhecimento. Contudo, é interessante notar que os próprios repórteres hiperdimensionam os efeitos benéficos de seus enunciados como dotados de uma habilidade para combater o feminicídio, muito embora estas falas apresentem, como venho discutindo, inúmeros pontos cegos e consequências problemáticas. Igualmente não

se trata de exigir perfeição ou correção absoluta, mas meramente de compreender que enunciados são emitidos e investigar por que aparecem estes e não outros e a quais relações de poder estariam interligados.

Identifico, então, que, mais do que não informar sobre feminicídio de maneira que, de fato, possa colaborar para o enfrentamento do problema, o que esses enunciados fazem, em muitos casos, é colaborar para a circulação de uma cadeia comunicativa de misoginia – independentemente da boa intenção daquelas ou daqueles que falam em cada momento. Como vimos, consideramos que o ódio à mulher não é atitude isolada, exclusiva de homens abertamente violentos, mas sim um atributo das sociedades patriarcais, que tem como objetivo garantir a manutenção da ordem tal como se encontra – e o faz justamente por meio da divisão entre mulheres e punição daquelas que não atingem os padrões desejados.

Assim sendo, o problema verificado no discurso analisado não é meramente que se mobilizem emoções exageradas, exibam imagens de dor e sofrimento, dê espaço a agressores, “homenageiem” vítimas ideais por sua coragem e incentivem mulheres a prestarem queixa na delegacia como solução mágica. O foco de preocupação é, na verdade, que esses elementos operam juntos no sentido de ensinar às mulheres que elas seriam responsáveis pela própria segurança e culpadas pelo fracasso nesse projeto – empreendimento que, na verdade, elas não podem vencer. Promete-se segurança garantida em um mundo onde não existe garantia da mesma sem uma constante batalha. Isso ocorre porque as reportagens precisam terminar ao menos com uma aspiração a um final feliz, uma vez que (ao contrário da história que o jornalismo tradicionalmente acostumou-se a contar sobre si mesmo) o conteúdo informativo apresenta muito mais proximidade com as narrativas melodramáticas do que se gostaria de admitir.

Outra inquietação expressa neste trabalho é que a exaltação da “mulher-coragem”, a despeito de parecer ingênua ou benévola, ocorre – como é de praxe em sistemas de gratificação e punição – às custas das outras, vistas como fracas, faltantes, erradas. À “mulher fraca”, desprezo; à nova mulher honrada, a (falsa) promessa de proteção. Assim o ódio à mulher continua circulando, personagem sem rosto, sem forma, porém impiedoso e intolerante em seus efeitos.

Com esta tese, portanto, espero contribuir para um debate sobre modos mais efetivos e, também, mais *humanos* de falar de feminicídios. A palavra “humano”, aqui, não diz respeito a uma idealização da suposta bondade dos seres, mas sim a um incansável reforço da humanidade das vítimas de violência de gênero. Que elas não precisem ser

“lindas”, “jovens” e “sorridentes” para despertar compaixão. Que não se exija delas uma atitude perfeita, um esforço sobre-humano, uma coragem mágica. Que suas mortes violentas sejam vistas por outras lentes que não as da idealização ou da culpabilização. Que elas possam ser apenas humanas.

A partir desse trabalho, também gostaria de propor uma discussão sobre o significado de resistência e coragem. Ao iniciar a análise, não imaginei que seria levada por este caminho, mas foi o que acabou ocorrendo. Examinar o discurso telejornalístico sobre feminicídio me levou a refletir sobre o que é, afinal, ser uma mulher que enfrenta a violência de gênero. São intrépidas e admiráveis apenas aquelas que obtêm sucesso na sua trajetória ou que realizaram feitos de impressionante fortaleza? O que dizer das que duvidam, desistem, voltam atrás, se perdem, não sabem o que fazer, ou até sabem, mas não fazem aquilo que é esperado? Elas não são fortes? Elas não resistem? Acredito que, por toda a reflexão que empreendi ao longo dos capítulos, minha posição sobre o assunto já se tornou evidente. O mero fato de que uma mulher viva uma realidade em que seu direito à vida e à integridade física e psicológica são violados, devido a desigualdades e violência de gênero de uma sociedade que odeia mulheres, já configura, por si só, resistência, ato de bravura suficiente, a ser visto e reconhecido.

A reflexão a partir da tese me levou, então, a propor que recordemos que a vitimização não nega a existência de uma força, e que aprendamos a apreciar a resistência silenciosa, mesmo que ela não venha da forma que esperamos. Lembremos que Isaac Newton (1643-1727) já postulou como uma das leis de física o princípio da ação e reação, segundo o qual a toda ação corresponde uma reação em sentido contrário e de igual valor. Deste modo, podemos dizer que a força que o martelo faz no prego é a mesma que o mínimo objeto metálico retorna ao instrumento que o atinge com violência. A ideia também se encontra, ainda que de maneira diferente, no campo da filosofia, por meio da famosa máxima de Foucault (1999): onde há poder, há resistência.

Falar sobre a resistência daquele ou daquela que é tão violentamente oprimido pode, ainda assim, soar ingênuo ou fora de lugar. Nesse sentido, recordo-me de uma aula ministrada por mim na graduação em Comunicação Social da ECO-UFRJ no segundo semestre de 2022, na qual discutia sobre a concepção de poder foucaultiana e buscava provocar uma reflexão sobre a noção de que a resistência é constitutiva do poder, segundo o pensamento de Foucault. Questionadores, como devem ser, os alunos e alunas demonstraram, inicialmente, estranhamento com essa ideia. Uma das alunas indagou: “professora, Foucault era pobre?”. O que se apresentava com essa pergunta intrigante era

justamente a ideia de que é fácil falar sobre possibilidades animadoras quando não se vive na pele uma realidade de violência, escassez e vulnerabilidade. Tentei explicar que este ponto de vista foucaultiano não nega a existência de agressões, crueldades e explorações, e muito menos se configura como vão elogio da capacidade humana de superação. O que discutíamos, em vez disso, era uma tentativa de repensar a forma como enxergamos o poder, olhando até mesmo para suas manifestações mais microscópicas, e entendendo que, por mais que pareça implacável, o poder não seria, de acordo com esse ponto de vista, uma unidade maciça que alguém detém, mas sim um feixe de relações dinâmicas e abertas, entre os quais navegamos do melhor jeito que conseguirmos.

Pensando com Foucault sobre o que observei ao longo desta tese, é interessante direcionar nosso olhar para a resistência das mulheres, mas não uma imagem encantada sobre algum tipo de força individual que brota e, num passe de mágica, resolverá os problemas. Também não se trata de mera resignificação do sofrimento, a ser sempre valorado como algo positivo, sinônimo de fortaleza moral. Proponho, porém, que não esqueçamos de contemplar aquelas que são mortas e depois ainda vasculhadas, criticadas, diminuídas, culpabilizadas, diminuídas. Mulheres comuns, que não eram o que se esperava e não fizeram o que se aconselhava: falar sobre feminicídio é discorrer sobre elas. É apreciar o desafio de se viver em um mundo que odeia mulheres e buscar evitar que aquelas já vitimizadas sejam mortas duas vezes. Talvez essa seja uma de nossas mais promissoras formas de nutrir esperança por dias melhores.

## Referências bibliográficas

ABU-LUGHOD, Lila; LUTZ, Catherine. Emotion, discourse and the politics of everyday life. In: HARDING, Jennifer; PRIBHAM, Deirdre (Orgs.). **Emotions: a cultural studies reader**. New York: Routledge, 2009. p. 100-112.

AHMED, Sara. **The cultural politics of emotion**. Edimburgo: Edinburgh University Press, 2014. p. 42-61.

ALGRANTI, Leila Mezan. **Honradas e Devotas: Mulheres da Colônia - Estudo sobre a condição feminina através dos conventos e recolhimentos do sudeste -1750-1822**. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1992.

AMADO, Jorge. **Bahia de todos os santos: guia das ruas e dos mistérios da cidade do Salvador**. São Paulo: Martins, 1970.

AMARAL, Márcia Franz. Sensacionalismo, um conceito errante. **Intexto**, v. 2, n. 13, julho/dezembro, p. 1-13, 2005.

AMÉRY, Jean. **Além do crime e castigo: tentativas de superação**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

AMNISTÍA INTERNACIONAL. **Muertes Intolerables, Diez Años de Desapariciones de Asesinatos de Mujeres en Ciudad Juárez y Chihuahua**. 11/08/2003. Disponível em: <https://www.amnesty.org/es/wp-content/uploads/sites/4/2021/06/amr410262003es.pdf>

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. A Soberania Patriarcal: o Sistema de Justiça Criminal no Tratamento da Violência Sexual Contra a Mulher. **DIREITO PÚBLICO**, n. 17, 2007.

ANJOS, Júlia dos. **Megeras (in)domadas: discurso de ódio antifeminista nas redes sociais**. Rio de Janeiro, 2019. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Marcia (Orgs.). **Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2001, pp. 15-36.

ARISTÓTELES. **Política**. Lisboa: Vega, 1998.

AS TRÊS mortes de Marisela Escobedo. Direção: Carlos Pérez Osorio. México: 2020. Netflix.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1997.

BALZAC, Honoré de. **La Physiologie du mariage ou Méditations de philosophie éclectique sur le bonheur et le malheur conjugal**. Paris, Alexandre Houssiaux, Éditeur, 1855.

BARBOSA, Marialva; RIBEIRO, Ana Paula G.. **Telejornalismo na Globo: vestígios, narrativas e temporalidades**. In: BRITTOS, V.; BOLAÑO, C. (Orgs.). **TV Globo: 40 anos de poder e hegemonia**. São Paulo: Paulus, 2005. p. 205-224.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BERNS, Nancy. **Framing the victim: domestic violence, media, and social problems**. New York: Routledge, 2004

BESSE, K. Susan. Crimes passionais: a campanha contra os assassinatos de mulheres no Brasil: 1910-1940. **Revista Brasileira de História**, v. 9, n. 18, p. 181-197, 1989.

BEZERRA, Poliana Nara De Oliveira. **O testemunho midiático e os crimes de feminicídios**. Mossoró, 2020. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais e Humanas) – Universidade do Estado do Rio Grande Do Norte, Mossoró, 2020.

BINIK, Oriana. **The fascination with violence in contemporary society: when crime is sublime**. New York: Palgrave Macmillan, 2017

BLAY, Eva Alterman. **Assassinato de Mulheres e Direitos Humanos**. São Paulo: USP: Ed. 34, 2008.

BLOCH, Howard R.. **Medieval misogyny and the invention of Western romantic love**. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

BOLTANSKI, Luc. **Distant Suffering: morality, media and politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

BOYLE, Karen. **Media and Violence: Gendering the Debates**. London: Sage, 2004.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

BRASIL, **Lei n. 13.104, de 9 de março de 2015**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 10 mar. 2015. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2015/lei-13104-9-marco-2015-780225-publicacaooriginal-146279-pl.html>>. Acesso em: 24/06/2021.

BRITES, Jurema; FONSECA, Claudia. As metamorfoses de um movimento social: mães de vítimas da violência no Brasil. **Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. ICS**. v. 48, n. 209 – out./ nov./ dez. 2013. p. 859- 877.

BROOKS, Peter. **The melodramatic imagination: Balzac, Henry James, melodrama and the mode of excess**. New Heaven: Yale University Press, 1995.

BRUDHOLM, Thomas; JOHANSEN, Birgitte Schepelern. Pondering Hatred. In: BRUDHOLM, Thomas; LANG, Johannes (Orgs.). **Emotions and Mass Atrocity: Philosophical and Theoretical Explorations**. London: Cambridge University Press, 2018. Pp. 81-103.

BRUDHOLM, Thomas. Hatred as an attitude. **Philosophical Papers**, v. 39, n. 3, p. 289-313, 2010.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto?**. Tradução Sérgio Tadeu de Niemeyer Limarão e Arnaldo Marques da Cunha; revisão de tradução de Marina Vargas; revisão técnica de Carla Rodrigues. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, Judith. **Vida precária: os poderes do luto e da violência**. Tradução Andreas Lieber; revisão técnica Carla Rodrigues. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

CALDEIRA, Bárbara; LAGE, Igor; AZEVÊDO, José Henrique Pires; AZEVEDO, Rafael José. A violência de gênero nas páginas de dois jornais impressos mineiros. In: LEAL, Bruno Souza; CARVALHO, Carlos Alberto; ANTUNES, Elton (Orgs.). **Um problema cotidiano: jornalismo e violência contra a mulher no Brasil**. Belo Horizonte: PPGCOM/UFMG, 2020, p. 65-80.



CALMON, Pedro. **A bala de ouro**: história de um crime romântico. Salvador: Assembleia Legislativa do Estado da Bahia: Academia de Letras da Bahia, 1998.

CAPRIGLIONE, Laura. Doca Street afirma que merece ser condenado. **Folha de S. Paulo**, 01/09/2006. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0109200607.htm>

CAPUTI, Jane; RUSSELL, Diana. Femicide: sexist terrorist against women. In: RADFORD, Jill; RUSSELL, Diana (orgs.). **Femicide**: the politics of woman killing. New York: Twayne Publishers, 1992. p. 13-21.

CARMONA, Adriana; Gómez, Alma; Castro, Lucha. Femicide in Latin America and the Movement for Women's Human Rights. In: FREGOSO, Rosa-Linda; BEJARANO, Cynthia (Orgs.). **Terrorizing women**: Femicide in the Americas. Durham: Duke University Press, 2010. p. 157-178

CARCEDO, Ana; SARGOT, Montserrat. **Femicidio en Costa Rica 1990-1999**. San José: Organización Panamericana de la Salud, 2000.

CASTELLI, Elizabeth. Virginity and its meaning for women's sexuality in early christianity. **Journal of Feminist Studies in Religion**, v. 2, n. 1, p. 61-88, 1986.

CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra**: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940). Campinas: Editora da Unicamp, 2000.

CHAKRABORTI, Neil; GARLAND, Jon. **Hate crime**: impact, causes and responses. Londres: Sage, 2009.

CHAUVAUD, Frédéric; GAUSSOT, Ludovic (Orgs.). **La haine**: histoire et actualité. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2008.

CHAUVAUD, Frédéric. **Histoire de la haine**: une passion funeste 1830-1930. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2014. 185

CINDERELA. Direção: Kay Cannon. Produção: James Corden, Leo Pearlman, Jonathan Kadin e Shannon McIntosh. Estados Unidos: Amazon Studios, 2021. Streaming Amazon Prime Video.

CLACK, Beverley. **Misogyny in the Western Philosophical Tradition**. London: Palgrave Macmillan, 1999.

COELHO, Maria Claudia; REZENDE, Claudia Barcellos. **Antropologia das emoções**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

CONNEL Sophia. **Aristotle on female animals**: a study of the generation of animals. New York: Cambridge University Press, 2016.

CORTÊS, Iáris Ramalho. A trilha legislativa da mulher. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). **Nova História das mulheres no Brasil**. São Paulo : Contexto, 2013. p. 260 – 285.

COUTINHO, Iluska; MATA, Jhonathan . A. P... Sentidos e sujeitos em cena na notícia em TV: a incorporação da análise do discurso nos estudos de telejornalismo. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 07, p. 136-149, 2010.

COUTO, Domingos Loreto. **Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco**. Rio de Janeiro: Officina Typographica da Bibliotheca Nacional, 1904.

- DAVIS, Angela. **Women, race and class**. New York: Vintage Books, 1983.
- DELAVI, Marluci. **Repertórios sobre crimes de feminicídio no jornal Folha de S. Paulo**. 2019. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.
- DELPLA, Isabelle. Violência sem paixão? In: NOVAES, Adauto (Org.). **Mutações: fontes passionais da violência**. São Paulo: Edições Sesc, 2015.
- DINES, Alberto. Sensacionalismo na imprensa. **Revista Comunicações e Artes**, São Paulo, ECA/USP, n. 4, p. 55-65, 1971.
- DORNELAS, Raquel. **Dos crimes sexuais aos crimes patriarcais: narrativas de violência contra a mulher no Jornal do Brasil e no Estado de S. Paulo – 1910 a 2010**. 2021. 205 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021
- DOUGLAS, Mary; WILDAVSKY, Aaron. **Risk and Culture: An Essay on the Selection of Technological and Environmental Dangers**. Berkeley: University of California Press, 1983.
- DOUGLAS, Mary. **Risk and Blame: Essays in Cultural Theory**. London: Routledge, 1994.
- DOWNLING, Colette. **Complexo de Cinderela**. São Paulo: Melhoramentos, 2022.
- EAGLETON, Terry. **Sweet violence: The Idea of the Tragic**. Oxford: Blackwell Publishers, 2003.
- EISENSTEIN, Hester. Hegemonic feminism, neoliberalism and womenomics: 'empowerment' instead of liberation?. **New Formations**, v. 91, p. 35-49, 2017.
- FANTINI, Bernardino; MORUNO, Dolores Martín; MOSCOSO, Javier. **On Resentment: Past and Present**. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing, 2013.
- FEDERICI, Silvia. **Witches, Witch-Hunting, and Women**. Oakland: PM Press, 2018.
- FISCHER, Rosa Maria Bueno. Mídia e educação da mulher: uma discussão teórica sobre modos de enunciar o feminino na TV. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 2, p. 586-599, 2001.
- FISCHER, Rosa Maria Bueno. O dispositivo pedagógico da mídia: modos de educar na (e pela) TV. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.28, n.1, p. 151-162, jan./jun. 2002.
- FISCHER, Rosa Maria Bueno. O estatuto pedagógico da mídia: questões de análise. **Educação e realidade**, v. 22, n. 2, p. 59-80, 1997.
- FOUCAULT, Michel. **Wrong-doing, truth-telling: the function of avowal in justice**. Chicago: The University of Chicago Press, 2014.
- FOUCAULT, Michel. **Security, Territory, Population: Lectures at the Collège de France, 1977–78**. New York: Palgrave Macmillan, 2009.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- FOUCAULT, Michel. **Coleção Ditos e Escritos IV. Estratégia, Poder-Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**. Vol. 1: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul (Orgs.). **Michel Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 230-249.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1979.

FREGOSO, Rosa-Linda; BEJARANO, Cynthia (Orgs.). **Terrorizing women: Femicide in the Americas**. Durham: Duke University Press, 2010.

FREGOSO, Rosa-Linda; BEJARANO, Cynthia. Introduction: A Cartography of Femicide in the Americas. In: FREGOSO, Rosa-Linda; BEJARANO, Cynthia (Orgs.). **Terrorizing women: Femicide in the Americas**. Durham: Duke University Press, 2010. p. 1 – 42.

FREIRE FILHO, João; ANJOS, Júlia dos; LOPES, Amanda Rezende. A ocultação do ódio: mídia, misoginia e medicalização. In: HELLER, Barbara; CAL, Danila; ROSA, Ana Paula da (Orgs.). **Midiatização, (In)tolerância e Reconhecimento**. Salvador: EDUFBA, 2020. p. 61-81.

FREIRE FILHO, João. Correntes da felicidade: emoções, gênero e poder. **Matrizes**, v. 11, n. 1, p. 61-81, jan./abr. 2017.

FREIRE FILHO, João. Comunicação, emoções e moralidade: a Internet como arquivo e tribunal da cólera cotidiana. In: **Encontro Anual da ANPOCS**, 38, 2014, Caxambu. Anais..., 2014.

FREIRE FILHO, João. O poder em si mesmo: jornalismo de autoajuda e a construção da autoestima. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, v. 18, n. 3, p. 717-745, set./dez. 2011.

FREITAS, Rita de Cássia. Famílias e violência: reflexões sobre as Mães de Acari. **Psicologia USP**. v. 13, n. 2. Jul. 2002, p. 69-103.

FREVERT, Ute. **Emotions in History: lost and found**. Budapest: Central European University Press, 2011.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. São Paulo: Global, 2003.

FRYE, Northrop. **The secular scripture and other writings on critical theory, 1976–1991**. Toronto: Victoria University, 2006.

GELBER, Jessica. Females in Aristotle's Embryology. In: FALCON, Andrea; LEFEBVRE, David. **Aristotle's Generation of Animals: a critical guide**. Cambridge: Cambridge University Press, 2018. p. 171-187.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afrolatinoamericano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GUTMANN, Juliana. Entre tecnicidades e ritualidades: formas contemporâneas de performatização da notícia na televisão. **Galáxia**, São Paulo, n. 28, p. 108-120, 2014.

HALIMI, Gisèle. **Variations on common themes**. In: MARKS, Elaine; COURTIVRON, Isabelle (Orgs.). **New french feminisms: an anthology**. New York: Schocken Books, 1981. p. 212-230.

HEMMINGS, Clare. Contando estórias feministas. **Estudos Feministas**, v. 17, n. 1, p.215-241, 2009.

HESÍODO. **Trabalhos e dias**. Trad. Alessandro Rolim de Moura. Curitiba: Segesta, 2012.

HILL COLLINS, Patricia. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 99-127, 2016.

HOLLAND, Jack. **A Brief History of Misogyny: The world's oldest prejudice**. London: Robinson, 2006.

HOOKS, bell. **Feminism is for everybody: passionate politics**. Cambridge: South End Press, 2000.

JERVIS, John. **Sensational subjects: the dramatization of experience in the modern world**. Londres: Bloomsbury Publishing, 2015.

JERVIS, John. **Sympathetic sentiments: affect, emotion and spectacle in the modern world**. Londres: Bloomsbury Publishing, 2015.

JULLIER, Laurent; MARIE, Michel. **Lendo as imagens do cinema**. São Paulo: Editora Senac, 2009.

KING, Mae. The politics of sexual stereotypes. **Black Scholar**, n. 4, p. 12-23, 1973.

KNIBIEHLER, Yvonne. Cuerpos e corazones. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **Historia de las mujeres: el siglo XIX**. Madrid: Taurus, 2018.

KOLNAI, Aurel. An Essay on hatred (1935). In: MCALLER, Graham (Org.). **Politics, Values, and National Socialism**. London: Transaction publishers, 2013. p. 139-174.

KOLNAI, Aurel. The standard modes of aversion: fear, disgust and hatred. **Mind**, v. 107, n. 427, p. 581-596, 1998.

KRAMER, Heinrich; SPRENGER, James. **O Martelo das Feiticeiras**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2016.

LABBÉ, Thomas. Réflexions sur les politiques compassionnelles en temps de catastrophes au regard de l'histoire. **Diplomatie**, n. 92, p. 87-91, 2018.

LAGARDE, Marcela. Feminist Keys for Understanding Femicide: theoretical, political and legal construction. In: FREGOSO, Rosa-Linda; BEJARANO, Cynthia (Orgs.). **Terrorizing women: Femicide in the Americas**. Durham: Duke University Press, 2010.

LAGARDE, Marcela. Por la vida y la libertad de las mujeres: Fin al feminicidio/ Día V, Juárez. **Apuntes para la Agenda legislativa del PRD 2004**. Mesa Directiva del GPPRD. Grupo Parlamentario del PRD. Cámara de Diputados, Congreso de la Unión LIX Legislatura. México. 2004, p. 93-108.

LAGE, Lana; NADER, Maria Beatriz. Violência contra a mulher: da legitimação à condenação social. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). **Nova História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 286 – 312.

- LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado**: história da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix, 2019.
- LINS E SILVA, Evandro. **A defesa tem a palavra**: o caso Doca Street e algumas lembranças. Rio de Janeiro: Booklink, 2011.
- LORDE, Audre. **Sister outsider**: essays and speeches. Berkeley: Crossing Press, 1984.
- MAASS, Leticia Rosaura da Silva. **Do silêncio à denúncia**: um gesto de leitura dos discursos sobre feminicídio. 2020. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2020.
- MACEDO, Joaquim Manuel de, 1820-1822. **Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.
- MANNE, Kate. **Down girl**: the logic of misogyny. Nova Iorque: Oxford University Press, 2018.
- MARIANO, Isabella Silva de Freitas. **Jornalismo, narrativas e discursos**: um estudo sobre feminicídio no jornal A Gazeta. 2019. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Territorialidades) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.
- MATHEUS, Leticia Cantarela. **Elos, temporalidades e narrativas**: a experiência contemporânea do medo no jornalismo de O Globo. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.
- MCMAHON, Darrin M.. The Pursuit of Happiness in History. In: EID, Michael; LARSEN, Randy J.. **The Science of Subjective Well-Being**. New York: The Guildford Press, 2008. p. 80-93.
- MELLO, Adriana Ramos de. **Feminicídio**: Uma análise sociojurídica da violência contra a mulher no Brasil. Rio de Janeiro: LMJ Mundo Jurídico, 2017.
- MENDES, Soraia. **Feminicídio de Estado**: a misoginia bolsonarista e as mortes de mulheres por covid-19. São Paulo: Blimunda, 2021.
- MENDES, Soraia da Rosa. **Criminologia feminista**: novos paradigmas. São Paulo: Saraiva, 2017.
- MEYERS, Marian. **News coverage of violence against women**: engendering blame. London: Sage Publications, 1996.
- MILLER, William. **The anatomy of disgust**. Cambridge: Harvard University Press, 1997.
- MONÁRREZ FRAGOSO, Julia. Feminicidio sexual serial en Ciudad Juárez: 1993-2001. **Debate Feminista**, v. 25, pp. 279-305, abr. 2002.
- MONÁRREZ FRAGOSO, Julia. **Trama de una injusticia**: feminicídio sexual sistémico en Ciudad Juárez. Tijuana: El Colegio de la Frontera Norte, 2009.
- MORUNO, Dolores Martín. On Resentment: Past and Present of an Emotion. In: FANTINI, Bernardino; MORUNO, Dolores Martín; MOSCOSO, Javier. **On Resentment**: Past and Present. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing, 2013. p. 1-16.

NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da Moral: uma polêmica**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

NUNES, Sílvia Alexim. **O corpo do diabo entre a cruz e a caldeirinha: um estudo sobre a mulher, o masoquismo e a feminilidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

NUSSBAUM, Martha. **Hiding from humanity: disgust, shame and the law**. Princeton: Princeton University Press, 2004.

OLIVEIRA, Clara. F. S.. De “razões de gênero” a “razões de condição do sexo feminino”: disputas de sentido no processo de criação da Lei do Femicídio no Brasil. In: XI Seminário Internacional Fazendo Gênero, 2018, Florianópolis. **Anais do XI Seminário Internacional Fazendo Gênero**. Florianópolis: UFSC, 2018. v. 1. p. 1-12.

PAULA, A. G. **Pensar a democracia: o Movimento Feminino pela Anistia e as M.es da Praça de Maio (1977-1985)**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

PAVANELLO, Alice Bianchini; SILVA, Sandra Rúbia. “Lutar não é loucura”: a ação do grupo Mães Kiss em busca de memória e justiça no caso da tragédia. **Mediação**, Belo Horizonte, v. 22, n.29, jul./dez. 2019

PÁVEZ, Maurício Onetto. Reflexiones em torno a la construcción de esferas de control y sensibilidades: Las casas de regogidas, siglos XVI-XVIII. **Estudios Humanísticos - Historia**, n. 8, p. 177-204, 2009

PAZ, Pedro Henrique Gomes da. “**Hoje, se espremer o espelho, sai sangue**”: etnografia da produção de notícias de feminicídio para o telejornal JPB 1º edição (PB). 2018. Dissertação (Mestrado Profissional em Jornalismo) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.

PERÓN, Eva. **La razón de mi vida**. Buenos Aires: Ediciones Peuser, 1951.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: Editora USC, 2005.

PERRY, Barbara. **In the name of hate: understanding hate crimes**. Nova Iorque: Routledge, 2001.

PETRUCCI, Gabriela. “**Vou só com passagem de ida**”: enquadramento e aspectos políticos da violência contra a mulher na cobertura do caso Eliza Samúdio no portal Uol. 2019. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

RADFORD, Jill. Introduction. In: RADFORD, Jill; RUSSELL, Diana (orgs.). **Femicide: the politics of woman killing**. New York: Twayne Publishers, 1992. p. 3-12.

RANKE-HEINEMANN, Uta. **Eunucos pelo reino de Deus**. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1996.

RECUBER, Timothy. Disaster pron!. **Contexts**, v. 12, n. 2, p. 28-33, 2012.

RIBEIRO, Ana Paula G.; SACRAMENTO, Igor. O repórter e a reportagem na TV: a cobertura do atentado contra o Charlie Hebdo. **Significação-Revista de Cultura Audiovisual**, v. 46, p. 59-77, 2019.

- ROSALDO, Michelle. Toward an anthropology of self and feeling. In: SHWEDER, Richard; LEVINE, Richard (Orgs.). **Culture theory: essays on mind, self, and emotion**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984. p. 84-99.
- ROSE, Diana. Análise de imagens em movimento. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2008. pp. 343-364.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Confissões**. Lisboa: Portugália Editora, 1964.
- RUSSELL, Diana. Definición de feminicídio y conceptos relacionados. In: RUSSELL, Diana; HARMES, Roberta. **Feminicídio: una perspectiva global**. México: UNAM. Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades, 2006. p. 73-96.
- SAAD, Maria Amelia Pedro. **A trama das mulheres invisíveis: análise da abordagem de feminicídio íntimo no jornalismo popular**. 2018. Dissertação (Mestrado em Saúde da Criança e da Mulher) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2018.
- SANTOS, Cleide das Graças Veloso dos. **O uso do termo feminicídio no jornal Folha de S. Paulo**. 2019. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Sociedade) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2019.
- SEGATO, Rita Laura. Território, soberania e crimes de segundo Estado: a escritura nos corpos das mulheres de Ciudad Juarez. **Revista Estudos Feministas**, v. 13. n. 2, p. 265-285, mai./ago. 2005.
- SEGATO, Rita. **Contra-pedagogías de la crueldad**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Prometeo Libros, 2018.
- SEGATO, Rita. **Las estructuras elementales de la violencia**. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2003.
- SEÑORITA extraviada. Direção: Lourdes Portillo. México: 2001. Vimeo.
- SHAKESPEARE, William. **A tragédia de Otelo, o Mouro de Veneza**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- SHOHAT, Ella; STAM, Robert. **Unthiking eurocentrism: multiculturalism and the media**. New York: Routledge, 2014.
- SMITH, Adam. **Teoria dos Sentimentos Morais**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- SOIHET, Rachel. O corpo feminino como lugar de violência. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 25, 2002.
- STEINTRAGER, James. **Cruel delight: enlightenment culture and the inhuman**. Bloomington: Indiana University Press, 2004.
- STRINGER, Rebecca. **Knowing victims: Feminism, Agency and Victim Politics in Neoliberal Times**. East Sussex: Routledge, 2014.
- TAVARES, Francine. **O amor saudável e a invenção midiática da mulher neoliberal**. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura). Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

TAYLOR, Dianna. Introdução: poder, liberdade e subjetividade. In. TAYLOR, Dianna (Org.). **Michel Foucault: conceitos fundamentais**. Petrópolis: Vozes, 2018.

VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

VIDE, Sebastião Monteiro da. **Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2011.

WALKER, Lenore. **The battered woman**. New York: Harper & Row, 1979.

YALOM, Marilyn. **A história da esposa da virgem Maria a Madonna: o papel da mulher casada dos tempos bíblicos até hoje**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.



## ANEXO I – LISTA DE MATÉRIAS ANALISADAS

‘VIDAS Contadas - Femicídios' traz mensagem de esperança com relato de uma sobrevivente. **Jornal da EPTV 2ª Edição - Campinas/Piracicaba**, 31/05/2019. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7659425/>

14º caso de feminicídio é confirmado no DF. **Bom Dia DF**, 22/05/2019. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7633484/programa/?s=0s>>. Acesso em: 20/10/2021.

A CADA 4 dias uma mulher é vítima de feminicídio no estado de SP, aponta SSP. **TEM Notícias 2ª Edição – Itapetinga/Região**, 27/03/2018. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6614895/programa/?s=0s>>. Acesso em: 20/10/2021.

AGRESSÃO contra transexual em Taguatinga é registrada como tentativa de feminicídio. **DF1**, 11/04/2018. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6653851/>

ALAN Borges depõe sobre feminicídio de ex-mulher e fala que a matou com facadas. **Bom Dia Paraná**, 11/12/2020. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/9092638/?s=0s>

ÂNDERSON Silva: número de feminicídios apresenta queda em 2020. **Jornal do Almoço - Joinville**, 05/02/2020. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8297394/?s=0s>>. Acesso em: 20/10/2021.

ÂNDERSON Silva: recorde de feminicídios em 2019. **Jornal do Almoço - Joinville**, 03/01/2020. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8210428/?s=0s>>. Acesso em: 20/10/2021.

AVÓ e mãe compartilham a dor de viver com o feminicídio. **Meio-Dia Paraná - Noroeste**, 27/11/2019. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8120826/?s=0s>.

BALANÇO da SDS de feminicídios de 2018 aponta queda de 10% nas ocorrências no Sertão de PE. **GRTV 2ª Edição**, 22/01/2019. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7320139/?s=0s>>. Acesso em: 20/10/2021.

BEM Estar fala de feminicídio no dia internacional da Mulher. **Bem Estar**, 08/03/19. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7439532/?s=0s>>. Acesso em: 26/06/2021.

CÂMERA de segurança flagra feminicídio no Paraná. **Boa Noite Paraná – Londrina**, 22/10/2019. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8025575/?s=0s>

CASOS de feminicídio alertam para importância da denúncia. **PITV 2ª Edição**, 13/04/2020. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8479605/?s=0s>

CASOS de feminicídio crescem durante a pandemia da Covid-19. **SP2**, 20/04/2020. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8496210/?s=0s>>. Acesso em: 20/10/2021.

CASOS de feminicídio em MS aumentam 17% em relação a 2017. **MSTV 1ª Edição – Corumbá**, 07/08/2018. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6928087/>

CASOS de feminicídio registram aumento de 150% na Bahia; denúncias de agressão diminuiram. **BATV – Salvador**, 30/06/2020. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8663959/?s=0s>>. Acesso em: 20/10/2021

CIDADE tem dois feminicídios no mesmo dia. **Bom Dia SP**, 19/03/2019. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7466760/?s=0s>>. Acesso em: 20/10/2021.

COLEGIADO de Segurança deve se reunir para debater sobre o aumento de casos de feminicídio. **Bom Dia Santa Catarina**, 10/05/2019. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/7604683/?s=0s>>. Acesso em: 20/10/2021.

COMBATE ao feminicídio. **MSTV 2ª Edição - Campo Grande**, 03/06/2019. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7664786/?s=0s>.

CONFIRA dados sobre feminicídio em 2018 no G1 Centro-Oeste de Minas. **MGTV 1ª Edição – Centro-Oeste**, 18/03/2019. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/7465459/?s=0s>>. Acesso em: 20/10/2021.

CONHEÇA história de 1ª vítima de feminicídio de MS. **MSTV 1ª Edição - Campo Grande**, 28/01/2019. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7649754/?s=0s>

COSTA Rica: Suspeito de feminicídio diz que ficou "aliviado" com morte. **MSTV 1ª Edição - Campo Grande**, 24/06/2019. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7715012/>

CRIMES como feminicídio tiveram redução de 55% no RS. **RBS Notícias**, 09/12/2020. Disponível em: < <https://globoplay.globo.com/v/9088966/?s=0s>>. Acesso em: 20/10/2021.

DEFENSORIA Pública divulga relatório sobre feminicídios no Rio. **RJ2**, 06/03/2020. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8379849/?s=0s>

DELEGADA da Mulher comenta sobre aumento de casos de feminicídios em Goiás. **Bom Dia GO**, 03/09/2018. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6991735/>

DELEGADA fala sobre feminicídio e como agir em caso de violência doméstica. **CETV 2ª Edição**, 17/02/2020. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8358252/?s=0s>

DEMORA no julgamento de casos de feminicídio causa indignação no Tocantins. **JA 2ª Edição – TO**, 08/03/2018. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6563753/?s=0s>

DESEMBARGADORA comenta aumento do número de casos de feminicídio na Bahia. **Jornal da Manhã**, 02/12/2019. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8131759/?s=0s>

DF registra quatro casos de feminicídio em janeiro. **DF1**, 02/02/2019. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/7349430/?s=0s>>. Acesso em: 20/10/2021.

DIA Estadual de Combate ao feminicídio é nesta quarta-feira (22). **Bom Dia Paraná**, 22/07/2020. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8716764/?s=0s>.

DOIS casos de feminicídio são registrado no fim de semana na região de Jundiá. **TEM Notícias 1ª Edição – Sorocaba/Jundiá**, 07/01/2019. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7281431/?s=0s>.

DOS 101 casos de feminicídios em três anos no Piauí, nenhum agressor foi condenado. **Piauí TV**, 12/07/2018. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6868191/?s=0s>>. Acesso em: 20/10/2021.

DOSSIÊ vai ajudar no combate ao feminicídio. **Meio Dia Paraná - Maringá**, 09/04/2019. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/7526472/?s=0s>>. Acesso em: 20/10/2021.

EM MG, 2 mulheres são vítimas de feminicídio por parceiros que não aceitaram rompimento. **Jornal Nacional**, 11/01/2019. Disponível em: < <https://globoplay.globo.com/v/7294207/programa/?s=0s>>. Acesso em: 20/10/2021.

EM TODOS os casos de feminicídio em São Luís, a mulher não procurou a polícia. **JMTV 2ª Edição**, 19/08/2019. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7855754/?s=0s>

ENTERRO de vítima de feminicídio em Milagres é marcado por pedido de justiça. **CETV 1ª Edição – Juazeiro do Norte**, 12/11/2020. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/9018431/?s=0s>

EXCLUSIVO: número de feminicídios cresce durante pandemia do coronavírus no Brasil. **Fantástico**, 31/05/2020. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8593056/?s=0s>. Acesso em: 20/10/2021.

EXCLUSIVO: RPC tem acesso a vídeo com depoimento de vítima de feminicídio. **Meio Dia Paraná – Maringá**, 13/02/2019. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7379054/>

FAMILIARES de vítima de feminicídio pedem justiça. **SE TV 1ª Edição**, 12/11/2020. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/9018468/?s=0s>

FAMÍLIAS e amigos de vítimas de feminicídio protestam por justiça. **Bom Dia Tocantins**, 14/03/2018. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6577500/?s=0s>

FAMÍLIAS reclamam da demora nos julgamentos de feminicídios. **CETV 2ª Edição**, 12/06/2019. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7688765/?s=0s>

FAMÍLIAS sofrem após mulheres serem vítimas de feminicídio no AM. **JAM 2ª edição**, 10/08/2020. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8766387/?s=0s>

FEMINICÍDIO EM SC: 80% do casos [sic] a vítima tinha uma relação com o autor. **Bom dia Santa Catarina**, 23/10/2020. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8975624/?s=0s>. Acesso em: 20/10/2021

FEMINICÍDIO no DF: Polícia Civil revela perfil das vítimas. **DF2**, 28/12/2018. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7263949/>. Acesso em: 20/10/2021.

FEMINICÍDIO: As consequências da desigualdade de gêneros. **PITV 2ª edição**, 08/07/2019. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7749546/?s=0s>

FEMINICÍDIO: mulher morre após ser espancada pelo ex-companheiro. **Bahia Meio Dia – Salvador**, 04/06/2018. Disponível: <https://globoplay.globo.com/v/6784449/?s=0s>

FILHA salva a mãe de tentativa de feminicídio de namorado. **Bom Dia DF**, 01/10/2019. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7964316/programa/?s=0s>

G1 NO BDDF: Caso de mulher trans agredida é julgado como tentativa de feminicídio. **Bom Dia DF**, 09/08/2019. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7830082/?s=0s>

GABRIELA Manssur fala sobre aumento de casos de feminicídio. **Conversa com Bial**, 02/05/2019. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7586972/?s=0s>. Acesso em: 20/10/2021.

GASTOS com aumento no número de feminicídios passam de R\$ 400 mil em SC. **Bom Dia Santa Catarina**, 10/06/2019. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7679886/?s=0s>. Acesso em: 20/10/2021.

INDAIATUBA registra dois feminicídios em menos de 24 horas. **Bom Dia Cidade - Campinas/Piracicaba**, 26/03/2018. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6609394/>>. Acesso em: 20/10/2021.

ISOLAMENTO social aumenta os casos de feminicídio. **Bom Dia Paraná**, 06/05/2020. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/8533937/?s=0s>>. Acesso em: 20/10/2021.

MÃE de jovem vítima de feminicídio em Ponta Grossa presta depoimento. **Bom Dia Paraná**, 21/03/2019. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7473633/?s=0s>

MAIS de 1.200 mulheres foram vítimas de feminicídio no Brasil em 2018. **Jornal Nacional**, 10/09/2019. Disponível em: < <https://globoplay.globo.com/v/7912802/?s=0s>>. Acesso em: 20/10/2021.

MARANHÃO registra 25 casos de feminicídio em 2018. **JMTV 2ª Edição**, 09/08/2018. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6934296/>>. Acesso em: 26/06/2021.

MINISTÉRIO Público do Paraná vai denunciar o marido da advogada morta por feminicídio. **Jornal Hoje**, 06/08/2018. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6925184/>>. Acesso em: 26/06/2021.

MINISTÉRIO Público traça perfil dos crimes de feminicídios registrados em 2018 no estado. **Jornal da EPTV 1ª Edição - São Carlos/Araraquara**, 02/01/2019. Disponível em: < <https://globoplay.globo.com/v/7271212/?s=0s>>. Acesso em: 20/10/2021.

MS registrou, em média, dois feminicídios por mês em 2018. **Bom Dia MS**, 27/12/2018. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/7259960/?s=0s>>. Acesso em: 20/10/2021.

MULHER fala sobre tentativa de feminicídio que sofreu pelo ex-companheiro na Serra de SC. **Bom Dia Santa Catarina**, 29/08/2019. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7880317/?s=0s>

MULHER relata agressões de PM suspeito de estupro e tentativa de feminicídio em São Manuel. **TEM Notícias 2ª Edição** – Bauru/Marília, 07/02/2019. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7364101/?s=0s>

MULHER se finge de morta para escapar de agressor e sobrevive à tentativa de feminicídio. **Meio Dia Paraná – Curitiba**, 30/07/2019. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7804067/>

MULHERES conquistaram seu espaço, mas números de feminicídios e violência preocupam. **PITV 1ª Edição**, 08/03/19. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/5708799/?s=0s>>. Acesso em: 26/06/2021.

MULHERES se mobilizam no Dia de Combate ao Feminicídio em Pernambuco. **Bom Dia PE**, 05/04/2018. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6637109/>

NO AMAPÁ, três tentativas de feminicídio foram registradas em 2018; denúncias aumentaram. **Jornal do Amapá 2ª Edição**, 07/08/18. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6928947/>>. Acesso em: 26/06/2021.

NÚMERO de casos de feminicídio diminui em SC durante a quarentena. **Bom Dia Santa Catarina**, 23/04/2020. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/8503647/?s=0s>>. Acesso em: 20/10/2021.

NÚMERO de casos de feminicídios aumenta no DF. **Bom Dia DF**, 20/03/2018. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6592891/programa/?s=0s>>. Acesso em: 20/10/2021.

NÚMERO de feminicídios aumenta 15% em 2018 em Goiás. **JA 1ª Edição**, 07/08/18. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6927549/>>. Acesso em: 26/06/2021.

NÚMERO de feminicídios aumentou 26% no ano passado em SP. **Bom Dia Brasil**, 08/01/2019. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/7283718/?s=0s>>. Acesso em: 20/10/2021.

NÚMERO de feminicídios dobra no Maranhão. **JMTV 2ª Edição**, 21/03/2018. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6598339/>>. Acesso em: 20/10/2021.

NÚMERO de feminicídios no Piauí é assustador e mulheres falam como identificar sinais. **PITV 1ª Edição**, 09/07/2018. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6859602/?s=0s>>. Acesso em: 20/10/2021.

NÚMERO de feminicídios: foram seiscentas e setenta mulheres assassinadas em 2016. **Bom Dia Pará**, 08/03/2018. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6561323/>>. Acesso em: 20/10/2021.

NÚMEROS de feminicídios no RS diminuem; Justiça fala de denúncias após medida protetiva. **RBS Notícias**, 05/02/2020. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8297824/?s=0s>

O MEIO-DIA PARANÁ teve acesso ao depoimento de acusado de tentativa de feminicídio. **Meio Dia Paraná – Londrina**, 12/09/2019. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7917846/?s=0s>

PARÁ registra ao menos 39 casos de feminicídio este ano. **Jornal Liberal 2ª edição**, 22/10/2018. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/7106511/?s=0s>>. Acesso em: 20/10/2021.

PARANÁ registra aumento de 50% nos casos de feminicídio em 2018. **Boa Noite Paraná**, 08/03/2019. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/7441503/?s=0s>>. Acesso em: 20/10/2021.

PARANÁ registra onze casos de feminicídio de janeiro a maio de 2018. **Boa Noite Paraná - Curitiba**, 02/08/2018. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6917811/?s=0s>>. Acesso em: 20/10/2021.

PERNAMBUCO tem queda de 16,9% nos assassinatos e redução de 18,2% nos casos de feminicídio. **AB TV 1ª Edição**, 15/01/2020. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/8238622/?s=0s>>. Acesso em: 20/10/2021.

PIAUI tem 17 feminicídios esse ano e mulher ainda tem medo de denunciar. **Bom dia Piauí**, 22/06/2018. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6825831/?s=0s>>. Acesso em: 20/10/2021

POLÍCIA Civil investiga morte de jovem vítima de feminicídio em Martinópolis. **Fronteira Notícias 1ª Edição**, 31/03/2020. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8445908/?s=0s>

POLÍCIA divulga detalhes bizarros de caso de feminicídio em Miracema. **RJ Inter TV 1ª Edição**, 29/10/2019. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8042979/?s=0s>. Acesso em: 29/10/2019.

QUARTA vítima de feminicídio é enterrada no Rio. **Bom Dia Rio**, 07/01/2019. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7280690/?s=0s>.

RETROSPECTIVA 2018: Casos de feminicídio e violência contra a mulher crescem na região. **TEM Notícias 1ª Edição – Sorocaba/Jundiaí**, 27/12/2018. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/7260270/?s=0s>>. Acesso em: 20/10/2021.

RIO de Janeiro registra seis vítimas de feminicídio por mês. **Globo Comunidade**, 04/11/2018. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/7135286/?s=0s>>. Acesso em: 20/10/2021.

RIO registra 48 casos de feminicídio em 7 meses. **RJ1**, 18/09/2018. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7026351/>.

RJ1 mostra a história de duas mulheres que sobreviveram a tentativas de feminicídio. **RJ1**, 29/10/2020. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8979917/?s=0s>

SANTA Catarina registra aumento no número de casos de feminicídio em 2019. **Bom Dia Santa Catarina**, 03/01/2020. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/8209028/?s=0s>>. Acesso em: 20/10/2021.

SC soma 45 feminicídios em 2020; delegada reforça importância da denúncia de casos. **Bom Dia Santa Catarina**, 12/11/2020. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/9017058/?s=0s>>. Acesso em: 20/10/2021.

SSP registra um caso de feminicídio por semana em SC. **Jornal do Almoço - SC**, 19/02/2019. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/7393765/?s=0s>>. Acesso em: 20/10/2021.

SSP-BA aponta crescimento do número de feminicídios registrados na Bahia. **BATV – Salvador**, 27/12/2018. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/7261686/>>. Acesso em: 20/10/2021.

SUSPEITO de feminicídio em Cianorte grava áudios falando sobre o crime. **Meio-Dia Paraná – Noroeste**, 04/03/2020. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8372397/?s=0s>

SUSPEITO de tentativa de feminicídio escreve carta para vítima. **PITV 1ª Edição**, 15/08/2018. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6947224/?s=0s>

TENTATIVA de feminicídio: vítima fala com exclusividade ao RJ2 sobre o crime. **RJ2 – TV Rio Sul**, 07/03/2019. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7438318/?s=0s>.

UM CRIME de feminicídio chocou os moradores da cidade de Itaquitinga. **GRTV 2ª Edição**, 29/01/2020. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8277248/?s=0s>

VIDAS Contadas - Feminicídios: região tem 53 casos de feminicídio desde mudança em lei. **Jornal da EPTV 2ª Edição - Campinas/Piracicaba**, 27/05/2019. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/7647704/?s=0s>>. Acesso em: 20/10/2021.

VÍDEO: policiais impedem feminicídio em Paçandu. **Meio Dia Paraná – Maringá**, 18/09/2020. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8868028/?s=0s>

VÍTIMA de tentativa de feminicídio conta como era o comportamento do ex companheiro. **Bom Dia Rio Grande**, 12/02/2020. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8314918/?s=0s>

VÍTIMAS de feminicídio são enterradas em Goiânia. **JA 2ª Edição**, 31/08/2018. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6988673/?s=0s>